

ESTUDOS

Lingüísticos e Literários

Número 21-22 / jun.-dez.1998

Estudos Lingüísticos e Literários, n. 21-22, Salvador, Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, Universidade Federal da Bahia, junho-dezembro 1998, 141 p.
15,5 x 22,5 cm.

1. Letras - Periódicos I. Mestrado em Letras,
Universidade Federal da Bahia.

CDU 8 (05)

ISSN 0102-5465



Programa de Pós-Graduação
em Letras e Lingüística
Universidade Federal da Bahia

ESTUDOS

Lingüísticos e Literários

Números 21-22

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

Universidade Federal da Bahia
PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

Cordenador do PPGLL

Célia Marques Telles

Editor

Evelina Hoisel

Co-Editor

Célia Marques Telles

Conselho Editorial

Décio Torres Cruz (UFBa)

Luiz Antônio Marcuschi (UFPe)

Maria da Conceição Paranhos
(UFBa)

Regina Zilberman (PUC/RS)

Rosa Virgínia Mattos e Silva (UFBa)

Serafina Pondé (UFBa)

Assessoramento Editorial

Conceição Torres (UFBa)

Jacques Salah (UFBa)

Robélia Cabral (UFBa)

Revisão técnica

Hilda Maria Ferreira Conceição

Projeto Gráfico / Editoração

Bete Capinan

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Heonir Rocha

INSTITUTO DE LETRAS

Diretor

Evelina Hoisel

Vice-Diretor

Iracema Luiza de Souza

Programa de Apoio a Publicações Científicas

CAPES/CADCT

INSTITUTO DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Rua Barão de Geremoabo, 147
Campus de Ondina, CEP 40.170-290,
Salvador, Bahia, Brasil
Telefone: (071) 336-0790, R. 45
Fax: (071) 336-8355
e-mail: pglletba@ufba.br

SUMÁRIO

Apresentação

Célia Marques Telles

Estudos lingüísticos

Reflexões sobre a sintaxe dos advérbios

Anna Maria Nolasco de Macêdo e Lys Miréia Santanchè

15

A crítica textual no Brasil: um esboço historiográfico

Célia Marques Telles

39

Palavra vs. Enunciado. A eliciação de dados em fonologias em desenvolvimento

Elizabeth Reis Teixeira

59

O repertório verbal em uso em contextos afro-baianos

Iracema Luiza de Souza

69

Um desafio: o Atlas lingüístico do Brasil

Jacyra Andrade Mota e Suzana Alice Marcelino Cardoso

87

Sobre desencontros e reencontros: Filologia e Lingüística no século XX

Rosa Virgínia Mattos e Silva

97

Os 'avérbios' segundo João de Barros

Sônia Bastos Borba Costa

109

Estudos literários

Vamos passear pelo bosque...

Cássia Lopes

119

Fragmentação e perda de identidade na literatura caribenha: condição (pós) moderna ou (pós) colonial?

Décio Torres Cruz

129

A representação do cangaço em *Os brilhantes*

Doralice Fernandes Xavier Alcoforado

149

Um olhar freudiano sobre a figura de Beatriz. Na *Vita nuova* de Dante

Eugenia Maria Galeffi

167

Lição de Signos

Evando Nascimento

175

Mariane, Philine e Aurelie. Três atrizes do Classicismo alemão no limiar entre a vida privada e a profissional

Jael-Glauce da Fonseca

187

Conferências

ABC de Grande sertão: veredas 40 anos depois

Judith Grossmann

195

Autobiografia e biografia no espaço do Grande Sertão

Evelina Hoisel

207

Resenhas

Fragmentos. Marcel Proust.

Celina Scheinowitz

227

Livros e Revistas

235

Apresentação

Célia Marques Telles

Pela primeira vez publicam-se juntamente dois números da revista *Estudos Linguísticos e Literários*. Os números 21 e 22 trazem treze artigos distribuídos entre Estudos Linguísticos (sete artigos) e Estudos Literários (seis artigos). Aos artigos segue-se a publicação de duas conferências sobre Guimarães Rosa, uma resenha informativa a propósito de um dos números da *Revista de Língua e Literatura Estrangeiras* (v. 6, n. 2) dedicado a Marcel Proust. Vem a seguir a seção *Livros e Revistas* — novidade que se apresenta nestes números — na qual são enumerados os títulos recebidos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística durante os anos de 1997 e 1998.

No primeiro dos artigos dedicados aos estudos linguísticos, Anna Maria Nolasco de Macêdo e Lys Miréia Santanchè, em *Reflexões sobre a sintaxe dos advérbios* (p. 11-34), examinam o comportamento dos advérbios no português do Brasil, na perspectiva do gerativismo, segundo as hipóteses de J. Y. Pollock e de Adriana Belletti. A análise do comportamento dos advérbios enfoca questões relativas ao seu movimento, considerando que a sua posição na Sentença ainda é discutível. O estudo toma como ponto de partida um *corpus* de exemplos extraídos dos trabalhos consultados, outros são criações das duas professoras e, ainda, alguns outros são recolhidos de dois jornais baianos. Examina-se, finalmente, o comportamento dos advérbios no português do Brasil, comprovando-se, por fim, que os advérbios podem apresentar-se em diferentes posições na Sentença e que no português do Brasil — diferentemente do inglês e do francês (as duas línguas tomadas como elementos de comparação) — os processos de movimento dos advérbios são discutíveis. Oferece-se, em Apêndice, a relação dos exemplos.

Em *A Crítica Textual no Brasil: um esboço historiográfico* (p. 35-54) Célia Marques Telles divide a história da Crítica Textual no Brasil em quatro períodos. Tal divisão não se afasta muito das que foram anteriormente apresentadas por Sílvio Elia ou Anthony Naro. O primeiro período é denominado *Os estudos filológicos e as primeiras edições críticas*, caracterizando-se pela atuação de eruditos de formação não específica na área de Letras, mas que desenvolvem intensa atividade filológica. O segundo, a que se chamou *O primeiro período acadêmico*, representa — segundo Sílvio Elia — a transição entre o autodidatismo anterior e a formação universitária ainda incipiente das nascentes Faculdades de Filosofia. Segue-se o período designado *A edição crítica de textos modernos*, marcado pela preocupação com a edição de autores modernos, a partir dos cursos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e da criação da Comissão Machado de Assis. O quarto e último período é nomeado *A perspectiva da Crítica Textual nos dias atuais*, mostrando-se aí a nova tendência que leva às edições crítico-genéticas. Em cada um desses períodos enumeram-se, numa tentativa de mapeamento, as edições de textos ligadas às diretrizes que os caracterizam. Conclui-se afirmando que o levantamento historiográfico ainda tem muito a ser feito e que só o esforço conjunto dos pesquisadores pode levá-lo a êxito.

No terceiro artigo, Elizabeth Reis Teixeira discute *Palavra vs. Enunciado: a eliciação de dados em fonologias em desenvolvimento* (p. 55-64). Tenta validar o *status* da palavra como unidade mínima para o assentamento de dados fonológicos em termos aquisicionais. Para tanto compara os processos fonológicos de simplificação encontrados na fala infantil, que operam dentro da estrutura da palavra, com os que ocorrem ao nível do enunciado. Explicam-se os métodos de eliciação para a coleta e análise dos sons, quer numa eliciação da fala não espontânea (imitação), quer naquela da fala espontânea. Analisam-se os processos de simplificação atuantes no nível lexical e no nível frasal, através dos processos de redução da semivogal nos ditongos crescentes, da assimilação, da reduplicação e da redução da consoante final. Conclui-se assinalando que existem níveis distintos de organização sonora passíveis de mudança na fala da criança: o nível supra-silábico e a dimensão supra-lexical.

O repertório verbal em uso em contextos baianos (p. 65-82) é o título do artigo no qual Iracema Luiza de Souza faz reflexões sobre a participação de segmentos negros e negros-mestiços na realidade sociolingüística baiana. Desse modo, leva em conta as interações sociais e lingüísticas existentes na origem do português brasileiro, assim como os dados lingüísticos e etnográficos recolhidos em contextos afro-baianos de Salvador. São caracterizadas, então, as variedades lingüísticas que nesses contextos são usadas pelos utentes na comunicação cotidiana. O rastreamento dos traços de variação na gramática e na construção semântica levou a que se chegasse a quatro conclusões: 1) a variedade afro-baiana revela-se uma realidade nos contextos negro-mestiços de Salvador e resulta de uma mistura de componentes lingüísticos, cujas línguas de origem são o português brasileiro e o iorubá; 2) em Salvador, existem certos meios em que se utiliza ainda uma língua africana, sendo o iorubá uma das variedades lingüísticas que compõem o repertório verbal em uso na comunidade afro-baiana em que se realizou a pesquisa de campo; 3) no repertório verbal em uso na comunidade afro-baiana observada, identificou-se uma variedade de português brasileiro que apresenta traços analógicos aos que a literatura especializada vem indicando como características de línguas crioulas, destacando-se que alguns dos fenômenos de variação detectados e já estudados com relação a sua ocorrência em outras normas parecem apresentar uma frequência de uso bem maior dos dados analisados anteriormente; 4) frente a essas conclusões, urge que a educação formal integre ao ensino do português L1 as informações que pesquisas lingüísticas vêm produzindo sobre a realidade sociolingüística baiana.

Em *Um desafio: o Atlas lingüístico do Brasil* (p. 83-92) Jacyra Andrade Mota e Suzana Alice Marcelino Cardoso fazem uma descrição do Projeto *Atlas Lingüístico do Brasil*, que vem sendo desenvolvido sob a responsabilidade de um Comitê Nacional. São apresentados os antecedentes nacionais do projeto e são dadas informações sucintas sobre a metodologia que se está empregando. Explicam-se os seis objetivos do projeto, a sua estruturação, a sua área de abrangência e as etapas de desenvolvimento.

Rosa Virgínia Mattos e Silva, em *Sobre desencontros e reencontros: Filologia e Lingüística no Brasil no século XX* (p. 93-104), delinea, de início, o âmbito dos concei-

tos de Filologia e de Lingüística no Brasil na primeira metade do século, ressaltando as concepções discrepantes de Serafim da Silva Neto e de J. Mattoso Câmara Jr. Numa segunda parte analisa a década de sessenta, marcada pelo desencontro entre a Filologia estabelecida e a Lingüística emergente, concluindo que não haverá riscos em chamar lingüistas de filólogos e filólogos de lingüistas, supondo-se que com o seu perfil vencedor estabelecido a Lingüística não tem porque olhar de viés a tradicional Filologia e que esta mantém a sua soberania antiga no âmbito de suas bem fundadas origens de interpretadora de textos. Finalmente, numa terceira parte, examina-se o reencontro necessário entre a Filologia e a Lingüística nos estudos histórico-diacrônicos. Assinala-se a volta respeitosa aos dados do passado — “*mettier de patients filólogos*” — tendo-se um retorno à Filologia necessário para que se chegue a cumprir as novas metas propostas pelas orientações teóricas da Lingüística histórico-diacrônica.

O último artigo dedicado aos estudos lingüísticos é assinado por Sônia Bastos Borba Costa e intitula-se *Os ‘avérbios’ segundo João de Barros* (p. 105-112). Nele se pretende inventariar o texto integral da gramática de João de Barros e as referências à classe dos ‘avérbios’, na perspectiva de precisar o seu conceito e o emprego que João de Barros lhe reconhece. Analisa-se, então, a definição de ‘avérbio’, o seu conteúdo semântico, as categorias lingüísticas a ele atribuídas, sua significação, as fronteiras entre advérbios e preposições, o regimento do advérbio, chegando-se às referências a algumas formas, à questão das locuções adverbiais e à análise frente ao uso. Dessa forma delimita-se o conceito e o emprego que João de Barros atribui ao advérbio.

O primeiro dos artigos relacionados aos estudos literários é o de Cássia Lopes, *Vamos passear pelo bosque...* (p. 115-24), e nele se faz uma leitura do conto *Fita verde no cabelo* de João Guimarães Rosa. Coloca-se em evidência o desejo de diferença na poética rosiana, focalizando o jogo de identidade e de alteridade no processo de construção textual. Assinala-se que o conto é marcado pela trajetória proposta para pensar a própria escritura da narrativa, transformando o texto em uma problematização do narrar. Ressalta-se, ao final, que o mundo camuflado da aldeia e dos homens se desfaz através da força da linguagem poética. Na literatura de invenção, o leitor é um consumidor ativo na montagem intertextual, sendo a estória sempre a mesma, mas ao mesmo tempo sempre outra, a nova-velha estória.

Décio Torres Cruz, em *Fragmentação e perda de identidade na literatura caribenha: condição (pós) moderna ou (pós) colonial?* (p. 125-144). Discute o caráter pós-colonial do discurso caribenho como uma tentativa de reescritura da história. Enfocam-se as questões do mimetismo cultural, da identidade e da fragmentação na literatura caribenha, tentando extrair uma teoria a partir dos textos abordados. Faz-se uma comparação com textos de outras tipologias literárias com o objetivo de estabelecer suas diferenças e similaridades, questionando-se as fronteiras entre pós-modernismo e pós-colonialismo e a ideologia subjacente à nomenclatura “pós-colonial”. Destacam-se, entre os de outros autores, os trabalhos de Aimé Césaire, de Benítez-Rojo, de Derek Walcott e de Frantz Fanon. Conclui-se afirmando que a literatura,

para a maioria dos escritores caribenhos, se torna o meio através do qual o indivíduo tenta recuperar e reconstruir uma história que foi apagada e que lhe é negada. Ressalta-se que a atitude desses escritores caribenhos pode ser considerada como uma vingança sobre um passado que precisa ser reescrito na tentativa de reconstruir o ser pós-colonial através dos verdadeiros fragmentos que o compõem e de recuperar outro significado para a sua existência além da projeção no espelho mimético do colonizador.

No artigo seguinte, *A representação do cangaço em "Os brilhantes"* (p. 145-162), Doralice Fernandes Xavier Alcoforado analisa a representação do cangaço no romance *Os brilhantes* de Rodolfo Teófilo, romance filiado ao regionalismo realista/naturalista estruturado segundo os cânones cientificistas da segunda metade do século XIX. Buscam-se as causas que levaram o protagonista a uma vida marginal, caracterizando a sua ação e as diferentes óticas com que se o vê. A partir do entendimento de que o bandido é um homem, mas também um símbolo, a carga simbólica de que se reveste a sua figura e o significado da sua morte e mitificação são, então, rastreadas. Para tanto, analisa-se a configuração do contexto social, a configuração do bandido (a imagem ambivalente de um bandido, o ritual de iniciação do bandido, o bandido nobre), o espaço simbólico do bandido (a medievalização do sertão, a morte expiatória e a mitificação do herói). Ao se concluir, ressalta-se que a representação do cangaço no romance é estruturada através da ótica de um narrador não dramatizado e a partir de um "centro de consciência" de onde os fatos narrados são selecionados e interpretados. Nos bastidores dessa visão, o autor implícito deixa aflorar a sua visão de mundo. Por fim, afirma-se que o que sobressai no texto é uma visão conservadora moralista, de cunho maniqueísta e de preconceito racial.

Eugenia Maria Galeffi, em *Um olhar freudiano sobre a figura de Beatriz no "vita nuova" de Dante* (p. 163-170), oferece uma interpretação freudiana da mulher idealizada por Dante Alighieri, a figura de Beatriz na *Vita nuova*. A poesia do *dolce stil nuovo*, que tem como tema principal o amor, idealiza a mulher como símbolo angelical, que tem o prazer de rechaçar o amor carnal, objeto de desprezo, causando sofrimento a quem faz a corte. Destaca-se a presença de um Dante de sublimação poética, em consequência do recalque, do complexo de Édipo, da fuga dos sexos e da imagem da mãe, do narcisismo. Um Dante medieval, modernizado por um olhar analítico sobre a psique e uma Beatriz, a mulher ideal. Diz-se, concluindo, que pelo ângulo psicanalítico a idealização da mulher endeusada pelo eu-poético faz descobrir nas entrelinhas o recalque dos sentimentos, a fuga da pulsão sexual, a fuga da mãe, o complexo de Édipo e o narcisismo subjacente. A idealização existe, porque se torna o objeto do desejo, que, por sua vez, é fruto de uma carência de base: não se deseja o que já se tem.

Lição de signos (p. 171-182) é o título do artigo de Evando Nascimento. Nele se faz uma leitura de Roland Barthes, numa tentativa de demonstrar o abalo de algumas categorias da teoria e da crítica literárias. Divide-se em cinco partes que analisam determinados textos como matéria de re-leitura da obra de Barthes. A primeira delas, *Abertura*, explica que, apesar da inevitável seleção feita, os textos mantêm uma

sinédoque intensa com o Livro, com a soma dos escritos de Barthes, com a soma da Obra. As quatro partes seguintes são *Estudos: Estudo n. 1: Limites, S barra Z; Estudo n. 2: Antinomias; Estudo n. 3: Parêntese, dois pontos; Estudo n. 4: Lição de signos*.

Segue-se o último dos artigos dedicados aos estudos literários, o de Jael-Glauce da Fonseca, *Mariane, Philine e Aurelie. Três atrizes do Classicismo alemão no limiar entre a vida privada e a profissional* (p. 183-188). Pretende-se mostrar que as três atrizes, Mariane, Philine e Aurelie, do romance de formação *Os anos de aprendizagem de Wilhelm Meister* de Johann Wolfgang Goethe, não progridem no seu processo de formação e não alcançam a síntese clássica. De início faz-se um juízo de valor, afirmando que as três atrizes encontram o caminho que as levaria à formação do aprimoramento, mas o percorrem diferentemente das outras personagens. Como no teatro, elas agem, primeiro como se estivessem representando; segundo, aparecem fantasiadas e sofrem ou se alegram como na tragédia ou na comédia. As três atrizes utilizam dois meios para executarem suas cenas teatrais na vida: representam sozinhas os seus papéis ou utilizam as pessoas ao seu redor como coadjuvantes (que são também espectadores). Conclui-se dizendo que as atrizes perdem a possibilidade de aprimorar o seu caráter através da sua profissão, porque se subordinam à verdade da representação e não alcançam a síntese necessária ao desenvolvimento. Apesar de estarem envolvidas em situações que viriam a estimular o seu progresso, desviam o caminho para questões pessoais e amorosas, igualando-se, assim, às outras mulheres.

Na seqüência vêm duas conferências a propósito de João Guimarães Rosa. A primeira delas é de Judith Grossmann e traz o título *ABC de "Grande sertão: veredas" 40 anos depois* (p. 191-202). Nela Judith Grossmann faz uma leitura do romance rosiano estruturada em três partes: *A Nascente e curso, B Foz, C Éter*. Em resumo, afirma Judith Grossmann que o que está sendo colocado é que se trata de uma obra da qual é necessário tomar conhecimento para prosseguir, ressaltando que dizer isso não é dizer pouca coisa, é dizer, na verdade, tudo. Faz, então, a pergunta retórica: "Pois de quantos se poderá dizer o que se está dizendo?". A segunda conferência é de Evelina Hoisel e intitula-se *Autobiografia e biografia: no espaço do Grande Sertão* (p. 203-220). Estuda-se no romance rosiano a biografia como característica da escritura literária, considerando-se que nessa acepção a biografia não é um gênero literário ou historiográfico, mas um traço indissociável da escritura, no qual o sujeito se dramatiza. Assinala-se — no movimento que registra a história do sujeito (a história vivida e a possível de se viver) — que a escritura não biografava apenas seu produtor, mas o ser na sua aventura existencial. A aventura biográfica é de caráter interminável: um olhar se movimenta em cada leitura e fertiliza a constelação dos signos, atualizando a história, fazendo de Riobaldo e de Diadorim (focos da análise biográfica) um presente, no qual o leitor se presentifica autobiografando-se.

Na seção *Resenhas*, Celina Scheinowitz, faz uma análise descritiva do v. 6, n. 2 da *Revista de Língua e Literatura Estrangeira* (p. 223-230), publicada pela Universidade Federal de Santa Catarina. O número dedicado a Marcel Proust foi organizado por Carmen Lucia Cruz Lima Gerlach e objetiva registrar no Brasil os 70 anos de morte do escritor francês. Ressalta, ao finalizar a sua resenha que a coletânea de artigos vem se

juntar às vozes de todo o mundo empenhadas em decifrar os arcanos de um estilo. Estilo esse “que ultrapassa o tempo e o espaço”, reforçando-se a importância significativa do trabalho organizado.

Segue-se a parte técnica: o registro dos *Livros e Revistas* recebidos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística e as *Normas de apresentação de trabalhos*, para publicação na revista *Estudos Lingüísticos e Literários*.

Célia Marques Telles

Estudos lingüísticos

Reflexões sobre a sintaxe dos *advérbios*

Anna Maria Nolasco de Macêdo

Lys Miréia Santanchè

Universidade Federal da Bahia

Resumo

Examina-se o comportamento dos advérbios no português brasileiro. A análise do *corpus* elaborado fundamenta-se no 'programa' gerativista e centra-se no estudo das hipóteses aventadas por J. Y. Pollock (1989) e Adriana Belletti (1990). Tenta-se definir a posição ocupada por alguns tipos específicos de advérbios, buscando-se determinar onde se daria sua geração, uma vez que sua posição na sentença continua discutível.

1 Introdução

Este trabalho¹ visa a analisar o comportamento dos *advérbios*, enfocando questões em relação ao movimento destes constituintes, cuja posição na sentença continua discutível. A pesquisa foi realizada com suporte em um *corpus* organizado a partir de exemplos:— a) citados nas obras consultadas; b) elaborados pelas autoras com base no uso cotidiano; c) recolhidos de dois jornais de grande circulação no Estado: — *A Tarde* e *Tribuna da Bahia*.

A análise desenvolvida apoia-se no Programa Gerativista, cujo modelo teórico inicial — apresentado por Noam Chomsky² — tem sido continuamente reformulado. Assim, a pesquisa está fundamentada nas propostas do modelo de *Princípios e Parâmetros*, centrando-se, principalmente, nas contribui-

¹ Este texto é fruto de trabalho curricular da disciplina Morfossintaxe, cursada em 1995 no Mestrado em Letras da UFBA., com a participação do colega Jorge Luiz Sales Ribeiro e sob a orientação das professoras Dra. Ilza Ribeiro e Serafina Pondé, às quais as autoras agradecem o estímulo para prosseguir na pesquisa e o apoio solícito sempre concedido quando se fez necessário.

² Noam CHOMSKY trata do aspecto formal de estruturação da linguagem, atribuindo ao componente sintático a carga gerativa do processo lingüístico. Cf. *Syntactic Structures* (1957) que lançou as bases da Teoria Gerativa, seguido por *Aspects of the Theory of Syntax* (1965) — o chamado Modelo Padrão, que sofreu ampliação e revisão. Em 1981, *Lectures on Government and Binding* deu origem à GBT- Government and Binding Theory (TRL-Teoria da Regência e Ligação), preferentemente chamada de *Principles and Parameters Theory* (Teoria dos Princípios e Parâmetros), que parece melhor traduzir as propostas desta teoria. Em 1992, desenvolveu-se a versão *A Minimalist Program for Linguistic Theory* (Programa Minimalista para a Teoria Lingüística) que constitui, na realidade, um estágio avançado dos 'programas' anteriores.

ções oferecidas por Jean Yves Pollock (1989)³ e por Adriana Belletti (1990)⁴, tomando-se seus textos como alicerce para a discussão da sintaxe dos *advérbios*.

Amparando-se nos referidos estudos, considera-se, inicialmente, a noção de que todos os *advérbios* são gerados numa posição específica de base. Contudo, a depender do escopo de modificação apresentado, constata-se que estes constituintes podem ocupar diferentes posições na sentença. Tenta-se, em seguida, definir a posição ocupada por alguns tipos específicos de *advérbios*, buscando-se determinar onde se daria sua geração.

2 A sintaxe dos advérbios: as propostas de J. Y. Pollock (1989) e de Adriana Belletti (1990).

Entre as diferentes classes gramaticais, aquela chamada dos *advérbios* é, sem dúvida, a que agrupa, sob a mesma etiqueta, o maior número de elementos com características as mais variadas. Ao contrário do que o termo *advérbio* dá a entender, é freqüente que se reúnam, num mesmo âmbito, não só os elementos que atuam sobre o verbo, mas também aqueles que podem modificar o *discurso*, a *sentença*, etc..

Apesar desta confusão tipológica, ocorre que certos tipos de *advérbios*, neste caso aqueles chamados de *sentença* e de *verbo*, têm em comum certas características específicas que os distinguem dos outros tipos e que sugerem tratamento uniforme de seu comportamento. Uma destas características é a aparente 'transportabilidade' (Samuel Jay Keyser, 1968)⁵ ou o fato de estes *advérbios* serem encontrados em diferentes posições na frase ou no sintagma verbal⁶.

Observa-se que o *advérbio*, em português, como em outras línguas, é uma classe lexical que, contrariamente a certas outras, como o *nome* e o

adjetivo, é morfologicamente invariável uma vez que não possui flexão. Neste sentido, é comparado a outra categoria também sem flexão: a *preposição*. É interessante realçar o fato de que uma das características distintivas entre *advérbios* e *preposições* é o papel sintático desempenhado por cada um. Verifica-se que a *preposição* pode ser transitiva e o *advérbio*, em contrapartida, não é, de regra, modificado por complementos, isto é, os únicos modificadores que se acham no sintagma adverbial, conforme Laura Vanelli⁷, por exemplo, são "...*degli specificatori*".

Uma outra característica importante destes constituintes é que existem alguns *advérbios* que podem se comportar ora como *advérbio* atuante sobre a *sentença* — cf.exemplo (03) —, ora como *advérbio* modificador do sintagma verbal (*advérbio de VP*) — cf.exemplos (01) e (02) —, e que, portanto, apresentam traços comuns.

(01) As leis caíram *igualmente* no vazio.

(02) As leis *igualmente* caíram no vazio.

(03) *Igualmente*, as leis caíram no vazio

Comentam-se alguns critérios tradicionalmente usados para uma caracterização semântica dos *advérbios*, cujos limites são imprecisos como informam Rodolfo Ilari e outros⁸.

i - O critério morfológico

Dois ingredientes de natureza morfossintática aparecem regularmente nesta escolha: a) o caráter de palavra invariável, em português; b) o caráter de elemento modificador (que se aplica tipicamente a não-substantivos). Estas duas características estão presentes em situações como:

(04) A secretária precisa escrever *mais correto*.

(05) Os meninos foram *direto* para lá.

(06) Ela era uma pessoa *bem* inteligente, com bastante conhecimento.

onde *bem* não oferece problema algum na sua identificação como *advérbio*, e *correto* e *direto* são analisados como *advérbios* (a despeito de existirem

⁷ Cf. Laura VANELLI. Il sintagma avverbiale. In: Giampaolo SALVI, Laura VANELLI. *Grammatica essenziale di riferimento della lingua italiana*. Firenze: Le Monnier, 1992, p. 102. Tradução: "...os especificadores".

⁸ Cf. Rodolfo ILARI et al. Considerações sobre a posição dos Advérbios. In: Ataliba Teixeira de CASTILHO (org.) *Gramática do português falado: a ordem*. Campinas: UNICAMP, 1990. v.1, p. 63-141.

³ Cf. Jean Yves POLLOCK. Verb Movement. Universal Grammar and the Structure of IP. *Linguistic Inquiry*, v. 20, n. 3, p. 365-424.

⁴ Cf. Adriana BELLETTI. *Generalized Verb-Movement*. Pisa: Université de Genève/Scuola Normale Superiore, maio de 1990. (Mimeo.)

⁵ Cf. Samuel Jay KEYSER. 1968, apud Anne ROCHETTE, La structure d'arguments et les propriétés distributionnelles. In: *Revue québécoise de linguistique*. Quebec: Université du Québec à Montreal, [199-], p. 55-75.

⁶ Observe-se que a característica de "transportabilidade" de KEYSER (1968) é totalmente contestada nas propostas de Jean Yves POLLOCK (1989) e de Adriana BELLETTI (1990). Os diferentes posicionamentos dos *advérbios* nas sentenças vão ser derivados, segundo estes autores, da finalidade do movimento do verbo nas diversas línguas.

adjetivos homófonos), por não sofrerem concordância e se referirem, antes de mais nada, ao verbo da oração.

Em alguns casos, recorre-se a um critério puramente morfológico, agrupando-se na classe dos *advérbios* todas as palavras derivadas pela adunção do sufixo **-mente**.

ii - O critério sintático

Neste caso o que está em jogo é a relação sintática com o verbo, o adjetivo, ou outro *advérbio*.

Verifica-se que um enfoque importante para distinguir classes morfossintáticas é identificar corretamente os ambientes em que as palavras da língua podem ocorrer, sem prejuízo da gramaticalidade da sentença. Por este discernimento, os adjetivos, relacionados sintaticamente aos *nomes*, distinguem-se dos *advérbios*, normalmente relacionados ao *verbo*, a *adjetivos* ou a outros *advérbios*. Nesta caracterização do *advérbio* enquadram-se, respectivamente, **mais correto**, em (04) e **direto** em (05); **bem** em (06) e **mais** em (04) acima.

iii - O critério nocional

Como ocorre com outras classes gramaticais ("designação de seres" para os substantivos, "expressão da qualidade" para o adjetivo, etc.), também se utilizam critérios nocionais na caracterização dos *advérbios*. Um desses critérios recorre à noção de modificação. Entende-se, assim, sob esta ótica, que o *advérbio* é palavra que indica, principalmente, circunstância e modificação.

Ocorre que, segundo a gramática tradicional, as relações sintáticas têm por correlato semântico a modificação do sentido das palavras. Assim, normalmente, se define o *advérbio* como: a) modificando a idéia expressa pelo verbo; b) denotando as *circunstâncias* em que se dá o processo a que ele faz referência. Verifique-se que em alguns casos *circunstâncias* refere-se às idiosincrasias da própria enunciação. E' o que parece acontecer em amostras como:

- (07) Todos os dias acordo cedo. **Depois**, saio para o trabalho...**ai depois** volto para almoçar em casa. (...) **Depois**, no domingo, vou à praia.

Em casos como os acima, verifica-se que as duas primeiras ocorrências de **depois** são analisadas como temporais, relativas ao curso dos eventos: para comprovar, veja-se como podem ser substituídas por **em seguida**. Já em relação a **ai** e à terceira ocorrência de **depois**, observa-se que não se referem às circunstâncias da ação, mas à organização do fluxo de informa-

ções e não aceitam ser substituídas por **em seguida**. Entre os dois casos há uma diferença semântica sutil.

iv - Apontam-se, a seguir, algumas ocorrências de *advérbios* que não correspondem à classificação tradicionalmente usada na Nomenclatura Gramatical Brasileira - NGB:

- (08) Uma decisão **assim** sem fundamento.
(09) Alunos **aqui** da escola foram premiados.
(10) Prefere **assim** para tomar com o vinho.
(11) **Lá** no escritório tudo flui sem problemas.

Estes são os chamados *advérbios dêiticos* (basicamente o caso de **assim**, **aqui**, **ai** e **lá**) por desempenharem um papel de sinalização — 'flags' — e atuarem em funções sintáticas distintas das tipicamente adverbiais⁹.

v - Saliente-se, também, que **muito**, **pouco**, **bastante** e outros *advérbios* chamados de *intensificadores* têm propriedades sintáticas que os aproximam dos *indefinidos neutros*:

- (12) João fez **muito** por nós.
(13) João fez **tudo** por nós.

Nos dois exemplos, **muito** e **tudo**, enquadrados, respectivamente, como *advérbio* e pronome indefinido, parecem funcionar como quantificadores, como ocorre também em construções como:

- (14) **Muitos** meninos estão cantando.
(15) **Todos** os meninos estão cantando.

vi - Observa-se, ainda, que há expressões geralmente apontadas como *advérbios* que indicam verificação, modificando nomes — cf.exemplo (16) —, numerais — cf.exemplo (17) —, sintagmas introduzidos por preposições — cf.exemplo (18) — ou conjunções — cf.exemplo (19) —, como exemplificado a seguir:

- (16) Ele ganhou **mais** votos.
(17) São **exatamente** dois terços da população.
(18) ... **presumidamente** de ampla aceitação,...
(19) ... **precisamente** porque o Governo aceitou as bases do acordo.

⁹ Observe-se que todo 'flag' desempenha a função sintática da expressão que anuncia.

Vale recorrer agora, a fim de tentar explicar a posição reservada para os advérbios na estrutura da sentença, a estudos inspirados nos princípios gerais da Gramática Universal (GU)¹⁰ que presume resolver a organização ou ordenação dos constituintes como um todo.

Segundo Adriana Belletti:

Recent work in syntactic theory has developed to far reaching ideas: the extension of the X' – schema to the projection of functional heads (Chomsky (1986)) and a more articulated and abstract conception of sentence structure (Pollock (1989), Chomsky (1989)). These two ideas have been shown to interact in a very productive way once they are combined with the general principles of UG¹¹.

Nos termos da Teoria X', o *advérbio* pode ser gerado:

- com estatuto de XP, como especificador, em adjunção a alguma categoria¹²;
- com estatuto de X⁰, com a capacidade de encabeçar uma projeção máxima¹³.

O estudo de Jean Yves Pollock (1989) busca, sobretudo, elucidar fenômenos relacionados com as variações na ordem das palavras e com a posi-

ção dos *advérbios*. Adotando uma posição de base para os *advérbios*, Pollock (1989) procura explicar diferenças referentes à ordem dos constituintes, em línguas como o francês e o inglês, a partir do nóculo IP (sintagma flexional), e de estratégias distintas de afixação da concordância verbal para cada língua. Ele propõe uma divisão de IP em duas categorias: *AgrP* (sintagma de concordância) e *TP* (sintagma temporal), além de assumir uma projeção independente para a negação/afirmação — o nóculo *NegP/PosP*¹⁴.

Pretende, ainda, esse autor, mostrar que *não há movimento dos advérbios*. Todos os *advérbios* seriam gerados no sintagma verbal (VP) ou como especificadores de *NegP/PosP*, sendo que as diversas posições superficiais apresentadas por esses elementos refletiriam o movimento do verbo por sobre o *advérbio*¹⁵.

Vê-se, assim, que a posição relativa do verbo flexionado e dos *advérbios* de diferentes tipos, da negação e dos quantificadores, conforme Jean Yves Pollock (1989), seria interpretada como evidência explícita para ilustrar a ocorrência ou não de uma operação de movimento do verbo, havendo o pressuposto fundamental de que não há um processo especial de movimento de *advérbio* agindo na sintaxe. Segundo esse enfoque, portanto, o deslocamento dos *advérbios* deve cobrir um amplo espectro que abrange, pelo menos:

- a) o lugar em que esses advérbios são gerados;
- b) os processos pelos quais se explicam as várias posições que eles podem ocupar na Estrutura-S¹⁶;
- c) as particularidades semânticas — caso existam — que decorrem das posições ocupadas, conforme o escopo do *advérbio*;

¹⁰ A noção de GU consiste de um núcleo invariável de princípios constitutivos comum a todas as línguas humanas. Para demonstrar a variação comprovada entre as línguas do mundo, Noam Chomsky propõe que esses princípios sejam associados a parâmetros de variação, o que torna possível que um princípio seja realizado de modos diferentes em diferentes línguas. Desse modo, os princípios da GU, apesar de invariantes, trazem parâmetros a eles associados que dão conta da diversidade lingüística. A GU seria, portanto, uma teoria estática do estado inicial do sistema chamado *faculdade da linguagem*, enquanto a gramática particular de determinada língua corresponderia a uma teoria estática do estado amadurecido daquele sistema.

¹¹ Cf. Adriana BELLETTI, op. cit., p.1.

Tradução: "Recentes estudos sobre a teoria sintática desenvolveram duas ideias de grande alcance: a extensão do modelo X' - barra à projeção de núcleos funcionais (Chomsky (1986)) e uma concepção mais abstrata e articulada da estrutura da sentença (Pollock (1989), e Chomsky (1989)). Demonstrou-se que essas duas ideias interagem de modo muito eficaz, uma vez que combinadas com os princípios gerais da GU."

Cf. também, Noam CHOMSKY. *Barriers*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1986a; *Knowledge of Language: its nature, origin and use*. New York: Praeger, 1986b; e *Some notes on economy of derivation and representation*. In: *MIT Working Papers in Linguistics*. Massachusetts: Laka I., A. Mahajan. (eds.), 1989, n. 10.

¹² No trabalho de Jean Yves POLLOCK (1989) e no de Adriana BELLETTI (1990) não se faz referência à existência de um nóculo *AdvP*, como se supunha existir em fases anteriores da teoria gerativa.

¹³ Observe-se, no entanto, que TRAVIS (1988) concebe os *advérbios* como núcleos defectivos, incapazes, destarte, de extrapolar a projeção máxima dos núcleos que os licenciam, contudo, não se adota essa análise aqui.

¹⁴ *PosP* é a contraparte positiva de *NegP*, cujo núcleo pode ser lexicalmente preenchido em algumas línguas.

¹⁵ O ponto de partida desta hipótese amparou-se em um trabalho anterior de J. EMONDS (1978).

¹⁶ Estrutura-S é definida como a representação das relações lineares e hierárquicas dos diferentes constituintes de um dado enunciado, como também entre as categorias núcleo e as categorias complemento, no interior desses constituintes. Torna-se necessário enfatizar que o nível de representação da Estrutura-S (assim como da Estrutura-D) foi abolido no Programa Minimalista (Noam CHOMSKY, 1992). Contudo, uma vez que os estudos de Jean Yves POLLOCK (1989) e de Adriana BELLETTI (1990) neste trabalho são utilizados como textos básicos para a discussão da sintaxe dos *advérbios*, far-se-á referência a esse nível de representação. A existência ou não de uma Estrutura-S não altera a análise dos *advérbios*, desde que em qualquer um desses dois modelos (com/sem Estrutura-S), o verbo se deslocará para *Agr* em francês e permanecerá em *VP*, no inglês. São, na realidade, essas (*im*)possibilidades do movimento do verbo pleno, que explicam os diferentes posicionamentos dos *advérbios*, pois eles são gerados em posições básicas, definidas pela sua semântica.

- d) a incapacidade de movimento destes constituintes;
- e) a interação com os outros elementos que se movem na sentença.

Assim, encontram-se os seguintes contrastes na posição de verbos finitos, em francês e inglês, em oposição aos verbos auxiliares finitos¹⁷:

- os verbos franceses precedem os *advérbios* de sentença (*VP*), os ingleses não:

- (20) Jean embrasse **souvent** Marie.
 (*) John kisses **often** Mary.

- os verbos franceses precedem os quantificadores, os ingleses não:

- (21) Les enfants aiment **tous** le chocolat.
 (*) Children like **all** chocolate.

Observe-se que **all** quantifica *children*.

- os verbos franceses precedem a negação que envolve sentença e os ingleses não:

- (22) Jean n'aime **pas** Marie.
 (*) John likes **not** Mary.

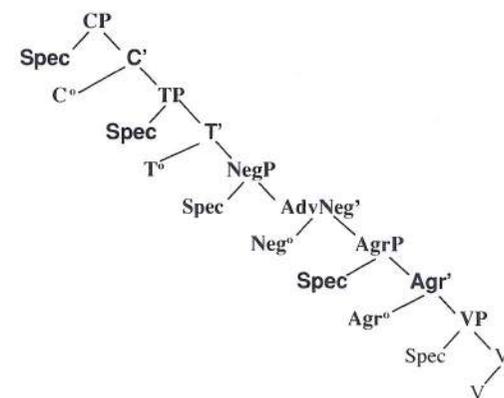
As diferentes posições do *advérbio* no inglês e no francês, nos exemplos de (20) a (22), resultam do movimento do verbo flexionado em francês e da ausência desse movimento no inglês. Assim, em inglês, o verbo pleno permanece dentro do *VP* e o *advérbio* sempre o antecede; em francês, por outro lado, o verbo pleno se desloca para o núcleo *Agr* e, desse modo, sempre antecede o *advérbio*. Por conseguinte, considerando, num primeiro momento, a idéia de que os *advérbios* de sentença (*VP*), os quantificadores e a negação que envolve a sentença (em francês é **pas** e não **ne** — cf. exemplo (22))¹⁸ ocupam a mesma posição nas duas línguas, os exemplos (20), (21) e (22) evidenciam uma regra de movimento de verbo em francês que não existe em inglês. Supondo-se, entretanto, que os *advérbios* de sentença (*VP*), os quantificadores e a negação que envolve sentença são todos adjungidos à

esquerda de *VP*, chega-se à conclusão de que a regra de movimento do verbo em francês tira o verbo de *VP*.

...Following the argument originally due to Emonds (1978), Pollock has argued that the different scope of Verb-movement can account for interlinguistic difference between French and English manifested by contrasts like those arising in negative sentences.¹⁹

Quer-se ressaltar que, de acordo com a condição de preservação da estrutura de J. Emonds (1976) o verbo deve se deslocar para uma posição de núcleo.

J. Y. Pollock (1989) atualiza o sistema de J. Emonds (1976) ao dizer que o francês tem uma regra que coloca *V* em *T* nas sentenças finitas. A proposta de Pollock (1989), em que o verbo sofre movimento de adjunção para *T*, está ilustrada a seguir.



Apesar das aparências contrárias, o inglês também tem esta regra de movimento de *V* para *T*, mas seu escopo é muito mais restrito do que no francês. Em inglês, somente os auxiliares, essencialmente aspectuais como **have** e **be** e a forma **do** podem mover-se para *T*²⁰. Esse fato torna-se mais evidente ao observar-se o posicionamento do verbo e do *advérbio*, no inglês, nos tempos compostos:

¹⁷ Os exemplos pertinentes estão apresentados em (19), (20), (21), (22) e (23). Cf. J. Y. POLLOCK, 1989, p. 367 et seq.

¹⁸ Cf. J.Y. POLLOCK (1989), p. 414: ... **pas** é o 'typical specifier' (especificador típico) da projeção NegP. Este autor diz haver diferença entre **pas** e outros elementos negativos em francês, como **point**, **plus** e **guère**, postulando que esses últimos são especificadores "of a negative adverbial position in VP - initial position", (de uma posição adverbial negativa em posição inicial de VP).

¹⁹ Cf. Adriana BELLETTI, op. cit. p. 2.

²⁰ Esta é a 'regra de alçamento' de **have** e **be** proposta por J. EMONDS (1976), isto é, o movimento de qualquer elemento de uma posição mais baixa para uma posição mais alta na Estrutura.

- (23) a. John has **often** kissed Mary.
 b. The children have **all** eaten the chocolate.
 c. John has **not** seen Mary.
- (24) a. John is **often** kissing Mary.
 b. The children are **all** eating the chocolate.
 c. John is **not** talking to Mary.

Assim, constata-se que a diferença existente entre o inglês e o francês não é que este último tenha uma regra que não atue no inglês, mas que ambas as línguas têm a mesma regra que difere só quanto ao escopo de operação.

Merece especial enfoque a retomada por Adriana Belletti (1990) do sistema de Jean Yves Pollock (1989), a que essa autora acrescentou dados do italiano, além daqueles do francês e do inglês. Antes de abordar-se a questão da geração dos *advérbios*, entretanto, faz-se necessário chamar a atenção para as diferenças detectadas entre as duas análises, no que se refere à organização hierárquica dos nódulos flexionais *AgrP* e *TP*.

Adriana Belletti (1990) defende a tese de que os *advérbios não se movem*, isto é, não são transportáveis, as várias posições que os mesmos podem ocupar na sentença resultando de dois fatores básicos que interagem:

- os lugares em que são gerados na Estrutura-D²¹ (o que é condicionado pela classe a que o *advérbio* pertence);
- o movimento dos demais constituintes.

No primeiro caso, os *advérbios* são dominados por uma projeção máxima que vai ser '*modificada*' por eles. Certos *advérbios*, como provavelmente são classificados como *advérbios de sentença*²². Convém mencionar-se, ainda, que R. S. Jackendoff (1977) propunha uma posição de base para os sintagmas adverbiais (e preposicionais), a partir da qual esses sintagmas se *moveriam* para derivar a ordem superficial.

(...) the manner adverb may occur before an aspect that has not been moved up into the Aux, as in John completely has finished. Thus in fact three AdvP positions appear necessary. The usual solution to this problem is to generate the desired constituent in a single position in underlying structure, then move it to its various surface positions by means of a transformation.²³

²¹ Cf. observações sobre Estrutura-S, nota 16.

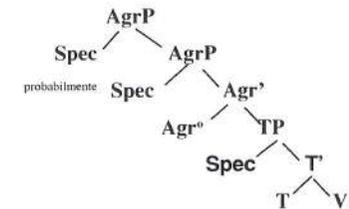
²² Cf. R. S. JACKENDOFF. *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1972.

²³ Cf. R. S. JACKENDOFF. *X'-Syntax: a study of phrase structure*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1977. p. 74.

Desse modo, do ponto de vista distributivo, os *advérbios de sentença* preenchem uma posição logo no início da sentença, sobre a qual têm escopo:

- (25) **Probabilmente** Gianni telefonerà alle 5²⁴.
Probably G. will call at 5.

O exemplo em (25) pode ser parafraseado em sentenças como: *It's probable that...*, a que pode ser atribuída a seguinte estrutura, com o *advérbio* adjungido à projeção máxima da frase sobre a qual ele tem escopo:



No *corpus* levantado, entre outros exemplos atestados, encontra-se:

- (26)...e **evidentemente** não se trata de um caso isolado.

Embora a posição inicial possa ser considerada típica de colocação desses *advérbios*, eles podem também preencher outras posições na frase, como nos exemplos abaixo²⁵:

- (27) In vita sua Gianni leggerà **probabilmente** molti racconti d'avventura.
 (28) Maria discuterà la cosa **probabilmente** con molte persone.

Nesses casos, Belletti(1990) considera possível a adjunção à direita de *VP* para o exemplo em (25) e de *IP* em (27) e (28).

Os *advérbios* também podem ser gerados como especificadores de *NegP* e *PosP*, como acontece no caso dos exemplos (25) e (28):

- (29) a. Gianni **non** parla **più**.
 b. Maria **non** rideva **ancora**.
 c. Lui **non** diceva **mai** la verità.

Em (29), onde

... two negative elements are present: the negation proper **non** and the negative (polarity) adverbs **più**, **ancora**, **mai**. (...)According to (our reinterpretation of) this analysis, the negative adverb fill a position to the right of the highest inflectional head AGR at D-Structure. Hence, once the

²⁴ Cf. Adriana BELLETTI, op. cit. p.17 et seq.

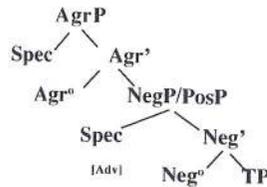
²⁵ Cf. id., ibid.

crucial assumption is also made that there is no specific process of adverb movement, the order "inflected Verb...negative adverb" can only be arrived at through V to Agr movement.²⁶

Observe-se que

- o Spec de NegP pode ser preenchido pelos *advérbios* negativos: **più, mai, ancora** (= *mais, nunca, ainda*).
- o Spec de PosP é a posição disponível para os advérbios afirmativos: **pur, ben, già, sempre** (= *de fato, bem, já, sempre*).

Para Belletti(1990), a parte relevante da Estrutura-S está assim representada:



Tomem-se os seguintes exemplos²⁷

- (30) a. **Nunca** o João visitou a Bahia.
 b. O João **nunca** visitou a Bahia.
 c. O João não visitou **nunca** a Bahia.
 d. O João não visitou a Bahia **nunca**.

No exemplário acima indicado, o *advérbio nunca* assimila ao mesmo tempo os comportamentos no inglês e no francês do *advérbio* correspondente.

Segundo Carlos Mioto (1991), no francês, a ocorrência obrigatória de **jamaís**, após o verbo finito, é associada com a subida obrigatória do verbo para a categoria flexional mais alta:

- (31) a. Jean ne rencontra **jamaís** Marie.
 b. (*) Jean **jamaís** (ne) rencontra Marie.

²⁶ Cf. Id., ibid. p.6. Tradução: "...dois elementos negativos estão presentes: a negação **non** e os *advérbios* negativos **più, ancora e mai**, de acordo com a reinterpretção do sistema de Pollock (1989), feita por Belletti (1990), os *advérbios negativos* preenchem a posição à direita do núcleo flexional mais alto Agr, na Estrutura-D. Portanto, uma vez feita a hipótese crítica de que não ocorre movimento específico do verbo, só se pode chegar à ordem 'verbo flexionado...advérbio negativo' através do movimento de V para Agr."

²⁷ Cf. Carlos MIOTO. *Negação sentencial no português brasileiro e teoria da gramática*. Campinas: UNICAMP, 1991. p.204 et seq.

Caso se admita que a posição mais alta em que **jamaís** pode ser gerado é o Spec de NegP — entre AgrP e TP, portanto, — o movimento do verbo, que deve atingir a categoria flexional mais alta, explica as ocorrências do exemplo (31).

Carlos Mioto salienta também, que no inglês o fato de **never** preceder o verbo é associado à incapacidade de um verbo [+q]²⁸ se mover.

- (32) a. John **never** met Mary.
 b. (*) John met **never** Mary.

Supondo-se que o *advérbio* é gerado como Spec de NegP (se for adjungido a VP, obtém-se o mesmo resultado), os fatos de (32) também estariam diretamente explicados.

Então, como analisar-se frases do PB como a seguinte ?

- (33) João **nunca** faz isso.

Uma saída possível poderia ser buscada dentro do sistema apresentado por Belletti (1990), que questiona a ordem, em relação aos nódulos AgrP e TP, e considera que o nódulo mais alto é AgrP e não TP, como proposto por Pollock(1989). Basta, pois, considerar **nunca** um *advérbio*, como os *quasemodais*, que é gerado como adjungido à esquerda de IP.

Há dois argumentos a favor desta proposta: o primeiro, é que ela coloca o sujeito em Spec Agr', o que é mais natural, pois o sujeito é o elemento que concorda com Agr. O segundo, é baseado no *The Mirror Principle* — o princípio do espelho²⁹ O melhor modo de entender esse princípio é expor como a ordem linear dos afixos é uma consequência direta do movimento sintático do núcleo. Ora, as formas verbais morfológicamente complexas em italiano e outras línguas românicas, são formadas de acordo com a estrutura

Raiz + Tempo + Concordância

o que se nota, claramente, no futuro, no condicional e nos tempos imperfeitos. Por isso, uma forma como **leggevano** do italiano, consiste de três morfemas: **legg-** (raiz), **-eva-** (marca do imperfeito) e **-no** (marca da terceira

²⁸ Cf. Id., ibid. p.189, "...para dar conta de sentenças que contêm *provavelmente* no final (...) existe o recurso de supor que um verbo [+θ] não sobe no PB da mesma forma que no inglês".

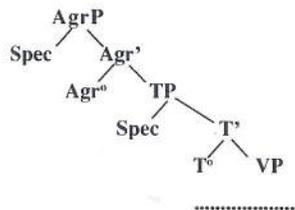
²⁹ A restrição central que orienta a interação entre a sintaxe e a morfologia é o princípio que Baker chamou *The Mirror Principle*, segundo o qual em uma palavra a respectiva ordem de afixos reflete a derivação sintática da mesma, isto é, a ordem em que a afixação ocorreu por movimento sintático do núcleo.

pessoa do plural). Aqui, a raiz primeiro se incorpora ao afixo de tempo, para dar uma forma complexa que, por sua vez, se agrega ao afixo de concordância para dar origem à forma verbal completa. Considerando esta estrutura frasal, o Princípio do Espelho e o movimento sintático do verbo deriva-se, automaticamente, a forma verbal complexa.

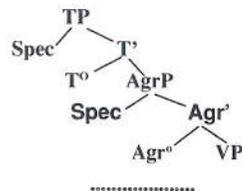
Retornando-se a Adriana Belletti (1990), vê-se que ela propõe a geração de *advérbios* em posições diferentes, de acordo com cada tipo de *advérbio*.

Além disso, dado que a afixação é feita pelo movimento do núcleo, que por sua vez é restringido pelo Princípio da Categoria Vazia — PCV³⁰, como qualquer outro processo de movimento, o primeiro afixo da palavra tem que ser também o mais próximo da raiz na estrutura hierárquica da árvore. A ordem de *T* e *Agr* na estrutura hierárquica da cláusula é de que o *T* deve estar mais baixo que *Agr*. Belletti (1990) chega, então, à conclusão que, deixando de lado a possível existência de outros núcleos funcionais, a estrutura da sentença é a que se segue.

- A proposta de Belletti(1990):



- A proposta de Pollock(1989):



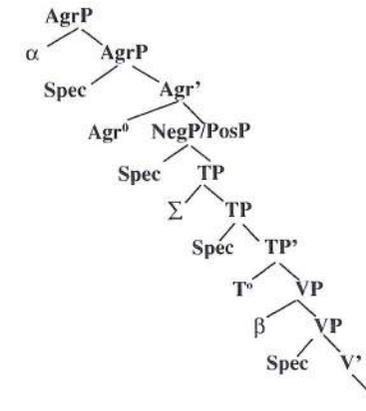
A partir dos dois estudos acima apresentados, pode-se chegar ao seguinte esquema, quanto às posições em que os *advérbios*, normalmente, se adjungem:

³⁰ Princípio da Categoria Vazia (PCV = ECP - do inglês Empty Category Principle) : uma categoria vazia tem que estar apropriadamente regida, quer-se dizer, regida por núcleo Xo. ou por um sintagma nominal antecedente.

Categorias de Adjunção ³¹	Tipos de <i>ADVÉRBIOS</i>
VP	completamente, freqüentemente, nunca
TP ³²	completamente
AgrP	provavelmente

Desse modo, o que Pollock identifica como *advérbio* adjungido a *TP* significa *advérbio* adjungido a *AgrP* em Belletti.

Em resumo, o sistema de Belletti prevê as seguintes posições para os *advérbios* “adjuntos” nas sentenças finitas com tempo simples:



Assim, vê-se que a posição α (alfa) é a reservada para gerar os *advérbios* de sentença, como *provavelmente*. A posição β (beta) é típica de um *lower adverb* (para a autora, os *advérbios* mais baixos que a negação)³³. E a

³¹ BELLETTI(1990) ainda admite a existência de um nóculo *AuxP*, posicionado abaixo de *TP*, ao qual podem ser adjungidos *advérbios* tipo - *meramente*.

³² Constate-se que *completamente* é adjungido a *TP* pela análise de Belletti (1990), mas a *AgrP* pela de Pollock (1989). As mesmas observações valem para *provavelmente*, consideradas as devidas diferenças.

³³ Cf. árvore p. 22. Para J. Y. POLLOCK (1989) os *advérbios altos* podem ocupar seja a posição inicial de *CP*, seja a de *TP*; os *advérbios baixos* dispõem da posição inicial de *AgrP* e de *VP*.

posição à (sigma) é aquela própria para gerar *advérbios* como **completamente**. Além dessas posições, há, ainda, *advérbios* que são gerados como especificadores de *NegP* / *PosP*.

A idéia de que a combinação da raiz verbal com sua morfologia flexional pode ocorrer através do processo sintático de *movimento do verbo* tem a consequência não desprezível de situar (parte da) morfologia no componente sintático da Gramática. Este é na, verdade, um resultado importante no trabalho de M. Baker (1988)³⁴ onde o processo do movimento do verbo é um exemplo especial.

A aplicação dos princípios que regem o movimento do verbo quanto ao posicionamento dos *advérbios* na sentença é, sem dúvida, um dos grandes avanços na abordagem da sintaxe dos *advérbios*, um dos pontos que mais tem suscitado controvérsias.

3 O Comportamento dos advérbios no Português do Brasil

Para melhor compreender por que alguns *advérbios* aparecem em diferentes posições no português do Brasil (PB), examinar-se-á seu comportamento. De início, separam-se esses constituintes em duas grandes divisões:

a) alguns *advérbios* só podem se posicionar à direita das formas verbais, plenas ou auxiliares:

É o que ocorre com os *advérbios* de modo, como **completamente**, de instrumento, como **manualmente**, os *advérbios* quantificacionais, como **muito** e **demais** e também dos *advérbios* orientados para o verbo, como **corretamente** e **bem**.

- (34) a. José perdeu **completamente** o juízo.³⁵
a' (*) José **completamente** perdeu o juízo.

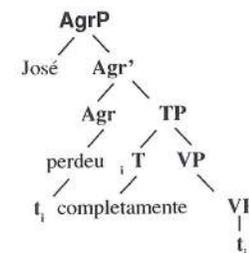
- (35) b. José tinha perdido **completamente** o juízo.
b'. José tinha **completamente** perdido o juízo.
b'' (*) José **completamente** tinha perdido o juízo.

Esses são os *advérbios* que se adjungem a *VP*. A colocação do verbo em posição que antecede os referidos *advérbios* deve resultar do movimento do verbo para *Agr*.

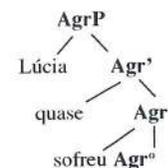
³⁴ Cf. M. BAKER. *Incorporation, A Theory of grammatical Function Changing*, Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

³⁵ (34) e (35) são exemplos próprios.

Senão, observe-se:



b) Outros *advérbios* podem aparecer em uma posição mais alta que a do verbo:



Enquadram-se no grupo acima os *advérbios* que não ocupam a posição inicial na frase, mas que são altos no sentido de que preenchem ora a posição entre o sujeito e o verbo, ora a posição entre o auxiliar e o verbo. É o caso de certos *advérbios* de grau, como **quase** e certos *advérbios* de freqüência, como **já**:

- (36) a. * Lúcia sofreu **quase** um desastre.³⁶
a'. Lúcia **quase** sofreu um desastre.
b. * Lúcia tinha sofrido **quase** um desastre.
b'. Lúcia tinha **quase** sofrido um desastre.
b''. Lúcia **quase** tinha sofrido um desastre.

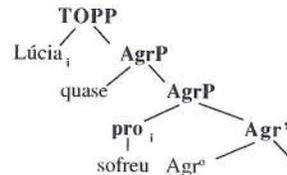
A questão que se apresenta é saber se a colocação do *advérbio* em posição *pré-V* se deve ao não movimento do *V* para *Agr*. Como a derivação morfológica deve ser realizada para todas as formas verbais, cujo resultado fonético-morfológico se vê nos exemplos em (36), conclui-se que essas formas verbais estão em *Agr*. Desse modo, a colocação do *advérbio* explica-se por eles serem *advérbios de grau* e possivelmente estarem adjungidos a um nível intermediário, ou seja, *Agr'*.

³⁶ Exemplos nossos.

Apresentam-se outros exemplos levantados:

- (37) O Ministro **quase** perdeu o cargo ...
 (38) De fato, **já** era chegada a hora da verdade.
 (39) E porque **ainda** tão pequeno, **já** tem uma variedade tão grande dos objetos...

Uma outra possibilidade de análise seria assumir-se, como o faz Belletti (1990) para o italiano, que, em construções desse tipo, o sujeito é um constituinte topicalizado. Nesse caso a estrutura que se apresentaria seria:



Note-se que, embora a adjunção ao nível X' seja proposta por muitos gerativistas, e é, também, o que se está defendendo neste momento, tal movimento viola o princípio de 'preservação da estrutura' de J. Emonds (1976). Torna-se evidente que a decisão por uma dessas análises requer mais estudos, amparados em *corpus* mais amplo e diversificado.

Os seguintes tipos de *advérbios*: pragmáticos — do tipo **felizmente**; modais — como **provavelmente**, e os *advérbios* orientados para o sujeito, como **deliberadamente** podem ocupar as três posições: a) em adjunção a Agr; b) em adjunção a TP; c) em adjunção a VP. Tais possibilidades os distinguem dos outros *advérbios*.

Uma explicação possível para a diversidade de posições ocupadas pelos citados *advérbios* é o fato de modificarem toda a sentença e não especificamente o verbo ou serem modalizadores de tempo, como se pode constatar nos exemplos apresentados a seguir³⁷:

- (40) **Felizmente**, a Bahia, pela riqueza de sua música tem inesgotável manancial de tradição.
 (41) **Ultimamente**, tem-se **felizmente** conseguido um meio termo que permite suportar os custos.(sic)
 (42) Estes, **infelizmente**, não são muitos no Brasil.
 (43) ...é **provavelmente** a melhoria da média de vida do brasileiro.
 (44) O Ministro falará sobre esse assunto **provavelmente** com os assessores.

³⁷ Os exemplos de (40) a (68) são referentes ao *corpus* levantado nos jornais.

- (45) Penúltimo Presidente eleito **indiretamente** pelo Colégio Eleitoral, o general João Batista Figueiredo não necessitava cortejar a opinião pública.
 (46) Uma longa faixa que cobria **praticamente** todo o litoral brasileiro.
 (47) Em São Paulo, o residual da Mata Atlântica **praticamente** se limita ao Vale da Ribeira.
 (48) Por outro lado, **igualmente** ao que se faz na Argentina, o governo do Brasil quer acabar a aposentadoria. (sic)
 (49) As leis que protegem a criança e o adolescente têm **igualmente** caído no vazio.
 (50) Nesse ponto, Pedro Malan **igualmente** foi tão taxativo quanto didático.(sic)
 (51) ...**principalmente** aqueles que fazem parte da bancada majoritária.
 (52) O que importa é o meio pelo qual a paz possa ser obtida e quais sejam os seus objetivos, **principalmente**.
 (53) Estes, **infelizmente**, não são muitos no Brasil.
 (54) ...Pondo fim, **igualmente**, ao terrível mau cheiro que se espalha na orla.
 (55) ...os que perdem tempo com a política, **exclusivamente**, porque não têm competência para administrar.
 (56) ...o Ministério precisa, **paralelamente**, arrumar as Universidades Federais.
 (57) ...da qual o ministro Paulo Renato de Souza foi titular, **recentemente**.
 (58) ...para alegrar mais de um milhão e meio de pessoas **diariamente**.

Entre os possíveis ocupantes de Spec/NegP/PosP, encontram-se as seguintes realizações:

- (59) Para que possa exigir **mais** dos cursos universitários particulares, o Ministério precisa...
 (60) Não haverá necessidade de **mais** essa mordida do Governo na bolsa das empresas.
 (61) Do mesmo modo, um professor que tem direito à aposentadoria **mais** cedo, a conquistou porque gasta suas cordas vocais dando aulas para turmas que **mais** parecem miniauditórios.
 (62) Infelizmente, **ainda** não chegou o tempo de mandá-los para a cadeia.
 (63) Se Thiago conseguisse conservar todos esses brinquedos **sempre** bem cuidados...
 (64) O confronto de pensamento nem **sempre** é censura, mas forma de despertar o senso crítico.
 (65) A vassoura-de-bruxa, **sempre** ela, não poderia deixar de dar sua funesta contribuição...

- (66) ...onde e como guardá-los, **sempre** bem cuidados.
 (67) **Sempre** foi um homem sem papas na língua.
 (68) Francisco Welfort tem idéias **bem** racistas sobre o resto do Brasil.

Com base nos exemplos apresentados, constata-se que há ocorrência de *advérbios* em diferentes posições da sentença. Assim, o assunto *advérbios* no PB é bastante complexo e polêmico e isso fica demonstrado através de outros estudos, como, por exemplo, o de Mary Kato e M. Nascimento (1992)³⁸, que defendem que a proposta de Pollock não se adequa ao PB devido à parametrização **Agr** forte/fraco encontrada nesta língua. Kato e Nascimento (1993)³⁹ sugerem, ainda, que a variação encontrada na ordem dos constituintes poderia ser explicada pela possibilidade de movimento do V, e também pela possibilidade de movimento dos *advérbios* na posição de base, do mesmo modo que os operadores QU-. Nesse caso, toda a derivação da sintaxe dos *advérbios*, com base em geração em uma posição fixa torna-se questionável.

4 Considerações finais

Os exemplos elencados comprovam que os *advérbios* podem se apresentar em diferentes posições na sentença, e que o português brasileiro (PB), à distinção do francês e do inglês, enfoca processos de movimento dos *advérbios* contudo discutíveis.

Abordou-se o problema, inicialmente, a partir da hipótese levantada por Jean Yves Pollock (1989) que interpreta a posição relativa do verbo flexionado e dos diferentes tipos de *advérbios*, da negação e dos quantificadores como evidências que ilustram a ocorrência ou não de operação de movimento de um verbo, amparado na suposição fundamental de que não haja um processo especial de movimento do *advérbio* na sintaxe.

Considerou-se, em seguida, a proposta de Adriana Belletti (1990) de que não existe regra específica para o movimento dos *advérbios* nas línguas naturais, como uma contribuição no mesmo sentido, mas ampliada pelos exemplos trazidos do italiano, confrontados com aqueles do inglês e do francês.

Observa-se que em certos casos a posição de geração dos *advérbios* pode ser explicada pela proposta de movimento do verbo e pela possibilidade de gerar o *advérbio* em adjunção a *AgrP*, *TP* e *VP*. Contudo, para alguns

outros *advérbios*, estas propostas se tornariam adequadas ao PB somente caso se recorresse a outros mecanismos sintáticos, de forma *ad hoc*, ou, ainda, a estratégias de topicalização do sujeito.

Não se pode deixar de observar que, se a adjunção ao nível X possibilita explicar o caso do PB, o que se defende nesta pesquisa, ela deixa o caso do inglês, do francês e do italiano, por exemplo, sem explicação real, pois fornece possibilidades para a colocação dos *advérbios*, que não são atestadas nessas línguas. Muitas questões emergem, ainda, de tal abordagem, em relação às propriedades distribucionais dos *advérbios* e torna-se patente que a decisão por uma dessas análises requer ampliação dos estudos, amparados em *corpus* maior e diversificado.

Apêndice

- (01) As leis caíram **igualmente** no vazio.
- (02) As leis **igualmente** caíram no vazio.
- (03) **Igualmente** as leis caíram no vazio
- (04) A secretária precisa escrever **mais correto**.
- (05) Os meninos foram **direto** para lá.
- (06) Ela era uma pessoa **bem** inteligente.
- (07) Todos os dias acordo cedo. ...**Depois**, saio para o trabalho.
...**ai depois** volto para almoçar em casa. (...) **Depois**, no domingo, vou à praia.
- (08) Uma decisão **assim** sem fundamento.
- (09) Alunos **aqui** da escola.
- (10) Prefere **assim** para tomar com o vinho.
- (11) **Lá** no escritório tudo flui sem problemas.
- (12) João fez **muito** por nós.
- (13) João fez **tudo** por nós.
- (14) Ele ganhou **mais** votos.
- (15) São **exatamente** dois terços da população.
- (16) ... **presumidamente** de ampla aceitação,...
- (17) ... **precisamente** porque o Governo aceitou as bases do acordo
- (18) Jean embrasse **souvent** Marie.
(*) John kisses **often** Mary.
- (19) Les enfants aiment **tous** le chocolat.
(*) Children like **all** chocolate.
- (20) Jean n'aime **pas** Marie.
(*) John likes **not** Mary.

³⁸ Cf. Mary KATO, M. NASCIMENTO. *A representação da estrutura sentencial do português e a posição dos aspectuais e quantificadores*. ENCONTRO DA ANPOLL; *anais*. UNICAMP, 1992.

³⁹ Cf. Mary KATO, *Word Order Change the case of BrazilianPortuguese WH-questions*. International Congress of Historical Linguistics. 1993. (Comunicação oral).

- (21) a. John has **often** kissed Mary.
b. The children have **all** eaten the chocolate.
c. John has **not** seen Mary.
- (22) a. John is **often** kissing Mary.
b. The children are **all** eating the chocolate.
c. John is **not** talking to Mary.
- (23) **Probabilmente** Gianni telefonerà alle 5.
Probably G. will call at 5.
- (24) ... e, **provavelmente**, não se trata de um caso isolado.
- (25) In vita sua Gianni leggerà **probabilmente** molti racconti d'avventura.
- (26) Maria discuterà la cosa **probabilmente** con molte persone.
- (27) a) Gianni **non** parla **più**.
b) Maria **non** rideva **ancora**.
c) Lui **non** diceva **mai** la verità.
- (28) a) **Nunca** o João visitou a Bahia.
b) O João **nunca** visitou a Bahia.
c) O João não visitou **nunca** a Bahia.
d) O João não visitou a Bahia **nunca**.
- (29) a) Jean ne rencontrera **jamais** Marie.
b) (*) Jean **jamais** (ne) rencontrera Marie.
- (30) a) John **never** met Mary.
b) (*) John met **never** Mary.
- (31) João **nunca** faz isso.
- (32) a) José perdeu **completamente** o juízo.
a') (*) José **completamente** perdeu o juízo.
- (33) b) José tinha perdido **completamente** o juízo.
b') José tinha **completamente** perdido o juízo.
b'') (*) José **completamente** tinha perdido o juízo.
- (34) a) (*) Lúcia sofreu **quase** um desastre.
a') Lúcia **quase** sofreu um desastre.
b) (*) Lúcia tinha sofrido **quase** um desastre.
b') Lúcia tinha **quase** sofrido um desastre.
b'') Lúcia **quase** tinha sofrido um desastre.
- (35) O Ministro **quase** perdeu o cargo...
- (36) De fato, **já** era chegada a hora da verdade.
- (37) E porque **ainda** tão pequeno, já tem uma variedade tão grande dos objetos...
- (38) **Felizmente**, a Bahia, pela riqueza de sua música tem inesgotável manancial de tradição.
- (39) **Ultimamente**, tem-se **felizmente** conseguido um meio termo que permite suportar os custos.(sic)
- (40) Estes, **infelizmente**, não são muitos no Brasil.
- (41) ... é **provavelmente** a melhoria da média de vida do brasileiro.

- (42) O Ministro falará sobre esse assunto **provavelmente** com os assessores.
- (43) Penúltimo Presidente eleito **indiretamente** pelo Colégio Eleitoral, o General João Baptista Figueiredo não necessitava cortejar a opinião pública.
- (44) Uma longa faixa que cobria **praticamente** todo o litoral brasileiro.
- (45) Em São Paulo, o residual da Mata Atlântica **praticamente** se limita ao Vale da Ribeira.
- (46) Por outro lado, **igualmente** ao que se faz na Argentina, o Governo do Brasil quer acabar a aposentadoria.(sic)
- (47) As leis que protegem a criança e o adolescente têm **igualmente** caído no vazio.
- (48) Nesse ponto, Pedro Malan **igualmente** foi tão taxativo quanto didático. (sic)
- (49) ... **principalmente** aqueles que fazem parte da bancada majoritária.
- (50) O que importa é o meio pelo qual a paz possa ser obtida e quais sejam seus objetivos, **principalmente**.
- (51) Estes, **infelizmente**, não são muitos no Brasil.
- (52) ... pondo fim, **igualmente**, ao terrível mau cheiro que se espalha na orla.
- (53) ... os que perdem tempo com a política, **exclusivamente**, porque não têm competência para administrar.
- (54) ... o Ministério precisa, **paralelamente**, arrumar as Universidades Federais.
- (55) ... da qual o ministro Paulo Renato de Souza foi titular, **recentemente**. (sic)
- (56) ... para alegrar mais de um milhão e meio de pessoas **diariamente**.
- (57) Para que possa exigir **mais** dos cursos universitários particulares, o Ministério precisa ...
- (58) Não haverá necessidade de **mais** essa mordida do Governo na bolsa das empresas.
- (59) Do mesmo modo, um professor que tem direito à aposentadoria **mais** cedo, a conquistou porque gasta suas cordas vocais dando aulas para turmas que **mais** parecem miniauditórios.
- (60) **Infelizmente**, **ainda** não chegou o tempo de mandá-los para a cadeia.
- (61) Se Thiago conseguisse conservar todos esses brinquedos **sempre** bem cuidados...
- (62) O confronto de pensamento nem **sempre** é censura, mas forma de despertar o senso crítico.
- (63) A vassoura-de-bruxa, **sempre** ela, não poderia deixar de dar sua funesta contribuição...
- (64) ...onde e como guardá-los, **sempre** bem cuidados.
- (65) **Sempre** foi um homem sem papas na língua.
- (66) Francisco Welfort tem idéias **bem** racistas sobre o resto do Brasil.

Abstract

This paper examines the behaviour of adverbs in Brazilian Portuguese. The analysis of the created corpus is based on the generative 'program' and centered on the hypotheses presented by J. Y. Pollock (1989) and Adriana Belletti (1990). The study tries to define the position occupied by some specific types of adverbs, seeking to determine where their generation occurs, since their place in the sentence remains open to debate.

5 Referências bibliográficas⁴⁰

- AUGUSTO, Marina R. A. 1993. *Fatores envolvidos na extração dos adjuntos-Q*. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado em Lingüística.
- BAKER, M. 1988. *Incorporation, A Theory of Grammatical Function Changing*. Chicago: The University of Chicago Press.
- BATTYE, Adrian, ROBERTS, Ian. 1992. *Language change and verbal systems*. (Mimeo.)
- BELLETTI, Adriana. 1990. *Generalized Verb-Movement*. Pisa: Université de Genève. (Mimeo.)
- CHOMSKY, Noam. 1980. *Estruturas sintáticas*. Lisboa: Edições 70.
- CHOMSKY, Noam. 1975. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Coimbra: Armenio Amado.
- CHOMSKY, Noam. 1981. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht, Holanda: Foris.
- CHOMSKY, Noam. 1986a. *Barriers*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- CHOMSKY, Noam. 1986b. *Knowledge of Language: its Nature, Origin and Use*. New York: Praeger.
- CHOMSKY, Noam. *Principles and parameters theory*. Manuscrito inédito. MIT.
- CHOMSKY, Noam. 1989. Some Notes on Economy of Derivation and Representation. In: LAKA, J. MAJAJAN, A. (edit). *MIT Working Papers in Linguistics*. Massachusetts. v. 10.
- CHOMSKY, Noam. 1992. *A minimalist program for linguistic Theory*. *MIT Occasional Papers in Linguistics*. Cambridge, Massachusetts: MIT.
- EMONDS, J. 1976. *A Transformation Approach to English Syntax*. New York: Academic Press.
- EMONDS, J. The Verbal Complex V-V in French. *Linguistic Inquiry*, n. 9, p.151-176.
- ILARI, Rodolfo (Org.). 1992. *Sintaxe*. In: GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS FALADO; níveis de análise lingüística. Campinas, SP: UNICAMP, v. 2. p. 151-313.
- KATO, Mary. NASCIMENTO, M. 1992. A representação da estrutura sentencial do português e a posição dos aspectuais e quantificadores. ENCONTRO DA ANPOLL. UNICAMP, (Mimeo.)
- KATO, Mary. 1993. *Word Order Change the case of Brazilian Portuguese wh-questions*. INTERNATIONAL CONGRESS OF HISTORICAL LINGUISTICS. (Comunicação oral).
- MIOTO, Carlos. 1991. *Negação sentencial no português brasileiro e teoria da gramática*. Campinas: UNICAMP. (Tese de Doutorado em Ciências).
- POLLOCK, Jean Yves. Verb Movement. Universal Grammar and the Structure of IP. *Linguistic Inquiry*, v. 20, n.3, p. 365-424.
- RAPOSO, Eduardo Paiva. 1992. *Teoria da Gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho.
- RIZZI, Luigi. 1990. *Relativized Minimality*. Massachusetts: The MIT Press.
- ROCHETTE, Anne. [199-]. La structure d'arguments et les propriétés distributionnelles des adverbos. *Revue québécoise de linguistique*, Québec, p. 55-75.
- SILVA, Maria Cristina Figueiredo. *La position sujet en portugais brésilien: dans les frases finites e infinitives*. These de doctorat présentée a la Faculté de l'Université de Genève, sous la direction du Prof. Dr. Luigi Rizzi. (Mimeo.)
- TRAVIS, M. 1988. *The Syntax of Adverbs*. Mc Gill University. (Mimeo.)

⁴⁰ Lamentavelmente, muitos artigos e livros foram consultados através de cópias sem indicação bibliográfica completa, não sendo possível reconstituir todos os dados.

A crítica textual no Brasil: um esboço historiográfico

Célia Marques Telles

Universidade Federal da Bahia

Resumo

É bem verdade que existem tentativas de se traçar o perfil da Crítica Textual no Brasil. Faz-se necessário, entretanto, que se comece a esboçar a sua historiografia e a mapear a sua trajetória na atualidade. Pode dividir-se a sua história em quatro fases: 1. os estudos filológicos e as primeiras edições críticas; 2. o primeiro período acadêmico; 3. a edição crítica de textos modernos; 4. a perspectiva da Crítica Textual nos dias atuais. Embora, aqui e ali, jamais se tenha deixado de lado o labor filológico, este se tem caracterizado por uma descontinuidade decorrente, de certo modo, do isolamento entre os centros de pesquisa que se têm dedicado a essa tarefa. Procura-se, portanto, ao traçar este esboço da Crítica Textual no Brasil não só descrever o percurso histórico da sua trajetória, como encontrar elementos que levem ao conhecimento e a integração de todos os núcleos acadêmicos de pesquisa em Crítica Textual.

1 Introdução

O perfil da história da edição crítica no Brasil vem sendo esboçado em, pelo menos, sete trabalhos. De início, vem tratado no capítulo *Os Estudos filológicos no Brasil* do livro *Ensaio de filologia e lingüística* de Sílvia Elia¹ e no trabalho *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil* de Anthony Naro, publicado na coletânea de mesmo nome². Cinco artigos preparados para situações específicas informam sobre o trabalho de edição crítica no Brasil: o artigo de Celso Ferreira da Cunha, *Da importância das edições críticas*, publicado inicialmente no *Diário Carioca* e posteriormente enfileirado em *Defesa da filologia*³, o artigo de Olmar Guterres da Silveira, *A Filologia no Brasil*, comunicação apresentada no II Congresso de Língua e Literatura⁴, o

¹ Cf. Sílvia ELIA. Os Estudos filológicos no Brasil. In: id. *Ensaio de filologia e lingüística*. 3. ed. ref. e ampl. Rio de Janeiro: Grifo, 1976. p. 117-77.

² Cf. Anthony NARO. *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil*. Trad. de Maria Cândida Bordenave. In: id. (org.). *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 67-114.

³ Cf. Celso CUNHA. Da importância das edições críticas. In: id. *Defesa da filologia*. Coimbra: s.n., 1954. p. 15-9.

⁴ Cf. Olmar Guterres da SILVEIRA. A Filologia no Brasil. In: Horácio Rolim de FREITAS (org.). *A Obra de Olmar Guterres da Silveira*; sua contribuição aos estudos das línguas portuguesa e latina. Rio de Janeiro: H. Rolim de Freitas, 1996. p. 119-127. Às p. 125-6, traça-se um breve resumo a propósito dos trabalhos de crítica textual.

ensaio de Antônio Houaiss, *A Edição crítica no Brasil*, comunicação apresentada no XII Congresso Brasileiro de Língua e Literatura, publicado nas atas do congresso⁵, o artigo de Edith Pimentel Pinto, *Edição crítica no Brasil*⁶, e, finalmente, o artigo de Joram Pinto Lima, *A Crítica Textual no Rio de Janeiro*, na miscelânea em homenagem a Celso Ferreira da Cunha⁷.

No capítulo *Originais modernos*, dos seus *Elementos de bibliologia*⁸, assinala A. Houaiss:

... tarefa crítico bibliográfica de louvável importância seria proceder ao levantamento das obras já publicadas em português sob critérios ecdóticos ou idôneos, a partir de 1900 por exemplo, quando se pode considerar como relativamente consolidada a moderna concepção crítica textual. Esse tombamento, se feito êle também criticamente, seria de extrema utilidade para o feioamento de uma escola brasileira de crítica textual, de que estamos tão necessitados.⁹

Parece poder traçar-se esse perfil considerando quatro grandes períodos, marcados pela atividade de pesquisa que começa a se desenvolver nos centros universitários. Desse modo, destacar-se-iam os quatro períodos seguintes:

1. Os estudos filológicos e as primeiras edições críticas
2. O primeiro período acadêmico
3. A edição crítica de textos modernos
4. A perspectiva da crítica textual nos dias atuais

Pelos critérios agora considerados, essa periodização diverge apenas parcialmente daquelas apresentadas quer por Sílvia Elia, quer por Anthony Naro. Sílvia Elia considera a existência de dois grandes períodos, o vernaculista e o científico; este último compreendendo duas fases, de que a segunda (de 1900 a 1970) abarca três gerações¹⁰. Anthony Naro, por sua vez, divide os trabalhos em dois grandes grupos: um que vai de Sousa da Silveira a Celso

Cunha, outro que abarca as edições críticas do Instituto Nacional do Livro; acrescenta, ainda, os trabalhos de Leodegário de Azevedo Filho e os de Sílvia Elia¹¹. A propósito das edições do Instituto Nacional do Livro, valem lembradas as palavras de Anthony Naro:

Essa série do Instituto Nacional do Livro constituiu um esforço único e destacado na história da filologia brasileira, o qual, infelizmente, chegou a um fim prematuro devido a uma decisão política, tomada pelo Instituto, de favorecer a publicação de livros mais populares, de nível intelectual muito mais baixo. (...) Não obstante, as publicações brasileiras são, do ponto de vista estritamente lingüístico, inteiramente fidedignas e os índices vocabulares aí apresentados são de grande importância para os estudiosos da área.¹²

2 Os estudos filológicos e as primeiras edições críticas

Esse período caracteriza-se pela atuação de eruditos de formação não específica na área de letras, mas que desenvolvem intensa atividade filológica.

Joram Pinto de Lima ressalta o fato de os primeiros trabalhos de crítica textual no Brasil serem devidos a historiadores como Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia, Eugênio de Castro e José Honório Rodrigues¹³.

Uma leitura do citado capítulo do livro de Sílvia Elia, *Os estudos filológicos no Brasil*, de que a primeira edição é de 1963, mostra que a primeira edição crítica feita no Brasil foi a de Oskar Nobiling, em 1907, que preparou uma edição crítica das *Cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade*¹⁴. Contam-se, ainda, as edições anotadas por M. Said Ali — das *Obras completas* de Casimiro de Abreu¹⁵, das *Poesias* de Gonçalves Dias¹⁶ e das *Obras Completas* de Castro Alves¹⁷ — e de João Ribeiro — a *Cena Policiãna* de Anrique López¹⁸, o *Auto de Rodrigo e Mendo* de Jorge Pinto¹⁹, ou os *Satyriscos portugueses*²⁰.

¹¹ Cf. Anthony NARO, op. cit., p. 73-9.

¹² Cf. id., *ibid.*, p. 78.

¹³ Cf. Joram Pinto de LIMA, op. cit., p. 597-9.

¹⁴ Cf. AS CANTIGAS DE D. JOAN GARCIA DE GUILHADE. Erlangen: Junge & Sohn, 1907. 82p. Ed. crítica, com notas e introdução de Oskar Nobiling.

¹⁵ Cf. Casimiro de ABREU. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Laemert, 1895. Nov. ed. prep. por M. Said Ali.

¹⁶ Cf. Gonçalves DIAS. *Poesias*. Rio de Janeiro: Laemert, 1896. 2t. Nov. ed. prep. por M. Said Ali.

¹⁷ Cf. Castro ALVES. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Laemert, 1898. Nov. ed. prep. por M. Said Ali.

¹⁸ Cf. Anrique LÓPEZ. *Cena policiãna*. *Revista de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro.

¹⁹ Cf. Jorge PINTO. *Auto de Rodrigo e Mendo*. *Revista de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro.

²⁰ Cf. SATYRICOS PORTUGUEZES. Rio de Janeiro / Paris: Garnier, 1910.

⁵ Cf. Antônio HOUAISS. A Edição crítica de textos no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE LÍNGUA E LITERATURA, 12; atas. *Revista Brasileira de Língua e Literatura*, Rio de Janeiro, v.2, n. 6, p. 12-15, 1980.

⁶ Cf. Edith Pimentel PINTO. Edição crítica no Brasil. *Comunicação e Artes*, São Paulo, n. 11, p. 175-87, 1982.

⁷ Cf. Joram Pinto de LIMA. A Crítica Textual no Rio de Janeiro. In: Cilene da Cunha PEREIRA, Paulo Roberto Dias PEREIRA (org.). *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 597-608.

⁸ Cf. Antônio HOUAISS. Originais modernos. In: id. *Elementos de bibliologia*. Reimp. fac-similar. São Paulo: Hucitec/INL-FPM, 1983. p. 269-332.

⁹ Cf. id., *ibid.*, p. 271.

¹⁰ Cf. Sílvia ELIA, op. cit., p. 117-77.

A seguir vão encontrar-se citações de trabalhos ligados à edição de textos dentro do que se chama “2ª. geração: 1920-1940”²¹, alguns deles não mais do que reproduções. É o caso, por exemplo, das *Obras completas* de Mário Barreto pela Organização Simões.

De 1939 data a edição dos *Suspiros poéticos e saudades* de Domingos José Gonçalves de Magalhães²². A partir de 1940, a Companhia Editora Nacional traz à luz as ditas edições críticas, publicadas pela Companhia Editora Nacional, das *Obras completas* de Castro Alves²³, aos cuidados de Afrânio Peixoto, das *Obras* de Casimiro de Abreu²⁴, por Souza da Silveira, das *Obras completas* de Álvares de Azevedo²⁵, organizada por Homero Pires e das *Obras completas* de A. Gonçalves Dias²⁶, de Manuel Bandeira. Seguem-se as obras do Padre Augusto Magne: a edição da *Demanda do Santo Graal*, de 1944²⁷; o Instituto Nacional do Livro e a Fundação Casa de Rui Barbosa publicaram as edições do *Boosco deleitoso solitario*²⁸ e de *O Livro de Vita Christi em linguagem portuguesa*²⁹. Augusto Magne foi ainda o editor do *Castelo perigoso*³⁰ e de *Poesias* de D. Afonso Sanches³¹, além de uma seleção das *Cantigas de Santa Maria*³². São de Álvaro Ferdinando de Souza da Silveira as edições,

publicadas inicialmente na *Revista de Cultura*, da tragédia *Castro*, de Antônio Ferreira³³, da égloga *Crisfal* de Cristóvão Falcão³⁴, da poesia *Sóbolos rios*, de Luís de Camões³⁵ e, ainda, de *Dois autos de Gil Vicente (o de Mofina Mendes e o da Alma)*³⁶, de que a primeira edição data de 1949³⁷. A Fundação Casa de Rui Barbosa faz vir à luz, em 1958, as *Máximas, pensamentos e reflexões do Marquês de Maricá*³⁸, também anotada por Sousa da Silveira.

3 O primeiro período acadêmico

A esse período corresponde a caracterização de Sílvio Elia:

Representa a transição do autodidatismo das gerações anteriores — [1ª. fase do período científico: 1880-1900; 1ª. e 2ª. gerações da 2ª. fase do período científico: 1900-1920 e 1920-1940, respectivamente] — para a formação universitária, ainda incipiente e deficiente, da maioria de nossas Faculdades de Filosofia.³⁹

Nessa geração acham-se incluídos, Sílvio Elia, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Gladstone Chaves de Melo, Albino de Bem Veiga⁴⁰.

Devem-se a Serafim da Silva Neto as edições de *A Santa vida e religiosa conversação de Frei Pedro*⁴¹, do texto parcial dos *Diálogos de São Gregó-*

²¹ Cf. Sílvio ELIA, op. cit., p. 126 e 134.

²² Cf. Domingos José Gonçalves de MAGALHÃES. *Suspiros poéticos e saudades*. 5. ed. Brasília: EDUNB/INL, 1986. 433. Reedição segundo o texto anotado por Sousa da Silveira, Ministério da Educação, 1939.

²³ Cf. OBRAS COMPLETAS DE CASTRO ALVES. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1944. 2t. Introd. e notas de Afrânio Peixoto.

²⁴ Cf. OBRAS DE CASIMIRO DE ABREU. São Paulo: Editora Nacional. Org. apuração e notas de Souza da Silveira.

²⁵ Cf. OBRAS COMPLETAS DE ÁLVARES DE AZEVEDO. São Paulo: Editora Nacional. Org. e notas de Homero Pires.

²⁶ Cf. OBRAS COMPLETAS DE A. GONÇALVES DIAS. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1944. 2v. Org., apuração do texto, cronologia e notas por Manuel Bandeira.

²⁷ Cf. Augusto MAGNE (edit.). *A Demanda do Santo Graal*. Rio de Janeiro: MEC/INL/Imprensa Nacional, 1944. 3v.

²⁸ Cf. id. (edit.). *Boosco deleitoso solitario*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1950. v.1.

²⁹ Cf. Ludolfo CARTUSIANO. *O Livro de Vita Christi em linguagem portuguesa*. Rio de Janeiro: MEC/CRB, 1957-1968. 2v. Ed. fac-similada e crítica do incunábulo de 1495, cotejado com os apógrafos por Augusto Magne.

³⁰ Cf. id. (edit.). *Castelo Perigoso*. *Revista Filologica*, Rio de Janeiro, v.4, n. 5, p. 183-202, 1942; v.5, n. 18, p. 81-7, 1942; *Verbum*, Rio de Janeiro, v.2, n. 1, p. 116-23, 233-8, 458-69, 1945; v.3, p. 79-89, 191-201, 298-307, 1946.

³¹ Cf. id. (edit.). Um trovador do período post-dionisiano, don Alfonso Sanches. *Revista de Filologia e Historia*, Rio de Janeiro, v.1, p. 58-88, 1931.

³² Cf. id. (edit.). *Cantigas de Santa Maria de Alfonso X, o Sabio*. *Revista de Lingua Portuguesa*, Rio de Janeiro, v. 44, p. 55-110, 1926.

³³ Cf. Antônio FERREIRA. *Castro*. In: [Álvaro Ferdinando] Sousa da SILVEIRA (ed.). *Textos Qui-nhentas*; Camões: *Sóbolos rios* — Cristóvão Falcão: *Crisfal* — Antônio Ferreira: *Castro* — Gil Vicente: *Auto da alma*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. p. 143-262. Estabelecidos e comentados por Sousa da Silveira. Texto baseado no da ed. de 1590 dos *Poemas lusitanos*.

³⁴ Cf. Cristóvão FALCÃO. *Crisfal*. In: id., *ibid.* p. 57-142. Estabelecidos e comentados por Sousa da Silveira. Texto baseado no da ed. de 1932, da Imprensa da Universidade de Coimbra.

³⁵ Cf. [Luís] de CAMÕES. *Sóbolos rios*. In: id., *ibid.* p. 13-56. Estabelecidos e comentados por Sousa da Silveira. Texto baseado no da ed. de 1595.

³⁶ Cf. Gil VICENTE. *Auto da alma*. In: id., *ibid.* p. 263-344. Estabelecidos e comentados por Sousa da Silveira. Texto baseado no da ed. de 1562. Reproduzido em Álvaro Ferdinando de Sousa da SILVEIRA (ed.). *Dois autos de Gil Vicente (o da Mofina Mendes e o da Alma)*. 3. ed. acresc. com o fac-símile dos autos na edição príncipe de 1562. Rio de Janeiro: MEC/FCRB, 1973. 152p. Pref. de Maximiano de Carvalho e Silva. Estudo prévio de Cleonice Berardinelli.

³⁷ Publicada em separata de *A Ordem*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1-2 e 4, 1949.

³⁸ Cf. MÁXIMAS, PENSAMENTOS E REFLEXÕES DO MARQUÊS DE MARICÁ. Rio de Janeiro: MEC/FCRB, 1958. Ed. anotada por Sousa da Silveira.

³⁹ Cf. Sílvio ELIA, op. cit., p. 149.

⁴⁰ Cf. id., *ibid.*

⁴¹ Cf. André de RESENDE. *A Santa vida e religiosa conversação de Frei Pedro*; porteiro do mosteiro de S. Domingos de Évora. Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1947. xxxiii+213p. Ed. fac-similada do único exemplar conhecido, acompanhada de transcrição, introdução e notas por Serafim da Silva Neto. Pref. estudo de Jaime Cortesão.

rio⁴², da *Bíblia medieval portuguesa: historias d'abreviado Testamento Velho*⁴³, da mais antiga versão conhecida da *Regra de São Bento em português*⁴⁴; isto sem falar no manual *Textos medievais portugueses e seus problemas*⁴⁵. A cargo de Celso Ferreira da Cunha são as edições de *O Cancioneiro de Paay Gómez Charinho, trovador do séc. XIII*⁴⁶, de *O Cancioneiro de Joan Zorro*⁴⁷ e de *O Cancioneiro de Martin Codax*⁴⁸. A Albino de Bem Veiga deve-se a edição do *Virgeu de Consolaçon*⁴⁹. De Leodegário de Azevedo Filho é a edição de *As Cantigas de Pero Meogo*⁵⁰. Dessa época datam as edições publicadas pela Biblioteca Nacional, na coleção Dicionário da Língua Portuguesa, Textos e Vocabulários: do *Auto de Vicente Anes Joeira*⁵¹, de *Um Tratado da cozinha portuguesa do século XV*⁵², da *Carta de Pero Vaz de Caminha*⁵³, do *Livro das aves*⁵⁴, do *Tratado da Província do Brasil* de Pêro de Magalhães de Gândavo⁵⁵, de *Coisas Notáveis do Brasil*⁵⁶, dos

⁴² Cf. DIÁLOGOS DE SÃO GREGÓRIO. Coimbra: Atlântida, 1950. fasc. 1. Ed. crítica de Serafim da Silva Neto.

⁴³ Cf. BÍBLIA MEDIEVAL PORTUGUESA; historias d'abreviado Testamento Velho segundo o Meestre das historias scolasticas. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1958. v.1, 421p. Texto apurado por Serafim da Silva Neto.

⁴⁴ Cf. Serafim da SILVA NETO (edit.). A mais antiga versão conhecida da Regra de São Bento. *Revista Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro, v.5, t. 1-2, p. 21-46, 1959-1960.

⁴⁵ Cf. id. *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Rio de Janeiro: MEC/FCRB, 1956. 125p.

⁴⁶ Cf. Celso Ferreira da CUNHA (edit.). *O Cancioneiro de Paay Gómez Charinho, trovador do séc. XIII*. Rio de Janeiro: 1945.

⁴⁷ Cf. id. (edit.). *O Cancioneiro de Joan Zorro*; aspectos lingüísticos — texto crítico — glossário. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949. 97+xxiiip.

⁴⁸ Cf. id. (edit.). *O Cancioneiro de Martin Codax*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956.

⁴⁹ Inicialmente publicado em Separata da *Revista Brasileira de Filologia* (Rio de Janeiro, 1956). Cf. Albino de Bem VEIGA (edit.). *Virgeu de Consolaçon*; edição crítica de um texto arcaico inédito, introdução, gramática, notas e glossário. Porto Alegre: Globo, 1959. 170p. (Pub. da Universidade da Bahia).

⁵⁰ Cf. Leodegário de AZEVEDO FILHO. *As Cantigas de Pero Meogo*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1974. Recentemente publicada.

⁵¹ Cf. AUTO DE VICENTE ANES JOEIRA. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1963. Ed. preparada por Cleonice Berardinelli.

⁵² Cf. UM TRATADO DA COZINHA PORTUGUÊSA DO SÉCULO XV. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1963. 184p. Ed. preparada por Antônio Gomes Filho.

⁵³ Cf. SÍLVIO BATISTA PEREIRA. *Vocabulário da carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1964. 179p.

⁵⁴ Cf. LIVRO DAS AVES. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1965. 80p. Ed. prep. por Jacyra Andrade Mota, Rosa Virgínia Matos, Vera Lúcia Sampaio, sob a orient. e dir. de Nelson Rossi.

⁵⁵ Cf. Pêro de Magalhães DE GÂNDAVO. *Tratado da província do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1965. 340p. Ed. preparada por Emmanuel Pereira Filho.

⁵⁶ Cf. COISAS NOTÁVEIS DO BRASIL. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1966. 209p. Ed. preparada por A. G. Cunha.

Autos de Antônio Ribeiro Chiado⁵⁷, do *Roteiro de todos os sinais na costa do Brasil*⁵⁸, do *Auto dos dois ladrões*⁵⁹, além da edição de *Rimas de Camões*⁶⁰, iniciada por Emmanuel Pereira Filho, vinda à luz posteriormente, aos cuidados de Edwaldo Cafezeiro e Ronaldo Menegaz. Celso Ferreira da Cunha e Carlos Duval prepararam uma edição crítica da *Prosopopéia* de Bento Teixeira⁶¹.

Ligadas às edições da Imprensa Nacional, anteriores às edições de textos medievais, acham-se aquelas preparadas por Darcy Damasceno do *Teatro* de Martins Pena⁶² e do romance *O Guarany* de José de Alencar⁶³; do mesmo modo, a edição de *Memórias de um sargento de milícias*⁶⁴, prefaciada por Marques Rebelo. Além da edição de *Iracema*, de José de Alencar⁶⁵, Gladstone Chaves de Melo preparou (em Lisboa), com Aníbal Pinto da Castro, a edição de *A Vida de dom frei Bertolomeu dos Mártires* de Fr. Luís de Sousa⁶⁶. A Terezinha Marinho deve-se uma edição crítica das *Memórias de um sargento de milícias* de Manuel Antônio de Almeida⁶⁷.

O estabelecimento do texto da *Poesia completa e prosa escolhida* de Gonçalves Dias⁶⁸ deve-se a Antônio Houaiss, assim como o mesmo A. Houaiss

⁵⁷ Cf. Antônio Ribeiro CHIADO. *Autos*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1968. 254p. Ed. preparada por Cleonice Berardinelli e Ronaldo Menegaz.

⁵⁸ Cf. ROTEIRO DE TODOS OS SINAIS NA COSTA DO BRASIL. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1968. 183p. Ed. preparada por Max Justo Guedes.

⁵⁹ Cf. Antônio de LISBOA. *Auto dos dois ladrões*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1969. 152p. Ed. preparada por Edwaldo Cafezeiro.

⁶⁰ Cf. Emmanuel PEREIRA FILHO. *As Rimas de Camões*. Rio de Janeiro: José Aguilar, Brasília: INL/Bibl. Manancial, 1974. 354p. Ed. preparada e organizada por Edwaldo Cafezeiro e Ronaldo Menegaz.

⁶¹ Cf. Bento TEIXEIRA. *Prosopopéia*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1972. 143p. Introd., estab. do texto e coment. por Celso Cunha e Carlos Duval.

⁶² Cf. TEATRO DE MARTINS PENA. Rio de Janeiro: INL, 1956. 2v. Ed. crítica por Darcy Damasceno, com a colab. de Maria Filgueiras.

⁶³ Cf. José de ALENCAR. *O Guarany*; romance brasileiro. Rio de Janeiro: INL, 1958. 380p. Ed. crítica de Darcy Damasceno.

⁶⁴ Cf. Manuel Antônio de ALMEIDA. *Memórias de um sargento de milícias*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1962. 301p. Nota prévia de Darcy Damasceno.

⁶⁵ Cf. José de ALENCAR. *Iracema*; (lenda do Ceará). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. Li+180+[109]p. Introd., notas e apêndice de Gladstone Chaves de Melo.

⁶⁶ Cf. Luís de SOUSA, (Fr.). *A Vida de dom frei Bertolomeu dos Mártires*. Lisboa: IN/CM, 1986. Ed. aos cuidados de Gladstone Chaves de Melo e de Aníbal Pinto de Castro.

⁶⁷ Cf. Manuel Antônio de ALMEIDA. *Memórias de um sargento de milícias*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1969. Ed. preparada por Terezinha Marinho.

⁶⁸ Cf. Gonçalves DIAS. *Poesia completa e prosa escolhida*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959. Texto estabelecido por Antônio Houaiss.

é um dos responsáveis pela edição das *Obras completas* de Lima Barreto⁶⁹; também a ele se deve a edição do *Eu* de Augusto dos Anjos⁷⁰.

À relação dessas edições devem ser incluídos os primeiros trabalhos de pós-graduação (mestrado e doutorado) que se dedicaram, nesta ou naquela Universidade, a edições críticas de textos e de que o elenco ainda resta a ser feito sistematicamente.

Outro centro de estudos que se tem dedicado a edições de texto é a Fundação Casa de Rui Barbosa, responsável pelas edições de *O Bom crioulo* de Adolfo Caminha⁷¹, da *Oração aos moços* de Rui Barbosa⁷² e de *Últimos sonetos* de Cruz e Souza⁷³.

São trabalhos ligados a esse primeiro período acadêmico, entre outros, os publicados em São Paulo entre 1933 e 1970⁷⁴, tais como as *Poesias* do Padre José de Anchieta⁷⁵, até 1973, como a tese de Edith Pimentel Pinto, *O Auto da ingratidão* ("na Vila de Vitória"- *Anchieta*)⁷⁶. Entre as atividades de crítica textual a serem destacadas em São Paulo, ressalta-se a de Segismundo Spina, que, em 1956, preparou uma excelente e cuidada antologia, a *Lírica trovadoresca*⁷⁷, de que se fez há pouco tempo outra edição⁷⁸. Em 1988 saiu aos cuidados de Segismundo Spina uma edição de *A Tuba de Calíope* de D. Francisco Manuel de Melo⁷⁹.

Trabalhos mais recentes ligados à Universidade de São Paulo podem ser encontrados entre os seguidores de Segismundo Spina, destacando-se os de Heitor Megale, editando *O Pentateuco da Bíblia medieval portuguesa*⁸⁰, ou com a edição modernizada de *A Demanda do Santo Graal*⁸¹, ou, ainda, na edição resumida de *A Demanda do Santo Graal*⁸² ou do *Merlim*⁸³ de Robert de Boron. Mais recentemente, Ivan teixeira preparou a edição crítica das *Obras poéticas* de Basílio da Gama⁸⁴.

Ainda ligada ao *Primeiro período acadêmico* podem citar-se as edições de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira dos *Contos gauchescos e Lendas do sul* de J. Simões Lopes Neto⁸⁵, de Olmar Guterres da Silveira de *A Gramática de Fernão d'Oliveyra*⁸⁶. É digna de nota a edição do *corpus dos sonetos camonianos* preparada por Cleonice Berardinelli⁸⁷. Do mesmo modo são de grande importância as edições dos volumes da *Lírica* de Camões que vem sendo preparada por Leodegário de Azevedo Filho⁸⁸. Leodegário de Azevedo Filho e Sílvio Elia prepararam uma edição de *As Poesias de Anchieta em português*, em 1983⁸⁹.

Edições da obra de José de Alencar foram preparadas por Maximiano de Carvalho e Silva, publicadas pela Melhoramentos: de *Til*⁹⁰, de *O tronco do ipê*⁹¹,

⁶⁹ Cf. O PENTATEUCO DA BÍBLIA MEDIEVAL PORTUGUESA. São Paulo: Imago/EDUC, 1992. 178p. Introd. e glossário de Heitor Megale.

⁸⁰ Cf. A DEMANDA DO SANTO GRAAL; (manuscrito do século XIII). São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1988. 538p. Texto sob os cuidados de Heitor Megale.

⁸¹ Cf. A DEMANDA DO SANTO GRAAL. São Paulo: Atelier/Imaginário, 1996. 172p. Trad. de Heitor Megale.

⁸² Cf. Robert de BORON. *Merlim*. trad. do fr. ant. por Heitor Megale. Rio de Janeiro: Imago, 1993. 203p. Apres. e glossário de Heitor Megale.

⁸³ Cf. Ivan TEIXEIRA (edit.). *Obras poéticas de Basílio da Gama*. São Paulo: EDUSP, 1996. 476p.

⁸⁴ Cf. J. Simões LOPES NETO. *Contos gauchescos e Lendas do sul*. Rio de Janeiro: Globo, 1950. 438p. Ed. crítica com introd., variantes, notas e glossário por Aurélio Buarque de Hollanda.

⁸⁵ Cf. Olmar Guterres da SILVA. A "Grammatica" de Fernão d'Oliveyra; apreciação — texto reproduzido da 1ª. ed., (1536). Rio de Janeiro: s.n., 1954. 98p. Tese apres. a Concurso para provimento de uma Cadeira de Português do Colégio Pedro II.

⁸⁶ Cf. Cleonice Serôa da Motta Berardinelli (edit.). *Sonetos de Camões: "corpus" dos sonetos camonianos*. Lisboa: Paris, Centre Culturel Portugais, Rio de Janeiro: FCRB, 1980. xvi+706p.

⁸⁷ Cf. Leodegário A. de AZEVEDO FILHO, ed. *Lírica de Camões*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985-1998. 4v.

⁸⁸ Cf. Leodegário A. de AZEVEDO FILHO e Sílvio ELIA (edit.). *As Poesias de Anchieta em português*. Rio de Janeiro: Antares, [Brasília]: INL, 1983. 170p. Estabelecimento de texto e apreciação literária.

⁸⁹ Cf. José de ALENCAR. *Til*. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1973. Ed. preparada por Maximiano de Carvalho e Silva, com a colab. de Marlene Mendes.

⁹⁰ Cf. id. *O Tronco do ipê*. 15. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1973. Ed. preparada por Maximiano de Carvalho e Silva, com a colab. de Aluísio Costa, Noêmia Costa e Marlene Mendes.

⁶⁹ Cf. Lima BARRETO. *Obras completas*. São Paulo: Brasiliense, 1956. Texto apurado por Antônio Houaiss, Francisco de Assis Barbosa e M. Cavalcanti Proença.

⁷⁰ Cf. Augusto dos ANJOS. *Eu*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1956. Ed. de Antônio Houaiss e Francisco de Assis Barbosa.

⁷¹ Cf. Adolfo CAMINHA. *O Bom crioulo*. Rio de Janeiro: Simões, 1956. Ed. aos cuidados de Adriano da Gama Kury.

⁷² Cf. Rui BARBOSA. *Oração aos moços*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. Ed. aos cuidados de Adriano da Gama Kury.

⁷³ Cf. Cruz e SOUZA. *Últimos sonetos*. Rio de Janeiro: FCRB, Florianópolis: UFSC/FCC, 1984. Ed. aos cuidados de Adriano da Gama Kury.

⁷⁴ Cf. Edith Pimentel PINTO, art. cit., p. 261.

⁷⁵ Publicada inicialmente em 1954. Cf. José de ANCHIETA. *Poesias*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1989. 835p. Manuscrito do séc. XVI, em português, castelhano, latim e tupi. Transcr., trad. e notas de Maria de Lourdes de Paula Martins.

⁷⁶ Publicada em 1978. Cf. Edith Pimentel PINTO (edit.). *O Auto da Ingratidão* ("Na Vila de Vitória" — *Anchieta*). São Paulo: SCCT/CEACH, 1978. 277p.

⁷⁷ Cf. Segismundo SPINA. *A Lírica trovadoresca: Estudo. Antologia crítica. Glossário*. 2. ed. ref. e aum. Rio de Janeiro: Grifo, São Paulo: EDUSP, 1972. 454p.

⁷⁸ Cf. id. *A Lírica trovadoresca*. São Paulo: EDUSP. (Texto & Arte, 1).

⁷⁹ Cf. Francisco Manuel de MELO. *A Tuba de Calíope (Quarta musa das Obras Métricas)*. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1988. 253p. Introd., estabelecimento do texto, notas e glossário por Segismundo Spina.

de *Ubirajara*⁹² e de *O Sertanejo*⁹³. A Olavo Aníbal Nascentes deve-se uma edição crítica de *Canaã* de Graça Aranha⁹⁴.

4 A Edição crítica de textos modernos

Após o *Curso Superior Livre de Crítica Textual*, promovido pela Biblioteca Nacional, desenvolve-se um novo período na crítica textual, totalmente voltado para a edição crítica de autores modernos.

A Comissão Machado de Assis foi criada pela Portaria 483 de 19 de setembro de 1958, ampliando-se os âmbitos de suas atividades pela Portaria de 19 de julho de 1965, com a finalidade de consolidar o texto da obra de Machado de Assis⁹⁵. Foram membros dessa Comissão, entre outros: Antônio Houaiss, Antônio José Chediak, Maximiano de Carvalho e Silva, Celso Cunha, José Galante de Sousa, M. Cavalcanti Proença.

Em 1980, Antônio Houaiss dá um depoimento a propósito da importância da Comissão Machado de Assis, que representou:

...um momento importante da edição crítica de autores modernos no Brasil e na língua. Mas o coroamento da tarefa realizada comprometeu em grande parte o que se produziu. Não há aqui crítica a ninguém.⁹⁶

Em seu artigo sobre a edição crítica no Brasil assinala Edith Pimentel Pinto:

Os anos 60 correspondem, pois, à divulgação da metodologia pertinente à edição crítica, mas também ao aparecimento das primeiras obras exemplares, no gênero, no Brasil. (...)

Essas bases normativas, constituídas por uma "Introdução crítico-filológica", de Antônio Houaiss, acrescida de estudos complementares devidos a outros membros da Comissão (Antônio José Chediak, Celso Cunha, J. Galante de Sousa), constam em todos os volumes que constituem a coleção das *Edições críticas de obras de Machado de Assis*, já em 2a. edição, e ainda hoje modelo de metodologia e exemplo de apuração do texto crítico de autores modernos.⁹⁷

⁹² Cf. id. *Ubirajara*. São Paulo: Melhoramentos, 1973. Ed. preparada por Maximiano de Carvalho e Silva, com a colab. de Marlene Mendes.

⁹³ Cf. id. *O Sertanejo*. São Paulo: Melhoramentos, 1973. Ed. preparada por Maximiano de Carvalho e Silva, com a colab. de Marlene Mendes.

⁹⁴ Cf. José Graça ARANHA. *Canaã*. 12. ed. Rio de Janeiro: R. J. Briguiet, 1968. 276p. Ed. rev. e texto estabelecido por Olavo Aníbal Nascentes.

⁹⁵ Cf. Antônio HOUAISS. *Originais modernos...*, p. 274-5.

⁹⁶ Cf. Antônio HOUAISS. *A Edição crítica de textos no Brasil...*, p. 15.

⁹⁷ Cf. Edith Pimentel PINTO. *Edição crítica no Brasil...*, p. 178-9.

A partir de então, publicaram-se as edições das obras de Machado de Assis: *Memórias póstumas de Brás Cubas*⁹⁸, *Contos fluminenses*⁹⁹, *Dom Casmurro*¹⁰⁰, *Esaú e Jacó*¹⁰¹, *Helena*¹⁰², *Histórias da meia noite*¹⁰³, *Histórias sem data*¹⁰⁴, *Iaiá Garcia*¹⁰⁵, *A Mão e a luva*¹⁰⁶, *Memorial de Aires*¹⁰⁷, *Poesias completas*¹⁰⁸, *Quincas Borba*¹⁰⁹, *Relíquias de Casa Velha*¹¹⁰, *Ressurreição*¹¹¹, *Várias histórias*¹¹².

Na seqüência dos trabalhos da Comissão Machado de Assis, publicaram-se edições críticas de textos de autores brasileiros, com base nos critérios então estabelecidos. De José de Alencar, *Senhora*¹¹³ e *Iracema*¹¹⁴; de Manoel

⁹⁸ Cf. Joaquim Maria Machado de ASSIS. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 301p. Ed. crítica, texto estabelecido pela Comissão Machado de Assis.

⁹⁹ Cf. id. *Contos fluminenses*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 265p. Ed. crítica, texto estabelecido pela Comissão Machado de Assis.

¹⁰⁰ Cf. id. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 267p. Ed. crítica, texto estabelecido pela Comissão Machado de Assis.

¹⁰¹ Cf. id. *Esaú e Jacó*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 284p. Ed. crítica, texto estabelecido pela Comissão Machado de Assis.

¹⁰² Cf. id. *Helena*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 232p. Ed. crítica, texto estabelecido pela Comissão Machado de Assis.

¹⁰³ Cf. id. *Histórias da meia noite*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 226p. Ed. crítica, texto estabelecido pela Comissão Machado de Assis.

¹⁰⁴ Cf. id. *Histórias sem data*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 210p. Ed. crítica, texto estabelecido pela Comissão Machado de Assis.

¹⁰⁵ Cf. id. *Iaiá Garcia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 237p. Ed. crítica, texto estabelecido pela Comissão Machado de Assis.

¹⁰⁶ Cf. id. *A Mão e a luva*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 162p. Ed. crítica, texto estabelecido pela Comissão Machado de Assis.

¹⁰⁷ Cf. id. *Memorial de Aires*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 219p. Ed. crítica, texto estabelecido pela Comissão Machado de Assis.

¹⁰⁸ Cf. id. *Poesias completas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 520p. Ed. crítica, texto estabelecido pela Comissão Machado de Assis.

¹⁰⁹ Cf. id. *Quincas Borba*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 2v. Ed. crítica, texto estabelecido pela Comissão Machado de Assis.

¹¹⁰ Cf. id. *Relíquias de Casa Velha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 263p. Ed. crítica, texto estabelecido pela Comissão Machado de Assis.

¹¹¹ Cf. id. *Ressurreição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 180p. Ed. crítica, texto estabelecido pela Comissão Machado de Assis.

¹¹² Cf. id. *Várias histórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 197p. Ed. crítica, texto estabelecido pela Comissão Machado de Assis.

¹¹³ Cf. José de ALENCAR. *Senhora*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, São Paulo: EDUSP, 1979. Ed. crítica de José Carlos Garbuglio.

¹¹⁴ Cf. id. *Iracema*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979. Ed. crítica de M. Cavalcanti Proença.

Antônio de Almeida, as *Memórias de um sargento de milícias*¹¹⁵; de Mário de Andrade, o *Macunaíma*¹¹⁶; a *Obra poética*¹¹⁷ de Lobo da Costa; a *Bagaceira* de José Américo de Almeida¹¹⁸; parte da obra de Arthur de Salles¹¹⁹. Em todos esses trabalhos lêem-se referências às normas da Comissão Machado de Assis. Cecília de Lara, em nova edição crítica de *Memórias de um sargento de milícias*, referindo-se à de Terezinha Marinho¹²⁰, lembra:

Por outro lado, no caso específico das *Memórias de um sargento de milícias*, já que contamos com o mencionado trabalho de Terezinha Marinho, a nosso ver seria redundante reapresentar minuciosamente dados que lá estão coligidos e estudados com o tradicional rigor filológico das edições que se orientam pelas normas da Comissão Machado de Assis.¹²¹

Em nota explicativa à edição de 1965, afirma M. Cavalcanti Proença:

Foram bases normativas de nosso trabalho as mesmas estabelecidas pela Comissão Machado de Assis para a edição do texto crítico de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.¹²²

José Carlos Garbuglio, na introdução à edição crítica de *Senhora*¹²³, adverte que serão seguidas as normas gerais estabelecidas pelo coordenador da coleção Biblioteca Universitária Brasileira¹²⁴.

O Grupo de Edição Crítica de Textos da Universidade Federal da Bahia,

¹¹⁵ Cf. Manuel Antônio de ALMEIDA. *Memórias de um sargento de milícias*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. Ed. crítica de Cecília de Lara.

¹¹⁶ Cf. Mário de ANDRADE. *Macunaíma*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, São Paulo: Sec. de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978. Ed. crítica de Telê Porto Ancona Lopes.

¹¹⁷ Cf. OBRA POÉTICA DE LOBO DA COSTA. Porto Alegre: IEL, 1991. 294p. Ed. crítica. Pesquisa, introd., notas e glossário de Alice Campos Moreira.

¹¹⁸ Cf. José Américo de ALMEIDA. *A Bagaceira*. Rio de Janeiro: José Olympio, João Pessoa: FCJA, 1989. Ed. crítica por Milton Paiva, Elisalva de Fátima Madruga e Neroaldo Pontes de Azevedo. Ed. comemorativa dos sessenta anos do romance (1929-1988).

¹¹⁹ Cf. Arthur de SALLES. *Sangue-mau*. Cidade do Salvador: UFBA, 1981. xiii+339p. Ed. crítica sob a dir. de Nilton Vasco da Gama.

¹²⁰ Cf. Manuel Antônio de ALMEIDA. *Memórias de um sargento de milícias*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1969. Ed. preparada por Terezinha Marinho.

¹²¹ Cf. Cecília de LARA. Introdução. In: Manoel Antonio de ALMEIDA. *Memórias de um sargento de milícias*, ed. cit., p. xiii.

¹²² Cf. NOTA EXPLICATIVA DE M. CAVALCANTI PROENÇA [À 1a. EDIÇÃO]. In: José de ALENCAR. *Iracema*, ed. cit., p. xv.

¹²³ Cf. José Carlos GARBUGLIO. Introdução. In: José de ALENCAR. *Senhora*, ed. cit., p. ix.

¹²⁴ Nessa coleção são publicadas as edições críticas de *Macunaíma* de Mário de Andrade, por Telê Porto Ancona Lopes; de *Iracema* de José de Alencar, editado por M. Cavalcanti Proença; de *Memórias de um sargento de milícias*, editado por Cecília de Lara; de *Senhora*, editado por José Carlos Garbuglio.

ao editar o poema regional *Sangue-mau*, do poeta baiano Arthur de Salles¹²⁵, ao indicar o comportamento adotado, assinala que:

Os nossos critérios, após sucessivas discussões em seminários, onde tomamos como ponto de partida as normas preconizadas pela Comissão Machado de Assis na edição crítica da obra do grande autor da literatura brasileira, confrontando-as com as de outras edições críticas de autores modernos, foram estabelecidos de acordo com os princípios da Ecdótica, sempre com o intuito de alcançar um texto que mais se aproximasse da realidade lingüística de Arthur de Salles.¹²⁶

Da edição crítica de *A Bagaceira* de José Américo de Almeida¹²⁷, afirma Antônio Houaiss:

Venho acompanhando a elaboração de muitas edições críticas de textos contemporâneos venerandos. Nenhum — muito sinceramente o digo — foi objeto de tão acurada vigilância, paixão e mestria quanto este. (...)

É bom sinal dos tempos que isso se esteja verificando entre nós: muitos textos de importância radical na nossa tradição escrita vêm logrando consolidações críticas que preservarão a boa lição, o ânimo autoral e a documentação linguageira sobre a qual os estudos filológicos e lingüísticos de vária natureza poderão ser montados sem riscos de fontes.

No caso concreto, o aparato crítico é modelar, como modelar é o escrúpulo com que foram sopesadas as diferentes lições trazidas à colação. Na prática, aqui se realiza o grande ideal de um texto crítico, que é o de ser, concomitantemente, um multitema, isto é, o texto da tradição autoral, a que se agregam os outros, editoriais, que, mesmo quando precedentemente afastados em suas variantes espúrias, preservam um pouco da história da língua de cultura e são, assim, também fontes e exemplos das lutas internas das formas linguageiras.¹²⁸

Na seqüência dos trabalhos pode citar-se a edição da *Obra poética* de Lobo da Costa, onde se pode ler a propósito dos critérios:

A fixação do texto poético de Lobo da Costa em edição crítica atingiu um universo de 238 poemas, restabelecendo o estado original ou o mais próximo do original, quando desconhecidas as fontes primárias. A aplicação de normas técnicas, privilegiando a lição conservadora, escoimou os poemas de parte ponderável dos vícios — omissões, interpolações, correções intencionais, distrações involuntárias que redundaram em erros tipográficos — acumulados pelas edições póstumas sucessivas, feitas à revelia dos procedimentos científicos e/ou éticos.¹²⁹

¹²⁵ Cf. Arthur de SALLES. *Sangue-mau*, ed. cit.

¹²⁶ Cf. *ibid.*, p. 3-4.

¹²⁷ Cf. José Américo de ALMEIDA. *A Bagaceira*, ed. cit.

¹²⁸ Cf. Antônio HOUAISS. Apresentação. In: *id.*, *ibid.*, p. xi.

¹²⁹ Cf. Alice Campos MOREIRA. Introdução. In: OBRA POÉTICA DE LOBO DA COSTA, ed. cit., p. 14.

Esses exemplos apenas ilustram o curso das edições críticas no Brasil após os anos sessenta. Entretanto, sabe-se que não foi uma atividade restrita a essas poucas universidades. Faz-se necessário ampliar esse quadro das edições críticas de textos literários e não literários feitas no Brasil.

Podem citar-se, dentre outras, algumas edições: a edição crítica das poesias de Mário de Andrade¹³⁰, aos cuidados de Diléa Zanotto Manfio, ou a da *Gramatiquinha* de Mário de Andrade¹³¹, preparada por Edith Pimentel Pinto. Além de *O Ateneu* — de que se podem citar três edições¹³² — editou-se também uma *Miscelânea*¹³³ de Raul Pompéia.

5 A perspectiva da crítica textual nos dias atuais

Para essa etapa contribuem os centros universitários (UFRJ, USP, UERJ, UFSC, UNESP, UFBA, entre outras), a Fundação Casa de Rui Barbosa, além das associações de pesquisadores que periodicamente vêm discutindo os resultados de seus trabalhos, como a Associação de Pesquisadores do Manuscrito Literário, ou os grupos de trabalho da ANPOLL.

Merecem lugar de destaque os encontros científicos realizados sistematicamente desde 1985, tanto aqueles da APML¹³⁴ como os de Acervos Literários Brasileiros¹³⁵ ou os da Fundação Casa de Rui Barbosa, ou, ainda, os da Academia Brasileira de Filologia.

São de fundamental importância para a nova direção dos estudos críticos, a **crítica genética**, que, no dizer de Cecília Almeida Salles, pode definir-se como:

¹³⁰ Cf. Mário de ANDRADE. *Poesias reunidas*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1987. 535p. Ed. crítica de Diléa Zanotto Manfio. De que em 1997 se fez uma segunda edição.

¹³¹ Cf. Edith Pimentel PINTO (edit.) *A Gramatiquinha de Mário de Andrade*. São Paulo: Duas Cidades, 1990. 462p.

¹³² Cf. Raul POMPÉIA. *O Ateneu*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 210p. Apur. do texto em confronto com o orig. e introd. de Therezinha Bartholo; id. *O Ateneu*; crônica de saudades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. 272p. Introd., estab. do texto e notas de Afrânio Coutinho e Maria Filgueiras; id. *O Ateneu*; crônica de saudades. São Paulo: Cultrix, Brasília: INL, 1976. 217p. Introd., cotejo e estab. do texto por Francisco Maciel Silveira.

¹³³ Cf. id. *Miscelânea. Fotobiografia*. Rio de Janeiro: Prefeit. Mun. de Angra dos Reis/ Ofic. Literária Afrânio Coutinho, 1991. 446p. Org. de Afrânio Coutinho e Eduardo Faria Coutinho.

¹³⁴ A saber: I Encontro de Crítica Textual: O Manuscrito Moderno e as Edições (São Paulo, 1985), II Encontro de Edição Crítica e Crítica Genética: Eclosão do Manuscrito (São Paulo, 1988), III Encontro de Ecdótica e Crítica Genética (João Pessoa, 1991), IV Encontro Internacional de Pesquisadores do Manuscrito e de Edições (São Paulo, 1994), V Encontro Internacional da Associação de Pesquisadores do Manuscrito Literário: Memória Cultural e Edições (Salvador, 1996).

...um estudo que tem por objeto o manuscrito literário e como objetivo discernir as leis específicas que regem a gênese do texto, isto é, o processo criativo. É um estudo que amplia o conceito de texto que não se limita ao seu último momento — o texto publicado. É um estudo que se preocupa em entender como se dá o movimento da escritura — penetra, desse modo, no vir-a-ser do texto.¹³⁶

Em *A Recuperação do texto*, Giuseppe Tavani assinala que a possibilidade de estudar a gênese da obra literária abriu, pois, um novo capítulo nas atividades da filologia¹³⁷. O mesmo Giuseppe Tavani, na conferência *Le Texte: son importance, son intangibilité*¹³⁸, assinala a contribuição trazida pela crítica genética e pela manuscritologia para o estabelecimento dos textos:

...la rencontre entre la philologie textuelle et une manuscritologie qui analyse les matériaux de l'avant-texte, non pour réduire le texte à un pré-texte, mais pour mieux l'interpréter, ne peut être que fructueuse, et ne pourra que donner des résultats précieux pour l'établissement du texte. Ainsi nos collègues qui s'occupent des brouillons, non seulement contribuent avec les philologues à réhabiliter le texte et à rehausser son prestige, mais en feront valoir davantage le rôle essentiel dans les études littéraires et les restitueront dans sa dignité de sujet de l'histoire, évitant qu'il devienne, encore une fois, un simple objet de manipulation.¹³⁹

Em outra conferência, *Los Textos del siglo XX*¹⁴⁰, após lembrar a comple-

¹³⁵ 1º Encontro de Acervos Literários Brasileiros: O Estado da Arte (Porto Alegre, 1993), 2º Encontro Nacional de Acervos Literários Brasileiros: Sistema de Preservação de Documentos Literários (Porto Alegre, 1995), 3º Encontro Nacional de Acervos Literários Brasileiros: Ética e Política de Gestão de Acervos Literários (Porto Alegre, 1997).

¹³⁶ Cf. Cecília Almeida SALLES. [Participação em] Mesa redonda. ENCONTRO DE EDIÇÃO CRÍTICA E CRÍTICA GENÉTICA: A ECLOSÃO DO MANUSCRITO, 2; atas. São Paulo: USP/ FFLCH, 1988. p. 111.

¹³⁷ Cf. Giuseppe TAVANI. *A Recuperação do texto*. In: ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS DE LÍNGUA E LITERATURA; homenagem ao Prof. Dr. Leodegário A. de Azevedo Filho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p. 569.

¹³⁸ Cf. Giuseppe TAVANI. *Le Texte: son importance, son intangibilité*. In: LITTÉRATURE LATINO-AMÉRICAINNE ET DES CARAÏBES DU XX. SIECLE: THEORIE ET PRATIQUE DE L'ÉDITION CRITIQUE. Roma: Bulzoni, 1988. p. 34.

¹³⁹ Cf. id., *ibid.* Traduzindo: "...o encontro entre uma filologia textual e uma manuscritologia que analisa os materiais do ante-texto, não para reduzir o texto a um mero pré-texto, mas para melhor interpretá-lo, somente poderá ser frutuosa e fornecer resultados preciosos para o estabelecimento do texto. / Dese modo, nossos colegas que se ocupam dos rascunhos, não só contribuem com os filólogos quer na reabilitação do texto, quer ressaltando-lhe o prestígio, mas também farão valer sobretudo o seu papel essencial nos estudos literários e os restituirão na sua dignidade de objeto da história, evitando que se tornem, mais uma vez, um simples objeto de manipulação."

¹⁴⁰ Cf. id., *Los Textos del siglo XX*. In: *ibid.* p. 57.

xidade de materiais textuais e para-textuais com que se depara o editor crítico, faz algumas propostas que procuram mostrar as diferentes situações encontradas na edição crítica de um texto moderno, já na perspectiva de uma edição crítico-genética. Adverte, entretanto, para o que deverá ser uma concepção de texto menos rígida:

...considerar el texto no como un dato sino como un proceso, no como una entidad estable sino como una variable, no como un elemento estático sino como un elemento dinámico, cuyas facetas sincrónicas — las que conocemos como variantes o redacciones sucesivas — vienen a ser definidas por accidentes extratextuales, y no por exigencias del texto. Así, las diferentes redacciones de una misma obra, siendo etapas de un proceso, poseen cada una su individualidad y han de ser consideradas separadamente como textos autónomos cuando las diferencias sean macroscópicas, y como elementos útiles al estudio de la evolución que sufrió la actitud del autor frente a su obra, a la fijación del texto de la redacción última y — también a través del análisis de las variantes —, a su interpretación, cuando las diferencias son microscópicas.¹⁴¹.

Numa edição crítica, a partir das variantes autorais, pode o editor crítico oferecer, além do texto definitivo, uma demonstração do processo de criação autoral. Uma edição crítica dá conta dessas variantes autorais tanto no aparato crítico quanto na descrição dos testemunhos. Entretanto, uma edição crítica somente leva em consideração algumas dessas emendas autorais, aquelas que correspondem à última fase da intervenção do autor, registrando-as no aparato crítico. Na descrição do testemunho limita-se a registrá-las.

As diferentes campanhas do autor não são analisadas. Para isso é necessário pensar-se em uma edição que abranja as características da edição crítica e dê conta de um aparato genético. Faz-se mister, então, que se preparem edições crítico-genéticas ou genético-críticas, que tragam, ao lado do aparato crítico, o aparato genético.

¹⁴¹ Cf. id., *ibid.*, p. 58. Traduzindo: "...considerar o texto não como um dado, mas como um processo, não como uma entidade estável, mas como um elemento dinâmico, cujas facetas sincrônicas — as que conhecemos como variantes ou redações sucessivas — vêm a ser definidas através de acidentes extratextuais, e não por exigências do texto. Assim, as diferentes redações de uma mesma obra, sendo etapas de um processo, possuem cada uma sua individualidade e têm de ser consideradas separadamente como textos autônomos, quando as diferenças são macroscópicas, e como elementos úteis ao estudo da evolução que sofreu a atitude do autor frente à sua obra, à fixação do texto da última redação e — também através da análise das variantes —, à sua interpretação, quando as diferenças são microscópicas."

Esse aparato genético, como lembra Luiz Fagundes Duarte, tem a ver com a construção do texto¹⁴², enquanto o aparato crítico tem a ver com a adulteração do texto¹⁴³. A propósito do que seria uma edição crítico-genética podem ser repetidas, mais uma vez, as observações de Luiz Fagundes Duarte, ao falar da edição da obra de Fernando Pessoa:

A edição crítico-genética que documentará a eclosão dos manuscritos de Fernando Pessoa aos olhos do leitor será constituída por três corpos: o primeiro, consistirá no texto crítico, ou seja, no texto definitivo ou na fase do texto que se tiver concluído representar a mais recente vontade do autor, o segundo, consistirá num aparato crítico, apresentado sob a forma de notas de rodapé, em que se dará conta das variantes introduzidas pela tradição face ao texto crítico, sejam elas resultantes de erros de leitura ou de decisões tidas como incorrectas na adopção de lições autênticas mas alternativas; o terceiro, consistirá no aparato genético, apresentado no final do volume e texto a texto, em que se fará a descrição do testemunho (tipo de papel e de materiais de escrita, estado de conservação, características das letras, cotas, etc.) se darão todas as informações possíveis relativas ao texto em si, ou às razões que levaram à sua inclusão no lugar que ocupa, e se transcreverá, lugar a lugar, e com recurso a uma bateria de símbolos adequada, todas as fases genéticas detectadas, com indicação dos respectivos testemunhos.¹⁴⁴.

Nesse mesmo trabalho, na sessão de debates, Luiz Fagundes Duarte responde a um dos esclarecimentos solicitados: o fato de a proposta de crítica genética ficar ao nível descritivo, não interpretativo. Ao final da sua explicação deixa ele muito claro o objetivo do que seria essa crítica genética:

...Nós entendemos a crítica genética como a preparação do material genético de um texto, para o qual há uma atitude crítica, — decidimos se este material entre [sic] aqui, não entra ali, faz parte ou não desse poema. Há uma posição crítica no sentido de decidir com certo rigor científico aquilo que estamos a fazer. Agora, aquilo que não faz parte da crítica genética, é fazer interpretações de ordem ideológica e literária. Isso fará parte daquilo que devia ser uma espécie de crítica genética literária ou seja a gênese de idéias, por exemplo, como uma idéia do autor é adaptada e transformada, etc.¹⁴⁵.

¹⁴² Cf. Luiz Fagundes DUARTE. Texto acabado e texto virtual num aparato genético. In: ENCONTRO DE EDIÇÃO CRÍTICA E CRÍTICA GENÉTICA: A ECLOSÃO DO MANUSCRITO, 2. atas. São Paulo: USP/FFLCH, 1988. p. 394.

¹⁴³ Cf. id., *ibid.*

¹⁴⁴ Cf. id., *ibid.*, p. 367.

¹⁴⁵ Cf. id., *ibid.*, p. 393.

Em outro momento do mesmo debate, ele esclarece quanto à existência dos aparatos que dão conta dos levantamentos das variantes dos textos impressos e das variantes dos manuscritos:

De acordo com a nomenclatura tradicional em crítica textual, a edição crítica só pode ser feita quando existem edições impressas divergentes. Se houver só uma, já não é uma edição crítica. Ora bem, para nós, suponho que estamos todos de acordo, a edição crítica e a edição genética não são coisas paralelas, mas são elos de uma mesma cadeia, ou seja, (...) edição genética só pode ser feita a nível [sic] do manuscrito do autor, e edição crítica é para além do que fará o autor. Já não tem nada a ver com o autor. Edição genética vai dar conta daquilo que foi escondido pelo autor na sua arca, edição crítica vai mostrar ao leitor aquilo que foi lavrado à revelia da vontade do autor. (...) ... o aparato genético vai dar conta de uma gramática estilística do autor que se verifica ao longo de um processo mais ou menos longo, as variantes da tradição não tem nada a ver com o autor. (...) Então, como são coisas diferentes, nós achamos que não deve [sic] ser misturadas.¹⁴⁶

Essa nova vertente dos trabalhos de Crítica Textual vem sendo desenvolvida no Brasil, com perspectivas diferentes. Por um lado, há a preocupação ligada à corrente psicológica, por outro, à corrente semiótica. Mas, existe uma série crescente de trabalhos diretamente ligados à proposta de Giuseppe Tavani, ou seja aquela das publicações dentro da *Coleção Archives* (ITEM/CNRS), tais como as edições de *Macunaíma* de Mário de Andrade¹⁴⁷, aos cuidados de Telê Porto Ancona Lopez, de *Crônica da casa assassinada* de Lúcio Cardoso¹⁴⁸, com estabelecimento crítico do texto de Júlio Castañon Guimarães, de *A Paixão segundo G. H.* de Clarice Lispector¹⁴⁹, com edição anotada por Olga de Sá, de *Triste fim de Policarpo Quaresma* de Lima Barreto¹⁵⁰, com edição de Antônio Houaiss. Outros trabalhos acham-se em preparação, seguindo a mesma linha, entre os quais podem citar-se as edições de Oswald de Andrade e de João Guimarães Rosa, de que se ocupam, respectivamente Diléa Zanotto Manfio (na edição coordenada por Jorge Schwarz) e Maria Célia Leonel (na edição coordenada por Walnice Nogueira Galvão). Uma consulta à programação relativa às edições de autores brasileiros mostra o envolvimento de pesquisadores

¹⁴⁶ Cf. id., *ibid.*, p. 394.

¹⁴⁷ Cf. Mário de ANDRADE. *Macunaíma*; o herói sem nenhum caráter. São Paulo: CNPq, Florianópolis: EDUFSC, 1988. Ed. crítica coord. por Telê Porto Ancona Lopez.

¹⁴⁸ Cf. Lúcio CARDOSO. *Crônica da casa assassinada*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1996. Ed. crítica coord. por Mário Chiarelli.

¹⁴⁹ Clarice LISPECTOR. *A Paixão segundo G. H.* 2. ed. São Paulo: EDUSP, Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1996. Ed. crítica coord. por Benedito Nunes.

¹⁵⁰ Cf. (Afonso Henriques de) Lima BARRETO. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Scipione Cultural, 1997. Ed. crítica coord. por Antonio Houaiss e Carmem Lúcia Negreiros.

como Silvano Santiago (*Poesia* de Carlos Drummond de Andrade), Eneida Maria de Souza (*Beira-Mar, Memórias 4*, de Pedro Nava), Fernando Alves Cristóvão e Godofredo de Oliveira (*Vidas secas* de Graciliano Ramos), José Aderaldo Castello (*Fogo morto* de José Lins do Rego).

O Grupo de Edição Crítica de Textos da Universidade Federal da Bahia, coordenada pelo Prof. Dr. Nilton Vasco da Gama, após a edição crítica do poema *Sangue-mau* do poeta baiano Arthur de Salles¹⁵¹, de edições de parte da sua obra dispersa (prosa¹⁵², sonetos¹⁵³, alguns *Poemas do mar*¹⁵⁴, do poema dramático *O Ramo da fogueira*¹⁵⁵, do conto *O Dote de Mathilde*¹⁵⁶) e do estudo do processo que resultou na tradução do *Macbeth* de Shakespeare¹⁵⁷ tenta no momento editar e analisar os testemunhos manuscritos da sua obra dispersa¹⁵⁸, assim como editar a obra publicada em jornais e revistas¹⁵⁹.

Com os estudos de matrizamento estilístico relativos à construção do conto *O Dote de Mathilde* e dos recursos lingüísticos na utilização dos sintagmas nominais para a tradução do *Macbeth*, comparando-se as duas versões textuais da *Cena II do Ato II*, começa-se a esboçar o estudo da construção do discurso de Arthur de Salles, dentro dessa nova perspectiva da crítica textual¹⁶⁰.

¹⁵¹ Cf. Arthur de SALLES. *Sangue-mau*, ed. cit.

¹⁵² Cf. Célia Goulart de Freitas TAVARES. *Alguns aspectos da prosa dispersa e inédita de Arthur de Salles*. Salvador: UFBA, 1986. 225f. Dissertação de Mestrado, UFBA, orient. por Nilton Vasco da Gama.

¹⁵³ Cf. Rita de Cássia Ribeiro de QUEIROZ. "*Sonetos*" de Arthur de Salles: tentativa de edição crítica. UFBA/PPGLL, 1995. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Letras, orient. por Nilton Vasco da Gama.

¹⁵⁴ Cf. Rosa Borges Santos CARVALHO. "*Poemas do mar*" de Arthur de Salles: tentativa de edição crítica. Salvador: UFBA/PPGLL, 1995. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Letras, orient. por Nilton Vasco da Gama.

¹⁵⁵ Cf. Maria da Conceição Souza Reis. *O Ramo da fogueira*, obra regional: proposta de edição crítica. Salvador: UFBA, 1996. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Letras, orient. por Albertina Ribeiro da Gama.

¹⁵⁶ Cf. Elisabeth BALDWIN. *O Dote de Mathilde*, conto de Arthur de Sales: proposta de edição crítico-genética e estudo. Salvador: UFBA, 1996. 242f. il. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Letras, orient. por Nilton Vasco da Gama.

¹⁵⁷ Cf. Gustavo Ribeiro da GAMA. *Arthur de Salles: tradutor de Shakespeare?* Salvador: UFBA/PPGLL, 1995. 2v. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Letras, orient. por Célia Marques Telles.

¹⁵⁸ Tema das dissertações de mestrado de Lucidalva Correia Assunção e, em parte, de Eliana Correia Brandão.

¹⁵⁹ Temas das dissertações de mestrado de Maria Dolores Teles e de Norma Sueli da Silva Pereira.

¹⁶⁰ A isso se propõe Rosa Borges Santos Carvalho na sua tese de doutorado.

Mais uma vez os centros universitários tomam a dianteira dos trabalhos nessa vertente, embora o recenseamento da produção ainda esteja por fazer. E aqui é necessário distinguirem-se as produções exclusivamente de edições genéticas daquelas crítico-genéticas. Para essa tarefa somente com a colaboração de todos os pesquisadores poderá construir-se, como existe para os dois primeiros períodos, o índice de toda a produção, que se sabe, não é pequena.

6 Considerações finais

Acredita-se ter podido justificar a divisão proposta de quatro períodos para a evolução da Crítica Textual no Brasil.

Muito ainda está a ser feito e o êxito da tarefa depende do esforço conjunto de todos os pesquisadores de edições críticas. Espera-se, com certeza, poder retomar o trabalho de construção do banco de dados relativos às edições críticas publicadas no Brasil. E não somente de obras literárias, mas sobretudo de documentos não literários tão importantes para a história da língua.

Abstract

Some attempts have already been made in order to establish a set of characteristics for textual criticism in Brazil. It is necessary however to start an overview of its historiography and to map its course until the present days. Its history can be divided into 4 phases:

Palavra vs. Enunciado

A eliciação de dados em fonologias em desenvolvimento

Elizabeth Reis Teixeira

Universidade Federal Da Bahia

Resumo

Através da comparação dos processos fonológicos de simplificação encontrados na fala infantil em operação dentro da estrutura da palavra e aqueles que ocorrem ao nível do enunciado (i.e. atravessando as fronteiras lexicais), tenta-se validar o *status* da palavra como unidade mínima para o assessoramento de dados fonológicos em termos aquisicionais.

Através da análise das amostras de fala, coletadas longitudinalmente, de dois sujeitos falantes do Português, tentaremos demonstrar a estreita relação existente entre os processos de **mudança fonológica** que ocorrem durante a aquisição do Português ao **nível da estrutura da palavra** e ao **nível do enunciado**.

1 Métodos de eliciação para a coleta e análise de sons

Basicamente, do ponto de vista da natureza das amostras, existem dois tipos distintos de eliciação: eliciação da fala não-espontânea (ou imitação) e eliciação da fala espontânea. A escolha entre um ou outro tipo foi durante muito tempo um fator de controvérsia entre lingüistas e fono-terapeutas europeus e americanos (TEIXEIRA, 1980).

1.1 A Eliciação da fala não-espontânea

A REPETIÇÃO ou "imitação direta" é uma técnica de eliciação através da qual o indivíduo é levado a repetir palavras ou frases em seguida ao modelo apresentado pelo investigador. O uso da IMITAÇÃO foi, inicialmente, difundido através do estudo experimental de Templin (1947), que tentou demonstrar a inexistência de diferenças estatisticamente significativas entre os "scores" articulatórios obtidos por respostas espontâneas e repetições (TEIXEIRA, 1980).

Contrariamente, contudo, alguns estudos posteriores (SNOW & MILISEN, 1954; CARTER & BUCK, 1958; SMITH & AINSWORTH, 1967) demonstraram que, em geral, crianças com problemas articulatórios produzem mais adequadamente quando imitam, e, que, além disto, as habilidades para respostas imitadas variam de indivíduo para indivíduo.

Com base nestes mesmos argumentos, Ingram (1976) recomenda que a imitação limite-se a ser usada, para fins de avaliação da maturação fonológica apenas quando outros métodos eliciativos tenham falhado.

1.2 A eliciação da fala espontânea

Basicamente, dois tipos de abordagem têm sido empregados na eliciação da fala espontânea:

- a coleta não controlada,
- e a coleta controlada (em geral, através da *nomeação*).

1.2.1 Amostras de fala espontânea eliciadas de forma não controlada

O uso de amostras de *fala espontânea não controlada*, produzidas em situações recreativas tem sido praticado e recomendado em um grande número de estudos com orientação lingüística (OLMSTEAD, 1971; SMITH, 1973; GRANWELL, 1985; CRYSTAL, 1982). Muito embora este método tenha-se destacado por possibilitar a eliciação de diversas formas contendo o mesmo som, também tem sido bastante criticado. Uma de suas desvantagens é não fornecer uma coletânea equilibrada e inclusiva de todos os sons do sistema da língua nas distintas posições em que ocorrem nas estruturas da sílaba e da palavra. Um outro problema é que os significados de certos enunciados da criança produzidos espontaneamente podem ser parcial ou totalmente indecifráveis, especialmente no caso de crianças normais em estágios aquisicionais iniciais ou de crianças com distúrbios — uma séria dificuldade de ordem metodológica, visto que não se pode analisar fonologicamente seqüências de sons sem se saber o que querem significar.

1.2.2 Amostras controladas da fala espontânea

A técnica mais amplamente utilizada (mas não a única) para a coleta de amostras controladas da fala espontânea é a *nomeação*.

A Nomeação de Palavras tem sido empregada em vários testes normatizados ou não. Tem sido considerada a técnica mais eficiente para a eliciação da fala de crianças pequenas em uma situação de teste, basicamente por três razões:

- o seu formato de “jogo de nomear palavras” proporciona uma atividade recreativa que geralmente capta o interesse e a atenção da criança;
- é capaz de fornecer uma grande quantidade de dados diferenciados em relativamente pouco tempo;

- o investigador vai direto ao seu objetivo, i.e., tem um controle total de todas as variáveis que quer aferir e analisar, conseguindo, assim, obter em um curto espaço de tempo um retrato inicial, porém abrangente e inclusivo, da fonologia do examinado, sem impor-lhe cansaço.

A *nomeação* consiste, basicamente, na eliciação de sons escolhidos de acordo com sua distribuição em um conjunto de palavras, através da utilização de gravuras-estímulo que a criança deve reconhecer e nomear espontaneamente (muito embora em alguns testes objetos sejam usados). A seleção dos itens lexicais é geralmente norteadada pelos critérios:

- da quantidade de informação fonológica contida nas palavras;
- da facilidade de representação pictográfica e reconhecimento;
- e da familiaridade do item ao repertório lexical da criança.

Este tipo de medição controlada da fala espontânea através da produção de palavras isoladas tem sido freqüentemente associado, no Brasil, aos chamados “exames fonéticos” (equivalentes aos “articulations tests” americanos e ingleses). Em sentido bem estrito, os “articulation tests” emergiram na forma de listas exaustivas de palavras previamente escolhidas e aplicadas a um grande número de sujeitos a fim de possibilitar o estabelecimento de normas quantitativas ou “scores” normatizados estatisticamente para identificar indivíduos cuja pronúncia fosse significativamente discrepante ou abaixo do nível de desempenho esperado para sua idade.

Justifica-se, assim, do ponto de vista lingüístico, a crítica que se tem levantado (GRUNWELL, 1985; INGRAM, 1981) ao exagero de tabulações e medidas estatísticas que pouco indicam sobre o intrincado conjunto de relações que se estabelece entre os elementos do sistema durante o processo de desenvolvimento fonológico na criança.

Uma das mais contundentes críticas que se tem feito a esta técnica, contudo, é a de que este método limita-se apenas à eliciação de palavras isoladas, deixando de captar, assim, a habilidade de produção dos sons na cadeia contínua da fala. Na verdade, acredita-se que, ao eliciar apenas palavras isoladas, perde-se a possibilidade de observar certos fenômenos lingüísticos que são, em particular, operantes nas juntas entre palavras.

Esta parece ser a concepção que subjaz a proposta de Crystal (1982) para a análise de certos fenômenos, como o “r” de ligação em inglês (*linking r*) — um típico fenômeno específico de junta na língua —, em uma seção separada de seu perfil fonológico, “... em que modificações segmentais devidas à *conectividade* das palavras na fala corrida podem ser evidenciadas”

(p.69, nosso grifo). Em outras palavras, a louvável proposta de Crystal chama a atenção para a necessidade de se considerar, em uma análise de fonologias em desenvolvimento, também os fenômenos de mudança fonológica resultantes das relações da fala conectada, i.e., os fenômenos de junção.

Algumas tentativas nesse sentido foram feitas em relação a aquisição do inglês (DONAHUE, 1985; STEMBERGER, 1988; MATTHEI, 1989), todas elas apontando para algumas diferenças significativas entre processos operantes na estrutura da palavra e os chamados "between-word processes".

Todavia, na aquisição fonológica do Português, em geral, os processos de simplificação que se tem constatado na fala contínua parecem ser reedições além do âmbito da palavra (i.e., no âmbito do enunciado) do que ocorre dentro das fronteiras da própria palavra, guardadas as diferenças entre as duas estruturas.

Através da análise das amostras de fala, coletadas longitudinalmente, de dois sujeitos falantes do Português, tentaremos demonstrar a estreita relação existente entre os processos de simplificação atuantes ao nível da estrutura da palavra e ao nível do enunciado.

Esses processos, basicamente, são:

- Redução da semivogal dos ditongos crescentes;
- Assimilação;
- Reduplicação;
- e Redução da consoante final

2 Os processos de simplificação atuantes no nível lexical e no nível frasal

2.1 A Redução da semivogal dos ditongos crescentes

A redução da semivogal dos ditongos crescentes é um processo razoavelmente documentado na aquisição fonológica em Português (Teixeira, 1985, 1988), e envolve, basicamente, a elisão da semivogal.

Ex.: ÁGUA ['agɐ] (S1-1;09)
QUADRO ['kadu] (S1-1;11)

Tendo a língua portuguesa adulta um sistema fonológico que vai em direção à sílaba aberta (i.e. que só admite terminações silábicas simples, cuja composição consonantal limita-se a elementos especificados como fricativo, lateral ou líquida não-lateral), é natural que exista um processo de ditongação produtivo nas junções externas, como por exemplo em:

ESSE AQUI ['esyɑ # 'ki] e A VACA E O BURRO [ɑ # 'vakyu # 'buxu]¹

que são recriados e reduzidos pela criança, como:

ESSE AQUI ['eSa # 'ki] (S1-1;09)

A VACA E O BURRO [ɑ # 'vaku # 'buxu] (S1-1;11)

Pelo exame dos dados acima apresentados, evidencia-se que um processo semelhante de simplificação das estruturas ditongadas está ocorrendo tanto dentro da palavra como entre palavras — ou seja, no *nível lexical* (ou da *palavra*) e no *nível do enunciado*.

2.2 Assimilação

O processo da assimilação tem sido descrito como bastante complexo em termos das suas inúmeras possibilidades de realização, em especial, nos estágios mais iniciais da aquisição fonológica (INGRAM, 1976; GRUNWELL, 1980; TEIXEIRA, 1988):

- envolvendo relações entre consoantes, entre vogais e entre vogais e consoantes;
- aplicando-se de elementos ou sílaba inicial para os seguintes (progressiva), ou partindo dos elementos ou sílabas finais para os iniciais (regressiva);
- envolvendo sílabas contíguas ou não (assimilação à *distância*) (TEIXEIRA, 1990)

Ao que parece, existem padrões semelhantes de assimilação consonantal contígua e assimilação consonantal à distância nos níveis lexical e frasal.

2.2.1 Assimilação consonantal contígua

- *nível lexical*:

COPO ['kɔku] (S1-1;06) (progressiva)
['pɔpu]

- *nível frasal*:

QUÉ POMADA ['kɛ # kumadɛ] (S1-1;09)
TÁ FEIO ['ta # 'teyu] (S2-1;10)

¹ É importante deixar claro que as marcações lexicais aqui transcritas referem-se, reconhecidamente, ao padrão fonológico adulto, uma vez que não existe comprovação de que a criança organize os níveis hierárquicos de estruturação fonológica da mesma maneira conforme postulamos para o adulto.

2.2.2 Assimilação consonantal à distância

- nível lexical:

CANETA	[tʃa'metɐ]	(S1-1;09)
ELEFANTE	[tɛ'pɸɛtʃi]	(S1-1;09)
TARTARUGA	[ka'lugɐ]	(S2-1;11)

- nível frasal:

TÁ LÁ FORA	[ˈta # ˈla # ˈtɔɐ]	(S2-1;11)
PARABÉNS PRA VOCÊ	[kaˈaˈbɛy # ˈks # voˈse]	(S2-2;01)

É importante, aqui, observar, que, no que diz respeito ao nível lexical a assimilação contígua pode ser tanto progressiva como regressiva, embora tenha sido sempre encontrada de forma progressiva quando atravessando a junção lexical.

Na assimilação à distância, contudo, os padrões que caracterizam a assimilação ao nível lexical e ao nível frasal seguem movimentos unilateralmente contrários: regressivo ao nível da palavra e progressivo ao nível do enunciado.

2.3 Reduplicação

O processo da reduplicação, da forma como definido na maior parte dos estudos sobre aquisição, em geral, refere-se a padrões de repetição (bastante iniciais) de sílabas imediatamente contíguas, tanto progressivamente como regressivamente.

GELÉIA	[lɛˈlɛ]	(S1-1;04)
BANHO	[bɐˈbɛ]	(S1-1;03)

Contudo, em estágios maturacionais mais avançados, este processo realiza-se através da réplica (ou “espelhamento”) de um determinado padrão silábico (em geral, em fase de estabilização na fonologia infantil) (TEIXEIRA, 1990).

No português, vão existir padrões coincidentes de reduplicação por réplica nos dois níveis de estruturação fonotática, notadamente, no que diz respeito ao padrão silábico (CC), i.e., vai haver espelhamento de encontros consonantais.

- nível lexical:

BRINQUEDO	[bliˈkledu]	(S1-2;01)
TRABALHO	[tlaˈblaʎu]	(S2-3;04)
HIPOGLÓS	[iplɔˈglɔys]	(S2-3;04)
BIBLIOTECA	[blibliˈtɛkɐ]	(S1-3;09)
PROPÓSITO	[prɔˈprɔʃtu]	(S1-4;10)

- nível frasal:

SUSPENDE O BRAÇO	[ˈplẽˈdʒu # ˈblasu]	(S1-2;01)
BEM GRANDE	[ˈblɛy # ˈglɛˈdʒi]	(S1-2;02)
COUVE-FLOR	[ˈklo # dʒi # ˈflo]	(S2-3;06)
TUTI-FRUTI	[ˈg udʒi # ˈfrutʃi]	(S2-4;00)

Uma análise atenta dos dados revela algumas tendências interessantes e diferenciadas:

- ao nível lexical, a reduplicação por réplica parece ocorrer somente de forma progressiva, o oposto ocorrendo em relação ao nível frasal (onde todos os casos encontrados representam movimentos regressivos);
- nos quatro casos de reduplicação por réplica que foram detectados ao nível do enunciado, três deles (i.e., 75%) envolvem espelhamento de sílabas não-contíguas (ou à distância).

2.4 O processo de redução da consoante final

Dos três elementos consonantais passíveis de ocorrerem na posição terminal da sílaba em português, o elemento fricativo parece ser o único a ser reduzido tanto ao nível lexical como ao nível frasal.

No que diz respeito à estrutura lexical, este processo de redução pode ser implementado das seguintes maneiras:

- através da *metátese*² da consoante da posição final para a posição inicial na sílaba, para favorecer o padrão silábico mais recorrente nas fonologias infantis – CV:

ESCOVA	[siˈkovɐ]	(S1-2;03)
DUAS	[ˈduzɐ]	(S2-2;02)
- através da *migração* da consoante final da posição absoluta para uma sílaba interna à palavra (ou vice-versa)

ÓCULOS	[ˈɔʃku]	(S1-2;03)
--------	---------	-----------
- através da metátese da consoante da posição final para a posição inicial na sílaba, e da concomitante *migração* da consoante de uma sílaba para outra sílaba na palavra

ÓCULOS	[ˈzɔku]	(S2-2;04)
--------	---------	-----------

² Estamos aqui chamando de *metátese* a troca de posição entre segmentos dentro da mesma sílaba; ao passo que consideramos a *migração* como o deslocamento de um segmento de uma sílaba para outra, dentro da mesma unidade lexical.

No que diz respeito à estrutura do enunciado, tendo em vista a regra de distribuição do elemento fricativo final no sistema adulto, cuja realização em junturas externas que envolve sílabas iniciadas por vogais é a fricativa sibilante sonora [z] (que deixa de funcionar como elemento marginal final e passa a formar sílaba com a vogal acompanhada) a estratégia realizacional mais recorrente parece ser a *metátese/migração*: que causa o deslocamento da fricativa do final da palavra para a posição inicial absoluta, a fim de desfazer um hiato na juntura e permitir o padrão CV

QUATRO ANOS	['kwatu # 'zɛnu]	(S2-3;04)
SETE ANOS	['sɛtʃi # 'zɛnu]	(S1-3;08)
DE ÔNIBUS	[dʒi'zõbu]	(S1-2;03)

Aqui há o deslocamento da C para dar margem à criação do elemento juntural.

A *migração* também pode ocorrer isoladamente, como forma antecipatória:

- de realizar o elemento de ligação juntural, que é, neste caso, ele mesmo deslocado

COM AS OUTRAS	['kũ # za # 'otɐ]	(S1-2;09)
---------------	-------------------	-----------

- de promover o deslocamento da consoante fricativa final da posição interna da palavra para a posição final absoluta, caso em que as trocas de posição atravessam a fronteira entre duas palavras — não se limitando à posição de juntura

DE CUSPE	[dʒi] # 'kupi]	(S1-2;02)
----------	----------------	-----------

Através dos exemplos comentados acima, fica claro que existem mudanças (mais ou menos contemporâneas) de natureza semelhante ocorrendo tanto nas sílabas que formam as estruturas ao nível lexical como nas que formaram as estruturas frasais (quando as trocas ocorrem entre palavras).

3 Conclusões

Na realidade, parece haver, de certa forma, níveis distintos de organização sonora passíveis de mudança na fala da criança:

- um *nível supra-silábico*, onde as sílabas se organizam em *palavras* (primeiro nível em que aparece o significado),
- e uma *dimensão supra-lexical*, por assim dizer, em que as palavras agrupam-se em *enunciados*, e onde os fenômenos de juntura que ultrapassam os limites da palavra passam a operar.

Em termos, portanto, da linguagem enquanto processo comunicativo

(em que a significação torna-se condição essencial), parece existir uma micro-dimensão que engloba o domínio dos arranjos silábicos em palavras, e uma macro-dimensão abrangendo os arranjos de formas lexicais em unidades maiores — o domínio dos enunciados (que vai desde um sintagma ou frase até os arranjos mais complexos que constituem o discurso conversacional).

Isto quer dizer que, na realidade, existem, potencialmente, operações fonológicas específicas ao arranjo segmental na sílaba, i.e. afetando a composição de traços de segmentos em posições silábicas distintas; outras específicas ao arranjo de determinados cânones silábicos na estrutura lexical; e outras que são exclusivamente associadas aos arranjos frasais. Por outro lado, contudo, observa-se que algumas mudanças na composição de traços de certos segmentos, de natureza bastante semelhante, podem ocorrer tanto ao nível lexical como ao nível frasal, pelo menos no que diz respeito ao Português.

Partindo, portanto, do princípio de que as mudanças fonológicas são essencialmente as mesmas guardadas as diferenças entre as estruturas hierárquicas em que ocorram (sílaba, palavra, enunciado), recupera-se, assim, a importância preponderante da palavra como unidade mínima significativa para a eliciação e avaliação do funcionamento de sistemas fonológicos.

Como muito bem reconhece Grunwell (1982):

“De um ponto de vista prático, (...) a ‘palavra’ é claramente a menor unidade lingüística a ocorrer naturalmente, e portanto a mais facilmente eliciada espontaneamente. Além disto, por esta mesma razão, a palavra é frequentemente considerada a unidade significativa através da qual os contrastes fonológicos são estabelecidos em uma análise fonológica. Portanto, existem óbvios precedentes teóricos que justifiquem seu uso em procedimentos de aferição com embasamento fonêmico.” (p. 55)

1 É importante deixar claro que as marcações lexicais aqui transcritas referem-se, reconhecidamente, ao padrão fonológico adulto, uma vez que não existe comprovação de que a criança organize os níveis hierárquicos de estruturação fonológica da mesma maneira conforme postulamos para o adulto.

2 Estamos aqui chamando de *metátese* a troca de posição entre segmentos dentro da mesma sílaba; ao passo que consideramos a *migração* como o deslocamento de um segmento de uma sílaba para outra, dentro da mesma unidade lexical.

Abstract

By comparing the simplifying phonological processes which operate in child speech within and across word boundaries, attempts are made to validate the status of the word as a minimum unit for the assessment of phonological data in maturational terms.

5. Referências bibliográficas

- CARTER, E.T., BUCK, M. 1958. Prognostic testing for functional articulation disorders among children in the first grade. *J. Speech and Hearing Disorders*, v. 23, p. 124-133.
- CRYSTAL, D. 1982. *Profiling Linguistic Disability*. London: Edward Arnold.
- DONAHUE, M. 1986. Phonological constraints on the emergence of two-word utterances. *J. Child Language*, v. 13, p. 209-218.
- GRUNWELL, P. 1980. *The Nature of Phonological Disability in Children*. London: Academic Press.
- GRUNWELL, P. 1982. *Clinical Phonology*. London: Croom Helm.
- GRUNWELL, P. 1985. P.A.C.S. *Phonological Assessment to Child Speech*. Windsor: Nelson.
- INGRAM, D. 1976. *Phonological Disability in Children*. London: Edward Arnold.
- INGRAM, D. 1981. *Procedures for the Phonological Analysis of Children's Language*. Baltimore: U. Park Press.
- MATTHEI, E. H. 1989. Crossing boundaries: more evidence for phonological constraints on early multi-word utterances. *J. Child Language*, v. 16, p. 41-54.
- OLMSTED, D.D. 1971. *Out of the Mouth of Babes*. Mouton: The Hague.
- SMITH, M., AINSWORTH, S. 1967. The effects of three types of stimulation on articulatory responses of speech defective children. *J. Speech and Hearing Research*, v. 10, p. 348-53.
- SMITH, N. 1973. *The Acquisition of Phonology: a Case Study*. Cambridge: C.U.P.
- SNOW, K., MILISEN, R. 1954. The influence of oral versus pictorial presentation upon articulation testing results. *J. of Speech and Hearing Disorders, Monograph Supplemente*, v. 4, p. 29-36.
- STEMBERGER, J. P. 1988. Between-word processes in Child phonology. *J. Child Language*, v. 15, p. 39-61.
- TEIXEIRA, E. R. 1980. *A Study of Articulation Testing with Special Reference to Portuguese*. Universidade de Londres. Tese inédita de M. PHIL.
- TEIXEIRA, E. R. 1985. *The Acquisition of Phonology in Cases of Phonological Disability in Portuguese-speaking Subjects*. Universidade de Londres. Tese inédita de Doutorado.
- TEIXEIRA, E. R. 1988. Processos de Simplificação Fonológica como parâmetros maturacionais em Português. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 14, UNICAMP.
- TEIXEIRA, E. R. 1990. Os Processos de Reduplicação e Assimilação na Fala Infantil. ENCONTRO NACIONAL SOBRE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM, 1; *Anais*. Porto Alegre: CEAAL/PUC-RS.
- TEMPLIN, M.C. (1947) Spontaneous versus imitated verbalization in testing articulation in pre-school children. *J. Speech Disorders*, v. 12, p. 293-300.

O repertório verbal em uso em contextos afro-baianos¹

Iracema Luiza de Souza
Universidade Federal da Bahia

Resumo

O presente trabalho propõe-se refletir sobre a participação de segmentos negros e negro-mestiços na realidade sociolingüística baiana. Para tanto, considera interações sociais e lingüísticas na origem do português brasileiro, bem como dados lingüísticos e etnográficos recolhidos em contextos afro-baianos de Salvador. Assim, são caracterizadas as variedades lingüísticas que, nos contextos referidos, os falantes atualizam em sua comunicação cotidiana. Além disso, são examinados diferentes pontos de vista sobre a constituição do português do Brasil, os quais funcionam como pano de fundo para as conclusões expostas neste artigo.

1 O cenário

A presença negra na população de Salvador é fato indiscutível. Resultados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE — revelam, por exemplo, que 77,37% da população da Região Metropolitana de Salvador, que em 1989 se estimava em 2 399 795 habitantes, são constituídos de indivíduos negros e negro-mestiços. A esta realidade demográfica corresponde uma participação ativa deste contingente populacional em diversos setores da cultura baiana. Estudos nos domínios da Antropologia, da História, da Arte, da Música, da Religião, e de outros produtos culturais não cessam de afirmar a força e a representatividade da cultura negra em Salvador. De fato, aí existem comunidades organizadas em torno de práticas rituais afro-brasileiras; conhecidas como *terreiros de umbanda*, *terreiros de candomblé*, *terreiros, roças*, e/ou *comunidades afro-baianas*. Esta última é a designação mais empregada por antropólogos e pesquisadores de outras formações. Situadas em bairros populares de Salvador, ou em outras cidades do interior, as comunidades mais tradicionais são formadas por moradores do bairro e por outros membros que as integram — mesmo residindo em outros locais —, os quais se reúnem regularmente em torno das práticas rituais. É importante observar que, nas comunidades afro-baianas tradicionais, o *iorubá* é a língua

¹ O presente artigo foi apresentado durante o SNEL — I Simpósio Nacional de Estudos Lingüísticos do Nordeste, realizado na Universidade Federal da Paraíba, de 2 a 6 de setembro de 1997 —, como parte da mesa-redonda *A variação na língua falada em Salvador*, coordenada pela Autora.

a que se recorre nas cerimônias religiosas, sendo concebida como o instrumento por excelência para a comunicação com os *Orixás* (SANTOS, 1976). A vitalidade dos segmentos negro-mestiços de Salvador evidencia-se também através de organizações voltadas para o carnaval, sobressaindo-se, neste aspecto, os *blocos afros*. Convém não esquecer a dinâmica de um bloco deste tipo, estruturada numa prática constante de seus membros mais ativos, geralmente participantes de movimentos voltados para a afirmação de uma *consciência negra* (RISÉRIO, 1981), e integrantes, em níveis diferenciados, de uma comunidade religiosa afro-baiana.

Paradoxalmente, diferentes setores da cultura *oficial*, sobretudo a escola, continuam subestimando o papel dos diferentes grupos sociais que sedimentam a matriz cultural da Bahia. Insistem em tratar as produções representativas dos segmentos negros e negro-mestiços como *folclore*, como dados do passado, destituídos de vitalidade enquanto produções enraizadas na contemporaneidade dos atores sociais que lhes dão vida. A colocação de tais questões num artigo de natureza lingüística justifica-se pelas interferências que fatos dessa natureza vêm tendo na análise da realidade lingüística brasileira.

2 Os discursos sobre a língua

Se, no âmbito das Artes, da Antropologia, da História, encontram-se estudos que afirmam o papel ativo do Negro na construção da sociedade baiana, no domínio dos estudos lingüísticos não se detecta movimento similar. Na realidade, os estudos tradicionais sobre a influência, na Língua Portuguesa, das línguas dos povos africanos transplantados limitam-se a considerações pouco aprofundadas, registradas em capítulos voltados para a apresentação de aspectos da história da língua. Um rápido exame de pontos de vista levantados por autores como Serafim da Silva Neto (1970), Sílvio Elia (1979), G. Chaves de Melo (1981), e até mesmo por Antônio Houaiss (1988), demonstra uma unanimidade de opiniões no que tange à ação dos aloglotas africanos sobre o português do Brasil. De fato, encontra-se aí a síntese de uma das correntes de opinião já cristalizadas sobre o português, a qual atribui ao contingente europeu — aos portugueses — total supremacia e quase exclusividade na conformação da língua que se fala no País. Ilustram tal ponto de vista os fragmentos abaixo reproduzidos, extraídos de obras de Autores acima referidos::

... as influências se confinaram à parte 'aberta' do português, quer dizer, ao léxico e — acaso — a certos elementos suprasegmentais... (HOUAISS, 1988: 82-3).

...as propaladas influências africanas no Brasil, também ainda se acham no plano das conjecturas. (ELIA, 1994: 565).

Interpretando de maneira etnocêntrica as relações entre língua e cultura, tal abordagem do português brasileiro hierarquiza as culturas dos povos na origem da sociedade brasileira, prática que explica o alto valor atribuído à cultura europeia bem como a subestimação explícita e/ou implícita das culturas dos africanos e dos indígenas brasileiros. Assim, segundo a lógica subjacente à argumentação desenvolvida pelos defensores deste ponto de vista, só uma língua como a portuguesa, que fazia parte da cultura europeia — sendo, por isso, língua de civilização — apresentava qualidades para sair ilesa, ou quase, do embate com as línguas autóctones e africanas. Residiria aí a explicação para a unidade lingüística do Brasil.

Ao lado do ponto de vista que caracteriza a corrente acima delineada, existe uma outra argumentação — que encontra também suas origens em obras tradicionais —, a qual se caracteriza por defender uma tese oposta à que se delineou até aqui. Esta segunda corrente atribui aos africanos e a seus descendentes a responsabilidade maior pelas traços que distinguem o português brasileiro do português europeu, sem, contudo, ignorar a participação das populações indígenas. Contrapõe-se, desse modo, aos pontos de vista dominantes na tradição dos estudos lingüísticos sobre o português do Brasil. Esta outra tendência encontra em Jacques Raimundo (1933) e em Renato Mendonça (1933) seus representantes principais, embora, já no século XIX, F. A. Coelho tivesse avançado a tese de que o português do Brasil apresentava características similares às dos crioulos de base portuguesa existentes em outros continentes.

Convém observar que, apesar de partirem de pressupostos distintos e de chegarem a conclusões opostas, as duas correntes aproximam-se quando se observa a fragilidade teórica da argumentação que desenvolvem. Ambas se caracterizam pela carência de uma metodologia científica que sustente os pontos de vista nelas defendidos e que auxilie seus representantes a delimitar e a analisar com competência os fatos lingüísticos tomados para estudo. Dizendo-se isso não se pretende negar o valor de certos pontos levantados por Coelho, Raimundo e Mendonça no que tange ao tema aqui discutido. Se suas análises carecem de uma teoria lingüística que as respalde, é importante ressaltar que, além de terem feito avançar os estudos sobre a presença africana no português brasileiro, eles tiveram o mérito de terem levantado a necessidade de estudar o assunto, bem como o de terem sublinhado a relevância dos aloglotas africanos. Nos últimos vinte anos, vários trabalhos têm se voltado para o estudo da constituição sócio-histórica da língua falada no Brasil, abordando, em consequência, a participação dos africanos e de seus descendentes nesse processo. Alguns trataram este tema em caráter eventual; outros o têm erigido como objeto de pesquisa. Nos parágrafos seguintes, serão apresentados, brevemente, alguns pontos por eles levantados.

Do conjunto de pesquisadores que trataram eventualmente do assunto, destaca-se C. Ferreira (1984), que analisa comportamentos lingüísticos identificados numa pequena cidade do interior da Bahia, Helvécia. Fatos descritos em seu depoimento parecem indicar a existência, naquela localidade, de uma variedade de português crioulo. Se situássemos a variedade em questão num contínuo cujos extremos fossem preenchidos por uma língua africana como L1 e pelo português como L2, ela ocuparia um espaço ainda bem distanciado do último. As descobertas recentes de variedades lingüísticas de base crioula, como o falar de Helvécia (FERREIRA, 1984) ou do Cafundó (VOGT, FRY, 1982; VOGT, 1983, 1984), embora ainda não estudados sistematicamente, questionam afirmações consagradas pelos estudos lingüísticos tradicionais. Além disso, apontam para a necessidade de se buscarem dados atestados na pesquisa sobre a constituição sócio-histórica da língua falada no Brasil, sem que se exclua aprioristicamente qualquer possibilidade.

Dentre os estudos mais recentes sobre o tema, resultantes de pesquisa sobre dados lingüísticos e extralingüísticos, os dois pontos de vista acima referidos vão ressurgir, embora com nova roupagem e com o respaldo de um arcabouço teórico mais sofisticado. De fato, surgem trabalhos que advogam a existência de uma contribuição africana efetiva ao português do Brasil, ao lado de outros que refutam esta possibilidade. No âmbito dos estudos sobre o assunto, destacam-se CASTRO (notadamente, 1976 e 1980), GUY (1981, 1986), HOLM (1988), PÓVOAS (1989), SOUZA (1978, 1996), MUSSA (1991), NARO (1973a, 1973b, 1978, 1981), NARO, SCHERRE (1991). Torna-se necessário esclarecer que os autores referidos, embora reconhecendo a relevância da contribuição africana, desenvolvem argumentações diferentes, pautadas em abordagens teóricas distintas. Alguns pesquisadores advogam a hipótese da crioulição prévia para o português brasileiro — GUY, HOLM, SOUZA —, enquanto outros rejeitam tal hipótese. Convém ainda sublinhar a existência de trabalhos que advogam a emergência de uma gramática para o português brasileiro, sem a vincularem explicitamente à ação dos alogotas africanos. É o caso, por exemplo, de GALVES (1987) e TARALLO (1992).

3 O repertório verbal

Inserindo-se no âmbito dos estudos sociolingüísticos, o trabalho aqui apresentado investiga relações entre a linguagem e seu contexto de produção. Todavia, tais relações são aqui concebidas em duplo movimento. Se, de um lado, as variedades lingüísticas não estão isentas da ação que sobre elas exercem os micros e macros contextos de sua produção, a linguagem se revela igualmente atuante sobre tais contextos, daí ser imprescindível consi-

derar-se seu papel constitutivo da realidade. Deste ponto de vista, a linguagem é determinante, além de determinada. Por outro lado, a abordagem que orientou a reflexão desenvolvida neste trabalho destina um espaço relevante à comunicação, ao processo interlocutivo, e, por conseguinte, à construção do sentido. Em consequência, foi adotada uma abordagem de cunho etnográfico e interacionista, responsável pelas opções concernentes à coleta de dados e à sua análise. Para a consecução da primeira, foram articulados três procedimentos complementares: *sociometria*, *anotações de observação etnográfica*, e *registros de conversação espontânea*.

3.1 A coleta de dados

Neste trabalho já se ressaltou a alta representatividade dos segmentos negro-mestiços na população de Salvador. Assim, para o estudo em questão, os dados foram recolhidos numa comunidade afro-baiana de Salvador. Nela, identificam-se traços da cultura iorubá, que se manifestam durante as práticas rituais como também nas atividades cotidianas dos atores sociais que a integram. Conforme já se disse, na coleta de dados foram empregados *registros de observação etnográfica* e *gravação de conversas espontâneas*.

Convém esclarecer que, para a escolha dos informantes que deveriam participar das gravações, considerou-se o resultado de uma *sociometria* que a pesquisadora realizou junto a 35 membros da comunidade. A estes, foram dirigidas questões do tipo:

1. Quais são seus melhores amigos?
2. Onde eles moram?
3. O que você gosta mais de fazer com essa(s) pessoa(s)?

Com base nas respostas obtidas, foram selecionados os informantes a serem gravados e, também, as duplas e trios mais produtivos. Na realidade, optou-se por uma abordagem sociolingüística de natureza interacionista. Assim, os registros de fala se deram através de conversação espontânea, complementados por anotações etnográficas realizadas pelo pesquisador. Para conseguir um clima o mais natural possível, as gravações foram realizadas com o mínimo de duas e o máximo de três pessoas. A fim de identificar o repertório verbal em uso na comunidade, procurou-se localizar as redes sociais aí existentes, o que deveria permitir analisar os dados lingüísticos em articulação com os atores sociais em interação. Partiu-se do pressuposto de que, na interação, o locutor, como o alocutário, constroem seus conhecimentos lingüísticos a partir dos laços que mantêm com sua realidade social, da qual a língua se revela um componente essencial.

Assim, de um grupo de 85 sujeitos contactados (cf. Quadro I), foram tomadas para análise as gravações de conversações envolvendo 15 locutores — aqueles que a sociometria apontou como integrantes das redes sociais mais densas na comunidade. O estudo das respostas obtidas demonstrou que as redes a que pertencia cada informante não ultrapassavam os limites da comunidade pesquisada. De fato, quando se mencionavam relações de amizade com alguém que residia fora dos limites físicos da comunidade, tratava-se de um membro da família ou de indivíduo pertencente ao *Grupo Móvel* da comunidade².

Quadro I Os informantes da comunidade afro-baiana estudada, segundo idade e gênero.

Idade	Gênero masculino	Gênero feminino	Total
Menos de 6 anos	2	8	10
De 6 a 14 anos	21	19	40
De 15 a 25 anos	5	10	15
De 26 a 45 anos	5	5	10
Mais de 45 anos	5	5	10
Total	38	47	85

Fonte: Quadro construído pela Autora a partir de dados recolhidos de outubro de 1992 a fevereiro de 1993, e de janeiro a maio de 1994.

Embora reconhecendo o valor das contribuições oriundas de pesquisas sociolinguísticas quantitativas, optou-se por uma abordagem sociolinguística interpretativa. De fato, os estudos variacionistas de natureza quantitativa conseguem identificar tendências do comportamento linguístico de grupos sociais distintos, mas passam ao largo do comportamento real que os indivíduos atualizam durante a interação verbal. Além disso, sob esta perspectiva são dificultadas as possibilidades de consideração da construção semântica (SOUZA, 1996: 474).

² Quando da realização da pesquisa de campo que conduziu à Tese de Doutorado *La langue parlée à Salvador. La diversité linguistique et la construction du sens au sein de la réalité afro-bahianaise*, defendida pela Autora frente à Universidade de Paris VIII em 1996, foram definidos dois grupos componentes da comunidade afro-baiana pesquisada: o Grupo Nuclear, constituído das pessoas residentes no espaço do terreiro; o Grupo Móvel, formado por indivíduos que, sem ali residirem, participam do culto e ali vão regularmente, chegando alguns a passarem temporadas maiores ou menores na comunidade.

Por outro lado, os desdobramentos recentes da sociedade industrial obrigam o analista a rever seus postulados de base. Conceitos como os de *comunidade linguística*, *categorias sociais*, e *categorias étnicas*, fundamentais na abordagem quantitativa, exigem dos pesquisadores novas definições. Refletindo sobre as mudanças vivenciadas pelas sociedades modernas, GUMPERZ (1989b, 26-7) interroga-se sobre a razão da sobrevivência de práticas linguísticas estigmatizadas, mesmo quando os locutores/ouvintes que as desenvolvem se expõem à educação universal.

Em conseqüência da escolha de uma sociolinguística interpretativa, procurou-se estabelecer categorias analíticas que permitissem realizar uma avaliação qualitativa da comunidade escolhida para estudo. Assim, utilizando-se o conhecimento sobre a comunidade, construído através da observação etnográfica, conseguiu-se distribuir seus integrantes em dois conjuntos: o *Grupo Estável* e o *Grupo Móvel*. Para esta distribuição, foram considerados os critérios reproduzidos no Quadro II, reproduzido adiante.

QUADRO II - Avaliação qualitativa da comunidade afro-baiana: as redes sociais e as atitudes dos informantes.

Critérios	Grupo Estável	Grupo Móvel
Amigos fora da Comunidade	Nenhum	A maioria
Amigos na Comunidade	Exclusivamente	Alguns
Papéis na Comunidade	Múltiplos	Alguns
Papéis fora da Comunidade	Nenhum ou raro	Múltiplos
Atitudes frente à cultura dominante	Interesse desconhecimento distanciamento	Interesse participação às vezes desconhecimento
Atitudes frente à cultura afro-baiana	Forte ligação participação ativa	Forte ligação participação ativa
Tipo de rede social	Denso	Disperso

Fonte: Quadro montado pela Autora a partir dos resultados da pesquisa de campo realizada em Salvador, concluída em 1994.

Ainda em decorrência das opções teóricas que caracterizam o trabalho aqui exposto, convém esclarecer as razões de se tomar o repertório verbal em uso em contextos afro-baianos de Salvador como objeto de estudo, em lugar de se falar simplesmente na língua falada nesses contextos. Na realidade, se se extraem todas as conseqüências da existência da variação linguística, o

conceito de repertório verbal revela-se mais adequado. Ele permite levar em conta as alternâncias códicas que os locutores em interação realizam. Sob esta perspectiva, as alternâncias apresentam-se como estratégia discursiva, altamente relevante na construção do sentido operada no processo interativo. Como o sublinha D. Hymes (1984), retomando uma idéia desenvolvida por J. Gumperz, muitos fenômenos tratados separadamente sob rubricas tais que multilingüismo, diglossia, línguas standards, pidginização, crioulição, dentre outras, deveriam ser considerados em conjunto, todos relacionados com problemas de repertório. Ainda segundo Hymes:

La répartition des fonctions entre les langues à l'intérieur d'une communauté a toujours été relativement visible; la répartition de fonctions entre des moyens d'ordres différents, dont la langue n'est qu'un parmi d'autres, est devenue plus visible qu'elle ne l'était; mais le mélange de langues, de moyens de provenance diverse au service d'une même fonction a été le phénomène le moins visible jusqu'ici. Même une oeuvre aussi réfléchie que celle de Weinreich (1953) donne à ces mélanges le mon péjoratif d'"interférence" alors que, dans de nombreux cas, il y a lieu d'y voir une intégration, un aspect créateur de l'usage linguistique qui est plus général que toute tradition linguistique isolée. (...) L'intégration qui s'opère dans la formation des pidgins complètement développés et des créoles est peut-être l'exemple le plus frappant de tous." (HYMES, 1984, p. 49-50.)³.

3.2 Os dados

O estudo dos dados coletados demonstrou a existência de um repertório verbal que se compõe de variedades distintas, a saber: uma variedade de português culto em registro coloquial distenso, uma variedade vernácula do português, o português afro-baiano, e o iorubá, conforme o atestam os exemplos arrolados a seguir. Convém sublinhar que tais variedades se alternam na comunicação, com frequência e proficiência variáveis.

³ Traduzindo: A repartição das funções entre línguas no interior de uma comunidade foi sempre relativamente visível; a repartição de funções entre meios de ordens diferentes, dentre os quais a língua é apenas um dentre outros, tornou-se hoje mais visível do que era antes; mas a mistura de línguas, de meios de proveniência diversa a serviço de uma mesma função tem sido até aqui o fenômeno menos visível. Mesmo uma obra da qualidade da de Weinreich (1953) atribui a estas misturas o nome pejorativo de 'interferência', quando, em numerosos casos, dever-se-ia percebê-las como uma integração, um aspecto criador do uso lingüístico, que é mais geral que qualquer tradição lingüística isolada. (...) A integração que se realiza na formação dos pidgins completamente desenvolvidos e dos crioulos aparece, talvez, como o exemplo mais palpável desse fenômeno.

1 - INF. 06 - «Tudo bem, Pró? Eu vi a Senhora com a **Iyá**, in(d)o pro **panã**. A Senhora não me viu, não?

Doc. - Ah, foi mesmo? Eu nem vi você. Eu cheguei cedo e já estou indo pra casa. Amanhã, estou aqui de novo.» (Registro de observação etnográfica).

2 - **Egbónmi** - « **Agó, Iyá!** A professora vai salva(r) **Šangó**.

Iyálorišá - Pode entra(r), Pró. Vá salva(r) Papai.

Doc. - **Agó Iyá! Kawò kabiyèsile!**» (Registro de observação etnográfica.)

3 - INF. 01 - «Saiu corren(d)o - chegô - subiu no pé d'**iroko** - chegô na ú(l)tima galh(a) ele se lembrô - Aí a morte já ia bem longe - El(e) aí gritô - **wanankeri** - **wanaberí** - - Aí a morte devo(l)veu o pai dele. »

4- «**Oyá Tété**,

Oyá Tété,

Ayábá!» (*Oriki* cantado no Barracão.)

A propósito do repertório verbal documentado na comunidade em estudo, pode-se afirmar que a variedade vernácula do português e a variedade afro-baiana apresentam-se como as de maior frequência. Quanto à utilização do iorubá e da variedade culta do português, torna-se necessário introduzir algumas observações. Em relação ao primeiro, é a língua do culto. Todas as práticas rituais recorrem ao iorubá como língua de comunicação com os Orixás. Assim, ele é usado normalmente em situações do tipo:

a) para salvar os Orixás:

b) para cantar os Orixás (os *Oriki*);

c) para falar com os Orixás, quando o falante possui competência para tanto;

d) durante as cerimônias rituais, quando o falante é um chefe religioso;

e) em interações verbais de curta duração, normalmente quando as pessoas envolvidas já passaram por uma longa iniciação;

f) por conotação de autonomia, visando à afirmação de uma identidade afro-brasileira.

A respeito das ocorrências do iorubá, convém sublinhar que, para que isto aconteça, além da competência lingüística do locutor, existem componentes da situação interativa que desempenham papel determinante na escolha do código lingüístico. O fator que se revelou mais produtivo nos dados tomados para estudo foi, sem dúvida, o status do interlocutor. Tratando-se de um Orixá, o recurso ao iorubá é incontornável, salvo se o locutor não possui a competência necessária para tanto. Quando os papéis de locutor e de alocutário são exercidos por membros da comunidade com proficiência em iorubá, o assunto tratado na interação verbal aparece como o elemento mais significativo para levar os interlocutores a escolherem essa língua. Ainda sobre o iorubá, deve-se notar que, apesar de se configurar como uma língua

tonal, na comunidade em questão, a oposição entre tons altos e baixos parece ter desaparecido, embora ainda se encontrem raros falantes que ainda conservam tal distinção, sobretudo entre sujeitos mais idosos que ocupem postos de prestígio na hierarquia afro-brasileira.

No que concerne à variedade culta do português, convém registrar que a pesquisa de campo identificou apenas 05 indivíduos integrantes do Grupo Nuclear com diploma universitário. Entretanto, este quadro se altera, quando se observam as pessoas que freqüentam a comunidade, ou que fazem parte do Grupo Móvel. Inúmeras possuem nível superior. Neste contexto, constatou-se que a norma culta representa a variedade lingüística menos utilizada na comunidade pesquisada. Apesar disso, ela pode ocorrer em registro coloquial distenso, em interações verbais que envolvem locutores de nível de escolaridade superior, ou entre falantes de níveis de escolaridade distintos, dentre os quais existe pelo menos um com grau universitário.

No repertório verbal identificado através da pesquisa, existe uma variedade lingüística que merece uma atenção especial. Trata-se da variedade afro-baiana, ou português afro-baiano. É uma variedade que indivíduos representativos da cultura afro-baiana — por suas origens étnicas ou por opção — utilizam nos contextos mais representativos dos valores culturais negro-mestiços, principalmente nos terreiros. Convém esclarecer que a variedade afro-baiana não é o meio lingüístico empregado nas cerimônias rituais. Como já foi dito, esse papel é desempenhado pelo iorubá, a língua com função religiosa. Na realidade, ela aparece nas conversas entre pares, embora sua utilização esteja intimamente ligada a pressupostos socioculturais negro-mestiços. Por outro lado, ela pode ocorrer em interações construídas fora dos contextos afro-baianos, quando os interlocutores em presença partilham valores afro-baianos e interagem em situação espontânea. Mas que vem a ser a variedade afro-baiana?

Trata-se de uma variedade lingüística que resulta de uma mistura de línguas, em sentido amplo. Como o sugere a designação que está sendo aqui utilizada, esta variedade implica, em níveis distintos, a união de componentes lingüísticos oriundos de duas línguas de base. De uma parte, aparece com mais freqüência uma variedade vernácula do português brasileiro; de outra, aparecem elementos de uma língua africana que, no caso presente, é o iorubá. Nesta mistura, a participação de um ou de outro desses componentes lingüísticos pode variar de intensidade e de forma. Se se trata da inserção de sentença(s) em iorubá numa elocução em português, a integridade estrutural da primeira é preservada, sem que se afete, também, a integridade da segunda. Realiza-se, nesse caso, uma alternância códica. O produto resultante da mistura apresenta-se como um “code-switching”. O exemplo 02, apresentado

anteriormente, reproduz uma interação que se realiza na casa de **Şangó**. Nele, os trechos em yorubá aparecem em negrito. Os enunciados **Agó Iyá!** e **Agó Iyá! Kawò kabiyèsile!** [= *Com licença, Mãe!* e *Com licença, Mãe! Saudação a Şangó*] ilustram a alternância códica. Já os itens lexicais **Iyá** e **panã**, que aparecem no exemplo 01, bem como **Şangó**, que se insere no texto 02, integram-se na estrutura vernácula de uma sentença enunciada em português popular baiano. Não se deve pensar, porém, que a variedade afro-baiana só se atualiza em situações desse tipo, quando existem formas lingüísticas das duas línguas que se interpenetram. Existe, também, uma outra “mistura” lingüística de larga freqüência, que se manifesta mesmo quando os itens lexicais pertencem formalmente ao português. Nesses casos, a mistura de línguas associa semas que apontam para a cultura afro-baiana a formas lingüísticas do português, como se pode perceber no exemplo que se segue:

Doc.: - Sua bênção, Egbónmi.

Egbónmi: - **Meu Pai** abra seus caminho(s)! Como vai? Não estava viajan(d)o?

Doc.: - Tudo bem. Já terminei meu curso.

Egbónmi: - Ainda volta pra lá? Chegou quando?

Doc.: -Agora, só a passeio.

Egbónmi: Milhó. **Vai carrega(r) água pra Papai?** (Registro de observação etnográfica).

Como se pode constatar, na conversa acima reproduzida, a penas o item **Egbónmi**⁴ pertence ao léxico iorubá. Entretanto, o sintagma **meu Pai**, a sentença **Vai carregar água pra Papai?**, apesar de integrarem o léxico do português, contêm semas especiais na conversação acima reproduzida. De fato, trata-se de formas lingüísticas que situam o discurso que se constrói numa realidade extralingüística colada numa visão de mundo afro-baiana. Quando a Filha de Santo se refere ao Pai, ela invoca, na realidade, seu Orixá, **Ogun**. Mais adiante, ao perguntar à Documentadora se esta iria **carregar água para Papai**, o que ela pretende saber, na realidade, é se a Documentadora vai participar da cerimônia ritual das **Águas de Oxalá**, prestes a acontecer.

Embora o texto de uma comunicação imponha limites no que tange à análise que se pode realizar nesse tipo de discurso, há alguns pontos sobre a variedade afro-baiana que devem ser ressaltados. Primeiramente, convém observar que os contextos em que hoje se manifesta esta variedade foram, no passado, os que caracterizavam o iorubá. À medida que o uso deste idioma se tornou menos freqüente, a variedade afro-baiana viu ampliar-se seu empre-

⁴ Pessoa iniciada na religião afro-baiana há mais de sete anos.

go, de tal modo que hoje ela é, na realidade negro-mestiça dos terreiros, quase tão presente quanto o vernáculo. Por outro lado, as mudanças que se processam na realidade sociocultural baiana, como a reafricanização do carnaval, as ações visando à constituição e à afirmação de uma identidade negro-mestiça, tudo isso tem contribuído para que uma parcela importante do conhecimento lingüístico antes circunscrito à realidade dos terreiros tenha, hoje, ultrapassado suas fronteiras. Um exemplo disso se encontra, sem dúvida, em muitos textos de compositores como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Antônio Risério, Moraes Moreira, e muitos outros.

Ainda no que tange ao repertório verbal em uso em contextos afro-baianos, cumpre apresentar algumas considerações sobre a variedade vernácula nos dados que estão sendo aqui discutidos. Antes de serem apresentados alguns pontos que foram observados, é necessário esclarecer que a análise do *corpus* constituído encontra-se em andamento, em estágio ainda inicial. De fato, na Tese em que se inspira o presente trabalho, pretendeu-se identificar o repertório verbal em uso na realidade afro-baiana e, também, investigar a existência ou não de uma variedade afro-baiana. Tais objetivos foram alcançados. Todavia, certos procedimentos lingüísticos identificados nos dados coletados levaram a Autora a refletir sobre a variedade em questão e a formular hipóteses sobre as origens da variedade de português documentada na pesquisa. Em Souza (1996), não foi possível analisar, por dificuldades de natureza diversa, certos fatos presentes no *corpus*, que se permitem relacionar a variedade vernácula documentada com alguns parâmetros apontados por Bickerton (1988) como caracterizadores de línguas crioulas. São procedimentos lingüísticos decorrentes da transmissão irregular que caracteriza a formação de uma língua crioula. Embora a maioria dos informantes estudados mais de perto apresentem escolaridade média, os registros das conversas, bem como as anotações de observação participante apontam para o enfraquecimento das funções estruturais de morfemas indicadores de tempo, modo, pessoa e número no SV, queda do morfema de número no SN, negação dupla descontínua, predomínio do verbo **ter** para indicar existência, substituição dos pronomes clíticos pelos pronomes retos correspondentes, baixa percepção do papel das preposições como instrumentos formais marcadores da regência dos verbos, redução do elenco de pronomes relativos (quase sempre representado por **que**, e por **onde**), além da ocorrência de variantes fonéticas que costumam caracterizar crioulos de base portuguesa. Os Projetos em andamento no Grupo de Pesquisa *Diversidade Lingüística e Construção do Sentido*, recentemente cadastrado junto ao Diretório do CNPq, pretendem investigar fatos como os acima indicados, descrevendo-os e definindo sua latitude na língua falada em Salvador. Convém sublinhar que muitos dos fatos

agora apenas delineados manifestam-se em outros contextos. A Autora já pôde identificar alguns deles em produções orais e escritas de estudantes de Primeiro e de Segundo Grau de escolas locais. A pesquisa do assunto revela-se, portanto, de grande interesse para o redirecionamento de políticas de ensino de Português L1.

4 Conclusões

Com o trabalho aqui apresentado, pretendeu-se rastrear os traços da variação na gramática e na construção semântica, o que conduziu a Autora às conclusões expostas a seguir:

4.1 A variedade afro-baiana revela-se uma realidade nos contextos negro-mestiços de Salvador. Ela resulta de uma mistura de componentes lingüísticos, cujas línguas de origem são o português brasileiro e o iorubá.

Afirmar a existência da variedade afro-baiana significa restabelecer a ponte que une, na sociedade baiana, o presente ao passado. Significa, também, restabelecer a coerência que liga a realidade sociolingüística à realidade cultural da Bahia. Utilizando-se o aparelho conceptual da teoria das redes sociais (Gumperz, 1989a e 1989b), procurou-se avaliar a influência das redes sobre o repertório verbal dos sujeitos que participaram da pesquisa. Os atores sociais observados integram redes predominantemente *densas*. De acordo com a teoria em questão, os locutores de redes densas tendem à conservação de hábitos lingüísticos tradicionais. Por outro lado, a atualização da variedade afro-baiana exige a mudança do olhar da lingüística sobre a realidade sociolingüística brasileira, além de apontar para a necessidade de novas pesquisas que tomem por objeto a realidade lingüística negro-mestiça. Convém notar que, no que concerne aos fenômenos de misturas lingüísticas, buscou-se seguir uma trilha aberta por P. Cadiot (1982). Estas misturas foram interpretadas como estratégias de construção semântica, que os interlocutores utilizam na interação verbal, conscientemente ou não.

4.2 Em Salvador, existem certos meios em que se utiliza ainda uma língua africana. De fato, o iorubá constitui uma das variedades lingüísticas que compõem o repertório verbal em uso na comunidade afro-baiana em que se realizou a pesquisa de campo.

Isto posto, convém observar que o iorubá é a língua que se emprega nas cerimônias religiosas do *candomblé*, bem como em todas as atividades que lhe são concernentes. A princípio, quanto mais avançada a iniciação, mais ampla será a competência em iorubá em contextos rituais. Entretanto,

há outros fatores que repercutem sobre a competência comunicativa dos falantes, dentre os quais a presença sucessiva de membros de uma família em postos de prestígio na hierarquia do candomblé. Dessa perspectiva, foi possível distinguir dois tipos de competência entre os sujeitos pesquisados: uma competência com dominante *ativa*, e outra com dominante *passiva*. No primeiro grupo, foram inseridos os locutores que se manifestaram em interações, utilizando o iorubá, sem que se tratasse de cerimônia religiosa. No segundo, foram situados aqueles que se manifestaram com gestos ou com uma das variedades do repertório verbal da comunidade — sobretudo a variedade afro-baiana —, sem, contudo, utilizarem o iorubá, mesmo manifestando compreender elocuições nesta língua, produzidas por seus interlocutores.

4.3 No repertório verbal em uso na comunidade afro-baiana observada, identificou-se uma variedade de português brasileiro que apresenta traços análogos aos que a literatura especializada vem indicando como características de línguas crioulas. Por outro lado, alguns dos fenômenos de variação detectados e já estudados com relação a sua ocorrência em outras normas parecem apresentar uma frequência de uso bem maior nos dados que Souza (1996) analisou, ainda que preliminarmente.

De fato, o *corpus* constituído aponta para procedimentos lingüísticos de conseqüências importantes para o estudo do português. No que tange à sintaxe da ordem, as atualizações do sujeito sintático e a posição por ele ocupada parecem corroborar, de modo mais radical, os pontos de vista sustentados por C. Galves (1987) e por F. Tarallo (1992), que sustentam a existência de uma mudança profunda na língua falada no Brasil. Por outro lado, a ocorrência de objeto nulo, a substituição do clítico pelo pronome reto ou pelo SN de referência também se manifestam com alto índice de frequência nos dados aqui analisados.

Os dados acima referidos parecem confirmar que uma distância efetiva já separa o português brasileiro do português europeu. As discussões sobre a realidade externa e a realidade interna da língua falada em Salvador, a existência efetiva de uma variedade de português afro-baiano contribuem para sinalizar a emergência de uma nova gramática para o primeiro.

4.4 Dadas as conclusões precedentes, urge que a educação formal integre ao ensino do português L1 as informações que pesquisas lingüísticas vêm produzindo sobre a realidade sociolingüística baiana.

Se a igualdade de oportunidades constitui um objetivo que a educação formal pretende atingir, é preciso que a escola redefina seus parâmetros para o ensino lingüístico. Para isto, a articulação de resultados de pesquisas sobre

o dialeto *standard* — como os do Projeto NURC —, com os resultados de pesquisas do tipo aqui discutido, que levam em conta realidades lingüísticas *standards* e *não-standards* revela-se uma estratégia necessária.

Para finalizar, convém sublinhar que não existiam informações sobre a realidade lingüística aqui tomada para estudo. Foi, portanto, necessário observá-la de ângulos distintos. Esta estratégia possibilitou a apreensão de aspectos essenciais da formação lingüística estudada, ao mesmo tempo que permitiu a detecção de certos componentes que interagem na realidade complexa da linguagem. A partir da observação da realidade sociolingüística de Salvador, procurou-se sublinhar as relações dinâmicas que se tecem entre linguagem e sociedade e, desse modo, demonstrar, na prática, o que Bourdieu (1982a) teorizou sobre *ce que parler veut dire*. Apesar disso, a análise aqui exposta procurou não perder de vista o papel que a linguagem também desempenha, através dos indivíduos que a utilizam, de elemento constituinte da realidade social. É desse ponto de vista que podem ser compreendidas práticas lingüísticas como as que constituem o objeto deste estudo.

Abstract

This paper aims at studying the contribution of the black and the black mixed-race segments to the sociolinguistic Bahian reality. In order to achieve this, social and linguistic interactions at the origin of the Brazilian Portuguese, as well as ethnographical and linguistic data collected in Afro-Bahian contexts in Salvador are taken into consideration. Thus, the linguistic varieties that, in those contexts, the speakers actualize in their everyday communication are characterized. Moreover, various points of view about the constitution of the Portuguese spoken in Brazil — which function as background for the conclusions stated in this paper — are hereby examined.

5. Referências bibliográficas

- BAHKTINE, M. 1977. *Le marxisme et la philosophie du langage*. Paris: Editions de Minuit.
- BICKERTON, D. 1981. *Roots of language*. Ann Arbor: Karoma.
- BICKERTON, D. 1984. The language bioprogram hypothesis. *Behavioural and Brain Sciences*, n. 7, p. 173-188.
- BICKERTON, D. 1988. Creole language and bioprogram. In: F. J. NEWMAYER (edit.), *Linguistics: the Cambridge survey*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- BOURDIEU, P., 1982a. *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard.
- BOUTET, J. 1982b. Matériaux pour une sémantique sociale. *Modèles Linguistiques*, Lille, t. 4, fasc. 1, p. 7-37
- BOUTET, J. 1985. *Construction sociale du sens dans des entretiens d'ouvriers et d'ouvrières*. Paris: Université Paris VII/C.N.R.S., 1985.

- CADIOT, P. 1982. Mélanges de langue et connotation autonymique. *Modèles Linguistiques*, t. 4, fasc.1, p. 81-124.
- CASTRO, Y. P. de, 1976. *De l'intégration des apports africains dans les parlars de Bahia au Brésil*. 1976 2 t., Tese - Université Nationale du Zaïre.
- CASTRO, Y. P. de, 1980. *Os falares africanos na integração social do Brasil Colônia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- SOUZA, I. L. de. 1978. *Egbé kékeré Iyá Obá-Biyí*. Salvador: Dissertação de Mestrado em Educação.
- SOUZA, I. L. de. 1966. *La langue parlée à Salvador: la diversité linguistique et la construction du sens au sein de la réalité afro-bahianaise*, 2 t. Tese de Doutorado, Université Paris VIII.
- ELIA, S. 1979. *A unidade lingüística do Brasil: condicionamentos socioeconômicos*, Rio de Janeiro: Padrão.
- FERREIRA, C. 1984. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. *Revista Lusitana*, n. 5, p. 21-34.
- GALVES, C. 1987. A sintaxe do português brasileiro. *Ensaio de Lingüística*, Belo Horizonte, n. 13, p. 31-50.
- GUMPERZ, J. J. 1989a. *Engager la conversation*. Paris: Les Editions de Minuit.
- GUMPERZ, J. J. 1989b. *Sociolinguistique interactionnelle*, une approche interprétative, Saint-Denis: Université de La Réunion.
- GUY, G. 1981. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese*; aspects of phonology, syntax and language history. 1981. Tese de Doutorado - University of Pennsylvania.
- GUY, G. 1986. *Saliency and the direction of syntatic change*. Texto policopiado.
- HOLM, J. 1988. *Pidgins and creoles*, Cambridge: Cambridge Univ. Press. 2 v.
- HOUAISS, A. 1985. *O português do Brasil*, Rio de Janeiro: Unibrade.
- HYMES, D. 1984. *Vers la compétence de communication*, Paris: Hatier-Credif.
- MATTOSO, K. Q. 1992. *Être esclave au Brésil*, Paris: L'Harmattan.
- MELO, Gladstone Chaves. 1981. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão.
- MENDONÇA, R. 1933. *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Sauer.
- MUSSA, A. 1991. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. 1991. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- NARO, A. 1973a. Crioulização e mudança natural. In: id. *Estudos diacrônicos*. Petrópolis: Vozes. p. 97-110.
- NARO, A. 1973b. A história do e e do o em português: um estudo de deriva lingüística, In: id. *Estudos diacrônicos*. Petrópolis: Vozes. p. 9-51.
- NARO, A. 1978. A study on the origins of pidginisation. *Language*, v. 54 n. 2, p. 314-347.
- NARO, A. 1981. The social and structural dimensions of a syntatic change. *Language*, v. 57, n.1, p. 63-98.
- NARO, A., SCHERRE, Ma. Marta Pereira. 1991. Variação e mudança lingüística: fluxos e contrafluxos na comunidade de fala. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 20, p. 9-16.
- PÓVOAS, R. do Carmo. 1989. *A linguagem do candomblé*; níveis sociolingüísticos de integração afro-portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio.
- RAIMUNDO, J. 1933. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença.
- RISÉRIO, A. Carnaval Ijexá. Salvador: Corrupio, 1981.
- SANTOS, J. E. dos. 1976. Os nagô e a morte. Petrópolis: Vozes.
- SILVA NETO, S. 1970. *História da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.
- SILVA NETO, S. 1986. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença.
- TARALLO, F. 1987. Por uma sociolingüística românica *paramétrica*: fonologia e sintaxe. In: ENSAIOS DE LINGÜÍSTICA E TEORIA DA LITERATURA, Belo Horizonte: UFMG.
- TARALLO, F. 1988. Discussing the alleged creole origin of Brazilian Portuguese: targeted vs. untargeted syntatic change. *Cadernos de estudos lingüísticos*, v. 15. p. 137-161.
- TARALLO, F. 1992. Turning different at the turn of the century: 19th century Brazilian Portuguese. In: G. GUY, J. RAUGH, D. SCHIFFRIN (edit.). *Festschrift to William Labov*. (no prelo).
- VERGER, P. 1968. *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos, du XVIIIè au XIXè siècle*. Paris: Mouton/La Haye.
- VERGER, P. 1992. *Os libertos*; sete caminhos na liberdade de escravos da Bahia no século XIX, São Paulo: Corrupio.
- VOGT, C. 1983. Ditos e feitos da falange africana do Cafundó e da calunga do Patrocínio (ou de como fazer falando). *Revista de Antropologia*, v. 26, p. 65-92.
- VOGT, C., 1984. Os mestres da língua secreta do Cafundó e o paradoxo do segredo revelado. *Dédalo*, Salvador, v. 23, p. 301-332.
- VOGT, C., FRY, P. 1982. A "descoberta" do Cafundó. *Religião e Sociedade*, v. 8, p. 46-52.

Um desafio: o Atlas lingüístico do Brasil

Jacyra Andrade Mota
Suzana Alice Marcelino Cardoso
Universidade Federal da Bahia

Resumo

Descrição do Projeto *Atlas Lingüístico do Brasil*, que se desenvolve sob a responsabilidade de um Comitê Nacional, constituído pelos professores Jacyra Mota (UFBA), Maria do Socorro Aragão (UFCE), Mário Zágari (UFJF), Suzana Alice Marcelino Cardoso (UFBA), Vanderci Aguilera (UEL) e Walter Koch (UFRS). Apresentação dos antecedentes nacionais do Projeto e informação sucinta sobre a sua metodologia.

A primeira manifestação em favor da elaboração de um atlas lingüístico do Brasil remonta a 1952, quando, através do Decreto 30.643, de 20 de março, assentava-se, no seu Art 3º, como principal finalidade da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa a elaboração do atlas lingüístico do Brasil. Tal determinação foi regulamentada pela Portaria n.º 536, de 26 de maio do mesmo ano, a qual, ao baixar instruções referentes à execução do decreto de criação do Centro de Pesquisas Casa de Rui Barbosa, estabeleceu como finalidade principal, entre as pesquisas a serem planejadas, a própria elaboração do atlas lingüístico do Brasil.

Nascida a idéia, ganha ela corpo nas proposições de Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Antenor Nascentes. Os dois primeiros, por ocasião do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Lisboa em 1957, defendem a necessidade de elaboração de atlas lingüísticos regionais, com argumentos bastante sólidos e convincentes. A esses dois filólogos soma-se Antenor Nascentes que, assumindo a mesma posição, dá passos iniciais concretos com a publicação das *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil* (1958, 1961), obra em dois volumes, na qual fornece diretrizes gerais para a escolha de localidades, de informantes e para a elaboração do questionário lingüístico, e propõe, muito claramente, a elaboração de atlas regionais.

Retoma-se no atual Projeto a idéia de realização do atlas lingüístico do Brasil e defende-se uma política de integração e coordenação do trabalho que se vem desenvolvendo, com a realização de atlas regionais, com vistas a se alcançar o objetivo final da produção de um atlas nacional.

Em 1952, quando se explicitou pela primeira vez o desejo de elaboração de um atlas lingüístico brasileiro, momento em que a Europa já havia

produzido alguns atlas – como o *Atlas Linguistique de la France (1902-1912)*, *Linguistischer Atlas des Dakorumänischen Sprachgebietes (1912)*, *Atlas Linguistique de la Corse (1923-1939)*, *Deutscher Sprachatlas (1926)*, *Sprach und Sachatlas Italiens und der Südschweiz (1928-1940)* só para citar atlas da primeira metade deste século – e a Península Ibérica, em particular, tentava concluir o *Atlas Lingüístico da Península Ibérica*, iniciado em 1925, as condições do Brasil, obviamente, eram bem diversas das que hoje se nos apresentam. A população, segundo o censo de 1950¹, atingia a cifra de 51 944 397 habitantes, dos quais 33 161 506 se situavam nas zonas rurais e apenas 18 782 891 estavam estabelecidos nas zonas urbanas, ou seja, aproximadamente 63% da população se encontrava no campo e apenas 37% nas grandes cidades, o que revela a maior concentração demográfica fora dos centros urbanos. Os meios de comunicação – rádio, televisão, telefone – tinham um perfil muito tímido cujos dados não vêm registrados nas estatísticas para esse ano. A extensão da rede de estradas de ferro em tráfego alcançava 36 681 km. As rodovias se estendiam por 341 035 km. As empresas aéreas civis atingiam um percurso de 96 600 775² km e a navegação marítima e a fluvial apresentava um movimento de 406 embarcações em tráfego. Decorridos quase cinqüenta anos, a situação que apresenta, hoje, o país no tocante a esses mesmos itens, é – como não poderia deixar de sê-lo – bem diferente. Conta-se com os seguintes números segundo os dados do censo de 1991 de referência aos itens citados: população geral de 146 917 459 habitantes dos quais 110 875 826 se situam na zona urbana e 36 041 633 na área rural, o que revela uma total inversão dos números se comparados aos registrados para 1950; a rede telefônica, que nem chega a ser levantada nas estatísticas disponíveis de 1950, apresenta, para 1991, um total de 15 922 localidades atendidas com 14 426 673 telefones instalados; a rede ferroviária conta com 30 282 km — caso único de modificação para menos com uma redução de cerca de 6 000 km em relação a 1950, fato deplorável, para não dizer criminoso, em relação ao sistema de transporte do país; o tráfego aéreo atinge 287 761 775 km; e a navegação conta com um movimento total de 46 310 embarcações.

Esse breve perfil de realidades — a do passado e a atual — conduz a algumas considerações que são, de certo modo, evidentes.

Os limites geográficos tornaram-se tênues, e mais tênues, ainda, se pensarmos na invasão domiciliar de informações universais e simultâneas aos

¹ Os dados estatísticos referidos foram extraídos do *Anuário Estatístico do Brasil - 1954. Ano XV* (Rio de Janeiro: IBGE-Conselho Nacional de Estatística, 1954) e do *Anuário Estatístico do Brasil - 1993* (Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, 1993).

² Os dados relativos à aeronáutica civil referem-se ao ano de 1952.

acontecimentos que facultam o rádio, a televisão e a informática; na mobilidade social, seja por obrigação de trabalho, seja pelo lazer, que faz de cada rincão uma miniatura do universo e de cada cidadão cada vez mais um homem sem fronteiras; na política econômica de fomento ao turismo – fonte moderna de captação de recursos explorada por ricos e pobres – que põe em contacto diuturnamente populações extremas, costumes díspares, usos linguageiros diferenciados; nos avanços tecnológicos que encurtam as distâncias e aproximam os povos. O mundo moderno transforma-se num grande coletivo; é o momento da globalização.

Tais constatações levam, inexoravelmente, à afirmação categórica e óbvia: o mundo mudou, o Brasil mudou muito nesses últimos cinqüenta anos. A mudança da configuração demográfica do país com o aumento de concentração da população nos grandes centros urbanos, com o esvaziamento das áreas rurais e com a intensa migração interna tem trazido não só uma nova dimensão social mas também política que, por certo, se fazem acompanhar de mudanças lingüísticas cuja extensão ainda não podemos avaliar. Em decorrência, a língua sofre, também, mutações consideráveis e ágeis. Tudo isso se constitui razão maior para reafirmar a necessidade de descrever-se a realidade brasileira antes que se percam traços e usos, formas e estruturas ainda não formalmente identificadas, registradas e catalogadas, como bem chamou a atenção Boléo (1976:342) ao afirmar, de referência à demora na concretização do atlas lingüístico de Portugal:

Quand nous, Portugais, nous nous décidâmes à élaborer notre atlas linguistique, nous arriverons déjà trop tard car de nombreux termes, expressions et coutumes auront disparu, emportant avec eux la clé d'un grand nombre de problèmes.³

De outra parte, as dificuldades apontadas para a concretização da pesquisa lingüística, mais especificamente a dialetal, no Brasil, parecem de certo modo obviadas. A ausência de vias de comunicação, unindo os diferentes e mais longínquos pontos do país, bem como o “desinteresse por parte do elemento masculino”, mencionado por Nascentes (1958:7), não se constituem, hoje, em óbice. A rede de estradas tem crescido e melhorado, gradativamente, de condições e não são mais as mãos femininas, majoritariamente como outrora, que lavram o terreno da dialectologia.

Sem desconhecer-se a importância de outros ramos dos estudos lingüísticos e sem querer minimizar-se o papel de cada um deles, nesse mo-

³ Traduzindo: “Quando nós, portugueses nos decidirmos a elaborar nosso atlas lingüístico, chegaremos já muito tarde pois numerosos termos, expressões e costumes terão desaparecido, levando consigo a chave de um grande número de problemas.”.

mento da história, é urgente que se enfrente a descrição da realidade lingüística brasileira no seu plano geográfico e o melhor caminho, para esse conhecimento de amplitude continental, parece ser o que propõe a Dialectologia, concebida não como um ramo dos estudos lingüísticos voltado exclusivamente para as questões diatópicas, mas partindo-se do princípio, como bem assinalou Lope Blanch (1978: 53-4), de que

La dialectología puede, evidentemente, beneficiarse mucho con las aportaciones de la sociolingüística, como de hecho ya se há estado beneficiando. El progreso metodológico que há establecido la sociolingüística con su rigurosa y detenida consideración de factores sociológicos antes sólo superficialmente atendidos por la dialectología, es aportación de primera magnitud, que *la actividad dialectológica habrá de tener ahora muy en consideración* (grifo nosso).⁴.

Retomando a idéia de um atlas lingüístico do Brasil, lançada em 1952, pesquisadores da área de Dialectologia reúnem-se em Salvador, Bahia, em novembro de 1996, no Seminário *Caminhos e Perspectivas para a Geolingüística no Brasil* e assumem esse desafio. Nesses três dias de discussão em que foram abordadas temáticas referentes a uma política geolingüística para o Brasil e a questões metodológicas em geral, ficou também acertada a criação de um Comitê Nacional que, a partir daquele momento, se encarregaria de dar curso às decisões do encontro e implementar o projeto nacional para execução do atlas lingüístico do Brasil, constituído com representantes de cada um dos atlas publicados e com um representante dos atlas em curso. Integram, assim, o Comitê Jacyra Mota (UFBA), Maria do Socorro Aragão (UFCE), Mário Zágari (UFJF), Suzana Alice Marcelino Cardoso (UFBA), Vanderci Aguilera (UEL) e Walter Koch (UFRS).

Com esse Projeto dá-se curso ao desejo de realização do atlas lingüístico nacional e defende-se uma política de integração e coordenação do trabalho no campo da Geolingüística com vistas a se alcançar o objetivo final da produção de um atlas geral do Brasil.

O quadro histórico-social do país, hoje, e a necessidade do conhecimento sistemático e geral da realidade lingüística brasileira, necessário sobretudo à difusão de um ensino adequado ao caráter pluricultural do Brasil, estão a exigir, sem mais demora, um esforço coletivo na tentativa de se desenvolve-

rem estudos mais amplos que levem a esse conhecimento global que se afigura tarefa da Dialectologia brasileira, nesse final de milênio, a se concretizar, fundamentalmente, com a realização do atlas lingüístico geral do Brasil.

Situações, fatos e dados lingüísticos e extralingüísticos justificam a deliberação de fazer-se um atlas lingüístico. O percurso histórico dos estudos sobre o português estão a cobrar esse passo. E, tudo indica, parece ter chegado a hora. Razões de ordem lingüística *stricto sensu*, de ordem social, de ordem histórica, e ainda relacionadas à política de ensino da língua materna e à própria política de entendimento da diversidade de usos do português parecem, de forma resumida, constituírem-se na justificativa do que se propõe.

Em se tratando do nosso país, a inexistência de dados que apontem, de maneira ampla e geral, as características do português no território nacional apresenta-se como primeira razão. Os estudos dialetais que se iniciaram no século passado, voltados principalmente para a identificação das diferenças lexicais, e as abordagens da primeira metade deste século, com estudos de natureza monográfica e recobrando toda uma área, têm funcionado como sondagens iniciais, explorações prévias que esboçam características e denotam traços particulares de áreas e regiões.

O quadro atual demonstra que há uma preocupação, de certo modo nacional, com a geografia lingüística no Brasil e afigura-se como o prenúncio da vontade ainda não formalmente manifesta, talvez, mas sentida, por certo, de que é urgente uma descrição acurada da realidade lingüística brasileira para que se alcance o pleno conhecimento do português do Brasil.

Se por um lado já se dispõe de estudos preliminares, passíveis de instrumentar um trabalho maior, por outro, ainda se padece da ausência de dados lingüísticos que permitam traçar uma divisão dialetal do Brasil apesar de contar-se com a divisão proposta por Nascentes (1953), fundamentada na realização das médias pretônicas e na entoação.

Um segundo fator está a apontar para a necessidade de um atlas do Brasil. É preciso ter-se a multidimensionalidade da língua no país não apenas para efeito de precisar e demarcar espaços geolingüísticos, mas para que se possa também contribuir de forma direta para um melhor equacionamento entre a realidade de cada área e o ensino da língua materna que nela se processa.

A implantação e desenvolvimento do Projeto se constituirá em substancial contribuição para o entendimento da língua e de suas variantes, eliminando visões distorcidas que privilegiam uma variante tida como culta e estigmatizam as demais variantes, causando, assim, ao ensino-aprendizagem da língua materna consideráveis prejuízos.

4 Traduzindo: "A dialectologia pode, evidentemente, beneficiar-se muito com as contribuições da sociolingüística, como de fato já está se beneficiando. O progresso metodológico que a sociolingüística estabeleceu com sua rigorosa e minuciosa consideração de fatores sociológicos antes apenas superficialmente atendidos pela dialectologia, é contribuição de primeira magnitude, que a *atividade dialectológica terá agora de levar em muita consideração* (grifo nosso).".

Em resumo, o conhecimento sistemático da variação, a delimitação de áreas lingüísticas específicas e a relação entre os diferenciados usos que se faz da língua constituem-se num benefício de cunho social.

Admitindo-se ter chegado a hora do atlas lingüístico do Brasil, como de fato se reconhece, uma preliminar se faz necessário assentar: os atlas regionais, publicados, em curso ou no desiderato de grupos de pesquisa, não interferem na proposta de elaboração de um atlas geral do Brasil. Ao contrário, servem de apoio e devem continuar a ser executados porque têm por finalidade um conhecimento mais detalhado e circunstanciado de cada região.

Os objetivos do *Projeto Atlas Lingüístico do Brasil* podem ser, assim, resumidamente definidos:

1. Descrever a realidade lingüística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque prioritário na identificação das diferenças diatópicas (fônicas, morfossintáticas, léxico-semânticas e prosódicas) consideradas na perspectiva da Geolingüística.
2. Oferecer aos estudiosos da língua portuguesa (lingüistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos, etc.), aos pesquisadores de áreas afins (história, antropologia, sociologia, etc.) e aos pedagogos (gramáticos, autores de livros-texto para o 1º e 2º graus, professores) subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil.
3. Estabelecer isoglossas com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais através de resultados cartografados em mapas lingüísticos e de estudos interpretativos de fenômenos considerados.
4. Examinar os dados coletados na perspectiva de sua interface com outros ramos do conhecimento — história, sociologia, antropologia, etc. — de modo a poder contribuir para fundamentar e definir posições teóricas sobre a natureza da implantação e desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil.
5. Oferecer aos interessados nos estudos lingüísticos um imenso volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando o campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores aprofundar o conhecimento da realidade lingüística, refletindo sobre as variantes de que se reveste a língua portuguesa no Brasil e, conseqüentemente, encontrando meios de, sem desprestigiar os seus dialetos de origem, levar os estudantes ao domínio de uma variante tida como culta.

6. Contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso mas dotado de uma unidade sistêmica.

O Comitê Nacional, sob a presidência de Suzana Cardoso, realizou a sua primeira reunião em Maceió, nos dias 11 e 12 de março de 1997; uma segunda reunião em julho do mesmo ano, em Belo Horizonte, nos dias 13 e 14, quando foram definidas questões metodológicas e concluído o projeto amplo a ser encaminhado a organismos financiadores da pesquisa em nosso país e uma terceira reunião, nos dias 14 e 15 de julho de 1998, para a análise do questionário lingüístico e discussão das propostas de modificação à versão preliminar apresentadas pelos membros do Comitê.

No que se refere à rede de pontos, foram selecionadas 235 localidades, restando quinze pontos a serem posteriormente definidos em função do que as observações *in loco* venham a sugerir e justificar, de modo a que se alcance o número máximo de 250 pontos. A escolha das localidades baseou-se em sua distribuição pelo território nacional, considerando-se a extensão de cada região, os aspectos demográficos, culturais, históricos e a natureza do processo de povoamento das diversas áreas. Foram, ainda, levadas em conta questões referentes aos limites internos e internacionais e analisados os pontos sugeridos por Nascentes os quais, reconhecida a pertinência, foram mantidos.

O quadro em anexo fornece uma visão global da distribuição da rede de localidades.

Quanto aos informantes, ficou fixado o número de quatro por localidade — exceto nas capitais de Estado, onde serão inquiridos oito informantes —, distribuídos eqüitativamente por duas faixas etárias — de 18 a 30 anos e de 45 a 60 anos — e contemplando os dois sexos. Nas capitais, levam-se em conta também as diferenças quanto à escolaridade, admitindo-se quatro informantes de nível universitário e quatro que — como nas demais localidades — tenham cursado até a quarta série do primeiro grau. Os informantes devem ter uma profissão definida, que não requeira grande mobilidade e que se encontre inserida no contexto social local. Por fim, além da condição primeira de terem nascido na localidade em questão, os informantes devem, preferentemente, ser filhos de pais da região lingüística em estudo, excetuando-se os casos de cidades muito novas.

De referência ao questionário lingüístico, deliberou-se pela aplicação de quatro tipos de questionário direcionados, especificamente, cada um deles para os aspectos semântico-lexical, fonético-fonológico, morfossintático e prosódico, além de questões referentes à pragmática e sugestões de temas

para o registro de discursos semi-dirigidos. Na sua elaboração foram considerados estudos de diferente natureza existentes sobre o português regional do Brasil, os questionários dos atlas já publicados e aqueles disponíveis dos atlas em andamento, e também os questionários do *ALiR-Atlas Linguistique Roman* e do *Atlas Lingüístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza*. Foram, ainda, examinados os resultados cartografados nos atlas nacionais.

Do ponto de vista da sua estrutura, o Projeto é coordenado por um Comitê Diretor Nacional, conta com Coordenadores Regionais e tem ainda um corpo diversificado de assessores.

O desenvolvimento do Projeto está previsto em quatro etapas: a primeira, encerrada no fim de 1998, compreendeu a fase inicial de implantação do Projeto com a fixação dos critérios para a escolha das localidades, a definição do perfil dos informantes e a preparação dos questionários lingüísticos; a segunda etapa, voltada especialmente para a preparação dos inquiridores e constituição do *corpus*, com previsão de dois anos de duração, deve-se iniciar com um seminário nacional para treinamento de inquiridores; uma terceira etapa, destinada à transcrição e análise dos dados recolhidos, à elaboração de cartas lingüísticas e comentários, tem previsão de se iniciar logo após a realização dos inquéritos, estendendo-se por cerca de quatro anos. A etapa final será destinada à editoração e publicação dos resultados.

O trabalho é desafiante, não resta dúvida, basta que se pense nos 8 milhões de quilômetros quadrados desse país-continente a serem enfrentados. Mas, estamos todos convencidos, os que lidamos com a Dialectologia no Brasil, de que a hora do atlas lingüístico geral é chegada. E só nos resta entrar na empreitada e aceitar esse desafio do alvorecer do novo milênio!

Résumé

Il s'agit d'une description du *Projet de l'Atlas Linguistique du Brésil*, qu'un Comité National composé d'enseignants d'universités brésiliennes se charge de mettre en marche. Outre cela on fait la présentation des antécédents nationaux du Projet, tout en décrivant sa méthodologie.

Referências Bibliográficas

- BLANCH, M. L. 1978. La sociolingüística y la dialectología hispánica. In: M. ALVAR, M. L. BLANCH, *En torno a la sociolingüística*. México: UNAM, p.33-58.
- BOLÉO, M. de Paiva. Le matériel de L'I.L.B. et quelques études de comparaison avec l'Atlas Lingüístico de la Península Ibérica' et l' 'Atlas Prévio dos Falares Baianos'. *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, v. 17, t. 1 e 2, 1975-1976.
- NASCENTES, Antenor. 1953. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Simões.
- NASCENTES, Antenor. 1958-1961. *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/Casa de Rui Barbosa, 2 v.

Quadro - Localidades selecionadas para o Atlas Lingüístico do Brasil

Região	Estado	N.º pontos	Totais p/ região
Norte	Pará	9	
	Amazonas	5	
	Amapá	2	
	Acre	2	
	Rondônia	2	
	Tocantins	2	
	Roraima	1	
			23
Nordeste	Bahia	21	
	Ceará	11	
	Pernambuco	11	
	Maranhão	8	
	Paraíba	5	
	Alagoas	4	
	Rio Grande do Norte	4	
	Piauí	4	
	Sergipe	3	
			71
Centro-Oeste	Goiás	9	
	Mato Grosso	7	
	Mato Grosso do Sul	5	
			21
Sudeste	São Paulo	39	
	Minas Gerais	22	
	Rio de Janeiro	13	
	Espírito Santo	5	
			79
Sul	Rio Grande do Sul	16	
	Paraná	16	
	Santa Catarina	9	
			41
	T O T A L		235

Sobre desencontros e reencontros: Filologia e Lingüística no Brasil no século XX*

Rosa Virgínia Mattos e Silva
Universidade Federal da Bahia/CNPq

Resumo

Delimita-se neste artigo o âmbito dos conceitos de Filologia e de Lingüística, no Brasil, na primeira metade deste século; a clivagem entre o trabalho filológico e o lingüístico, com a academicização da Lingüística na Universidade Brasileira, na década de sessenta; e, finalmente, o reencontro do trabalho do filólogo e do lingüista, a partir do retorno à Lingüística Histórica nessas duas últimas décadas.

1 O domínio da Filologia e a lenta gestação da Lingüística na primeira metade do século XX no Brasil.

Mattoso Câmara Jr, inquestionavelmente o introdutor da chamada Lingüística Moderna no Brasil, define Filologia na primeira edição do seu *Dicionário — Dicionário de fatos gramaticais —*, de 1956, definição que continua na 4a. edição, a de 1970, a última em vida do autor, já sob o título de *Dicionário de filologia e gramática*, como segue:

Helenismo que significa literalmente 'amor à ciência', usado a princípio com o sentido de erudição, especialmente quando interessada na exegese dos textos literários. Hoje designa, estritamente, o estudo da língua na literatura, distinto portanto da Lingüística. Há, porém, um sentido mais lato para filologia, muito generalizado em português; assim Leite de Vasconcellos entende por filologia portuguesa 'o estudo da nossa língua em toda a sua plenitude, e o dos textos em prosa e verso, que servem para a documentar'.

É a referência a esse 'sentido mais lato', derivado de Leite de Vasconcellos, que buscarei discutir para identificar o domínio abrangente do que se designava aqui por Filologia na primeira metade deste século e mesmo ao transitarmos para a sua segunda metade.

O prestígio no Brasil do admirável erudito polígrafo português — José Leite de Vasconcellos — não pode ser contestado. No *prefácio* à terceira edição das suas *Lições de filologia portuguesa* (a primeira é de 1911 e a terceira

* Trabalho apresentado na Mesa Redonda *Lingüística e Filologia* do GT de *Historiografia da lingüística brasileira* (ANPOLL 96, João Pessoa).

ra, edição brasileira, é de 1959), Serafim da Silva Neto que, poderia dizer, é a encarnação brasileira do filólogo à moda de Leite de Vasconcellos, nos dá o seguinte depoimento:

Leite de Vasconcellos foi o meu grande e incomparável Mestre — a mais forte influência que recebi na minha formação filológica. (1959, xvii).

E, mais adiante:

Antenor Nascentes e Sousa da Silveira confessaram que foi a leitura das *Lições de Filologia* que os encaminhou para os estudos superiores da língua portuguesa. (1959, xviii).

As *Lições* do Doutor Leite abriram caminho para muitos campos de estudos lingüísticos e afiliados, mas, sem dúvida, o caminho mais forte que legou para os “estudos superiores da língua portuguesa” foi aquele dos estudos dialetológicos, parte da Filologia para ele, como veremos. Antes que mais, o Doutor Leite de Vasconcellos era o *filólogo*, no sentido etimológico primeiro da palavra — ‘amante do saber’. Inicia ele suas *Lições* definindo os campos de estudo que a linguagem humana permite e conclui com a amplíssima gama que então cobria para ele e para seus seguidores brasileiros — são os que nos interessam aqui — o conceito de Filologia:

A Filologia abrange pois: História da língua (Glotologia, Glótica, Lingüística e seus ramos) com a Estilística e a Métrica; História literária: 1. História da literatura (em sentido amplo) com a crítica literária; 2. Bibliografia. Faz-se aplicação prática da Filologia quando se edita criticamente um texto. (1959, 8)

E conclui:

Nas minhas preleções entendo de ordinário Filologia Portuguesa o estudo da nossa língua em toda a sua amplitude, no tempo e no espaço, e acessoriamente o da literatura, olhada sobretudo como documento formal da mesma língua. (1959, 9)

Era essa a concepção de Filologia dos Mestres Serafim da Silva Neto, Antenor Nascentes, Sousa da Silveira, entre outros, filólogos declaradamente discípulos de Vasconcellos.

Se confrontarmos essa posição de Leite de Vasconcellos de 1911 (data de início de suas “preleções” na Biblioteca Nacional de Lisboa) com a de Serafim da Silva Neto, na sua obra de 1957, *Manual de filologia portuguesa* (2a. edição), em relação à Filologia, vemos, nesse arco de tempo — 1911 - 1957 — a abrangência estável da concepção corrente para Filologia.

Diz aquele que se define como discípulo de Leite e que, sem dúvida, parece-me, é ‘o filólogo’ brasileiro por excelência, nesse sentido abrangente e dominante da Filologia da primeira metade do século XX no Brasil:

A Lingüística é uma ciência de princípios gerais, aplicáveis a qualquer língua. Nessa conformidade, não julgamos aconselhável falar, por exemplo, em Lingüística Francesa ou Inglesa, com o fato de referirmos estudos acerca dessas línguas.

A Lingüística parece-nos sempre geral.

A *Filologia*, sim, encerra todos os estudos possíveis acerca de uma língua ou grupo de línguas... dizemos todos os estudos possíveis, porque, como se sabe, a Filologia na Antigüidade era o estudo dos textos; hoje porém, com o desenvolvimento científico, ela abrange os assuntos puramente sincrônicos, isto é, descrições de estado da língua (1957, xii, grifos meus).

Corria o ano de 1957, quando publica Serafim da Silva Neto tais afirmativas. E ele tinha a palavra. Era grande o seu prestígio, fundado numa respeitável obra de filólogo *stricto sensu*, de dialetólogo, de historiador da língua portuguesa, de lexicólogo, romanista etc. Assim a Filologia nessa altura do século XX — 1957 — era a designação geral utilizada não apenas para estudos de crítica textual e para estudos históricos, mas também para estudos sincrônicos descritivos, enfim para os “estudos superiores” — usemos a expressão de Silva Neto — das línguas.

Por outros caminhos, muito distintos, se gestava a Lingüística no Brasil de então, para além desse veio filológico tradicional, herdado, sem dúvida, de Portugal. Voltarei logo adiante a eles.

Não podemos desconhecer, contudo, a significação que teve, para o desenvolvimento futuro da Lingüística no Brasil, o conjunto de trabalhos desenvolvidos aqui, a partir da década de vinte, realizados nessa tradição filológica que tentamos definir, realizados por aqueles que se auto-designavam de filólogos, creio que por oposição aos gramáticos prescritivistas que viviam desde o século XIX da discussão de questões e questiúnculas gramaticais.

É desse tempo que emergiram “obras clássicas” da história dos estudos lingüísticos, em sentido lato, brasileiros, tais como: o *Dicionário Etimológico* de Antenor Nascentes (1932); as monografias dialetais — *O linguajar carioca* (primeira edição de 1922), também de Antenor Nascentes e o *Dialeto caipira* (primeira edição de 1920) de Amadeu Amaral; a *Gramática Histórica* de Ismael de Lima Coutinho (primeira edição de 1938); a obra de sintaticista de Said Ali; a *História da língua portuguesa* de Serafim da Silva Neto (saída em fascículos entre 1952 e 1957); também os seus ensaios sobre o português brasileiro (de 1950 e de 1960), sempre por ele designado de “a língua portuguesa no Brasil”, entre outras. Para não falar da contribuição à romanística do tempo não só por Silva Neto como também por Theodoro Mauer Jr, nos seus estudos exemplares sobre o chamado Latim Vulgar. Gestava-se assim, entre filólogos da primeira metade do século, novas orientações nos estudos lingüísticos brasileiros.

Era esse o tempo muito bem definido por Ivo Castro:

em que lingüistas também eram etnógrafos, historiadores, folcloristas, arqueólogos e não tinham problema de identidade disciplinar, pois se sabiam participantes de uma vasta empresa de aquisição de conhecimentos diversificados, mas harmonizáveis em torno de um interesse comum pela palavra documental ou artística e pelo seu comportamento na história. *Conhecerem-se todos eles por filólogos era tradicional e apropriado* (1995, 512, grifos meus).

Contudo, *a latere*, germinava a semente que vinha de longe, plantada quase à sombra, por Joaquim Mattoso Câmara Jr., arquiteto e advogado de formação e que não pertencia à irmandade auto-definida e auto-designada em torno da concepção antes apresentada da Filologia.

Já em 1941 sai em forma de livro a primeira edição dos *Princípios de lingüística geral*, sob o título de *Lições de lingüística* de Mattoso Câmara Jr. Seu saber começava a disseminar-se e, curiosamente, teve como incentivador um dos mais respeitáveis e estabelecidos filólogos de então, o Professor Sousa da Silveira, catedrático de Filologia Portuguesa entre 1940 e 1954, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. É ele que faz o *Prefácio* dessa primeira edição e historia a admiração e reconhecimento que tinha pelo jovem lingüista que se destacara como aluno-ouvinte no célebre curso de 1937, ministrado por George Millardet, na recém-criada Universidade do Distrito Federal. Depois disso logo foi Mattoso Câmara convidado para ministrar em 1938, nessa Universidade, o curso de Lingüística, novidade revolucionária e pioneira, que não ultrapassou 1939, quando, por razões políticas, a Universidade inovadora pensada por Anísio Teixeira, se desagrega e com isso a incipiente cadeira de Lingüística que só voltará a ter lugar regular em 1948, na Faculdade Nacional de Filosofia, dez anos depois da experiência da Universidade do Distrito Federal. Para esse lugar foi mais uma vez convidado o já não tão jovem Mattoso Câmara, agora já doutor em Letras Clássicas e com viagens de estudos em Lingüística pelos Estados Unidos.

No *Prefácio* da primeira edição referida (1941), Sousa da Silveira relembra que fora ele que, diante das lições de Mattoso Câmara, em 1938 na UDF, sugeriu a sua primeira publicação em forma de artigos, o que foi conseguido na *Revista de Cultura*, concomitantemente àquele curso primeiro dos finais de trinta. Tem o Mestre Filólogo plena consciência do absurdo da retirada da Lingüística como disciplina acadêmica e sobretudo, da importância do saber organizado de Mattoso Câmara Jr. Diz Sousa da Silveira:

É uma falta lamentável, que mais cedo ou mais tarde — tenho a esperança — há de remediar-se... enquanto, porém, não se remedeia, as *Lições de Lingüística* do Prof. Mattoso Câmara Jr. serão lidas e aproveitadas, e o

livro em que elas se contêm ficará constituindo não só uma espécie de cátedra pública em que o douto especialista continua a lecionar, suprindo assim a lacuna universitária... a leitura atenta do livro porá ordem dentro de muito cérebro onde as noções lingüísticas ainda se aglomeram confusamente (1954, 10 e 11; grifos meus).

Apesar de só em 1948 ocupar uma posição de destaque, não uma cátedra, na Faculdade Nacional de Filosofia, Mattoso Câmara Jr. tinha plena consciência do seu papel de re-orientador dos estudos lingüísticos no Brasil, especialmente, dos estudos da língua portuguesa. Isso fica claro na *Nota Prévia* à segunda edição de 1954 das *Lições*, agora com o título que permanece — *Princípios de lingüística geral*:

Este livro não quer ser a rigor um roteiro para os estudos lingüísticos, e sim firmar os princípios que se podem dizer válidos na ciência da linguagem (1954, 8).

Atitude que está reforçada na orientação didática impressa ao *Dicionário*, basta que se leia a *Explicação preliminar* da primeira edição (1956). Mattoso Câmara Jr. tinha assim a meta manifesta de reordenar, redimensionar, reorientar enfim, os estudos lingüísticos no Brasil, muito especialmente aqueles sobre a língua portuguesa.

É interessante, a meu ver, recuperar na Historiografia da Lingüística no Brasil, o curioso dado de que a segunda edição em livro dos *Princípios* sai em 1954, como o nº 5 da coleção Biblioteca Brasileira de Filologia, da livraria-editora Acadêmica, quase concomitantemente ao *Manual de Filologia Portuguesa* de Serafim da Silva Neto, nº 2 da mesma coleção, cuja segunda edição é de 1957 e que, confrontando essas duas obras de duas eminentes figuras coetâneas, notar como são díspares o que um e outro entende por Filologia e Lingüística.

Vimos antes a abrangência que em 1957 tinha em Silva Neto, seguindo Leite de Vasconcellos, o conceito de Filologia — “a Filologia encerra todos os estudos possíveis acerca de uma língua ou grupo de línguas ...” — e o que, na concepção contemporânea de Mattoso Câmara Jr., era concebido como Lingüística, que contrapõe a Filologia:

Trata-se de uma ciência desinteressada, que observa e interpreta os fenômenos lingüísticos — a. numa dada língua; b. numa família ou bloco de línguas; c. nas línguas em geral, para depreender os princípios fundamentais que regem a organização e o funcionamento da linguagem entre os homens. Há assim, portanto, a lingüística especial (portuguesa, francesa, etc); a lingüística comparativa (indo-européia, camítico-semítica, etc); a lingüística geral. Não são termos equivalente a gramática, em qualquer de suas acepções e a *filologia*, que pressupõe uma língua culta e uma língua escrita (cf. *Dicionário*, 1a. e 4a. ed., 1956 e 1970, s.v. *Lingüística*, grifos meus).

O que era 'lingüística especial' e 'lingüística comparativa' para Mattoso era Filologia para Serafim e, para Mattoso, Filologia se restringia à língua escrita culta.

Estavam assim na cena de um mesmo público — em meados da década de cinqüenta — duas concepções discrepantes, capitaneadas por duas figuras respeitáveis e que conviviam na mesma Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro. Serafim da Silva Neto respaldado pelo peso de uma tradição, Mattoso Câmara Jr., respaldado pela voz do que aqui agora chegava como novo, apesar de gestado no Brasil desde a década de trinta.

Prenunciava-se assim no horizonte que o tempo em que todos se auto-identificavam-se como 'filólogos' e 'era natural', como disse Ivo Castro, estava a tornar-se passado.

2. A década de sessenta: desencontro radical entre a Filologia estabelecida e a Lingüística emergente.

Uma polêmica, senão uma guerra, potencial estava instalada. Foi contudo mais uma batalha que no Brasil não ocorreu. O caminho/descaminho para o deslinde do impasse conceitual, base para definir campos de trabalho com seu próprio perfil, aconteceu nos meandros sombrios do convívio, aparentemente amável, dos corredores universitários, nas conversas maliciosas e plenas de duplas intenções. Um desenrolar que poderia ter sido orgânico, desdobramento natural, como se vislumbrou na atitude correta do velho filólogo Sousa da Silveira em face do jovem lingüista Mattoso Câmara Jr., tornou-se quase absurdo: em 1963, por lei, a Lingüística academiciza-se no Brasil, isto é, torna-se disciplina obrigatória nos já então numerosos cursos de Letras, disciplina básica dos currículos mínimos. E os lingüistas, os professores para a nova disciplina, onde buscá-los? Improvisaram-se na sua grande maioria. Os velhos (nem sempre em idade) e sabedores filólogos se recolheram, reforçando a tradição que a onda externa exigia que mudasse e os jovens lingüistas, ao sair do nada ou quase nada, armaram-se muitas vezes de desnecessária arrogância. Se ocorreram alianças locais entre uns e outros quase nunca foram no sentido de dialogarem para reverem-se e dar juntos um salto de qualidade, mas por necessidade prática de sobrevivência acadêmica.

A Lingüística Moderna, tanto pela via européia como pela via americana, que mal aportava às nossas margens pela segura mão de Mattoso Câmara Jr., já estava contestada nas zonas estrangeiras de poder e é nesse contexto que explode, sem retorno possível, a Lingüística Brasileira: na recusa à tradição histórico-filológica; na contestação aos ainda mal digeridos estruturalismos; já

sufocada com o primeiro modelo chomskyano, o de 1957, que já se substituíra pelo modelo padrão de 1965. Sofremos esse momento, sem dúvida rico, mas difícil, os que transitávamos das licenciaturas para as novas pós-graduações que logo se impuseram. Anthony Naro em seu ensaio de 1976, *Tendências atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil*, creio que até certo ponto tem razão quando assim se refere ao papel crucial da obra de Mattoso Câmara Jr.:

Apresenta-se assim um daqueles lamentáveis casos onde o reconhecimento chegou demasiadamente tarde para que a obra tivesse o impacto que deveria ter tido. Não obstante, deve-se a Mattoso o crédito de haver introduzido no Brasil a disciplina da lingüística, como entidade separada da filologia, assim como o conceito básico da investigação lingüística racional (1976, 88).

Eu ainda acrescentaria ao pensamento de Anthony Naro e por isso disse que "até certo ponto" ele tinha razão, que o impacto da obra de Mattoso Câmara Jr. se fez numa direção, independente de escolas lingüísticas, que foi a de fazer a jovem Lingüística Brasileira voltar-se para a observação rigorosa, sistemática, e porque não dizer científica, da realidade lingüística brasileira, não só no que diz respeito à língua portuguesa dominante — vejam-se seus trabalhos descritivo-interpretativos sobre a língua portuguesa, mas também para as múltiplas línguas indígenas que aqui conviviam e convivem com a portuguesa.

Anthony Naro, então um jovem doutor gerativista, provindo do MIT, dos primeiros divulgadores e formadores de gerativistas brasileiros, logo depois desencadeador do talvez mais profícuo produto da Lingüística na segunda metade do século XX no Brasil, a sociolingüística, nesse mesmo texto de 1976 externa a sua concepção de Filologia em relação à Lingüística, fundado na orientação americana hegemônica no momento. Vale a longa citação que segue, para que se possa contrapor à de Serafim da Silva Neto e à de Mattoso Câmara Jr., concorrentes nos anos cinqüenta, como vimos, e avaliarmos que a distinção entre esses dois campos era ainda, em 1976, uma questão em causa. Diz Naro:

Uma vez que, na organização deste ensaio, dividirei as obras em 'lingüísticas' e 'filológicas', é necessário precisar aqui critérios usados para definir e distinguir o âmbito destas duas disciplinas irmãs. Considerarei como *principal tarefa da filologia o estabelecimento e classificação de fatos lingüísticos e como objeto da lingüística a explicação desses mesmos fatos dentro de uma teoria geral da linguagem e do seu uso*. De acordo com essa definição, a crítica de textos, isto é, o estabelecimento da leitura correta dos textos, sejam medievais ou modernos, é classificada como tarefa da filologia, assim como o é a dialectologia tradicional, que consiste em estabelecer, classificar e comparar os usos lingüísticos locais. O estudo da técnica do verso, compreendido como uma etapa preliminar às edições de textos poéticos, é considerado tarefa da filologia,

segundo os critérios apontados. A lingüística, por sua vez, tenta analisar os fatos de um determinado texto ou dialeto com uma teoria lingüística universal, e, ao mesmo tempo, chegar a conclusões sobre a natureza geral da linguagem que possam ser justificadas pelos dados em estudo (1976, 73).

Levantaram-se assim novas delimitações sobre as identidades do trabalho do filólogo e do lingüista, calcadas na concepção daquele momento de que a Lingüística seria, antes que mais, “lingüística geral teórica” e as “lingüísticas especiais”, da categorização já referida de Mattoso Câmara Jr., ficariam sob o rótulo de Filologia de Serafim da Silva Neto em 1957. Mas, contudo, não havia parece-me desprestígio nessa concepção veiculada no ensaio de Anthony Naro. Pelo contrário. Ao finalizar seu ensaio de 1976, afirma:

Para que se promova o progresso da Lingüística no Brasil deve haver uma integração e cooperação mais intensa com a filologia tradicional (1976, 103).

Em meio a tais vicissitudes definitórias, independente de ser-se ‘filólogo’ ou ‘lingüista’, em qualquer das concepções aqui apresentadas, o fato real é que os estudos lingüísticos receberam a partir de 1963, mas sobretudo a partir da implementação dos Programas de Pós-graduação posteriores à reforma universitária de 1968 e que continuam firmes no horizonte, um impulso vitalizador que, se não fez crescer a orientação orgânica, tradicional, filológica, que se não fez surgir ainda uma Lingüística Brasileira de perfil próprio, mas reflexo de hegemonias externas, fez contudo um trabalho, a meu ver fundamental, que tem sido o forte da Lingüística Brasileira: o conhecimento cada vez mais abrangente das múltiplas faces do português brasileiro, seja pela via da sociolingüística, da dialetologia, dos gerativismos, das teorias discursivo-funcionalistas e, mais recentemente, pela via que retorna dos estudos histórico-diacrônicos. E esse caminho nosso, defendendo esse ponto de vista, teve no descritivismo interpretativo mattosiano um guia diretor de primeiríssima qualidade, como bem vislumbrou Sousa da Silveira no *Prefácio*, já referido, às *Lições* de Mattoso de 1941 — “porá ordem dentro de muito cérebro, onde as noções lingüísticas ainda se aglomeram confusamente”.

Parece-me que do caos desencadeado intempestivamente com a academicização da Lingüística no Brasil o resultado final foi positivo, enriquecedor, multiplicador. Parece-me que hoje se pode aceitar tanto Lingüística como ‘ciência geral’ e também como ‘ciência especial’, a primeira centrada sobretudo nas teorias gerais sobre a linguagem humana e a segunda centrada sobretudo na utilização interpretativa dos dados fornecidos por diversas manifestações da linguagem. Por seu lado a Filologia parece integrar-se hoje melhor como uma das formas de abordar a documentação escrita, tanto literária como

documental em sentido amplo, enriquecida pelas vias da crítica textual, tanto de textos antigos como de textos modernos. A Filologia assume seu lugar, na sua melhor tradição de “ciência do texto”, herança benéfica semeada há quase vinte séculos pelos alexandrinos, num retorno que no dizer de Ivo Castro não é uma restauração, mas renovado retorno, por causa de novas abordagens literárias, por causa de novas técnicas de análise, por causa de novos dimensionamentos de seu objeto, por causa dos avanços da informática (1995, 513). E no que concerne aos estudos lingüísticos por causa do renovado retorno relativamente recente aos estudos histórico-diacrônicos.

Bem definidos hoje os campos dessas ‘disciplinas irmãs’, no dizer de Anthony Naro, não haverá riscos em chamar lingüistas de filólogos e filólogos de lingüistas, suponho, já que com seu perfil vencedor estabelecido a Lingüística não tem porque olhar de viés a tradicional Filologia e esta, por sua vez, mantém a sua soberania antiga no âmbito de suas tão bem fundadas origens de interpretadora de textos.

3. O reencontro necessário entre Filologia e Lingüística nos estudos histórico-diacrônicos.

O postulado saussuriano de 1916 que privilegiou os estudos sincrônicos sobre os diacrônicos, corte radical necessário ao novo paradigma que dá início à Lingüística Moderna e que ficou reforçado pelo descritivismo americano, dedicado sobretudo à análise de línguas sem tradição histórica escrita, foi um dos pontos de corte entre a Lingüística que nascia histórica no século XIX e a nova Lingüística a-histórica que veio a impor-se.

A explosão da Lingüística no Brasil na década de sessenta, embora tardia, não seguiu outro percurso. Renegados como não-científicos, ou, no mínimo postos à margem, os estudos históricos tradicionais ficaram assim relegados até que, mais uma vez, modelos externos hegemônicos nos chegaram por via de jovens que vão fazer sua formação pós-graduada no exterior.

A sinalização acadêmica desse novo tempo pode ser situada em 1984, quando, na Reunião Anual da Associação Brasileira de Lingüística, se realizou um simpósio intitulado *Problemas de Lingüística Histórica*, cujos expositores convidados foram Fernando Tarallo, apresentando o tema *A Fênix finalmente renascida*, Marco Antônio de Oliveira, *Sociolingüística e Lingüística Histórica* e Carlos Alberto Faraco, *A história na descrição lingüística* (cf. *Boletim ABRALIN*, 6: 82-108). Os dois primeiros expositores vinham de doutorar-se na Pennsylvania, sob orientação laboviana e o terceiro, doutorara-se em Salford, na Inglaterra, com o romanista Martin Harris.

Fernando Tarallo encerra sua exposição, nesse Simpósio, com a seguinte tomada de posição:

A sociolinguística não é a única sub-área de investigação linguística interessada em fazer renascer a linguística histórica; noutras sub-áreas tem aparecido a contribuição dos estudos diacrônicos à formulação e confirmação de hipóteses de trabalho... É tempo de se terminar com o mito da fênix dentro da linguística — propôr que ela renasça finalmente das cinzas e que não mais precise desempenhar seu ritual. Seu vôo contínuo já é esperado de longa data (1984, 101).

Assim se tornaram determinantes nesse retorno as orientações labovianas nos estudos de mudança no tempo real, necessários para fundamentar também estudos de mudança no tempo aparente; e, talvez mais fortemente ainda, as reformulações do modelo gerativista da década de oitenta, pela via aberta da sintaxe paramétrica comparada entre as línguas e entre estados de língua. Sincronias passadas podem guardar surpresas não só factuais, mas como via necessária para argumentos teóricos! Começaram a voltar-se os olhos para elas.

De 1984 para cá, é um indicador nessa direção as questões histórico-diacrônicas, aqui no Brasil, o fato de nas progamações anuais da ABRALIN virem sempre sucedendo-se eventos organizados nos Congressos e nos Institutos Linguísticos em torno da temática diacrônica, temática que aos poucos retorna também a pesquisas acadêmicas em alguns cursos de pós-graduação.

Embora não dominantes na cena recente da Linguística Brasileira, os dados diacrônicos voltaram a ser questão, problema tanto para sociolinguistas, como para gerativistas e mais recentemente para funcionalistas. Uma nova pergunta se colocou desde então: onde buscar esses dados?

Os velhos textos remanescentes, informantes únicos para tais cogitações e demonstrações, voltaram ao interesse dos linguistas diacronistas. Voltaram-se eles para o socorro do que nos legou a antiga Filologia e o trabalho que teria realizado sobre essa documentação passada.

É preciso ter claro, contudo, infelizmente, que a Filologia sobre a documentação antiga em português pouco avançou: a par de boas edições confiáveis e de outras más e prejudicadas, muito pouca taxionomia sobre dados passados do português produziu a nossa pregressa Filologia, contrariamente ao que ocorreu com outras línguas em que tem sido básico o trabalho classificador filológico para a renovada Linguística Histórica. Lembro apenas, por mais conhecidos, os dados sobre o passado do inglês e do francês.

Dessa lacuna no que se refere ao português, já se lamentava Anthony Naro no seu ensaio de 1976 em que relata que teve de dedicar 80% de sua pesquisa sobre a “evolução do e e do o” à investigação filológica classificatória,

para chegar às suas interpretações nas orientações da fonologia gerativa clássica. É essa a situação que vemos repetir-se ultimamente nos recentes trabalhos acadêmicos diacrônicos, gerativistas ou outros, em que os jovens linguistas têm de voltar-se para os textos do passado, com que nunca trabalharam, para a depreensão dos dados sobre que fundar as suas interpretações teóricas. Têm assim de improvisarem-se filólogos para exercerem seu saber de linguista ou de recorrerem aos que nunca deixaram de trabalhar nessa linha, que não são muitos, devido ao privilégio do sincrônico contemporâneo que vimos dominante, devido ao percurso relatado.

É nesse sentido que vemos, nos tempos que correm, uma volta respeitosa aos dados do passado, *méttier* de pacientes filólogos por jovens teóricos apetrechados de teorias e tecnologias de ponta. Tem-se assim um retorno à Filologia, não uma restauração da Filologia, mas um retorno necessário para chegarem a cumprir-se novas metas propostas por novas orientações teóricas da Linguística histórico-diacrônica.

O reencontro é trabalhoso. O caminho teria sido outro se, em vez da ruptura abrupta ocorrida em sessenta, velhos filólogos e jovens linguistas de então tivesse podido juntar seus olhares especializados e não fecharem-se nas suas próprias searas. A jovem Linguística de então teria podido clarear, inovar, os caminhos da Filologia que se fazia e o saber factual acumulado pelos filólogos poderia ter iluminado a Linguística nova que se buscava. Mas era tempo de prevalência sincrônica e radical.

Referente a essa volta aos dados organizados pela Filologia, ocorreu situação análoga na Europa, relatada no trabalho do Professor Konrad Koerner em painel na 5th Conference on Historical Linguistics, em 1982 — *On the historical roots of the philology/linguistics controversy*, de que me permiti traduzir a seguinte passagem:

A discussão neste painel na 5a. Conferência sobre Linguística Histórica é um sinal encorajador de uma importante mudança de atitude que está ocorrendo no estudo da língua, especialmente entre aqueles que têm interesse sério em questão de mudança linguística: os dados não são mais ancilares à teoria, mas a base de qualquer argumento linguístico bem fundamentado (1982, 413).

Nestes novos tempos em que voltam a ter realce estudos histórico-diacrônicos, resta-nos recuperar o tempo vencido, já que não foi perdido, usando saberes distintos mas, para certos efeitos, intercomplementares, sem preconceitos, felizmente, parece-me, ultrapassados. Assim o reencontrar-se desses dois campos de saber só poderá ser essencial para o aperfeiçoamento do que produzem tanto filólogos como linguistas, sobretudo aqueles que fazem Linguística Histórica e nela trabalham, especificamente, com a mudan-

ça lingüística. É nessa perspectiva que vejo encaminhar-se um reencontro frutífero entre Filologia e Lingüística, separadas aqui pela longa história que busquei esboçar nesta exposição.

Abstract

This paper tries to define the philological and the linguistic fields in Brasil during the first half of this century; the cleft between the philological work and the linguistic one, with the academization of Linguistics during the sixties; and, finally, with the return to Historical Linguistics, the necessary encounter of philological and linguistic researches.

Referências bibliográficas

- AMARAL, A. 1955. *O dialeto caipira*. 2 ed. S. Paulo: Anhembi.
- CASTRO, Ivo. 1995. O retorno à Filologia. In C. PEREIRA e P.R. PEREIRA (orgs). *Miscelânea de estudos filológicos, lingüísticos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio: Nova Fronteira. p.511-520.
- KOERNER, K. 1982. On the historical roots of the philology / linguistics controversy. In A. AHLQUIST (edit.). *Papers from the 5th International Conference on Historical Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins. p.404-413.
- LEITE DE VASCONCELLOS, J. 1959. *Lições de filologia portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.
- LIMA COUTINHO, I. L.. 1976. *Gramática da língua portuguesa*. 7 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- MATTOS E SILVA, R. V. 1983. Reencontro da filologia e da lingüística nos estudos diacrônicos. *Linguagem*, n. 1, p.33-82.
- MATTOS E SILVA, R. V. 1988. Fluxo e refluxo: uma retrospectiva da lingüística histórica no Brasil. *D.E.L.T.A.* v. 4, n. 1, p. 85-113.
- MATTOS E SILVA, R. V. 1993. Nos territórios da língua (Lingüística histórica e filologia hoje: redefinindo fronteiras). *ENCONTRO DE ECDÓTICA E CRÍTICA GENÉTICA*, 3; analis. João Pessoa: Idéia. p.45-55.
- MATTOSO CÂMARA Jr., J. 1954. *Princípios de lingüística geral*. 2 ed. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- MATTOSO CÂMARA Jr., J. 1956. *Dicionário de fatos gramaticais*. Rio de Janeiro: MEC/Casa de Rui Barbosa.
- MATTOSO CÂMARA Jr., J. 1970. *Dicionário de filologia e gramática*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ozon.
- NARO, A. J. (org.). 1976. *Tendências da lingüística e da filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- NASCENTES, A. 1932. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Imprensa particular.
- NASCENTES, A. 1953. *O linguajar carioca*. 2 ed. Rio de Janeiro: Simões.
- SILVA NETO, S. da. 1952. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.
- SILVA NETO, S. da. 1957. *Manual de filologia portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- TARALLO, F. 1984. A fênix finalmente renascida. *Boletim ABRALIN*, n. 6, p. 95-101.

Os 'avérbios' segundo João de Barros

Sônia Bastos Borba Costa

Universidade Federal da Bahia

Resumo

O estudo das formas e processos de formação dos elementos tradicionalmente denominados advérbios e locuções adverbiais na história do português vem sendo desenvolvido desde 1992 em textos dos séculos XV e XVI, nos quais se inclui a gramática de João de Barros, primeiro gramático normativista do português. A análise do texto dessa gramática despertou curiosidade quanto ao tratamento que dispensa aos advérbios, entendidos como classe de palavras. Pretende-se neste trabalho inventariar, no texto integral da citada gramática, as referências a essa classe de palavras, com vistas a precisar o seu conceito e o emprego que o referido gramático lhe reconhece.

1 Ao ler o texto da gramática de João de Barros, primeira gramática normativa da língua portuguesa, retirando e analisando seus advérbios e locuções adverbiais, para efeito de pesquisa que se desenvolve desde 1995¹, não se pôde deixar de observar a conceituação e demais referências aos advérbios que lá ocorrem (João de Barros não utiliza a denominação "locução"). O que se pretende apresentar aqui é um apanhado dessas referências, quando possível relacionadas à configuração geral da referida gramática.²

2 A gramática de João de Barros constitui-se, a nosso ver, de sete partes:

1. Da definiçám da Gramática e as pártes déla
2. Da lêtera
3. Da diçám
4. Da Construiçám das pártes
5. Das figuras
6. Da ortografia
7. Dos pontos e distinçóes da oraçám

Sua definição de gramática é: "um modo çerto e justo de falár e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos." Logo no início, nesta

¹ *A língua portuguesa do período arcaico para o moderno. advérbios e locuções adverbiais*. Projeto individual de pesquisa vinculado a Projeto Integrado do grupo PROHPOR, do DLV/IL/UFBA. com apoio do CNPq.

² Este trabalho foi originalmente apresentado à XV Jornada de Estudos Lingüísticos do Nordeste (GELNE), Recife, novembro de 1997.

primeira parte, há uma referência ao advérbio: “assi todalas linguágens tem dous reis, diferentes em género, e concórdes em officio: a um chamam Nome e ao outro Vérbo. Cada um destes reies tem sua dama: à do Nome chamam Pronome e à do verbo, Avérbio.”³.

Na terceira parte, relativa à “diçám”, é tratada a questão das classes de palavras, que ele denomina partes da oração. O autor refere nove classes na primeira parte da gramática (Artigo, Nome, Pronome, Verbo, Advérbio, Particípio, Conjunção, Preposição, Interjeição) e novamente diz que são nove no início do capítulo de Advérbio (p.345). Dedicada ao Nome vinte seções; ao Artigo, duas; ao Pronome, seis; ao Verbo, dezessete; ao Advérbio, três; à Preposição, duas; e à Interjeição, uma seção. A Conjunção (uma seção) só será citada na quarta parte da Gramática (Da construiçám das pártes) que trata sobretudo a regência. O Particípio é tratado em uma seção da segunda parte, em conjunto com os pretéritos, atrelado à “formaçom dos vérbos per seus tempos e módos”.

Embora Leonor Buescu (1971) declare serem dez as classes de palavras que João de Barros reconhece (ela inclui o Numeral), a leitura atenta da gramática não confirmou esta assertiva. Deve-se observar ainda que o Adjetivo é referido como “nome ajetivo”, estando sua distinção face ao “nome sustantivo” caracterizada como pertencente à “calidade”, um dos acidentes do nome. A gramática é bastante sucinta e apresenta, infelizmente, poucos exemplos, o que nem sempre nos permite que sirvam de guia para elucidar pontos obscuros.

Detalhando a sua abordagem dos *avérbios*, forma que varia com *advérbios*, verifica-se que, além de constituir-se em uma das nove classes de palavras, é-lhe reconhecida regência própria, “ainda que nam tem tanta força como o vérbo e nome em seu regimento”, e a possibilidade de derivar “nomes avèrbiás”.

Eis, com mais vagar, o que João de Barros nos diz sobre os advérbios:

2.1 A definição: “Avérbio é ua das nóve pártes da òracám que sempre anda conjunta e coseita com o vérbo e daqui tomou o nome, porque *ad* quér dizer çerca e, composto com *verbum*, fica *adverbium* que quér dizer àçerca do vérbo”. É, portanto, uma definição sob critério distribucional e só reconhece explicitamente ao advérbio o acompanhamento de verbos. Veremos, contudo, no item 2.5 deste texto que são referidos advérbios que acompanham outros advérbios.

³ A numeração de páginas refere-se à edição de Maria Leonor C. Buescu (1971) que inclui o *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem* (DLNL) e o *Diálogo da Viçiosa Vergonha* (DVV).

2.2 O conteúdo semântico: para João de Barros o advérbio é sobretudo um intensificador do conteúdo semântico verbal, podendo “acrescentar”, “diminuir” e até “destruir totalmente” a “obra do verbo”, sendo esta última a função do advérbio **nam** marcador de negação verbal. Reconhece-lhe também o poder de atribuir aos verbos quantidade ou qualidade accidental, estabelecendo analogia com a função semântica do adjetivo face ao substantivo.

2.3 As categorias lingüísticas atribuíveis ao advérbio: João de Barros admite que, ao advérbio, cabem os seguintes “acidentes”: *espécia*, *figura*, *sinificaçám*. A *espécia* caracteriza advérbios primitivos ou derivados. Os dois únicos exemplos de advérbios derivados (**bem** e **mál**) admitem adjetivos como seus primitivos correspondentes (**bom** e **mau**) e explicam uma curiosa concepção de derivação, não correspondente à que atualmente entendemos. A nossa atual concepção é, contudo, a que preside o que ele denomina *nomes* derivados (**cidade** é o primitivo de **çidadám**; **corte**, de **cortesám**; **casa**, de **caseiro**); *verbos* derivados (**amo** deriva **desamo**; **remate** deriva **arrematár**); e, discutivelmente, *pronomes* derivados (**eu** deriva **meu**; **tu** deriva **teu**; **nos** deriva **nosso**). Ainda a propósito da noção de derivação, é interessante observar uma das subdivisões do acidente “espécia”, aplicado aos nomes, que são os *nomes averbiais*. São estes nomes derivados de advérbios, que ele declara serem poucos, e cujos exemplos (muito curiosos!) são: **soberano**, derivado de **sobre** (nessa seção considerado advérbio, mas aparece classificado como preposição que rege acusativo na quarta parte), **avantaje**, derivado do advérbio **avante**; **forasteiro**, derivado do advérbio **fora**; e **traseiro**, derivado de **atrás**.

Figura, para o advérbio, caracteriza a distinção entre **ontem** (avérbio simples) e **anteontem** (avérbio composto). Portanto, João de Barros não vê como paralela a relação que existe entre as palavras **cidade** e **cidadão** e as palavras **ontem** e **anteontem**. Tratar-se-ia da distinção entre processos sufixais (do âmbito da *espécia*) e prefixais (do âmbito da *figura*)? João de Barros não parece ter essas noções bem precisas. Observamos, por exemplo, que ele admitiu como verbo derivado o verbo **desamar** (formação por prefixação), que estaria no âmbito da *espécia*, portanto. Mas admitiu como verbo composto o verbo **desconhecer**, também formado por processo prefixal, processo que ele admite ser do âmbito da *figura*.

2.4 A sinificaçám: a seção assim denominada trata a subclassificação semântica dos advérbios. Ele afirma serem muitas “as quées nam podemos compreender todas para às reduzir a régras géraès”. Cita, então, “conformando-se com a ordem dos Latinos”, dezoito subdivisões, às quais acrescenta a possibilidade de formação dos advérbios em **-mente**, a partir da forma do adjetivo feminino. Não podemos furtarmo-nos a indagar por que ele não considerou os advérbios em **-mente** como exemplos de aplicação dos acidentes

espécia ou *figura*, já que, pelos critérios que parecem presidir, confusamente embora, aquelas atribuições, esses advérbios caberiam em uma ou em outra. Talvez isso se deva ao fato de João de Barros ter bem clara a classificação de **mente** como palavra, não como morfema preso, como se conclui da passagem: “ajuntando a um nome ajetivo feminino ésta palavra –**mente** e dizemos: boamente, màmente, escas[s]amente, grandemente, etc., que quer dizer boa, má, escás[s]a, grande vontade” (p.347).

As dezoito subdivisões que ele cita oferecem identificação com a subdivisão semântica atual em sete casos:

- *De lugar*: **acolá, aí, algures, ali, aqui, cá, lá.**
- *De tempo*: **agóra, anteontem, cedo, depois, [h]oje, nunca, ontem, tárde.**
- *De cantidade* (parcialmente correpondente à atual *intensidade*): **maiór, menór, muito, pouco.**
- *De calidade* (parcialmente correspondente à atual *modo*): **bem, má.**
- *De afirmár*: **çérto, si.**
- *De negár*: **nam, nem.**
- *De duvidár*: **perventura, quiçá.**

Os advérbios classificados nas subdivisões restantes, ora atualmente corresponderiam a interjeições:

- *De chamár*: **ou, oulá.**
- *De desejár*: **oxalá, oxe.**
- *De despertár*: **asinha, eia, sus;**

ora a atuais conjunções ou locuções conjuncionais:

- *De comparár*: **assi como, bem como** (inclui o **assi**, atual advérbio **assim**, hoje indicado como de *modo*)
- *De acabár*: **em conclusám, finalmente;**

ora a atuais preposições:

- *De apartár*: **afóra, àparte.**

Lembramos a forma **sobre** que, curiosamente, não vem listada, mas compareceu como advérbio que deriva nome adverbial, como citado no item 2.3 deste texto.

Restam cinco subclassificações cujos comentários se seguem:

- *De ajuntár*: **em sóma, juntamente.**

Além de não distinguir advérbio de locução adverbial, nessa subdivisão estão incluídas formas que semanticamente seriam incluídas hoje entre os advérbios de modo.

- *De jurár*: **çerto, em verdade.**

Atualmente estariam incluídas nos advérbios (ou locuções) de afirmação.

- *De preguntár*: **como, porque.**

Essas formas são admitidas na NGB como advérbios interrogativos (quanto ao **porque**, hoje grafado **por que**), não se incluindo na subdivisão semântica, privilegiando, portanto, um critério sintático-semântico.

- *De ordenár*: **depois, item.**

A segunda dessas formas é hoje um arcaísmo (como *ordenador*), subsistindo apenas como um nome. A primeira forma seria um encadeador de narrativa, um marcador discursivo.

- *De demonstrár*: **ei-la, ei-lo, eis.**

Essa forma, na verdade apenas uma –**eis**–, atualmente está incluída no elenco das formas “de difícil classificação”, chamada por Cunha e Cintra (1985), de “palavras denotativas”, ou seja, sem atribuição de classe pela NGB.

2.5 As fronteiras entre advérbios e preposições: além do já citado caso de **sobre**, é obscuro o tratamento classificatório atribuído a atuais locuções adverbiais como **de fora** ou **de dentro**, pois João de Barros apenas diz que nesses casos temos uma composição de duas preposições e, como são tratadas na seção de preposições, induz-nos a assim admiti-las.

2.6 O regimento do avérbio: João de Barros admite que, ainda que não como o nome ou o verbo, o advérbio tem regência própria. Seu conceito de regência é amplo, englobando o que hoje chamamos modificação ou intensificação. Assim, trata nessa seção a seqüência **muito bem** na frase **Muito bem se fez isto** que, curiosamente distingue de **Mui mal compriste comigo**. A união de dois modificadores verbais por conjunção aditiva também é tratada nessa seção (**bem prudente** e **sagazmente**). Por fim, admite que alguns advérbios regem caso, como nos exemplos: **assaz de dinheiro; muito disto; pouco de proveito.**

2.7 Referências interessantes a algumas formas:

2.7.1 Na sexta parte da gramática – *Da ortografia* – (à p. 380), João de Barros nos informa que **u** “antigamente servia per si de avérbio lócal, como quando se dizia: U vás? u moras? Do quá já nam usamos”. Essa observação motivou-nos a busca de referências à forma **i** como advérbio, variante de **aí**, este muito presente em textos de João de Barros (além da gramática, os dois diálogos) e também listado por ele como advérbio de lugar, enquanto aquele ocorre apenas acompanhando o verbo **haver**, que também ocorre sozinho sem o **i**, como ocorre acompanhado de **aí**, oferecendo distinção semântica difícil de deslindar, a ver dos exemplos:

- (1) Onde [h]á sapiência, [h]á i virtude, [h]á i constância e fortaleza (DVV, p.456).

(2) e onde nam **[h]á** temor, nam déve **[h]aver** a vergonha (DVV, p.450).

(3) Porque **[h]á** homens que nam reçêbem vergonha da má criação de seus filhos (DVV, p.442/443).

(4) Éssa arma é a mais gèral que **aí [h]á** pera todas as tentações (DVV, p.465).

À primeira vista, parece-nos que o **i** é advérbio locativo como o **aí**, co-variantes, visto que só são dispensados quando outro advérbio locativo ocorre, como o **onde** no exemplo (2). No entanto, enquanto **aí** tem ampla ocorrência, o **i** está restrito a acompanhar o verbo **haver** existencial. João de Barros não refere **i** como advérbio, apenas como o verbo **ir** no modo imperativo: **I vós lá, I vós adiante** (p.378).

2.7.2 Na quinta parte da gramática – *Das figuras* – (à p. 358), a propósito do conceito de *prótese (prótesis)*, João de Barros condena a forma da preposição **até** (para ele deve ser **té**), conceituando como **vício** o acréscimo do **a**. Embora não explicita, esta deveria ser a sua interpretação para a forma **aqui**, registrada **qui**, inclusive nesta passagem: **como quando dizemos até aqui por té qui** (p.358). Acontece que, no seu texto, ocorre a forma **aqui**, a ver nos seguintes exemplos:

(6) Os homens estão **aqui** por antecedente deste (p.302)

(7) **Aqui**, neste modo e em outros nam tomamos as terras per o elemento da terra (p.310).

O fato é que, junto com a preposição **até** sempre ocorre **té qui**. Fica a indagação: Para João de Barros, **aqui** e **qui** são signos distintos?

2.8 A questão das locuções adverbiais: João de Barros não faz qualquer referência explícita a locuções de qualquer espécie no texto da sua gramática. Assim, nada nos socorre se quisermos captar seu entendimento desta questão, a não ser a expressão “per rodeo”, que usa para referir aquilo que hoje chamamos de locuções verbais, às vezes também o que chamamos de tempos compostos.

Essa tem sido uma das nossas preocupações no desenrolar da pesquisa: conceituar, precisamente, locuções em geral e estabelecer as possíveis configurações das locuções adverbiais na história do português. Quando da listagens dos seus advérbios, observamos que João de Barros cita apenas duas locuções (**em sóma** e **em conclusám**), sem as separar, por qualquer maneira, dos advérbios simples. Vimos também que atuais locuções adverbiais como **de fora** e **de dentro** são consideradas por João de Barros como preposições compostas de preposição e advérbio.

2.9 A análise versus o uso: evidentemente, não são apenas os advérbios que cita que João de Barros usa nos seus textos. Fizemos um levanta-

mento total das ocorrências de advérbios e locuções adverbiais não só no texto da gramática como nos textos do *Diálogo em Louvor da nossa Linguagem* e do *Diálogo da Viçiosa Vergonha* que oferecemos a seguir, a partir da subclassificação semântica da NGB.

- De afirmação: **çerto, mesmo, si.**
- De dúvida: **acaso, per ventura.**
- De intensidade: **assaz, cási, em pouco, máis::mais, menos, mui, muito, pouco, quam, tam, tanto.**
- De lugar: **açima, adiante, alí, ante, ao diante, aqui :: qui, atrás, através, àvante, daí, dali, daqui, de çima, debaixo, desi, diante, donde, em çima, fóra, i, la::lá, onde, per aqui, per derradeiro, primeiro.**
- De modo: **agaleadamente, amargosamente, antigamente::antiguamente, ao contrário, ao menos, às véssas, assi::assim, bem, catòlicamente, çertamente, claramente, comumente, de gráu em gráu, de pouco a máis, de súbito, devagár, dereitamente, distintamente, doutamente, em comum, em contrário, em gèral, em particular, eternalmente, fàcilmente, familiarmente, finalmente, fòrtemente, gloriosamente, honestamente, juntamente, latinamente, ligitimamente, levemente, má, maníficamente, melhor::milhór::melhór, naturalmente, novamente::nòvamente, ousadamente, particularmente, pelo contrário, per rodeo, per si, perfeitamente, perpètuamente, primeiramente, principalmente, pròpriamente, próprio, religiosamente, sagàzmente, secrètamente, simplesmente, torpemente, totalmente, trocàdamente, verdadeiramente.**
- De negação: **nom::nam**
- De tempo: **à primeira vista, agóra, ainda nam, ainda, antontem, ao presente, as mais das vezes, as mais vezes, às vezes, de dia, de noite, depois::despois, em breve, entám, [h]oje, já, já nam, lógo, muitas vezes, nam...mais, nunca, o outro dia, ontem, ora::óra, sempre.**
- Outros: **porém, só, somente, também.**

Observação:

O advérbio **novamente** ocorre tanto com a acepção que reconhecemos, de valor semântico temporal (outra vez) quanto com a acepção modal, correspondente a “de forma nova”, como se pode ver dos exemplos:

- (8) dizendo que, do consórcio que tinham u)ns com outros, quando se aquéntavam ao fogo, que **novamente** se achára (segundo ele conta), vieram ter neçes[s]idade da fála, pera se entenderem antre si... (DLNL, p.392).
- (9) apresentou-lhe todas as cousas que pera ele criára, as quées Adám conheço, e ãs chamou per seu nome, que entám **novamente** pôs (DLNL, p.394).

Resumé

Ce travail entreprend l'inventaire des références à la classe des adverbes qui apparaissent dans des textes des XVe et XVIe siècles, parmi lesquels se trouve la *Grammaire* de João de Barros, le premier grammairien normatif de la langue portugaise. On y envisage délimiter le concept et l'emploi que l'Auteur attribue à cette classe de mots. L'étude ici présentée intègre un projet de recherche mené à l'Institut des Lettres de l'Université Fédérale de Bahia dès 1992. On y réfléchit sur les formes et les processus de formation des éléments que la tradition grammaticale a étiquetée avec les noms d'adverbe et de locution adverbiale.

Referências bibliográficas:

- BARROS, João de. 1971. *Gramática da língua portuguesa: cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viçosa vergonha*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ed. Crítica de Maria Leonor Carvalho Buescu.
- CUNHA, Celso, CINTRA, Luis Filipe L. 1985. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- COSTA, Sônia B. B. 1996. Adverbiais na Carta de Caminha. In: MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador, EDUFBA.
- COSTA, Sônia B. B. 1996. Locuções adverbiais em três momentos do português. Comunicação apresentada ao XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL.
- COSTA, Sônia B. B. 1997. Adverbiais na Crônica de D. Pedro. *Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador, n. 19.

Vamos passear pelo bosque...

Cássia Lopes
Universidade Federal da Bahia

Resumo

Leitura do conto *Fita verde no cabelo* de João Guimarães Rosa. Coloca-se em evidência o desejo de diferença na poética rosiana, focalizando o jogo de identidade e de alteridade no processo de construção textual.

Nova velha estória. Este é o subtítulo do conto *Fita verde no cabelo* escrito por Guimarães Rosa¹. Já na antítese *nova velha* estória desenha-se um traço importante a ser considerado no que se refere ao texto narrativo: a questão da escrita e produção textual. Em *Fita Verde no Cabelo*, Guimarães Rosa retoma a velha-nova história de Chapeuzinho Vermelho, marcando a escrita como um lugar da leitura da tradição, o jogo entre o *mesmo* e o *outro*. O leitor, ao ouvir a conhecida assertiva “Vamos passear pelo bosque”, completaria imediatamente com a oração: “enquanto seu lobo não vem”. Nesta narrativa, a menina, a pedido da mãe, vai levar doces para a avó e, na travessia, depara-se com o lobo mau. No conto reescrito por Guimarães Rosa, a menina não usa o chapeuzinho vermelho, mas uma fita verde “inventada no cabelo”; ela vai levando um pote com doce em calda e um cesto vazio. O lobo mau não está na floresta, mas à espera na casa da avó. O lobo devora a vovozinha, mas não é peludo nem feio, o lobo é, no jogo roseano, a metáfora para a morte. Em Rosa, a famosa Chapeuzinho Vermelho reaparece nas cenas da escritura, mas a menina vive a velha e outra estória, reinventado-se não só pela perda de seu chapéu, mas pelo encontro de muitos olhares que já nela pousaram, criando, assim, os labirintos de sentido. Segundo Umberto Eco, esta historieta é conhecida de todos e já sofreu inúmeras interpretações, seja antropológica, mitológica, ou psicanalítica². Vejamos como Rosa reescreve esta fábula e que questões podem ser levantadas quanto ao estudo da narrativa.

¹ João Guimarães ROSA. *Ave, palavra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

² Cf. Umberto ECO. *Seis passeios pelo bosque da ficção*. Companhia das Letras, 1994, p.98. Segundo Umberto Eco, até um estudioso italiano tentou inferir que a fábula remete aos processos de extração e tratamento de minerais; Chapeuzinho Vermelho seria um sulfeto de mercúrio artificial tão vermelho como o chapéu da menina.

Retomando uma metáfora utilizada por Umberto Eco, a narrativa é um bosque³, e há um ou vários caminhos através dos quais se pode seguir. Optamos pela própria travessia do bosque realizada pela menina que, na abordagem rosiana, é vista pela aldeia como a que não tem juízo e, que, por isso mesmo, parte; deixa os costumes e hábitos instituídos:

HAVIA UMA ALDEIA em algum lugar, nem maior, nem menor, com velhos e velhas que velhavam, homens e mulheres que esperavam, e meninos e meninas que nasciam e cresciam. Todos com juízo, suficientemente, menos uma meninazinha, a que por enquanto. Aquela, um dia, saiu de lá, com uma fita verde inventada no cabelo.⁴

Sabe-se que uma narrativa pressupõe uma travessia, uma mobilidade, que pode ser lenta ou demorada. Há aqueles que elogiam a rapidez como um grande traço da narrativa contemporânea, assim o faz Italo Calvino em sua poética e em seu pensamento sobre esse objeto temático. No livro *Seis propostas para o próximo milênio*⁵, Calvino diz que o segredo da narrativa contemporânea está na economia da narrativa em que os acontecimentos vão se interligando em um movimento ininterrupto, abandonando detalhes inúteis. Em um conto popular, haveria uma economia de expressão; as peripécias valorizariam o essencial e enfatizariam a luta contra o tempo. Com isso, Calvino privilegia e tenta situar o gênero narrativo com um leitor marcado por um ambiente de velocidade, no mundo ágil do comércio, um mundo inquieto do deus Mercúrio.

Mas, há aqueles que também advogam pela força e prazer resultantes da demora na travessia da narrativa. Para Umberto Eco, em seus *Seis passeios pelo bosque*⁶, a narrativa se confirma por meio da insistência de detalhes e instruções introspectivas. A demora ou lentidão que se estende pelas páginas prepara para o leitor um momento de satisfação e alegria. Umberto Eco cita a *Divina Comédia* de Dante, cuja peregrinação pela terra culminou com o êxtase da visão gloriosa de Deus. Por outro lado, haveria também uma função erótica na linguagem mais lenta, não se perderia tempo com o desnecessário, mas se permitiria ao leitor sonhar e se perder por entre as imagens ou descrições presentes pelo bosque da narrativa. Para Eco, há casos em que a lentidão visa não diminuir a ação, mas envolver o leitor por um passeio em que a medida normal do tempo não conta. Os relógios ficam quebrados, e os homens se perdem pelas caminhos do bosque. Somado a isso, a demora

³ Cf. id., *ibid.*, p. 12. Cf. Umberto Eco, "Bosque é uma metáfora para o texto narrativo, não só para o texto dos contos de fadas, mas para qualquer texto narrativo.

⁴ Cf. *op. cit.*, p. 81.

⁵ Cf. Italo CALVINO. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁶ Cf. Umberto ECO. *Seis passeios pelo bosque...*

pode ser um recurso para transmitir a idéia de espaço; transmite-se a noção de espaço ao expandir o tempo do discurso e o tempo da leitura em relação ao tempo da história. O escritor domina as técnicas *de zoom e câmara lenta* e, a exemplo de Marcel Proust, o texto vai pedindo do leitor a sua participação.

Apesar dessas ênfases diferentes entre a abordagem calviniana e a de Umberto Eco quanto à narrativa, pode-se notar um ponto em comum entre os dois: a noção implícita de uma travessia. Esta travessia pressupõe tempo e espaço, pressupõe personagens que irão percorrer os caminhos do texto; o narrador que irá nos contar esta travessia, e o leitor será um ouvinte e co-criador dessa narrativa. Se para Calvino, a narrativa é um cavalo e, para Eco, ela é um bosque, nos dois casos, está implícita a noção de deslocamento, de um jogo com o tempo. A vida supõe o percorrer de caminhos e, também, o contar da história advinda desse transcurso.

No texto *Fita verde no cabelo* de Guimarães Rosa, pode depreender-se uma teoria sobre a narrativa. As noções de tempo, espaço, enredo, conflito, clímax, foco narrativo, enfim os termos de uma narrativa, ficam evidentes na leitura deste conto. Começa-se com o tempo imperfeito da forma "Havia uma aldeia". Aqui o termo "havia" substitui o "era uma vez", expressão que abre as fábulas e contos populares. O tempo imperfeito deixa o discurso em uma atmosfera vaga, nebulosa; é uma marca textual, é uma marca da narrativa, para a qual Gerard Genette e também Eco utilizam o nome de *paratexto*⁷.

No primeiro parágrafo, o escritor faz a apresentação da aldeia de onde provém a menina; assim também está definido o espaço. A aldeia também é envolvida em uma certa névoa espacial, ela fica em algum lugar, sem nome específico, um lugar mítico talvez, um lugar ficcional. Poder-se-ia dizer que essa nebulosidade espacial também pode funcionar como um paratexto, uma marca de ficcionalidade: "um dia, saiu de lá com uma fita verde inventada no cabelo". Não se determina nada, não se sabe que lugar é este especificamente, nem se pode determinar o dia; a única coisa que se sabe da menina é que ela vem de uma aldeia e que não se encaixava nos modos de todos, pois estes tinham juízo, mas ela fugia ao paradigma estabelecido e, ainda mais, usava uma fita verde no cabelo.

Ali, na aldeia, *os velhos velhavam*, ou seja, o neologismo evidencia a monotonia da vida dos velhos, seu dia-a-dia melancólico. Os homens e mulheres também são descritos a partir de um enfoque crítico, evidenciando uma passividade como uma característica marcante da aldeia. As meninas e meninos da aldeia cresciam e seguiam o destino dos pais, todos se adapta-

⁷ Cf. Umberto ECO, *op. cit.*

vam aos modelos e se intitulavam homens de juízo. Nesse ambiente, situa-se a menina com a fita verde no cabelo, para a qual já se reserva um destino ou traço de diferença. A fita verde já se inaugura aqui, no texto, como marca ou insígnia do seu destino.

No texto citado, pode-se perceber nitidamente a diferença entre o tempo do discurso, o tempo da história e o tempo da leitura. No primeiro parágrafo, percebe-se que se acelera o passo, e no mesmo instante em que se apresenta a aldeia e a menina, já se põe o personagem em movimento; o tempo de discurso é veloz. Já o tempo da história supõe o conteúdo da própria história que vai além deste texto. Aqui, dá-se um diálogo entre o tempo da história e o tempo da leitura, pois o conteúdo da história se inscreve neste texto e além deste. À medida que o leitor vai lendo, ele vai reconhecendo a fábula de Chapeuzinho Vermelho e, ao mesmo tempo, estranhando o que aí está sendo narrado. A menina é a mesma e é outra.

O leitor de *Fita verde no cabelo* provavelmente terá conhecimento da história de Chapeuzinho Vermelho, este leitor aqui poderia ser chamado de um leitor-modelo, usando da nomenclatura divulgada por Umberto Eco. Este leitor não corresponde necessariamente ao leitor empírico, mas aquele leitor idealizado pelo escritor no momento da feitura de seu texto narrativo. O leitor, aqui, deverá reconhecer signos pertencentes à fábula de Chapeuzinho Vermelho tais como: a mãe manda a filha à casa da avó, a menina leva uma cesta com doces. Os lenhadores e o lobo também se inscrevem no contexto, o lobo não estava ali, mas tanto a menina como o leitor supõem a sua presença. No caso do texto rosiano, a ausência do lobo é significativa, marca a semelhança e a diferença entre a história de Chapeuzinho Vermelho e esta descrita por Rosa.

O leitor aqui faz o texto afirmar a sua potencialidade, há algo dito e não dito no correr das palavras, o jogo entre a presença e a ausência, e o leitor deverá estar por dentro deste jogo, ele é uma peça da história. Através do processo de leitura da narrativa, vão-se construindo os fios e desfazendo os nós, transformando as frases e associando estas a outras. O leitor, dessa forma, não só é um integrante como um atuante do jogo textual narrativo. Este leitor-modelo já vem perpassando a rede do texto, ele deverá seguir esta travessia do bosque junto com a menina: “daí, que, indo, no atravessar o bosque, viu só os lenhadores, que por lá lenhavam; mas lobo nenhum, desconhecido nem peludo”.

A menina seguia com seus pertences: o que ela possuía e desejava doar, mas também seguia com uma cesta vazia, que ela teria que preencher ao longo da sua história. O texto tematiza a matéria visível e invisível presente em toda narrativa. Há algo que só pode ser dito por um signo da ausência, de uma matéria invisível significativa em todo o texto. Assim, co-

munica-se com aquilo que se diz, mas também com aquilo que não foi dito, ou seja, com o esvaziamento do próprio discurso. A menina era movida por um destino, ela tinha um caminho a percorrer e, para tal encontro, vinha com o conjunto de objetos, uma seqüência de ações que funcionariam como o seu correlato objetivo.

Para Propp, por exemplo, no nível das funções que podem ser descritas em um texto narrativo, há as chamadas funcionais e integrativas⁸. A integrativa remete não a um ato conseqüente ou complementar, mas há um conceito difuso e ao mesmo tempo necessário para o curso da história. Já a funcional tem a ver como correlato, assim se a menina leva o cesto vazio supõe-se o momento em que os objetos irão preencher a cesta. Se a menina leva o cesto vazio, isso remete a uma nova ação, a de apanhar frutas (framboesa) ou colher flores e, somado a isso, a possibilidade de se perder no bosque. Com essas descrições das funções, Propp não retira o personagem e os seus pertences da análise da narrativa, mas funda o seu estudo não em um psicologismo, mas na unidade das ações que uma narrativa pode proporcionar. Cada personagem é definido por suas ações. A propósito, vale a pena lembrar a classificação proposta por Greimas em que os personagens são seres atuantes, eles se definem por aquilo que fazem. Nesse contexto analítico, a menina da fábula rosiana já se define por sua própria travessia, por aquilo que ela comunica, pelo seus gestos e marcas deixadas pelos caminhos do bosque.

A aldeia e a casa da avó determinam o caminho da menina e, ao mesmo tempo, do leitor, criando uma espécie de certeza quanto ao objetivo da narrativa e uma sensação de espera, um tempo requisitado para o leitor e o tempo a ser percorrido pela história, até chegar ao seu final: “A aldeia e a casa esperando-a acolá depois daquele moinho, que a gente pensa que vê, e das horas, que a gente vê que não são”. O moinho, aqui, metaforiza o próprio tempo que acompanha toda a travessia da narrativa.

A propósito, usando uma imagem construída pelo escritor Jorge Luis Borges, Eco revê os caminhos da narrativa. Para Borges, os caminhos sempre se bifurcam e, no caso da narrativa aqui estudada, vê-se a menina entre dois caminhos: ela e o leitor terão sempre que escolher. Tanto a menina como o leitor são convidados, na narrativa, a escolher os caminhos da leitura. O caminho trilhado pelo personagem na sua travessia é descrito como louco e longo, diferenciando o tempo do discurso do tempo sugerido pela história. A travessia também pode ser lida como “louca” pois, nesse adjetivo, o narrador apresenta e discorre a respeito da transgressão como um traço característico

⁸ Cf. Roland BARTHES. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: id et al. *Análise estrutural da narrativa e pesquisas semiológicas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.

da linguagem literária; enfim, o rompimento com o *logos* estabelecido. Este traço já está evidenciado na própria descrição do personagem no primeiro parágrafo do texto: a menina, a que viaja, é portadora de uma diferença, ela saiu da aldeia justamente por conta desse seu traço transgressor: Aqui Guimarães retoma a história mítica de Ulisses, aquele que viaja é movido por uma inquietação, um desejo de distender os signos ao longo da história e inserir nela elementos e expansões imprevisíveis.

“E ela mesma resolveu escolher tomar este caminho de cá”. Aqui fica claro a presença do narrador e o jogo com o personagem. É notório que o narrador e o personagem são seres inerentes ao texto narrativo. Faz-se questão de diferenciar o narrador do autor. Para Barthes, há três concepções quanto ao ponto de vista, também chamado de foco narrativo. A primeira concepção acredita que a narrativa é emitida por uma pessoa anterior ao texto; esta pessoa tem um nome, é o autor; o indivíduo identificável que se debruça sobre o papel para escrever a história. Já a segunda concepção faz do narrador uma espécie de consciência total, aparentemente impessoal; é o narrador onisciente que é ao mesmo tempo interior a seus personagens, pois sabe tudo o que neles se passa, mas é ao mesmo tempo exterior, já que não se identifica com um ou com outro personagem. Na terceira concepção, tem-se o narrador observador; preconiza-se, neste caso, que o narrador deve limitar sua narrativa ao que pode observar ou saber dos personagens, ele vê e narra o espetáculo do mundo.

No caso do texto trabalhado, há um jogo entre o narrador observador e ao mesmo tempo o narrador onisciente (“a visão com”, “com a visão de fora”). Quando diz: “E ela mesma resolveu escolher tomar este caminho de cá”, o narrador confere autonomia ao personagem, tomando a posição de uma testemunha que descreve o que vê: “Saiu com suas asas ligeiras, sua sombra também vindo-lhe correndo, em pós”. Mas há momentos em que o narrador assume sua autoridade e explica fatos como no trecho: “A avó estava na cama, rebufada e só. Devia, para falar agagado e rouco, assim, de ter apanhado um ruim defluxo”. Aqui o narrador não só apresenta os fatos e o personagem, ele também interpreta.

Mas, no texto, tem-se a certeza de que o narrador é o ser definido pelo olhar. Ele lança o olhar sobre a menina e todo o percurso descrito pelo personagem; ele acompanha os percursos da travessia, ele olha a menina e fala o que a menina não consegue comunicar. Silviano Santiago, em seu ensaio sobre o narrador pós-moderno⁹, traz este tema quando afirma que a ficção

⁹ Cf. Silviano SANTIAGO. O narrador pós-moderno. In: id. *Nas malhas das letras*, São Paulo: Companhia das Letras, 1980. p. 44-5.

“existe para falar da incomunicabilidade de experiências: a experiência do narrador e do personagem”. Esta incomunicabilidade, por sua vez, seria recoberta pelo signo da relação, é permitida pelo olhar. Há uma situação que só o personagem pode viver, pois quem atravessa o bosque é o personagem, mas o narrador olha e muda sempre o modo de encará-las, procurando o *outro* na travessia. O texto de Rosa traz esse tema na sua leitura do conto de Chapeuzinho Vermelho: perde-se a quebra da visão linear da história das narrativas, há algo de incomunicável, que só pode ser vivido por cada um. A personagem é a mesma, mas o olhar que a persegue e a recria é “outro”. Assim se constrói a rede literária.

No texto citado de Rosa, o tempo começa a se movimentar com o personagem, seu destino é vivido pelo leitor, e tudo se dirige para um fim. Tem-se a sensação de que o final é conhecido, mas ele apanha o olhar do leitor e o surpreende. Poder-se-ia dizer que, neste texto, o tempo é marcado por uma harmonia entre os elementos que constroem o texto; há uma sincronicidade e o personagem da vovozinha morre, digamos, na hora certa.

Trabalha-se no texto a força do suspense, como marca que compõe muitas vezes o sistema da narrativa. Para Barthes, o suspense é uma forma privilegiada de distorção; de um lado mantém e proporciona uma abertura, reforçando o contato com o leitor, reservando-se a uma função fática da linguagem. Neste texto, o suspense também faz parte do jogo da narrativa, destina-se a arrastar a ação ou mesmo glorificá-la, produzindo uma certa perturbação no leitor; o que Barthes chama de *o capturar pelo espírito*¹⁰. E no caso do texto, o suspense tanto é vivido pelo leitor como pelo personagem.

No ambiente específico da história rosiana, há essa marca da imprevisibilidade. O leitor é apanhado por um final que foge inteiramente ao de Chapeuzinho Vermelho. O texto ganha uma dramaticidade. Ocorre a intensificação do movimento, pois a mudança de situação envolve e determina uma mudança no personagem. Quando a menina chega à casa da avó, já não possuía mais a fita verde no cabelo. Esta perda vem como correlato para uma mudança de tom que envolve o personagem e a sua travessia.

A história de Chapeuzinho Vermelho de Grimm e de Perrault agora ganha uma outra densidade, o enredo da história passa a fazer parte de seu significado, e o final não é apenas um arremate, mas ganha uma significação extraordinária: é o fim da ação, é o fim da narrativa. Para Walter Benjamin, no seu texto sobre *O narrador*, “é no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e sobretudo da existência vivida assume sua forma transmissível

¹⁰ Cf. Roland BARTHES, op. cit.

e é dessa substância que são feitas as histórias”¹¹. Poder-se-ia dizer que, neste texto de Guimarães Rosa, está tematizada a própria narrativa, há uma leitura de questões pertencentes ao âmbito da construção e do pensamento sobre a teoria do gênero narrativo.

É assim, que pensando o papel da morte na construção da narrativa, Walter Benjamin reitera:

Assim, como no interior do agonizante desfilam inúmeras imagens — visões de si mesmo, nas quais ele se havia encontrado sem se dar conta disso — nas quais o inesquecível aflora de repente em seus gestos e olhares, conferindo a tudo o que lhe diz respeito aquela autoridade que mesmo um pobre-diabo possui ao morrer, para os vivos em seu redor. Na origem da narrativa está essa autoridade. (...) E é da morte que também o narrador deriva sua autoridade.

Isto também pode ser reconhecido na narrativa escolhida. A voz do narrador termina o texto com um tom de autoridade que a morte da avó lhe confere. Depois da fala final do narrador, só restou mesmo o silêncio da página em branco.

O clímax no conto dá-se através do encontro fatal com “o bicho papão”: a morte. A consciência da morte, o perigo que caracteriza o vivo marcam e interrompem a ação, criando uma expectativa, a experiência do susto, uma forte tensão que marca o clímax da ação na narrativa. As ações se precipitam para o momento em que todos os olhares se concentram; aqui o andamento da trama se organiza tal como se situa no ambiente psicológico do homem, no ritmo em que as coisas acontecem na vida. O “bicho-papão” que atormenta a travessia humana, “o lobo”, é a consciência da morte. O jogo narrativo se monta neste cenário, em que a narrativa suspende-se para permitir ao homem liberar o grito preso na garganta: “Vovó, eu tenho medo do lobo mau”.

Fita-verde mais se assustou, como se fosse ter juízo pela primeira vez.

Gritou: - “Vovozinha, eu tenho medo do Lobo!”

Mas a avó não estava mais lá, sendo que demasiado ausente, a não ser pelo frio, triste e tão repentino corpo.

Em Guimarães Rosa, mais uma vez, é tematizada a solidão humana. O personagem vive e participa de uma solidão que o leitor também deverá percorrer nos parágrafos do texto. Na travessia da narrativa, o personagem afirma que está só, e o leitor também vive esta sensação através da função vicária da

arte, como também a usufrui pela própria experiência da leitura. A menina e o leitor sentem que o mundo se evade, por outro lado usufruem toda a força de um mundo em que nada é trivial, em que tudo fala e se comunica pelo longo atalho da narrativa literária. Como diz Rosa: “a vida, salvo seja, surpreendunos”¹² e esta história narrada por Guimarães Rosa não poderia ser de outra forma.

A esse respeito, Roland Barthes apresenta a idéia de que a narrativa é uma imensa frase em que um sujeito e um objeto se oporiam numa relação de busca ou desejo; para ele, em toda narrativa há alguém que deseja e procura alguma coisa ou alguém¹³. O texto de Guimarães Rosa tematiza essa busca pertinente a toda narrativa: a menina de fita verde é movida por um desejo de encontrar a avó, assim a travessia é movida por esse desejo.

Assim também, Davi Arrigucci, no seu livro *O escorpião encalacrado*, retoma a idéia barthesiana e afirma a busca como um elemento medular de toda narrativa¹⁴. Neste sentido, poder-se-ia dizer que, neste conto, Guimarães Rosa traz para suas páginas a própria narrativa como tema, a narrativa toma como objeto de descrição a própria narrativa, “da narrativa de uma busca se faz uma outra narrativa”, como bem ressalta Davi Arrigucci. Assim, Rosa assume a postura que une o teórico-crítico ao criador, atitude muito comum na literatura contemporânea.

O conto *Fita verde no cabelo* é marcado pela trajetória que se propõe a pensar a própria escritura da narrativa, transformando o texto em uma problematização do narrar. A narrativa nos envolve em um mundo em que a busca é um fato comum ao personagem e ao leitor que persegue a trilha literária. No final da história, o leitor e o personagem encontram o que procuravam — a vovozinha — mas não era bem aquilo que esperavam; os dois vivenciam o sentimento de perda, e a narrativa se produz nessé grande choque, no desenraizamento do olhar, na busca de atingir muitas vezes o que a palavra já não consegue mais dizer, só o silêncio.

O mundo camuflado da aldeia e dos homens se desfaz através da força da linguagem poética. Aqui, o escritor faz a chamada literatura de invenção, ou melhor, uma literatura marcada pela experimentação contínua de novos rumos. O leitor, neste contexto, não é apenas um consumidor passivo, mas um consumidor ativo da montagem intertextual, nesse jogo tão bem montado por Rosa em seu texto. A estória é a mesma, mas é sempre outra, é a velha-nova estória.

¹¹ Walter BENJAMIN. O narrador. In: id. *Magia e técnica, arte e política*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993

¹² Cf. João Guimarães ROSA. op. cit., p. 85.

¹³ Cf. Davi ARRIGUCCI JR. *O escorpião encalacrado*. p. 24.

¹⁴ Cf. id., ibid. p. 24.

Abstract

Reading of the short story *Fita verde no cabelo* by João Guimarães Rosa. The article highlights the desire for difference in Rosa's poetry, focusing on the play between the same and the other present in the text construction.

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Eudoro de Sousa. Porto Alegre: Globo, 1987.
- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- BARTHES, Roland. *Introdução à análise estrutural da narrativa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. Trad. Ivo Barroso. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. Trad. Nilson Moulin. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- ECO, Umberto. *Seis passeios pelo bosque da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOISÉS, Massud. *A Criação literária*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1987.
- GUIMARÃES ROSA, João. *Ave, palavra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- SILVA, Victor Manuel de Aguiar. *Teoria da Literatura*. 8. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.
- STAIGER, Emil. *Conceitos fundamentais da poética*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1972.
- SANTIAGO, Silviano. O narrador pós-moderno. In. id., *Nas malhas das letras*. São Paulo: Cia das Letras, 1980.
- TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 1969.

Fragmentação e perda de identidade na literatura caribenha: condição (pós) moderna ou (pós) colonial?¹

Décio Torres Cruz

Universidade Federal da Bahia
Universidade de Estado da Bahia

Resumo

Neste trabalho, originalmente escrito em inglês, será discutido o discurso pós-colonial caribenho como uma tentativa de reescritura da história. Serão enfocadas as questões de mimetismo cultural, identidade, e fragmentação na literatura caribenha, tentando extrair uma teoria dos textos abordados. É feita uma comparação com textos de outras tipologias literárias com o objetivo de estabelecer suas diferenças e similaridades, questionando as fronteiras entre pós-modernismo e pós-colonialismo e a ideologia subjacente à nomenclatura "pós-colonial". Os trabalhos de Aimé Césaire, Benítez-Rojo, Derek Walcott, e Frantz Fanon serão enfocados, juntamente com outros autores.

O Caribe pode ser classificado, utilizando as palavras de Benítez-Rojo, como um caótico "arquipélago sem centro e sem limites" que se repete eternamente (1992, 9). Embora as ilhas que compõem a região caribenha possuam histórias e línguas diferentes, todas elas sofreram o mesmo processo de colonização que devastou suas populações autóctones, trouxe escravos africanos e colonizadores para suas terras e deu origem à miscigenação de raças. Apesar de escritas em línguas diversas, algumas obras representativas da literatura contemporânea caribenha possuem muitos temas comuns e constituem uma tentativa de reescrever a história a partir do ponto de vista do colonizado, revelando a busca por uma identidade.

É interessante observar que a maior preocupação desses escritores é com um passado mais distante, sem dar muita atenção ao passado mais recente, ou seja, a sua atual colonização pelo império americano. Porto Rico, por exemplo, antiga colônia espanhola, é atualmente um moderno território colonial americano, considerado uma espécie de estado que jamais foi totalmente aceito e absorvido pelo centro colonizador.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração é o fato de que, quando tentamos agrupar essas literaturas em uma terminologia do tipo "pós-colonial", podemos estar utilizando erroneamente a classificação porque, de

¹ Traduzido do inglês por Marta Rosas e revisado pelo autor.

acordo com essa terminologia, todas as literaturas das Américas, inclusive as dos Estados Unidos e Canadá, deveriam ser reunidas em um só grupo, já que o continente americano como um todo passou pelo mesmo processo de colonização. Dentro dessa perspectiva, ao separar a região caribenha do resto das Américas, confrontamo-nos com um preconceito que está implícito em palavras como “países subdesenvolvidos” e de “Terceiro Mundo”, que trazem em si uma conotação pejorativa, como a que havia nas palavras dos primeiros colonizadores europeus, ao se referir aos habitantes nativos das Américas como “selvagens primitivos”. Ou, como escreve Antonio Benítez-Rojo:

(...) the masquerade that the Caribbean discourse often puts on is nothing but a concession to the bungling of Christopher Columbus, who took the Caribbean for Asia and the “indios” for Indians. The West’s idea of the Caribbean is a product of these and other mistakes and inventions (BENÍTEZ-ROJO, 1992, 220)².

Embora o Caribe seja também conhecido como “Índias Ocidentais”, a literatura daquela região não possui o status de literatura “ocidental”, o que mostra uma contradição e um mau uso da palavra “ocidente”. Essa visão errônea e preconceituosa está disseminada nas universidades norte-americanas, que oferecem cursos em “História Ocidental”, podendo incluir os Estados Unidos, mas não a América Latina ou a região caribenha - só estudadas em cursos específicos de história latino-americana ou caribenha, como se essas regiões não fizessem parte da civilização ocidental por não serem parte do “Primeiro Mundo”. Assim, o que está implícito numa teoria “pós-colonial” são os aspectos econômicos e culturais da dependência de alguns países (pobres) em relação a algumas outras nações (ricas). Contudo, o que às vezes se ignora é o fato de que o que torna esses países ricos é o estado de pobreza e dilapidação dos demais. A fim de que o “Primeiro Mundo” continue a ser o “primeiro”, outros mundos terão que permanecer “segundo”, “terceiro” e assim por diante. Daí a irreverência da literatura desse espaço periférico para denunciar a exploração econômica e humana de um mundo sobre o outro.

Antigas colônias, como o Canadá e os Estados Unidos, superaram sua condição “pós-colonial” através do desenvolvimento econômico e tecnológico. Os Estados Unidos deixaram de ser colônia para se transformarem num império colonizador. Portanto, o que está em jogo em uma nomenclatura “pós-colonial” são os meios de produção e as forças imperialistas. A necessidade

² Traduzindo: “(...) a máscara que o discurso caribenho freqüentemente coloca não é outra coisa senão a concessão ao erro grosseiro de Cristóvão Colombo, que tomou o Caribe pela Ásia e os ‘índios’ por indianos. A idéia ocidental do Caribe é um produto deste e de outros erros e invenções” (BENÍTEZ-ROJO, 1992, 220).

do rótulo, muito mais que uma nomenclatura com fins metodológicos e didáticos, esconde um preconceito mascarado e, de uma certa forma, tenta invalidar a força de expressão desse discurso emergente, colocando-o à margem e impedindo a sua ascensão ao centro.

O ser pós-colonial é apresentado na literatura caribenha como um sujeito fragmentado. Transformado em objeto, ele está sempre em busca de sua identidade. Entretanto, embora esse aspecto seja enfatizado pelos escritores pós-coloniais, é preciso ter em mente que a fragmentação é um tema característico da modernidade e não apenas um aspecto da literatura pós-colonial.

A modernidade estabeleceu uma ruptura com os modelos tradicionais, ruptura esta que a faz apresentar-se como o *Outro*. Conforme postula Octavio Paz, “Modernity is never itself; it is always *the other*. The modern is characterized not only by novelty but by otherness” (PAZ, 1974, 1)³. Nesse sentido, a modernidade e o pós-colonialismo mantêm uma relação intrínseca, uma vez que o pós-colonialismo lida basicamente com a crítica das condições históricas engendradas pelo *Outro*, e essa crítica só se tornou possível graças às mudanças trazidas pela modernidade, principalmente pelo questionamento das estruturas sociais impostas pelas forças imperialistas⁴. O conceito de fragmentação está assim ligado à modernidade, e a literatura expressa essa relação ao transferir uma noção do suposto mundo “real” para um mundo ficcional.

A escrita moderna em geral tende a ver na fragmentação um de seus temas, provavelmente devido ao fato de que o desenvolvimento tecnológico na era industrial e pós-industrial acentuou a noção de fragmentação na contemporaneidade⁵. Na sociedade global em que vivemos, o indivíduo se confronta com máquinas que se tornam parte do seu mundo e uma extensão de seu

³ Traduzindo: “A modernidade nunca é igual a ela mesma; ela é sempre o *outro*. O moderno se caracteriza não só pela novidade mas pela outridade” (PAZ, 1974, 1).

⁴ O questionamento das estruturas na modernidade levou Nietzsche a uma crítica da metafísica, fazendo com que filósofos como Heidegger, Foucault e Derrida apresentassem um modelo de desconstrução da linguagem e das estruturas que moldaram a filosofia ocidental, descentrando-a de seu eixo. O descentramento criou o sentimento que Erich Heller definiu como “espírito deserddado” (*apud* MERQUIOR, 1980, 47-52), ou o sentimento de orfandade conforme Octavio Paz. Para Derrida, o aspecto da origem ausente é o “lado tristonho, negativo, nostálgico, culpado e rousseauístico da concepção de jogo cujo outro lado seria a afirmação nietzschiana (...) de um mundo de signos sem culpa, sem verdade e sem origem, oferecidos a uma interpretação ativa” (DERRIDA, 1981, 292). Essa nova filosofia desestruturada é a base sobre a qual se ergue o pós-moderno.

⁵ O conceito da fragmentação do homem, todavia, não é algo tão novo. Ele remonta à dicotomia corpo/alma, mostrada nas obras de Platão, especialmente em *Phaedo*. Essa fragmentação é vista por Platão não apenas através da divisão corpo/alma, mas também através de uma representação da fragmentação do próprio corpo, conforme aparece no discurso de Aristófanes

ser⁶. A diferença entre a assim chamada “literatura canônica ocidental” e a dos escritores pós-coloniais reside no estado periférico em que os países desses escritores ainda se encontram, na posição de dependência dos produtos das nações desenvolvidas, já que, apesar da “independência” de sua antiga condição colonial, eles ainda estão economicamente dependentes dos produtos e da tecnologia dos assim (preconceituosamente) chamados “países de Primeiro Mundo”. Suas máquinas são eles mesmos, seus próprios corpos e mentes, subprodutos das *plantations*. De acordo com Benítez-Rojo:

We can speak, nevertheless, of a Caribbean machine as important or more so than the fleet machine. This machine, this extraordinary machine, exists today, that is, it repeats itself continuously. It's called: the plantation. (...) the plantation machines turned out mercantile capitalism, industrial capitalism, (...) African underdevelopment, (...) Caribbean population (...); they produced imperialism, wars, colonial blocs, rebellions, repressions, sugar islands, runaway slave settlements, air and naval bases, revolutions of all sorts, and even a “free associated state” next to an unfree socialist state (BENÍTEZ-ROJO, 1995, 8-9)⁷.

n'O *Banquete*, onde Platão apresenta o corpo humano com partes duplicadas (PLATÃO, 1850, p. 508-16). A idéia de fragmentação associada a uma entidade mítica mostra a possibilidade de uma junção das partes que faltam, o que não é o caso dos textos contemporâneos. O Romantismo e a Revolução Industrial abriram caminho para o *split* moderno. O crepúsculo dos deuses preconizado pela filosofia de Nietzsche, a psicanálise de Freud e a teoria econômica de Marx transformaram o homem contemporâneo em um órfão sem Pai nem centro. Sem direção, foi induzido a guerras mundiais em busca da figura do Pai na concepção de um Pai-Estado que o alimentou com a ilusão de reunir os fragmentos estilhaçados de sua nação e seu ser. A Revolução Industrial consolidou a noção de cosmopolitismo devido aos movimentos migratórios para busca de emprego nas fábricas, e contribuiu para a expansão da noção de “múltiplo” e “fragmento”. A psicanálise e a psicologia também colocaram em foco o sujeito como múltiplo de ser. Ao desestruturar mitos e tabus, a psicanálise reforçou a noção de caos, trazendo à tona o tema da morte dos deuses. Esse tema reflete-se na arte e literatura, possibilitando o questionamento de estruturas arraigadas e o surgimento de uma insurreição “pós-colonial”.

⁶ Freud apresenta o homem como “uma espécie de Deus protético” graças à ciência e à tecnologia, que o dotaram de um poder motor que se tornou extensão de seu corpo (FREUD, 1989, 43-5). Se as máquinas são uma extensão do homem, ele já é um ser fragmentado que necessita dessas extensões para complementar o que lhe falta. McLuhan retoma as idéias de Freud em *Understanding Media* e *The Medium is the Massage* quando fala a respeito da mídia como extensões de alguma faculdade humana, seja física ou psíquica: o vestuário, a extensão de nossa pele; as rodas, a extensão de nossos pés; o livro, uma extensão do olho; os circuitos elétricos, uma extensão do sistema nervoso central; o automóvel, a noiva mecânica; os jogos e o divã do psiquiatra, extensões do homem. Hoje, a medicina moderna já utiliza essas extensões no próprio corpo humano, transformando o homem literalmente em um ser biônico.

⁷ Traduzindo: Entretanto, podemos falar de uma máquina caribenha tão importante ou até mais importante do que a máquina da esquadra. Essa máquina, extraordinária, existe hoje, isto é,

Essa diferença tem um papel importante no modo pelo qual lemos esses textos, pois o contexto dita as formas de interpretação. Se, por exemplo, lêssemos fora de contexto, os seguintes versos: “Through me many long dumb voices, / Voices of the interminable generations of prisoners and slaves”⁸, poderíamos ser induzidos a vê-los como produto de um autor pós-colonial. Esse poema poderia muito bem ter sido escrito por Aimé Césaire, Derek Walcott ou qualquer outro escritor caribenho. Porém quando o nome de seu verdadeiro autor — Walt Whitman — ou até mesmo seu título — *Song of Myself* — nos são revelados, nossa postura diante do texto muda, fazendo-nos vê-lo como a democrática voz cósmica da modernidade pós-romântica, embora os versos se refiram a uma condição de silêncio e sofrimento também experienciada pelo ser pós-colonial. O contexto é o elemento chave do modo pelo qual construímos nossa leitura e interpretamos as coisas. Walt Whitman viveu em um período no qual seu país acabava de se tornar independente, mas, apesar disso, sua obra jamais é vista como pós-colonial.

Isso nos leva a uma série de perguntas: a obra de Derek Walcott seria interpretada (como ocorre nas universidades americanas) como “mimética” da tradição anglo-saxônica se ele tivesse nascido na Inglaterra ou nos Estados Unidos? Teria ele ganho o Prêmio Nobel de Literatura se tivesse permanecido em Santa Lúcia e jamais tivesse morado em um país de “Primeiro Mundo”? Teria Walcott ganho esse prêmio se seu trabalho não demonstrasse a influência da tradição canônica? Até que ponto o discurso caribenho é diferente do discurso dos negros americanos? De que modo o discurso pós-colonial difere daquele dos escritores pós-modernos? É o mesmo discurso? Devemos classificar textos como *Três Tristes Tigres*, de Cabrera Infante, sob a categoria de “pós-colonial” ou de “pós-moderno”? De que maneira a situação de Cuba é semelhante à condição das outras ilhas? A sua dependência da antiga União Soviética era uma situação colonial ou pós-colonial? Como classificar a sua anterior dependência dos Estados Unidos? Qual a diferença existente entre as expressões “pós-colonial” e “colonial”, entre a produção artística do mundo colonial e a do pós-colonial? Acaso não envolvem ambas a dependência cultural e econômica? Que ideologia está por trás dessas classificações? Não serão elas próprias preconceituosas? Essas questões são importantes para a compreensão não

ela se repete continuamente. Seu nome: *plantation* (...), as máquinas da *plantation* transformadas em capitalismo mercantil, capitalismo industrial, (...) subdesenvolvimento africano (...), população caribenha (...); elas produziram imperialismo, guerras, blocos coloniais, rebeliões, repressões, cultura insular açucareira, povoados de escravos fugidos [quilombos], bases aéreas e navais, revoluções de toda espécie e até mesmo um ‘estado livre associado’ [Porto Rico] ao lado de um estado socialista não livre [Cuba]” (BENÍTEZ-ROJO, 1992, 8-9).

⁸ Traduzindo: “Através de mim, vozes mudas há muito, / Vozes de intermináveis gerações de prisioneiros e escravos” (WHITMAN, 1921, 45).

apenas de uma “teoria pós-colonial caribenha” como também para compreender a maneira como vemos esses textos. Mais uma vez Benítez-Rojo explica a necessidade do rótulo como uma maneira do colonizador dissecar o espaço desconhecido da colônia através de métodos que não funcionam no espaço do “outro”, e por isso são rejeitados pelo ser colonial:

What happens is that postindustrial society—to use a newfangled term—navigates the Caribbean with judgments and intentions that are like those of Columbus; that is, it lands scientists, investors, and technologists—the new (dis)coverers—who come to apply the dogmas and methods that had served them well where they came from, and who can’t see that these refer only to realities back home. So they get into the habit of defining the Caribbean in terms of its resistance to the different methodologies summoned to investigate it. This is not to say that the definitions we read here and there of pan-Caribbean society are false or useless. I would say, to the contrary, that they are potentially as productive as the first reading of a book, in which, as Barthes said, the reader inevitably reads himself. I think, nevertheless, that the time has come for postindustrial society to start rereading the Caribbean, that is, to do the kind of reading in which every text begins to reveal its own textuality (BENÍTEZ-ROJO, 1995, 1-2)⁹.

A resistência caribenha ao que vem de fora é também um dos temas explorados pela escritora americana Paule Marshall em *The Chosen Place, The Timeless People*. Contudo, em um único parágrafo, Benítez-Rojo resume as 472 páginas repetitivas que ela utiliza para descrever a região caribenha. Por ser uma *outsider*, Paule Marshall é também parte de seu próprio projeto, o que é contraditório. Na sua obra, ela critica a tentativa dos *outsiders* de interpretar a ilha caribenha de Bournehills quando ela própria é uma *outsider* tentando interpretá-la. O fato de ser ela uma negra americana (*africana-americana*, de acordo com a nova nomenclatura politicamente correta) filha de imigrantes caribenhos e não uma cidadã norte-americana branca pode explicar sua identificação com ambos os personagens principais. Ela se identifica tanto com Saul — o cientista americano branco, o *outsider* que vem à ilha para tentar

⁹ Traduzindo: “O que acontece é que a sociedade pós-industrial — para usar um termo “modernoso” — navega o Caribe com julgamentos e intenções iguais aos de Colombo; isto é, traz cientistas, investidores e tecnólogos — os novos des-cobridores — que utilizam dogmas e métodos que lhes serviam muito bem em seus países de origem, mas que não podem ver que eles se referem somente a suas próprias realidades. Então se acostumam a definir o Caribe em termos de sua resistência às diferentes metodologias empregadas para investigá-lo. Isso não quer dizer que as definições que lemos aqui e ali a propósito de uma sociedade pan-caribenha sejam falsas e inúteis. Eu diria, ao contrário, que elas são potencialmente tão produtivas quanto a primeira leitura de um livro no qual, como disse Barthes, o leitor inevitavelmente se lê. Contudo, acho que já chegou a hora de a sociedade pós-industrial começar a reler o Caribe, isto é, a fazer o tipo de leitura no qual cada texto começa a revelar sua própria textuality (BENÍTEZ-ROJO, 1995, 1-2).

explicá-la ao mundo exterior e que termina por abraçar a causa do povo de Bournehills, principalmente após o rito de iniciação a uma cerimônia semelhante ao canibalismo “(... making him wonder for a fleeting moment whether something human wasn’t being offered up on the battered table” (1992, 258-259)¹⁰ — quanto com Merle, a negra nativa que personifica as características de toda a ilha. Essa argumentação, contudo, não quer dizer que, por ser uma *outsider*, Paule Marshall não consiga ou não tenha autoridade para interpretar ou descrever o Caribe. O que queremos enfatizar é o fato de que sua atitude contradiz seu próprio projeto, ou seja, o enredo de sua história.

As considerações de Benítez-Rojo sobre a resistência do Caribe aos modelos exteriores também implicam uma nova concepção de abordagem da produção literária daquela região, já que ele defende a análise dos textos caribenhos a partir da perspectiva de sua própria textualidade. Essa concepção implica não somente um novo posicionamento do crítico em relação ao texto, mas também uma revisão de seus próprios métodos de abordagem, já que, com um rótulo, todo um universo de significados pré-concebidos se descortina para atar o texto a uma metodologia fácil de se manipular. Tomemos um trecho do livro *Black Skin, White Masks*, de Frantz Fanon, por exemplo:

I came into the world imbued with the will to find a meaning in things, my spirit filled with the desire to attain to the source of the world, and then I found that I was an object in the midst of other objects.

Sealed into that crushing objecthood, I turned beseechingly to others. Their attention was a liberation, running over my body suddenly abraded with nonbeing, endowing me once more with an agility that I had thought lost, and by taking me out of the world, restoring me to it. But just as I reached the other side, I stumbled, and the movements, the attitudes, the glances of the other fixed me there, in the sense in which a chemical solution is fixed by a dye. I was indignant; I demanded an explanation. Nothing happened. I burst apart. Now the fragments have been put together again by another self (FANON, 1968, 109)¹¹.

¹⁰ Traduzindo: “(...) fazendo-o imaginar por um rápido instante se algo humano não estava sendo oferecido à mesa” (MARSHALL, 1992, 258-9).

¹¹ Traduzindo: “Vim ao mundo imbuído de uma vontade de descobrir um significado nas coisas, com o espírito cheio do desejo de captar a origem do mundo e então descobri que era um objeto em meio a outros objetos.

Encerrado nessa objetidão massacrante, aos outros tornei em súplica. Sua atenção era uma liberação, percorrendo meu corpo subitamente corroído pelo não-ser, dotando-me mais uma vez de uma agilidade que eu pensara haver perdido e, ao levar-me para fora do mundo, restituía-me a ele. Mas, justo quando eu chegava ao outro lado, tropeçava, e os movimentos, as atitudes, os olhares do outro me fixavam ali, da mesma forma que uma solução química é fixada por um pigmento. Fiquei indignado; exigi uma explicação. Nada aconteceu. Fui dilacerado. Agora os fragmentos foram outra vez reunidos por um outro eu” (FANON, 1963, 109).

Diante desse texto, nossa interpretação deve ser a de que ele constitui a denúncia de uma condição universal de objetidão, a reificação do ser moderno na sociedade pós-industrial? Poderia ele ter sido escrito por qualquer autor ocidental preocupado com questões ontológicas? Ou só seria possível criá-lo sob as condições sócio-político-econômicas do ser pós-colonial? Em suma, até que ponto as questões levantadas pelos escritores caribenhos estão ligadas a um projeto universal mais amplo da afirmação do ser humano no mundo moderno? Até que ponto essas questões estão relacionadas a condições históricas específicas? Em que o texto de Fanon difere do poema *Eu, etiqueta*, de Carlos Drummond de Andrade, no qual o corpo do sujeito é transformado em um anúncio ambulante, um mero objeto de propaganda? A poética de Drummond de forma alguma se classifica como pós-colonial. Mas não se referem ambos os textos à reificação do ser moderno? De que modo o tratamento da fragmentação nos textos pós-coloniais difere do tratamento que lhe dão os escritores ocidentais, como por exemplo a canadense Beth Goobie? Em *Could I Have my Body Back Now, Please?*, ela denuncia a fragmentação através do papel que representamos numa sociedade automatizada para o prazer e a diversão. Goobie apresenta a fragmentação do indivíduo como uma das características da vida moderna e não como uma mera faceta da literatura canadense — algo que seríamos tentados a ver, levando-se em conta o caráter fragmentário de seu país, dividido entre duas culturas e duas línguas oficiais. O título implica a exigência de algo que nos pertence por natureza e que nos foi subtraído. Não é essa a mesma reivindicação que fazem os escritores caribenhos? Quando Fanon diz: “I burst apart. Now the fragments have been put together again by another self” (1968, 109)¹², também não está falando sobre a condição do ser moderno em geral? Acaso não está ele levantando uma questão de âmbito universal? Ou é essa uma tentativa de reinscrição num contexto mais amplo a fim de superar sua condição pós-colonial?

O livro de Beth Goobie, que tem o subtítulo *Body Fictions*, apresenta o corpo fragmentado como personagem e tema centrais. Apenas para comparar, vejamos um de seus poemas. Em *agnes's body is a barometer*, ela descreve as transformações que ocorrem no corpo de agnes [sic] em decorrência de escândalos políticos e fatos históricos. Estes literalmente provocam sintomas que se refletem em seu corpo, como forma de chamar a atenção para o peso e as marcas da história sobre cada um de nós. Goobie situa o ser humano como parte de um processo histórico no qual todos estamos incluídos. A

“personagem” agnes representa o ser (pós)moderno que questiona sua herança histórico-cultural. Agnes sente “a guerra do Vietnã em seus ossos, atirando uma dor aguda e transparente, brilhante como explosões de granadas se irradiando pelo braço toda vez que alguém morria por lá” (GOOBIE, 1991, 9). O caso Watergate provoca-lhe enxaquecas. O golpe de Pinochet faz surgir-lhe um sinal no seio esquerdo e assim por diante. Fatos históricos tais como a descoberta da América, a invenção do *hockey*, as cruzadas, o nascimento de Calvino, provocam-lhe sensações e reações em partes do corpo (GOOBIE, 1991, 9-11).

Pode-se facilmente traçar um paralelo entre a crítica da história que Beth Goobie faz e a crítica da história promovida pelos escritores caribenhos, na qual o indivíduo “pós-colonial” é sempre confrontado pela presença do *outro* em seu ser, sua língua, sua cultura. Nos dois casos, o indivíduo é transformado pelas circunstâncias históricas numa divisão, sempre com duas (e às vezes mais) identidades dividindo os espaços de seu eu e da presença ausente do *outro*. O que é, então, que faz o texto de Beth Goobie ser considerado um texto pós-moderno e os de Césaire, Fanon e Walcott, pós-colonial? O pós-colonialismo é um aspecto do pós-moderno como este é um aspecto do moderno? Ou são as condições sócio-econômicas que determinam as diferenças de nomenclatura? O que distingue um texto como o de Goobie dos textos caribenhos parece ser a especificidade com que cada autor lida com a história. No caso de Beth Goobie, qualquer fato histórico imprime marcas no corpo da personagem. Já no caso dos autores caribenhos, a crítica tende a enfatizar que o que interessa para o discurso pós-colonial é a especificidade de sua própria história, que é marginal, esquecendo-se que essa história marginal específica faz parte de uma história global.

No ensaio *Fernando Ortiz: The Caribbean and Postmodernity*, Benítez-Rojo admite que o Caribe é uma parte do mundo excluída do campo de interesse das filosofias do pós-modernismo, “a part of the world that hardly brushes against modernity and whose culture has doggedly held on to such things as blood sacrifice and voodoo, *santeria*, *pocomania*, and *macumba*” (1995, 151-152)¹³. Ele rejeita a interpretação estritamente sócio-econômica do Caribe, optando, ao invés disso, por uma abordagem pós-moderna como a melhor forma de ver o Caribe e de se libertar dos estereótipos:

If we want to study, for example, the planter-slave relations of some place in the Caribbean, we now see that we can't keep our analysis within, say,

¹² Traduzindo: “Fui dilacerado. Agora os fragmentos foram outra vez reunidos por um outro eu” (FANON, 1968, 109).

¹³ Traduzindo: “um mundo que mal toca na modernidade, cuja cultura se apegava obstinadamente a coisas como sacrifícios de sangue e vodu, *santeria*, *pocomania* e *macumba*” (BENÍTEZ-ROJO, 1995, 151-2).

a strictly socioeconomic language, which by itself does not suffice for a reading of those relations. We must resort, in addition, to certain later nomenclatures which might allow us entry into areas that were thought until a very short time ago to exist at the margin of socioeconomic phenomena, areas which we might see as inhabited by desire, sexuality, power, nationalism, violence, knowledge, or culture—and all of these seen from such varied perspectives that it's not rare to come upon analytic models combining the psychoanalytic model with that of political economy, or the philosophical with the feminist, or the jurisprudential with the literary-theoretical. And yet this hybrid and multidisciplinary fire that today's researchers directs toward his elusive subject is still, and may always be, insufficient. In any case, the scientist as well as the artist of today no longer asks himself regularly how he might represent reality through an equation or a poem, but works rather toward imparting an ever more acute sense that reality is not representable. (...) Thus postmodernity offers itself as a philosophical attitude that seeks not to know about fables that seek legitimation, or about any prophetic destiny or origin, an attitude that rejects all metaphysics and all eschatological categories. Within postmodernity there cannot be any single truth, but instead there are many practical and momentary ones, truths without beginnings or ends, local truths, displaced truths, provisional and peremptory truths of a pragmatic nature that barely make up a fugitive archipelago of regular rhythms in the midst of entropy's turbulence and noise (BENÍTEZ-ROJO, 1995, 150-151)¹⁴.

¹⁴ Traduzindo: "Quando queremos estudar as relações colonizador-escravo em determinado ponto do Caribe, vemos hoje que não é possível manter a análise no interior de uma linguagem estritamente sócio-econômica, por exemplo, que por si só não basta a uma leitura de tais relações. É preciso recorrer, além disso, a certas nomenclaturas posteriores que nos permitam penetrar em áreas que até pouco tempo se pensava existirem à margem de fenômenos sócio-econômicos, áreas que poderíamos dizer habitadas por desejo, sexualidade, poder, nacionalismo, violência, sabedoria ou cultura — e tudo isso visto a partir de perspectivas tão várias que não é raro encontrar modelos de análise que combinem o modelo psicanalítico com o da economia política, ou o filosófico com o feminista, ou o da jurisprudência com o teórico-literário. E, apesar disso, esse fogo híbrido e multidisciplinar que o pesquisador de hoje dirige para seu indefinível objeto continua a ser — e talvez o seja sempre — insuficiente. Em todo caso, tanto o cientista quanto o artista de hoje não mais se perguntam a todo instante como representariam a realidade através de uma equação ou um poema, mas, ao invés disso, trabalham mais no sentido de comunicar um senso cada vez mais agudo de que a realidade não é representável (...) Assim, a pós-modernidade se oferece como uma atitude filosófica que não quer saber de fábulas que buscam legitimação nem nenhuma origem ou destino profético, uma atitude que rejeita toda a metafísica e todas as categorias escatológicas. Dentro da pós-modernidade não pode existir nenhuma verdade única, mas sim muitas verdades úteis e momentâneas, verdades sem começos nem fins, verdades locais, verdades deslocadas, verdades provisórias e peremptórias de uma natureza pragmática, que mal compõem um arquipélago fugidio de ritmos regulares em meio ao rumor e à turbulência da entropia" (BENÍTEZ-ROJO, 1995, 150-1).

Entretanto, embora possamos abordar os textos caribenhos dentro de uma perspectiva pós-moderna, não podemos esquecer as condições sob as quais eles foram escritos, uma vez que um mundo específico nos é mostrado, e a divisão desse mundo é demarcada por traços históricos que estabelecem as fronteiras, conforme mostra Frantz Fanon no seguinte trecho de *The Wretched of the Earth*: "The colonial world is a world cut in two. The dividing line, the frontiers are shown by barracks and police stations" (FANON, 1963, 38)¹⁵.

Essas fronteiras, contudo, estão localizadas muito além da lei e ordem implícitas nos seus signos representativos. Elas estão presentes na própria divisão de uma História universal ocidental grafada com maiúscula e uma história específica relegada a uma marginalidade minúscula. De acordo com Fanon, essas fronteiras estabelecem diferenças raciais e sócio-econômicas criando duas espécies díspares de seres, o colonizador versus o colonizado, em uma divisão explícita que nunca consegue ser mascarada:

This world divided into compartments, this world cut in two is inhabited by two different species. The originality of the colonial context is that economic reality, inequality, and the immense difference of ways of life never come to mask the human realities. When you examine at close quarters the colonial context, it is evident that what parcels out the world is to begin with the fact of belonging to or not belonging to a given race, a given species. (FANON, 1963, 39-40)¹⁶.

Contudo, se tentarmos investigar a problemática caribenha apenas do ponto de vista das diferenças e divisões raciais, como Frantz Fanon enfatiza acima, estamos fadados a limitar o foco de nossa análise. A divisão do ser caribenho não se restringe apenas à separação das raças, uma vez que o mulato, também parte dessa realidade, é o ponto de interseção, o terceiro elemento híbrido entre as raças. Além disso, o problema da divisão não foi resolvido após a independência, pois a dependência da colônia em relação ao antigo império ainda permanece, não somente na economia e cultura, mas também na alma e mente do ser pós-colonial. Como escreve o próprio Fanon:

To break up the colonial world does not mean that after the frontiers have been abolished lines of communication will be set up between the two

¹⁵ Traduzindo: "O mundo colonial é um mundo dividido em dois. A linha divisória, as fronteiras, são indicadas por quartéis e delegacias de polícia" (FANON, 1963, 38).

¹⁶ Traduzindo: "Este mundo dividido em compartimentos, este mundo dividido em dois, é habitado por duas espécies diferentes. A originalidade do contexto colonial é que a realidade econômica, a desigualdade e a imensa diferença de modos de vida nunca chegam a mascarar as realidades humanas. Quando se olha de perto o contexto colonial, fica evidente que o que divide o mundo é o simples fato de pertencer ou não pertencer a uma determinada raça, a uma determinada espécie" (FANON, 1963, 39-40).

zones. The destruction of the colonial world is no more and no less that [sic] the abolition of one zone, its burial in the depths of the earth or its expulsion from the country (1963, 41)¹⁷.

A negritude apenas acentua a questão da identidade, mas esse não é o problema, uma vez que o sujeito branco pós-colonial também enfrenta a mesma situação. O mimetismo, ou seja, a assimilação da cultura do *Outro*, transforma esses seres naquilo que V. S. Naipaul denominou de “homens miméticos”, homens de mentira, que “fingiam ser reais, estar aprendendo e preparando-se (...) para a vida” (NAIPAUL, 1969, 146). No entanto, o “espelho” através do qual “criamos a imagem da nossa dor” (WALCOTT, 1993, 106) também não resolve o dilema, pois o “golfo” da “criança dividida”, como Walcott descreve em títulos de poemas, sempre existirá, deixando uma sensação de isolamento, de naufrágio, de fracasso. Por mais humildade e dedicação que haja na tentativa de se disciplinar e “traduzir o mundo visível com exatidão”, se estará sempre “preso em um cristal de ambigüidades”:

Where did I fail? I could draw,
I was disciplined, humble, I rendered
the visible world that I saw
exactly, yet it hindered me, for
in every surface I sought
the paradoxical flash of an instant
in which every facet was caught
in a crystal of ambiguities (WALCOTT, 1993, 200)¹⁸.

As imagens e referências a um estado de naufrágio¹⁹ que se repetem nas obras de Naipaul e Walcott refletem uma condição de mimetismo e dependência do *Outro*, como a do personagem Sexta-Feira, de Daniel Defoe, um canibal caribenho que humildemente imita Robinson Crusoe, náufrago europeu e cristão, não apenas assimilando-lhe cultura e religião, mas inclusive tornando-se seu servo. Assim, o sujeito caribenho permanece num dilema: se

rejeitar o *Outro* (como Jamaica Kincaid faz em *On Seeing England for the First Time*), estará negando seu próprio eu, uma vez que o *Outro* é parte do ser pós-colonial. A diluição do eu pós-colonial equivale a um ato de suicídio ou auto-sepultamento, como mencionou Fanon.

O colonizador é mostrado como extensão de seu país, uma expansão metonímica da parte para representar o todo. Como integrante daquele universo, ele traz para a colônia a força imperialista e o mundo letrado, que o habilitam a construir a história e os heróis, não apenas deixando de lado a história oral - já existente nos locais colonizados antes de sua chegada -, mas também apagando os atos de carnificina dos nativos cometidos após. Portanto, a fragmentação do mundo colonial diz respeito a uma divisão maniqueísta estabelecida pela história e sua visão eurocêntrica, que legou à posteridade somente as obras e feitos dos vitoriosos, inscrevendo nas marcas do conhecimento escrito a negação da história dos conquistados. Como tal, o discurso pós-colonial torna-se uma reivindicação da reescrita historiográfica, de modo que o sujeito pós-colonial possa ocupar posição central, passando de um estado de objetidão ao estado de verdadeiro sujeito:

The settler makes history and is conscious of making it. And because he constantly refers to the history of his mother country, he clearly indicates that he himself is the extension of that mother country. Thus the history which he writes is not the history of the country which he plunders but the history of his own nation in regard to all that she skims off, all that she violates and starves.... A world divided into compartments, a motionless, Manicheistic world, a world of statues: the statue of the general who carried out the conquest, the statue of the engineer who built the bridge” (FANON, 1963, 51-52)²⁰.

A história, enquanto verdadeira causa dessa divisão, faz com que o corpo do ser pós-colonial apareça, como uma consequência da fragmentação histórica, transformado num objeto. O simples fato de assimilar, através da educação, o mundo e a cultura do colonizador não é de modo algum uma indicação da aceitação do ser colonizado no mundo do *Outro*. No caso dos caribenhos negros, a pele, a cobertura de seu corpo, sempre manterá a fronteira que marca a distância entre esses dois mundos, como Fanon descreveu nos trechos já citados de *Black Skin, White Masks*, onde o processo de reifica-

¹⁷ Traduzindo: “Romper o mundo colonial não significa que após a abolição das fronteiras serão estabelecidas linhas de comunicação entre as duas zonas. A destruição do mundo colonial não é nada mais, nada menos que a abolição de uma zona, seu enterro nas profundezas da terra ou sua expulsão do país” (FANON, 1963, 41).

¹⁸ Traduzindo: “Em que falhei? Eu sabia desenhar, / eu era disciplinado, humilde, traduzia / com exatidão o mundo que eu via e, / no entanto, ele me era um obstáculo, pois / em cada superfície eu buscava / o *flash* paradoxal de um instante / em que cada faceta estava presa / num cristal de ambigüidades” (WALCOTT, 1993, 200).

¹⁹ A sensação de naufrágio também aparece na crítica de Oswald de Andrade ao espelhamento da literatura portuguesa pelos escritores brasileiros antes do Movimento Modernista. O *Manifesto Antropofágico* critica a presença do *Outro* na literatura brasileira, reivindicando uma reescrita da história a partir do ponto de vista dos índios.

²⁰ Traduzindo: “O colonizador faz a história e está consciente disso. E porque constantemente se reporta à história de sua pátria, indica claramente que ele próprio é a extensão dessa pátria. Assim, a história que escreve não é a história do país que ele pilha, mas a história de sua própria nação em relação a tudo que ela filtra, tudo que viola e mata à fome. (...) Um mundo dividido em compartimentos, um mundo maniqueísta e imóvel; um mundo de estátuas: a estátua do general que realizou a conquista, a estátua do engenheiro que construiu a ponte” (FANON, 1963, 51-2).

ção adquire um duplo significado de questionamento ontológico. Conseqüentemente, a divisão entre o “eu” e o *Outro* é exacerbada não só pela condição pós-colonial como também pela cor da pele, criando uma tripla divisão que a historicidade ajuda a enfatizar. O caso dos caribenhos negros pode ser comparado à condição de negritude de qualquer pessoa de cor em qualquer outra parte do mundo. Contudo, a cor da pele é acentuada pela condição periférica, aumentando o abismo entre o ser colonial e o *Outro* e conscientizando-o do espaço que seu corpo ocupa no mundo. A única solução que resta é uma divisão total de ser e corpo em um desejo de amputação real do eu em relação a si mesmo ou em relação a sua cobertura como forma de restaurar sua totalidade e sua localização no espaço e no tempo através da negação/rejeição de sua pele negra (FANON, 1968, 112-3). Somente quando o *Outro* vai até ele e reconhece sua presença como parte da civilização que compartilham, somente aí ele recupera seu corpo, mas, mesmo assim, é um corpo diferente, “distorcido e recolorido”:

Look at the nigger! . . . Mama, a Negro! . . . Hell, he's getting mad. . . . Take no notice, sir, he does not know that you are as civilized as we. . . .

My body was given back to me sprawled out, distorted, recolored, clad in mourning in that white winter day (FANON, 1968, 113)²¹.

O que lhe restava fazer era resignar-se a sua cor, o que equivalia a uma amputação e uma deficiência que ele rejeitava do mesmo modo com que ele havia recusado a sua condição periférica ao assimilar a cultura do *Outro* para poder ser aceito no seu mundo “civilizado”. Entretanto, essa assimilação não constitui um passaporte para a “civilização”, pois sua pele provoca no *Outro* estranhamento e rejeição equivalentes a um defeito físico. Ao ser colonial cabe o conformismo dos aleijados, um conformismo que Fanon recusa “com um pé no Nada e outro no Infinito”, consciente da amplitude de sua alma:

The crippled veteran of the Pacific war says to my brother, “Resign yourself to your color the way I got used to my stump; we're both victims.” Nevertheless with all my strength I refuse to accept that amputation. I feel in myself a soul as immense as the world, truly a soul as deep as the deepest of rivers, my chest has the power to expand without limit. I am a master and I am advised to adopt the humility of the cripple. Yesterday, awakening to the world, I saw the sky turn upon itself utterly and wholly. I wanted to rise, but the disemboweled silence fell back upon me, its wings

²¹ Traduzindo: “— Olha aquele nego! ... Mãe, um negro! ... Ih, ele tá ficando com raiva. ... — Não ligue, não, moço. Ele não sabe que o senhor é civilizado como a gente. Meu corpo me foi devolvido desdobrado, distorcido, recolorido, vestido de luto naquele dia branco de inverno” (FANON, 1968, 113).

paralyzed. Without responsibility, straddling Nothingness and Infinity, I began to weep.” (FANON, 1968, 140)²².

Os textos de Fanon são um misto de história, narrativa poética, e ensaio. Ele mostra a divisão no mundo colonial e o problema racial usando várias abordagens: científica, histórica, psicológica e literária. Porém a divisão do Caribe é também tratada de forma predominantemente literária, como na poética de negação de Aimé Césaire (*Notebook of a Return to the Native Land*), na qual o abismo entre o mundo do colonizador branco e o do colonizado é colocado. De um lado, os produtos da civilização, representados por “torre” e “catedral”. Do outro, o ambiente natural do colonizado, subjugado pelo conquistador, que espalha um leucoma de líquido morto sobre a terra:

my negritude is not a leukoma of dead liquid over the earth's dead eye
my negritude is neither tower nor cathedral
it takes root in the red flesh of the soil
it takes root in the ardent flesh of the sky
it breaks through the opaque prostration with its upright patience (CÉSAIRE, 1983, 67-8)²³.

Em *Crusoe's Journal*, o poeta Derek Walcott também apresenta o tema da reificação através do mimetismo. A imposição de uma cultura sobre outra transforma o sujeito pós-colonial num mero reproduzidor de um mundo que não lhe pertence, num objeto cuja solidão é multiplicada pelo tempo, o resíduo do agente histórico, o resquício da condição pós-colonial que deixa, como demonstra a epígrafe — uma citação de Abraão feita pelo protagonista de *Robinson Crusoe* —, “fixo um imenso golfo” entre o ser e o outro. A palavra escrita é introduzida por meio do cristianismo e da Bíblia, através da injeção do Logos num mundo que não necessitava de metáforas, pois antes da chegada do conquistador, aquela terra era a metáfora concreta do paraíso. Os

²² Traduzindo: “O aleijado, veterano da guerra do Pacífico, diz a meu irmão: — Conforme-se com a cor que você tem, como eu me acostumei com meu aleijão; ambos somos vítimas.

Mesmo assim, com toda minha força recuso-me a aceitar essa amputação, Sinto em mim uma alma tão imensa quanto o mundo, uma alma de fato tão profunda quanto o mais fundo dos rios, meu peito tem o poder de expandir-se sem limites. Sou senhor e me aconselham a adotar a humildade dos aleijados. Ontem, ao acordar para o mundo, vi o céu girar sobre si mesmo total e completamente. Eu queria levantar, mas o silêncio desentranhado caiu mais uma vez sobre mim, com as asas paralisadas. Sem querer, com um pé no Nada e outro no Infinito, comecei a chorar” (FANON, 1968, 140).

²³ Traduzindo: “minha negritude não é um leucoma de líquido morto sobre o olho morto da terra / minha negritude não é torre nem catedral / ela se enraíza na carne rubra do solo / ela se enraíza na pele ardente do céu / ela irrompe através da prostração opaca com sua justa paciência” (CÉSAIRE, 1983, 67-8).

colonizadores transformaram os nativos em papagaios, “Sextas-Feiras” obedientes, canibais de uma outra espécie: a que come a carne de Cristo, a que está separada de si mesma, que perdeu a própria voz e agora imita e dá forma a uma língua “onde nada havia”; uma espécie de “párias” que vivem “posando de naturalistas” e mendigando a aprovação do *Outro*; uma espécie abismada, reificada pelo tempo e pela história; uma espécie cuja solidão se multiplica em busca de um sentido perdido, um sentido deixado para trás em alguma das cavernas do passado (WALCOTT, 1993, 92-4).

Há referências à divisão pós-colonial ao longo de toda a obra poética de Walcott, como no trecho abaixo, no qual o ser busca uma identidade que lhe é desconhecida, uma vez que ele próprio foi “inoculado” com o sangue de duas culturas incompatíveis que o dividem até às veias. Como conciliar dentro de si África e Inglaterra, fragilidade versus força? O que rejeitar: a língua inglesa emprestada que também se tornou a sua, ou a herança africana? O dilema do sujeito pós-colonial é a necessidade de escolher entre dois mundos que dão corpo a seu eu:

The gorilla wrestles with the superman.
I who am poisoned with the blood of both,
Where shall I turn, divided to the vein?
I who have cursed
The drunken officer of British rule, how choose
Between this Africa and the English tongue I love?
Betray them both, or give back what they give?
How can I face such slaughter and be cool?
How can I turn from Africa and live? (WALCOTT, 1993, 18)²⁴.

Em outro poema, Walcott amplia essa divisão cultural ao se referir a uma terceira cultura que faz parte da sua existência, já que o sujeito pós-colonial é um sarará de “sangue holandês, negro e inglês”. Para Walcott, a colonização transformou um paraíso em “favelas de império” e seus habitantes miscigenados, em “ninguéns” à procura de uma nação:

I know these islands from Monos to Nassau,
a rusty head sailor with sea-green eyes
that they nickname Shabine, the patois for
any red nigger, and I, Shabine, saw
when these slums of empire was paradise.

I'm just a red nigger who love the sea,
I had a sound colonial education,
I have Dutch, nigger, and English in me,
and either I'm nobody, or I'm a nation (WALCOTT, 1993, 346)²⁵.

Destituído de uma nação própria, o ser pós-colonial busca uma cultura na qual gostaria de se espelhar. Como signo, o espelho se torna um elemento importante, pois reflete a fragmentação do sujeito e a condição mimética do ser pós-colonial. Para se chegar a uma melhor compreensão da divisão pós-colonial, vale a pena mencionar aquilo que Lacan chama de *stade du miroir*, a fim de definir a função da *imago* na relação entre *Innenwelt* (mundo interior) e *Umwelt* (mundo exterior). Para Lacan, *le stade du miroir* cria no sujeito uma sucessão de fantasias que se estendem desde uma imagem de corpo fragmentada até uma forma de sua totalidade que ele denomina ortopédica, levando o sujeito a assumir uma identidade alienante como uma espécie de armadura, cuja estrutura rígida marcará o total desenvolvimento mental do sujeito. O corpo fragmentado geralmente se manifesta em sonhos quando o processo de análise enfrenta um certo nível de desintegração agressiva no indivíduo, aparecendo, entre outras formas, como membros desarticulados, que Lacan compara às representações pictóricas de Bosch (LACAN, 1977, 4-5).

Se nos valermos da psicanálise para interpretar a produção literária do Caribe da mesma forma que se interpretam as narrativas oníricas, poderemos então compreender a razão da recorrência das imagens do espelho e da fragmentação dos caribenhos pós-coloniais, da sua ambigüidade, de sua divisão física e mental, de sua duplicação e seu por vezes obsessivo desejo de tornar-se o *Outro*, desejo de apagar todo e qualquer traço de sua diferença a fim de serem aceitos no mundo do *Outro*, uma vez que esse outro mundo rejeita a diferença. Quando a projeção no *Outro* revela a opacidade da imagem refletida, desvelando o vazio e a falta de sentido do mimetismo, outro desejo assoma, um desejo de quebrar o espelho, de destruir a imagem mimética e de recuperar a própria identidade, como na cena da quebra do espelho em *The Mimic Men* (NAIPAUL, 1969, 74-5). Todavia, o espelho quebrado revela que o ato de imitação já faz parte do ser e que toda tentativa de se livrar dos estilhaços é vã, já que ele é composto desses fragmentos do *Outro*. Livrar-se deles equivale a livrar-se de seu próprio ser. O sujeito caribenho se vê,

²⁴ Traduzindo: “O gorila luta com o super-homem. / Eu, que fui inoculado com o sangue de ambos, / A quem posso recorrer, dividido até à veia? / Eu, que amaldiçoei / O soldado bêbado do jugo britânico, como escolher / Entre esta África e a língua inglesa que amo? / Traí-las ambas ou devolver-lhes o que elas dão? / Como posso enfrentar tal chacina friamente? / Como posso dar as costas à África e viver?” (WALCOTT, 1993, 18)

²⁵ Traduzindo: “Conheço estas ilhas de Monos a Nassau, / um velho marujo de olhos verdes de mar / que apelidam Shabine, o nome *patois* / para os sararás, e eu, Shabine, vi / quando essas favelas de império eram paraíso. / Sou apenas um sarará que ama o mar, / tive uma educação colonial sólida, / possuo em mim sangue holandês, negro e inglês / e sou uma nação ou não sou ninguém” (WALCOTT, 1993, 346)

por conseguinte, diante de um impasse ao qual tem de resignar-se, na tentativa de encontrar seu lugar no mundo, no tempo e espaço pós-modernos.

Embora a filosofia pós-moderna tenha eleito a “diferença” como um de seus principais cânones, a realidade cotidiana contradiz essa visão democrática, pois o mundo continua dividido em estruturas sociais e raciais. A aceitação da diferença é utilizada apenas para separar as pessoas, classificá-las e rotulá-las conforme diferentes categorias, em que todos são iguais, mas alguns são “mais iguais do que os outros”. Dentro de uma perspectiva econômica, a parceria dos iguais das nações desenvolvidas sempre rejeitará o espaço periférico, absorvendo a diferença apenas como um modo de consumo sem permitir que lhe seja fornecida a sua autonomia de produção. A literatura caribenha vai além da investigação da exploração humana para nos mostrar o impasse de uma existência na não-existência, a experiência do tempo e espaço da negação. Como uma metáfora, o sujeito caribenho vivencia um estado de nadificação em uma espécie de limbo, vivendo e não vivendo. Ele é um ser cuja existência se vai esvaindo num espelho na irrealidade da imaginação, um ser criado que não pode viver ou morrer, a fumaça que anuvia o sonho de um *Outro*:

No metaphor, no metamorphosis,
as the charcoal-burner turns
into his door of smoke,
three loves, art, love, and death,
fade from a mirror clouding with with this breath,
not one is real, they cannot live or die,
they all exist, they have never existed (WALCOTT, 1993, 257)²⁶.

Conclusão

A literatura, para a maioria dos escritores caribenhos, se torna o meio através do qual o indivíduo tenta recuperar e reconstruir uma história que foi apagada e que lhe é negada. Em algumas dessas obras, ficção e dados históricos se mesclam em uma tentativa de construir a representação artística de uma história que deveria ter sido. Ao mesmo tempo em que a história é usada como a base dessas representações literárias, a literatura também cria sua própria história na qual as fronteiras entre fato e ficção desaparecem. A atitude desses escritores caribenhos pode então ser considerada como uma vin-

²⁶ Traduzindo: “Nenhuma metáfora, nenhuma metamorfose, / quando o carvoeiro atravessa / sua porta de fumaça, / três amores, arte, amor e morte, / esvaem-se num espelho anuviando com este sopro / nenhum é real, não podem viver ou morrer, / todos eles existem, eles nunca existiram” (WALCOTT, 1993, 257).

gança sobre um passado que precisa ser reescrito na tentativa de reconstruir o ser pós-colonial através dos verdadeiros fragmentos que o compõem e de recuperar um outro significado para a sua existência que esteja além da projeção no espelho mimético colonizador.

Abstract

This paper discusses Post-Colonial Caribbean Discourse as an attempt to rewrite history. It focuses on cultural mimetism, identity, and fragmentation issues in Caribbean literature from which a theory may be drawn. A comparison is made with texts from other literary typologies, aiming at the establishment of their differences and similarities. This essay also questions the need for a “post-colonial” nomenclature and the borderlines between postmodernism and post-colonialism. The works of Aimé Césaire, Benítez-Rojo, Derek Walcott, and Frantz Fanon are highlighted, together with the works of other writers.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Carlos Drummond. 1984. “Eu, Etiqueta.” *Corpo*. Rio de Janeiro, Record.
- ANDRADE, Oswald de. 1970. *Oswald de Andrade: Obras Completas: Do Pau-Brasil a antropofagia e as utopias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v. 6. Introd. Benedito Nunes.
- ANDRADE, Oswald de. 1990. *Pau-Brasil*. São Paulo, Globo/Secretaria de Estado da Cultura. Crítica, introdução e interpretação de Haroldo de Campos.
- BENÍTEZ-ROJO, Antonio. 1992. *The repeating Island: The Caribbean and the Postmodern Perspective*. Trad. James E. Maraniss. Durham, Duke Univ. Press.
- CÉSAIRE, Aimé. 1983. Notebook of a Return to the Native Land. *The Collected Poetry*, London, Univ. of Chicago Press.
- CÉSAIRE, Aimé. 1972. *Discourse on Colonialism*. Trad. Joan Pinkham. New York, Monthly Review Press.
- DEFOE, Daniel. 1990. *Robinson Crusoe*. Oxford, Oxford Univ. Press.
- DERRIDA, Jacques. 1978. Trad. Alan Bass. Structure, Sign, and Play in the Discourse of the Human Sciences. *Writing and Difference*. Chicago, Univ. of Chicago Press, p. 278-93
- DERRIDA, Jacques. 1981. Trad. Barbara Johnson. Plato’s Pharmacy. *Dissemination*. Chicago, Univ. of Chicago Press.
- FANON, Frantz. 1968. *Black Skin, White Masks*. Trad. Charles Lam Markmann. New York, Grove Widenfeld.
- FANON, Frantz. 1963. *The Wretched of the Earth*. Trad. Constance Farrington. New York, Grove Press, Pref. Jean-Paul Sartre.
- FREUD, Sigmund. 1989. *Civilization and its Discontents*. Trad. James Strachey. New York, W.W. Norton, p. 42-45. Introd. Peter Gay.
- GLISSANT, Edouard. 1992. *Caribbean Discourse: Selected Essays*. Trad. J. Michael Dash. Charlottesville, Univ. Press of Virginia.
- GOOBIE, Beth. 1991. *Could I Have My Body Back Now, Please?* Toronto, NeWest Press.
- INFANTE, G. Cabrera. 1980. *Três tristes tigres*. Trad. Stella Leonardos. São Paulo, Global.
- JAMES, C.L.R. 1989. *The Black Jacobins*. New York, Vintage Books.
- JAMES, C.L.R. 1993. *The C.L.R. James Reader*. Oxford, Blackwell, Ed. Anna Grimshaw.

- KINCAID, Jamaica. 1991. "On Seeing England for the First Time." *Transition*. Oxford, Oxford Univ. Press, v. 51,
- KINCAID, Jamaica. 1981. *A Small Place*. New York, Penguin Books.
- LACAN, Jacques. 1977. Trad. Alan Sheridan. *Écrits: A Selection*. New York, W.W. Norton & Company.
- MARSHALL, Paule. 1992. *The Chosen Place, The Timeless People*. New York, Vintage Books.
- McLUHAN, Marshall. 1965. *Understanding Media: The Extensions of Man*. New York, McGraw-Hill Book Company.
- McLUHAN, Marshall, FIORE, Quentin. 1967. *The Medium is the Massage*. New York, Bantam Books.
- MERQUIOR, José Guilherme. 1980. *O fantasma romântico e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Vozes.
- MONTEIRO, Adolfo Casaes. 1958. *Estudos sobre a poesia de Fernando Pessoa*. Rio de Janeiro, Agir.
- NAIPAUL, V.S. 1969. *The Mimic Men*. New York, Penguin Books.
- PAZ, Octavio. 1974. Trad. Rachel Phillips. *Children of the mire: modern poetry from romanticism to the avant-garde*. Cambridge, Harvard Univ. Press.
- PLATÃO. 1850. "The Banquet". *The Works of Plato*. Trad. George Burges. London, Heny G. Bohn, p. 508-516 v. 3.
- PLATÃO. 1951. *Phaedo*. Trad. F. J. Church. New York, The Bobbs-Merrill.
- WALCOTT, Derek. 1993. *Collected Poems: 1948-1984*. New York, The Noonday Press, Farrar, Straus & Giroux.
- WHITMAN, Walt. 1921. "Song of Myself". *Leaves of Grass*. New York, The Modern Library.
- WILLIAMS, Patrick, CHRISMAN, Laura Chrisman (edit.). 1994. *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory: A Reader*. New York, Columbia Univ. Press.

A representação do cangaço em *Os brilhantes*

Doralice Fernandes Xavier Alcoforado

Universidade Federal da Bahia

Resumo

Este trabalho analisa a representação do cangaço em *Os Brilhantes*, de Rodolfo Teófilo, romance filiado ao regionalismo realista/naturalista, que se estrutura segundo os cânones cientificistas da segunda metade do século XIX. Inserindo o fenômeno do cangaço no contexto social que o motivou, este livro descreve com fidelidade os costumes e os tipos característicos da região. Neste trabalho, buscaram-se as causas que levaram o protagonista a uma vida marginal, caracterizando a sua ação e as diferentes óticas com que é visto. No entendimento de que o bandido não é apenas um homem mas também um símbolo, rastreia-se a carga simbólica de que se reveste sua figura e o significado da sua morte e mitificação.

1 A configuração do contexto social

A ação romanesca representada em *Os Brilhantes*, de Rodolfo Teófilo, se desenrola em um município do interior da Paraíba, na época "do rei", onde convivem pequenos e médios proprietários, criadores de gado e produtores de gêneros de subsistência, e uma pequena burguesia comercial. Da aliança entre esses dois estamentos econômicos, origina-se a força política local que, por meio de partidos políticos, articula-se com o poder estadual e federal, cujo poder é transferido para a facção correligionária local que mantém sob o seu controle as instituições, sobretudo a polícia. Os representantes da Igreja rezam pela mesma "ética costumeira" da elite e, via de regra, endossam as decisões tomadas pelo "mandonismo local". Os demais habitantes, espécies de agregados, dependem economicamente dos "senhores". As facções políticas se organizam por meio de alianças em que a troca de favores traz benefícios mútuos nas rixas familiares. Trata-se, pois, de uma sociedade agrária, pré-capitalista, onde o modo de produção guarda traços característicos do feudalismo.

O poder jurídico local era exercido pela polícia sob o comando de um delegado "que se muda no sertão todas as vezes que sobe um partido", que, de acordo com essa observação irônica do narrador, dá bem a idéia da "isenção" da justiça por aquelas bandas.

O espaço geográfico é de sertão, assim denominado mais pela forma

econômica predominante do que propriamente pelo tipo de solo, clima e vegetação. O contexto social se configura polarizado entre forças do bem — os sertanejos “que ainda conservavam a pureza da vida campesina” — e forças do mal — “a horda de malfeitores”. No âmbito desse contexto, vai surgir o cangaceiro Jesuíno Brilhante, vítima da parcialidade da justiça que, por solidariedade familiar, vinga a morte de um parente seu, matando o assassino, correligionário da facção política local no poder.

Em *Os Brilhantes*, publicado em 1895, o foco narrativo vai centrar-se no cangaceiro Jesuíno Brilhante, e não propriamente no fenômeno do cangaço, a partir da visão de um narrador onisciente que observa à distância, como um frio analista, não apenas os fatos, mas, em particular, o comportamento dos indivíduos, na tentativa de deslindar-lhes o caráter através das suas ações e reações.

A proposta do romance, que pertence ao regionalismo naturalista, é justificar a tese do determinismo, respaldada em teorias científicas da segunda metade do século XIX, de que a índole criminoso de certos indivíduos é resultante de causas patológicas e hereditárias, determinadas por fatores biológicos, raciais e do meio. O tema do cangaço é um pretexto para utilizar esse aparato científico na justificativa do comportamento perverso e marginal de alguns personagens que, agenciados por desequilíbrio psicológico, não têm controle sobre seus impulsos e ações.

Desenvolvendo-se paralelamente ao tema central e fornecendo-lhe subsídios, a seca aflora como um segundo tema do romance¹.

Em *Os Brilhantes*, a ação romanesca tem início no momento em que um narrador onisciente apreende as inquietações dos habitantes da pequena vila com o cumprimento da recomendação governamental de substituir imediatamente o antigo sistema de pesos e medidas pelo sistema métrico decimal. O narrador, na tentativa de entender e interpretar a reação das pessoas, busca avaliar a repercussão de tal mensagem entre os cidadãos. Com ironia, algumas vezes, e em outras, com críticas menos sutis, o sujeito da enunciação acompanha todo o embaraço do presidente da Câmara Municipal em decifrar o conteúdo da mensagem recebida, recorrendo às “luzes do vigário”, que, ao contrário do esperado, também não a entende, resolvendo conchamar o povo, do púlpito, a lutar contra “este despotismo do governo”.

¹ Tema já familiar ao cearense Rodolfo Teófilo. Em 1890, ele publica *A fome*, em que, com todo realismo, mostra a ação devastadora da grande seca nordestina de 1877 e os consequentes problemas econômicos e sociais.

Nasce, no âmbito da narrativa, a revolta popular denominada de “quebra-quilos”², instigada pelo vigário e pelo vereador, “menos por perversidade do que por ignorância”, na opinião do “autor implícito”. O quebra-quilos foi incorporado à trama ficcional como um movimento espontâneo de contestação de cidadãos honestos do interior do Nordeste, que foi manipulado, de um lado, por bandidos, que se aproveitaram da débil estrutura policial e jurídica para atos de saques e de desrespeito à moral das famílias, e de outro, pelo “mandonismo local”, para perseguir os adversários políticos.

Nesse contexto político de parcialidade e autoritarismo, vai emergir a figura ambivalente do cangaceiro Jesuíno Brilhante.

2 A configuração do bandido

2.1 A imagem ambivalente de um bandido

A trajetória de lutas e de crimes por que passou a experimentar Jesuíno Brilhante após o assassinato de Honorato Calangro, o seu primeiro crime, transformou a sua pacata vida em constante sobressalto, advindo das frequentes “bravatas”, “tocaías”, “vinditas” e “trincheiras” que os seus inimigos lhe aprontavam.

No âmbito da concepção maniqueísta em que se estrutura a narrativa — contrapondo-se a todo tempo os “bons”, representados pelos sertanejos, aos “maus”, os bandidos —, o personagem Jesuíno Brilhante alternadamente participa dos dois pólos na posição ambígua de quem, como sertanejo, possui os traços positivos que são atribuídos ao homem do sertão, mas também os traços negativos com que o narrador carrega a figura do cangaceiro. Jesuíno é o cidadão honesto, pacato, bom filho, pai responsável que as circunstâncias transformaram em bandido temido e respeitado, sobretudo pela frieza e crueldade com que se vingava dos inimigos. Essa dupla face, aparentemente contraditória, deve-se à sua índole criminoso:

Uma mudança radical havia se operado naquela criatura. Portador da neurose do homicídio, herdada de um de seus ascendentes maternos, mas até então, em estado latente, Jesuíno teria talvez logrado viver sem matar, se não tivesse sido testemunha do assassinato de seu parente. (p.76)

² Chiavenato, em *As Lutas do Povo Brasileiro* (1991: 91-2), descreve o movimento do “quebra-quilos”, caracterizando-o como “a luta dos sem-líderes”, ocorrida em alguns Estados do Nordeste. Segundo este autor, “na raiz do quebra-quilos está o sistema latifundiário nordestino e o abuso fiscal de um governo centralizado.” O que pode parecer uma explosão anárquica, fruto da ignorância e do fanatismo, não deixa de ser um extravasamento de revolta de classe.

Desse modo, com o primeiro crime, irrompe-se em Jesuíno a sua face violenta, adormecida e até então desconhecida, incontrolável, segundo depoimento do próprio personagem: “— Não pude me dominar, e desde aquele momento não tive mais força sobre mim”. (p.159).

O narrador, visando tornar o personagem convincente dentro da proposta realista-naturalista, enfatiza a frieza e a indiferença do criminoso, provas evidentes da sua doença:

Comprazia em observar aquelas mutações quando teve a idéia de “assinar” o cabra, como se fora um bode. Em um vivo isto seria o requinte do aviltamento. Em um morto, o maior ultraje que se podia fazer à sua família. Assim, em um abrir e fechar de olhos, Jesuíno “assinou” o Calangro nas duas orelhas com o sinal de “mossa” e “canzil”. (p.167-8)

Com isso, uma nova imagem de Jesuíno aos poucos vai-se firmando. Após o seu enfrentamento com o clã dos Calangros, passa a ser respeitado e admirado por uns e temido por outros. Essa imagem ambígua gerou as “lendas mais extravagantes” que circulavam a seu respeito, de “pacto com o diabo”, “corpo fechado”, e até mesmo admitiam: “se encantava todas as vezes” que quisesse” (p.172).

O narrador, não escondendo a sua simpatia pela causa de Jesuíno, torna clara a convivência do poder provincial que se alia aos Calangros na estratégia traçada para derrotar seu opositor, alardeando o estado de anarquia em que se encontrava o município, devido às ações criminosas de Brilhante. A pesar de pretender-se distante dos fatos narrados, o narrador deixa vaziar sua subjetividade, interpretando e formulando juízos avaliatórios que dão bem a medida do seu “parti pris”:

A representação surtiu o desejado efeito. Nele haviam sido relatadas com exageração e parcialidade as mais horríveis atrocidades, desde o *bárbaro assassinato do inerte Honorato até o trucidamento do pacato Pedro Jurema*. (p.172)

Jesuíno, no entanto, até aquele momento, esperava poder retornar a sua pacata rotina:

O Brilhante continuou o seu caminho bem disposto a depor as armas, uma vez que tinha vingado a morte de seus parentes e lavado em sangue as afrontas que havia recebido. (p.169)

Mas surpreendido pelo cerco a sua casa pela “força de linha” enviada pelo governo, e salvo graças à sua extraordinária acuidade auditiva, seu lado instintivo, tantas vezes demonstrado e ressaltado pela proposta naturalista do texto, pressentiu o inimigo, agora com feições menos nítidas, por trás das quais se escondiam não apenas os Calangros, mas também homens de farda

que representavam o governo. Considerando a gravidade da situação, resolve evadir-se.

Dessa forma, a luta entre os clãs dos Calangros e dos Soares se transforma, ganhando outra dimensão. Esse deslocamento do foco da luta obriga Jesuíno a se preparar, a montar uma estratégia de guerra que permitisse enfrentar a “força do governo”: “Tinha necessidade de um esconderijo onde, ignorado dos inimigos, pudesse traçar a linha de defesa e refletir maduramente na situação e nas eventualidades do futuro.” (p. 181). Encontra um lugar seguro numa gruta³ e aí instala o seu “quartel”. O grupo que o acompanhava na luta contra os Calangros para aí é deslocado. Até então unido não apenas pelos mesmos propósitos, mas também por laços de consangüinidade, o grupo ganha mais dois membros, Pajeú e Cobra Verde, que, ao contrário dos outros, terão um soldo e têm a função de defender Brilhante “em caso de perigo”. Bem alojados, com “víveres, dinheiro, munições e cavalgadas”, os oito homens, sob o comando de Jesuíno, preparam-se militarmente:

Todas as tardes saíam a cavalo para o exercício de fogo. Iam a uma légua da gruta, a uma extensa chapada e aí se exercitavam no tiro. Atiravam ao alvo, simulavam lutas, sempre montados. Os cavalos já amestrados faziam proezas de agilidade. O estampido das armas não os espantava mais. (p.204).

Tinham grande respeito e temor ao chefe, respeito advindo das suas superiores qualidades, comprovadas a cada momento. Através de “um longo assobio” ou um sinal do “buzio”, o grupo se reunia para diferentes tarefas. Dessa forma, se preparava para enfrentar as forças do governo.

Em vários momentos, o discurso do narrador dá destaque às qualidades de estrategista e de comandante de guerrilha de Brilhante, quando não esconde a admiração pela sua coragem, destreza, autodomínio e liderança.

Guiada pelos Calangros, a “força do governo” chega até ao esconderijo de Brilhante. Com isso, planos estratégicos militares de Jesuíno tinham de passar por modificações. Resolve “abandonar aquele rancho e se fortificar na casa de Pedra”.

O cerco se apertava. Depois do insucesso do ataque à fortaleza, os soldados cercaram a casa da família de Brilhante, matam-lhe um irmão adolescente, maltratam a sua mulher e as crianças, incendiam a casa. O narrador se solidariza e, mais uma vez, toma partido do clã dos Soares, ao relatar os fatos como “os tristes acontecimentos daquela manhã”, chamando a atenção

³ O esconderijo em grutas foi sempre uma prática dos fora-da-lei. O famoso bandido Dick Turpin escondia-se numa caverna da Floresta de Epping. (HOBSBAWM, 1976, 17).

para a verdadeira metamorfose que se processava não apenas no seu espírito, mas sobretudo na sua fisionomia:

As feições, em uma decomposição medonha, não eram menos aterradoras do que a expressão dos olhos, de uma ferocidade indescritível. Não parecia um homem, parecia um demônio. (p.212).

Brilhante tem consciência de que enveredou por um caminho sem retorno. Sua vingança não era mais contra os Calangros: “Os seus inimigos eram agora somente os soldados e o governo que os mantinha.” (p.218).

Mas esses momentos de fereza alternavam-se com outros em que a expressão de bondade, ternura e piedade fazia aflorar o seu espírito humanitário: “Jesuíno viu-os chorar e se doeu deles. (...) Quis sair do esconderijo e propor a paz aos inimigos, tal a pena que lhe produziu o pesar dos moços.” (p.168-9). É também o famigerado bandido que se comove até as lágrimas ao ver os estragos que a seca produzia no meio ambiente ou nas levas de retirantes:

Jesuíno seguia pensativo. Aquelas tristezas lhe entravam d’alma adentro em borbotões, e o criminoso de hoje voltava dez anos para o passado e chorava, comovido diante das ruínas daqueles lugares queridos. (p.234).

2.2 O ritual de iniciação do bandido

O foco de uma luta familiar — os Calangros — desloca-se para um âmbito mais amplo — “forças do governo” —, o que vai exigir de Brilhante não apenas mudança de táticas de guerrilha, mas toda uma preparação psicológica, indispensável a todo comandante em luta armada. As escaramuças contra os Calangros tinham não apenas desenvolvido algumas qualidades latentes, como também exercitado o uso e manejo das armas.

Agora, como “fora da lei oficial”, com várias mortes nas costas e a polícia nos calcanhares, Jesuíno teve de passar por um ritual de iniciação. O sertão é o espaço que engendrará essa transformação. Como um espaço ambíguo, o sertão vai oferecer as duas faces da moeda: a dadivosa, representada pelos abrigos seguros, suprimentos em abundância, no meio de uma mata exuberante em beleza e hospitalidade — o paraíso. Mas o outro lado da moeda apresenta a face inóspita a ser domada — o inferno —, necessária à forjadura do herói, em que autodomínio, prudência, plena atenção, agilidade e destreza precisavam ser testados e fortalecidos. Assim é que na primeira noite na mata, após a fuga da cidade, só, Brilhante pôde concluir que a caverna lhe dava segurança, mas exigia-lhe, em contrapartida, a plena atenção dos sentidos necessária para evitar as arapucas que a mata arma em cada canto. Em *Corpo Vivo* de Adonias Filho, Inuri é o “preceptor” que inicia Cajango nas sutilezas e armadilhas da mata. Brilhante tinha de aprender só:

Era uma vida de fera. Dormia no chão e comia exclusivamente a carne dos animais que matava, assada sem sal. Passava as noites deitado de bruços sobre o bacamarte, tendo à mão a faca de ponta. Deitava-se mais para descansar do que para dormir. (p.182).

Mas a prova de fogo estava por vir. Nas tentativa de explorar as redondezas da gruta em que se achava escondido, investiga outras alternativas de esconderijo seguro, tendo muitas vezes de subir “de gatinhas” e descer “como cobra perigosos precipícios”, trepa no tronco de uma árvore para passar a noite, o que lhe garantia estar a salvo das cascavéis que “se tinham assanhado com a sua presença” e que “soavam os maracás” a qualquer ruído seu.

Dessa forma, “Jesuíno passava pela maior provação da vida”, reconhece o narrador que acompanha atentamente a iniciação ritualística do herói no engendramento do autodomínio necessário à sua missão. Como forja que transforma metais em liga mais resistente, seu corpo, seus instintos, suas emoções, sua vontade precisavam do enrejecimento de metal para os testes que estavam por vir. Nessa noite passada no mato, em vigília, em pé num tronco de árvore com uma cobra enrolada na perna, o seu autocontrole é testado:

Assim desalentado estava quando sentiu roçar-lhe um corpo sobre o pé direito. (...) O corpo que o havia tocado, subiu de perna acima por baixo da calça. Não havia dúvida, era uma cobra. A pele, mesmo dormente, dava-lhe ciência da evolução do réptil. Jesuíno estirado num espasmo nervoso, com os cabelos hirtos, todo crispado num arrepio de nojo, sentia que a serpente, agradada do calor do corpo dele, se enrolava desde a junta do pé até o joelho. Aquela espiral de gelo lhe transia as carnes, e o contato das escamas lisas da cobra o agoniava tanto que o fazia suar frio. (p.195-6).

Nesse processo de engendramento do herói, os pênhascos do sertão reservaram-lhe um último teste de um estágio que, se vencido, daria acesso a um mundo de eleitos, de seres especiais. A última prova, além do controle emocional, testa-lhe a coragem, destreza, autoconfiança, em que físico, mente e espírito pudessem estar unificados:

Meditou por algum tempo e resoluto caminhou para a ponte. Ao chegar à entrada da titela parou, fez do bacamarte maromba e, com os olhos fitos na pedra, foi andando a passo, de ponte a fora. Era imponente a figura serena do Brilhante caminhando na crista de um precipício, com uma coragem que metia medo. Tranpôs o abismo e chegou à rocha. (p.200).

Essa travessia que lhe dá acesso à caverna, batizada de Casa de Pedra, onde vai mais tarde abrigar-se, simbolicamente significa a entrada do herói na posse do seu castelo, o seu “reino encantado”, de onde sairá para vivenciar as aventuras de um bandido nobre, de um cavaleiro medieval.

2.3 O bandido nobre

A mudança do grupo para a “Casa de Pedra”, fortaleza inexpugnável e inatingível, é prova cabal de que o cerco das “forças do governo” estava se estreitando. Aquartelados ali, os bandidos desciam para o vale para a ação de guerrilha contra a polícia. O espaço onde se desencadeia a luta apresenta uma configuração ambígua: a montanha, onde se encrava a “Casa de Pedra”, simbolicamente é o espaço épico da liberdade, onde Jesuíno era “o rei”, “o senhor absoluto” e a sua palavra era a lei, a lei justa e alternativa que corrigia as distorções e as injustiças aos pobres e oprimidos; o vale, o espaço da repressão, da punição, da “ordem” social instituída, oficial.

Convivendo entre essas duas ordens, Jesuíno, utilizando-se das táticas de guerrilha, ora provoca e ataca o inimigo, ora recua e o atrai para armadilhas. Nessa luta de escaramuças com a polícia, o grupo sempre se mostrou mais ousado e eficiente; a coragem e o destemor eram o denominador comum e, dessa forma,

Crescia cada vez mais o temor que o Brilhante infundia no espírito dos habitantes daquelas cercanias. Os assassinatos dos soldados e a audácia com que os mandava provocar no quartel mais robusteciam a crença de que Jesuíno tinha secreto pacto com o diabo. (p.217).

Embora tenha sido empurrado para a marginalidade, as suas ações seguiam um código moral no qual ele não admitia o menor arranhão:

Os que me acompanham não pegam no alheio e nem faltam com o respeito às famílias honestas. Estes dous crimes são os que eu mais abuso. Fugam de cometê-los porque para eles não há perdão. (p.189).

De *vendetta* pessoal, a sua ação criminosa vai-se transformando em uma luta de dimensão social em defesa de injustiças contra os oprimidos: “Constitui-se juiz e juiz absoluto naquelas cercanias”. Porém, “só tomava conhecimento dos crimes praticados contra a honra e a propriedade ...”. E aí de quem “os tendo cometido, não os reparasse com o casamento ou a restituição. Para os que se negavam, só havia uma pena - a morte”. (p.228).

Por essas suas características, Jesuíno se enquadra no que Hobsbawm define como bandido nobre: “aquele que corrige os erros, que dispensa a justiça e promove a equidade social. Sua relação com os camponeses é de solidariedade e identidade totais.” (1976:37).

Assim, “castigando com severidade e justiça”, Jesuíno conseguiu quase acabar com os “estelionatos” e os “defloramentos”. Semelhantes atos dão

a Jesuíno grande popularidade. Todos o respeitavam e acatavam como uma garantia sólida de seus direitos. A intriga do Brilhante com o governo e os soldados em nada os prejudicava. (p.229).

Não resta dúvida de que o bandido nobre não é visto como um “assassino comum”, mas “como um agente de justiça, um restaurador da moralidade” (HOBSBAWN: 1976:40). Por isso, os conterrâneos do Brilhante têm dele uma imagem ambivalente: “Todos temiam o seu ódio e louvavam as suas ações generosas” que faziam com que as noções de honra e de vingança, bem como o caráter coletivo de sua atuação estivessem intimamente ligados à sua figura.

Mas é com a seca que a imagem de nobreza vai-se consolidar, fazendo com que esse bandido se tornasse um verdadeiro paladino da justiça.

O autor, ao ficcionalizar a seca, que como calamidade cíclica assola o Nordeste brasileiro, mantém-se fiel ao referente histórico que aponta a seca de 1877 como uma das mais rigorosas que devastaram essa região. A ela, Euclides da Cunha em *Os Sertões* também vai fazer referência. O narrador, em imagística forte e prosopopeica, assim a representa:

Os sertões do Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Pernambuco torciam-se flagelados pela seca, que dizimava largamente homens e rebanhos. Estava declarada a seca de 1877... (p.232).

A seca, com “seu cortejo de misérias e tribulações”, vai pôr a nu uma outra antinomia: montanha *versus* vale:

Os campos enegreciam com as folhas, que o sol crestava e o vento atirava ao chão. As águas desapareciam das fontes, e os rios iam pouco a pouco se reduzindo a regatos prestes a cortar. (p.232).

Enquanto isso:

A Serra do Cajueiro surgia dentre aquelas ruínas de incêndio vestida de verdes arvoredos, como o tom vivo da alegria na pretidão da floresta nua, esquelética. (p.233).

Jesuíno, instado a descer para testemunhar os “prejuízos que lhe causava o flagelo”, sentiu que a seca lhe abatia os ânimos como nenhum outro inimigo. Diante da sua impotência, resolve voltar para a montanha “para não ver mais provada a sua nulidade” (p.243).

A desolação, a fome, a morte estendiam-se pelo Sertão. Os bandos de emigrantes esfomeados que subiam a serra “iam comendo tudo que encontravam”. “Já não havia morcego nas cavernas, nem sapos nos pântanos” (p.248).

Jesuíno, compadecido diante daquele quadro de miséria, socorre as vítimas, distribuindo com elas as provisões que guardava na “Casa de Pedra”. O seu ato de solidariedade naqueles moldes não poderia continuar, tendo em vista a iminência de acabarem-se os suprimentos e o aumento do número de flagelados que para lá acorria depois que a notícia da sua generosidade se espalhou. A guerra agora não era contra os soldados que lhe tinham dado tréguas. Era contra a fome.

Jesuíno parte para saques a comboios de gêneros alimentícios que o governo mandava para as vítimas da seca e a que os agentes de socorro públicos davam um destino, segundo interesses políticos. Deste ato ousado ele assume a responsabilidade em carta ao Presidente da Província, a fim de se isentar de culpa o freiteiro, ratificando dessa forma a sua nobreza de caráter:

...tive a feliz idéia de atacar os comboios, que mandais distribuir pelos sertões, mas que serviam apenas para engordar os nossos agentes. Continuarei a minha tarefa e juro-vos, por minha honra, que espero nunca me utilizar de um grão de vossos celeiros. (p.289).

Assim, como bandido nobre, Jesuíno luta contra as injustiças, mas não contra “o rei ou o imperador;”. Ele é inimigo apenas da “nobreza” local. O bandido nobre, portanto, não “procura criar uma sociedade de liberdade e igualdade”, mas apenas restabelecer “a Justiça ou os ‘velhos costumes’, ou seja, atitudes corretas numa sociedade de opressão” (HOBSBAWN: 1976, 38 e 52).

3 O espaço simbólico do bandido

3.1 A medievalização do sertão

Ao atribuir ao bandido qualidades de cavaleiro andante medieval, o autor, em *Os Brilhantes*, se apropria de uma matéria que transita no imaginário da região que compara o sertão nordestino ao mundo medieval. Já incorporada à cultura, a medievalização do sertão se assenta no “caráter rural dessa sociedade”:

Aí História e estória se confundem para o sujeito em busca de uma concepção de si mesmo e de sua vida. O acontecido ontem e aqui ombreia com o acontecido em eras remotas e bem longe. (GALVÃO, 1972: 57).

Esse imaginário alimenta-se de uma tradição letrada que estabelece analogia entre jagunço e “cavaleiro andante”, sertão e mundo medieval, latifúndio e feudo; e de uma tradição popular sertaneja “dos causos e das cantigas, bem como dos romances do cordel,” (GALVÃO, 1972:57).

Jesuíno Brilhante, como um Robin Hood, parte da sua Sherwood — a serra do Cajueiro — para as aventuras guerreiras no confronto com o mandonismo. Como “o rei deste deserto, o senhor absoluto destas paragens”, escolhe seus vassallos montados que passam a ser denominados e conhecidos por Brilhantes, cognome do chefe. A lealdade, como na ética da cavalaria feudal, era um valor inestimável. Os Brilhantes estavam sujeitos à ética de um código de honra: “Os que me acompanham, não pegam no alheio e nem faltam com o respeito às famílias honestas.” (p.189). Na ética do grupo, estes são os dois crimes “inafiáveis”. No código de honra medieval, também o roubo era “la pire injure, le crime sans pardon (...)” (SANTOS, 1974: 44).

Como “senhor medieval”, tem seu “feudo” — a serra do Cajueiro — onde a natureza edificou o seu “castelo”, a “Casa de Pedra”, fortaleza inacessível, rodeado por um fosso, cujo único acesso, como nos castelos feudais, era através de uma longa e estreita ponte — a “Titela do Perigo” —, só atravessada por iniciados que demonstrassem desprezo pelo perigo e não temessem à morte.

O status de “nobreza” era distinguido pela condição de estar montado: “grandes senhores necessitavam de ter, como vassallos leais, guerreiros montados,” é o que afirma Hauser quando discorre sobre a cavalaria feudal. (1982, 280).

O Nordeste manteve a tradição ibérica de conferir “posição” aos ofícios do que “anda a cavalo”. A função de vaqueiro só era exercida por homem livre e era uma atividade que encerrava certa importância, se comparada com a do trabalhador de enxada. Também o cangaceiro que se deslocava a cavalo senta-se como um cavaleiro guerreiro das estórias que povoam o imaginário do sertão, reminiscências das cavalcadas, das lutas entre mouros e cristãos.

Para atingir a posição de cavaleiro guerreiro, todos do grupo passaram por rigoroso treinamento, em que “exercitavam no tiro”, “simulavam lutas sempre montados”. Como cavaleiros medievais, passaram por todo um ritual de iniciação. Os cavalos já amestrados, a um suave toque de espora ou manejo de rédea entendia a intenção do cavaleiro. Fazendo-se uma analogia do cavalo com a máquina, nos termos apresentados por Eco, em *Obra aberta*, pode-se dizer que, na relação homem *versus* animal, a sintonia era tal que o cavalo não era apenas o “instrumento agente” que obedecia a comandos, mas também o “instrumento sensível” que possibilitava o prolongamento do cavaleiro, num processo de antropomorfização que ampliava o seu raio de sensibilidade (1971, 240).

Exalação era o cavalo de Jesuíno. Um “animal cartão de estatura mediana, esguio como um galgo e ágil como um gato”. A sua extraordinária agilidade deve ter motivado o seu nome, dicionarizado como o conhecido fenômeno “estrela cadente” que, no linguajar popular nordestino, é chamado de “zelação”. Nome, aliás, com que Ariano Suassuna em *A Pedra do Reino* denominava o cavalo de Jesuíno Brilhante: “O cavalo dele chamava-se ‘Zelação’ (...) - Zelação é uma dessas estrelas que correm de noite, no céu.” (SUASSUNA, 1972:212).

O cavalo parecia “entender o dono e seguir à risca a vontade dele”. Era-lhe o seu sexto sentido:

Ao atravessarem um regato, o cavalo do Brilhante murchou as orelhas e bufou. Jesuíno mandou fazer alto. Havia gente, nem que fosse a uma légua de distância; o *Exalação* tinha sentido e denunciado. O animal fazia prodígios de instinto. (p.205).

As proezas do animal de Brilhante não se resumiam à antevisão de iminentes perigos ou de situações estranhas. A perigosa ponte que dava acesso à “Casa de Pedra”, que por isso fora batizada de “Titela do Perigo”, e que representou sempre um obstáculo insuperável para o grupo, era atravessada apenas por Jesuíno e pelo Liberto. Jesuíno, “montado no Exalação havia passado diversas vezes a “Titela do Perigo”, num feito épico digno de um valente guerreiro”.

Exalação era, além de tudo, o mais ágil e eficiente integrante da defesa pessoal de Jesuíno:

O freiteiro precipitou-se contra o Brilhante com o propósito de reter as rédeas do cavalo, enquanto feria de morte o adversário. (...) porém, em vez das cambas da brida, encontrou-se com as ancas do Exalação e dois valentes couces, que lhe contundiram profundamente o largo peito, o atiraram sem sentidos à distância. (p.269).

Antonio Cândido chama a atenção para a existência de “vínculos profundos entre homem e animal, originados nas fases em que este foi domesticado”, encontrados em sociedades rústicas (apud GALVÃO, 1972:33).

Provavelmente por ter experimentado, também, a função de vaqueiro, Jesuíno tenha desenvolvido uma estreita e afetiva relação com o seu cavalo, retribuindo-lhe do mesmo modo as demonstrações de afeto e de zelo com que o animal lhe distinguia:

Jesuíno fitou-o agradecido e logo que se aproximou dele, alisou-lhe com o maior carinho as crinas, o pescoço e as ancas. O seu cavalo aceitou imóvel todas aquelas provas de estima que parecia compreender pelo olhar com que fitava o dono. (p.252).

Além do cavalo, Jesuíno exibia grande familiaridade com sua arma, fazendo-a também extensão do seu próprio corpo:

Ao chegar à entrada da titela parou, fez do bacamarte maromba e, com os olhos fitos na pedra, foi andando a passo, de ponte a fora. Era imponente a figura serena do Brilhante caminhando na crista de um precipício, com uma coragem que metia medo. (p.200).

Como um verdadeiro cavaleiro medieval, Jesuíno observava os princípios do código de ética da cavalaria: a nobreza de alma devia estar acima da nobreza de nascimento (HAUSER, 1982:284). A proteção dos fracos era uma das virtudes. Em várias passagens do texto, o narrador enfatiza a sua nobreza de espírito que sofria, não contendo as lágrimas, diante da extrema precariedade de condições de sobrevivência em que se encontravam os “famélicos” retirantes da seca.

Mas o respeito pela mulher era o princípio do código de honra que ele não transgredia. A depender do tipo de delito, o culpado não tinha qualquer chance:

Negro, não há morte que puna o teu delito, não há castigo no mundo para o teu crime. Vais morrer, perverso! Jesuíno Brilhante nunca perdoou aos sedutores e muito menos aos esturpadores. (p.354).

A dedicação e o respeito por uma retirante faminta, que ele encontrou desmaiada, atestam a sua nobreza de caráter, e a cortesia com que a tratava lembra a maneira de viver do cavaleiro medieval que a onisciência do narrador procura destacar: “Jesuíno tinha conseguido salvar como filha. N’alma do criminoso não passava por um instante o desejo de seduzí-la.” (p.302). A dedicação é tamanha, que chega a adiar outros compromissos importantes, como o socorro que devia prestar ao pai preso. Mas como um cavaleiro medieval, Jesuíno sabe que:

Son savoir et sa sagesse, tout ce qu’inclut le mot sapientia, trouvent une application essentielle dans la direction de la bataille. La fonction du chevalier est de “servir”. (RIDER, 1978:19)⁴

3.2 A morte expiatória e a mitificação do herói

O deslocamento do foco da luta de Jesuíno, centrado agora na polícia, vai significar também a mudança de objetivo de vida. Como um fora-da-lei, no seu dia-a-dia, conviverá taticamente com um estado de guerrilha, defendendo-se ou atacando os policiais que estão no seu encalço. A partir desse momento, não poderá mais levar a vida de um cidadão normal.

Tendo de conviver em permanente estado de alerta, tem consciência de que seu destino “necessariamente conduz ao acontecimento trágico” (LESKY, 20) que o levará a um caminho sem retorno: “Havia mais de cinco anos que vivia foragido, sem lar e sem família, perseguido pelos inimigos, sem um dia só de paz e sossego.” (p. 227).

Apesar da celebridade conquistada e da simpatia que desfrutava entre seus conterrâneos pelas suas ações generosas e pela “retidão da sua justiça”, Jesuíno era infeliz. A vida que levava era como uma pesada carga de que não podia desobrigar-se. O personagem tem profunda noção da sua culpa trágica. O seu conflito consiste na consciência que tem de que age impelido por uma força que é mais forte que a sua vontade, fazendo aflorar o lado perverso e vingativo que, por certo tempo, encobre o lado bom e pacato do seu ser:

O ódio a meus inimigos e a sede de sangue que tenho podem muito bem ser uma enfermidade, mas cujos sintomas não exagero. Quisera poder

⁴ Traduzindo: “Seu saber e sua sabedoria, tudo o que inclui a palavra sapientia, encontram uma aplicação essencial na direção da batalha. A função do cavaleiro é ‘servir’”.

descrever a Vmc., meu pai, a impressão que me causa hoje um homem fardado. Pensarão que quero justificar os meus erros, iludem-se; quem no mundo só deseja ardentemente morrer, não precisa nem da justiça, nem da piedade dos homens. (p.224).

Aristóteles, quando fala da natureza do herói trágico, esclarece que a sua vida deve mudar

...da felicidade para o infortúnio, e isto não em consequência da perversidade da personagem, mas por causa de algum erro grave (...) visto o personagem ser antes melhor que pior. (1969, 314).

Mergulhado nessa ambigüidade de sentimentos e ações, Jesuíno, como todo herói trágico, é infeliz e solitário. Como ser estigmatizado, não podia nem ao menos compartilhar da alegria que a chegada da chuva trazia, após uma longa e dramática estiagem:

A paz reinará entre eles e verei cumprido o desejo ardente que eu tinha de vê-los felizes e fartos. Terei ao menos essa consolação, já que a paz e o sossego se acabaram de uma vez para mim. Eles voltarão às suas casas e em breve esquecerão o fragelo que os ia matando; e a mim, quando será dado regressar ao meu torrão, viver com a família, tranquilo e feliz? Nunca! (p.330).

Mesmo no convívio no seu grupo, o herói é um solitário. As suas qualidades o distanciam dos demais companheiros. A sua autoridade emana dessa diferença; é a razão por que impõe respeito. “Impõe-se pelo que é, pela força do que diz e do que faz.” (ALCOFORADO, 1990:72). Essas qualidades superiores o farão respeitado, temido, mas não amado: “poucos eram os companheiros que sacrificariam a vida na defesa da vida do chefe. Mais pelo temor que tinham dele, do que por lealdade, pelejariam até a morte” (p.445).

A dissidência no grupo é marcada pela introdução de uma mulher entre eles. Como Malva no grupo de Cajango, em *Corpo Vivo*, de Adonias Filho, Maria, a retirante, vai fragilizar a segurança, até então existente na “Casa de Pedra”, onde Brilhante se sentia totalmente protegido e, até então, lugar onde apenas ele e o Liberto tinham acesso. A retirante desmaiada, que necessitava de cuidados especiais, para lá é conduzida pelo chefe, cujo único objetivo era restituir-lhe as condições básicas de saúde. O concupiscente olhar que o Liberto dirigia à moça, fez Jesuíno transferi-lo para o aposento do grupo, o que motivou a reação do seu ex-escravo que, por ciúme, tenta matá-lo, sendo vencido e morto.

Os sofrimentos físicos e morais que desabam sobre o herói trágico, forçam-lhe a vontade, o controle emocional, a resistência à dor, necessários não apenas ao cumprimento do seu destino trágico, como também ao engendramento do ser especial que será perenizado como mito no imaginário coletivo.

Os reverses experimentados por Brilhante no acidente da Furna do Diabo, quando procurava romper o cerco policial após o fracasso de Pedra Furada, vão marcar o início do seu declínio. O narrador o prenuncia: “A estrela propícia que havia guiado Brilhante durante nove anos de lutas, começava a eclipsar-se.” (p.443). Metáfora que expressa o início do ocaso do destemido bandido, revés de fortuna de certa forma vaticinada pela morte do cavalo Exalação, cujo significado do nome — “estrela que corre” — dava a entender que Jesuíno nele montado se tornava invulnerável na luta contra seus inimigos. A morte do cavalo, simbolicamente, significa que o herói está desprotegido, indefeso, vulnerável. Assim, sem a “estrela” que o guiara e protegera por tanto tempo, está exposto aos reverses, à traição.

O autor implícito, escudado pela autoridade que lhe confere essa condição, preconiza: “Era chegado o tempo de se cumprir a lei fatal das compensações.” A dolorosa experiência vivenciada “na escuridão da caverna, no silêncio tumular do abismo” leva o herói a um estado de reflexão, através da qual se infere uma visão de mundo maniqueísta em que a divindade pune os maus e premia os bons. Jesuíno, ao fazer o “mea culpa”, antevê para si “uma eternidade de penas”, em oposição “a eternidade de gozo” que lhe estava vedada. É a lição moralista que o narrador quer passar de que o crime não compensa, comprometendo a tese naturalista inicialmente proposta:

Jesuíno, menos pelo temor de castigo, do que pelo desejo de gozar as delícias de todos aqueles céus, por um instante, o primeiro na vida, arrependeu-se de ter morto e de não se ter deixado matar. (p. 427).

Aproveitando-se do momento de vulnerabilidade por que passava o herói, a traição, fomentada pelos inimigos, penetra no seio do grupo, através de Cobra-Verde. O bandido nobre “morre invariavelmente, e apenas por traição, uma vez que nenhum membro decente da comunidade auxiliaria as autoridades contra ele.” (HOBSBAWM, 1976:38)

A morte por traição vem surpreender Jesuíno num momento de enfraquecimento físico e de solidão, quando atravessava a “Titela do Perigo”. Cobra-Verde é o agente. Aliás, o sintagma que constitui o seu nome configura uma metáfora da traição. Só um ato covarde e traiçoeiro surpreenderia Brilhante dentro da sua fortaleza. Contudo, nenhum outro lugar seria mais apropriado para a morte de um valoroso combatente que aquele cenário épico grandioso, túmulo inviolável para um destemido “cavaleiro andante” na defesa da Justiça: “O corpo de Jesuíno se embrulhou com o próprio peso e rolou de abismo abaixo até as profundezas do antro.” (p.463).

A morte e a não visualização do seu corpo cria um halo de mistério necessário ao surgimento do mito:

La mort d'un héros n'est pas que le debut de sa vie véritable, et c'est après la mort d'Ajax que Teucros, Ménélas, Agamemnon, Ulysse, le feront apparaître sous son vrai jour. (MÉAUTIS, 1957:26)⁵

Com a morte, o herói é restituído à natureza, onde será reabsorvido, significando o apagamento das suas referências históricas necessário ao engendramento do mito, quando novas referências serão criadas e, perenizado pela memória, esse mito será transmitido através de narrativas.

A morte do herói, traído, "sozinho de amigos ou amor"⁶, referenda a solidão como estigma do herói trágico e o conseqüente reconhecimento da culpa trágica. Através da morte, o bandido espia as suas faltas, a sua vida de crimes que as normas da sociedade condenam. A morte significa a reconciliação do bandido com o social.

Com a morte de Brilhante, surge o mito que vai alimentar a imaginação dos poetas, incorporando-se no imaginário da região. O cordel "A verdadeira história de Jesuíno Brilhante: cangaceiro e herói" é um desses registros. Jaspers, ao tratar do trágico, o concebe como algo que vai além da "destruição incondicional e insensata", acrescentando:

Não há tragédia sem transcendência. Ainda na obstinação da mera autoafirmação no naufrágio, face aos deuses e ao destino, há um transcender: para o ser, que o homem propriamente é" (apud LESKY, 1971:43).

Conclusão

A representação do cangaço em *Os Brilhantes*, de Rodolfo Teófilo, é estruturada através da ótica de um narrador não dramatizado e a partir de um "centro de consciência" de onde os fatos narrados são selecionados e interpretados. Nos bastidores dessa visão, se posiciona o autor implícito que, em graus de maior ou menor disfarce, deixa aflorar a sua visão de mundo.

Idealizado e concebido dentro dos cânones positivistas do regionalismo naturalista, o romance procura captar as tensões do contexto social da época, final do século passado, no sertão nordestino e a sua relação com o cangaço. A configuração dos fatos, no entanto, revela um deslocamento de ângulo da proposta inicial, para o centramento numa concepção maniqueísta de sociedade, posta desde o início da trama, que se alicerça no confronto Bem *versus* Mal, quando opõe sertanejos e malfeitores, gerando uma contradição entre a proposta consciente e a realização ficcional.

⁵ Traduzindo: A morte de um herói é apenas o início de sua verdadeira vida, é depois da morte de Ajax que Teucros, Ménélaou, Agamenon, Ulisses, o farão aparecer.

⁶ João GUIMARÃES ROSA. Nada e nossa condição. In: id. *Primeiras histórias*.

O autor pretende defender a tese de que o comportamento violento dos personagens é fruto de distúrbios psicológicos de origem hereditária ou de mistura de raças "inferiores", respaldada em teorias racistas e deterministas da segunda metade do século XIX e enformadas pelo Naturalismo⁷, mas descaracterizada pela realização romanesca.

O romance vai aos poucos se contaminando por procedimentos do ideário romântico que vão enfraquecer a pretendida tese cientificista. Assim, esse ideário vai ganhando corpo, convivendo lado a lado com o Naturalismo. Em várias passagens do romance, a idealização está presente não só em descrições da natureza, em que o mito da Natureza-mãe acolhedora e protetora domina a cena, como também na concepção do herói. Jesuíno, no processo da luta, no enfrentamento com o mandonismo local, toma consciência da injustiça social transformando-se em um seu paladino. Defende os carentes de justiça e de pão, utilizando-se para isso de ações fantásticas, façanhas dignas de qualquer super-herói, que vão transformá-lo em um bandido nobre e perenizá-lo como mito.

Aliás, essa visão idealizada do cangaço e do cangaceiro, a que não falta a presença perturbadora da mulher, está muito próxima de uma matriz popular. Esta vem se perpetuando na memória da região, através do cordel e de romances tradicionais, constituindo-se num ciclo do cangaço, a que pertencem o romance *Zé do Vale* e os folhetos sobre cangaceiros famosos, entre os quais "A verdadeira história de Jesuíno Brilhante: cangaceiro e herói". Nessa matriz popular certamente Rodolfo Teófilo se inspirou.

No nível ideológico do discurso romanesco, observa-se também o esvaziamento de uma proposta liberal com que, se acredita, o autor comungava. O que sobressai do texto é uma visão conservadora moralista, de cunho maniqueísta e de preconceito racial.

Summary

This paper analyzes the depiction of the cangaço, the way of life of bandits who roamed the Brazilian northeastern hinterland, in *Os Brilhantes*, by Rodolfo Teófilo, a novel related to the realist/naturalist regionalism structured according to the scientific canons of the second half of the 19th century. By inserting the phenomenon of the cangaço within the social context that provoked it, this book faithfully defines the region's customs and representative types. This paper seeks the causes that led the main character to a life of crime, describing his actions and the varied perspectives through which he is viewed. In the context that the bandit is not merely a person but rather a symbol, there emerges the symbolism that envelops his image and the significance of his death and mythification.

⁷ Possivelmente, Rodolfo Teófilo, ao estudar farmácia na Bahia, tomou conhecimento das teorias defendidas por Nina Rodrigues e divulgadas em seu livro *Os africanos o Brasil*.

Referências bibliográficas

- ALCOFORADO, Doralice F. Xavier. 1990 *A escritura e a voz*. Salvador: EGBA/ Fundação das Artes.
- ALVES SOBRINHO, José. 1977 *A verdadeira história de Jesuíno Brilhante; o cangaceiro e herói*. C. Grande (Pb), 2v. (folheto de Cordel).
- ARISTÓTELES. 1969 *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro.
- BOSI, Alfredo. 1976 *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix.
- BRONZEADO, Sônia Lúcia Ramalho de Farias. 1988. Messianismo e cangaço na ficção nordestina: análise dos romances *Pedra Bonita e Cangaceiros*, de José Lins do Rego, e *A pedra do reino*, de Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica. mimeo. (Tese de Doutorado em Literatura Brasileira).
- CÂNDICO, Antônio. 1977. *Vários escritos*. 2 ed. São Paulo: Duas Cidades.
- CHIAVENATO, Júlio José. 1991. *As lutas do povo brasileiro: do "descobrimento" a Canudos*. São Paulo: Moderna.
- COUTINHO, Afrânio (dir.) 1986. *Literatura no Brasil*. 3 ed. ver. atual. Rio de Janeiro: José Olympio/UFF, v. 4.
- CUNHA, Euclides da. 1963. *Os sertões; campanha de Canudos*. 27 ed. Brasília: Universidade de Brasília.
- ECO, Umberto. 1971. *Obra aberta; forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva.
- ELIADE, Mircea. 1968. *Mito y realidad*. Madrid: Ediciones Guadarrama.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. 1972. *As formas do falso*. São Paulo: Perspectiva.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. 1976. *Saco de gatos*. São Paulo: Duas Cidades.
- GUILLAUME-ALONSO, Araceli. 1991. Du banditisme au bandit: quelques réflexions en guise de synthèse. In: id. *Le bandit et son image au siècle d'or*. Paris: Casa Velásquez/Publications de la Sorbonne.
- HAUSER, Arnold. 1982. *História social da Literatura e da arte*. 4. Ed. São Paulo: Mestre Jou. t. I.
- HOBSBAWM, E. J. 1976. *Bandidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- LESKY, Albin. 1971. *A tragédia grega*. São Paulo: Perspectiva.
- MÉAUTIS, Georges. 1957. *Sophocle; essai sur le héros tragique*. Paris: Éditions Albin Michel.
- REIS, Carlos, LOPES, Ana Cristina M. 1988. *Dicionário de teoria da narrativa*. São Paulo: Ática.
- RIDER, Paule le. 1978. *Le chevalier dans le conte du Graal de Chrétien de Troyes*. Paris: Société d'Édition d'Enseignement Supérieur.
- SANTOS, Idelette Fonseca dos. 1974. *Le roman de chevalerie et son interprétation par un écrivain brésilien contemporain; A pedra do reino de Ariano Suassuna*. Paris: Université de Paris III, Sorbonne Nouvelle, Martrise d'Enseignement de Lettres Modernesd. Octobre. (mimeo).
- SUASSUNA, Ariano. 1972. *Romance d'a pedra do reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta; romance armorial-popular brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- TEÓFILO, Rodolfo. 1972. *Os Brilhantes*. 3 ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro/MEC, Ed. organizada por Afrânio Coutinho e Sônia Brayner.

Um olhar freudiano sobre a figura de Beatriz na *Vita nuova* de Dante

Eugenia Maria Galeffi

Universidade Federal da Bahia

Resumo

Interpretação freudiana da mulher idealizada por Dante Alighieri, ou seja, da figura de Beatriz na *Vita Nuova*. Tendo como tema principal o Amor, a poesia do *Dolce Stil Novo* idealiza a mulher como símbolo angelical, a qual tem o prazer de rechaçar o amor carnal que é objeto de desprezo, causando sofrimento a quem o corteja. Vemos um Dante da sublimação poética porque um Dante do recalque, do complexo de Édipo, da fuga dos sexos e da imagem da mãe, do narcisismo; enfim um Dante medieval, modernizado por um olhar analítico sobre a psique e uma Beatriz: a mulher ideal.

A Idade Média tem em Dante um de seus maiores expoentes e o Dante da *Vita Nuova* mostra-nos a figura de Beatriz, não só como mulher angelical, de acordo com a concepção dos poetas do *dolce stil novo*, mas sobretudo como o próprio conceito e símbolo espiritual da mulher ideal.

Esta brevíssima análise parte da ótica freudiana para procurar esclarecer os seguintes conceitos psicanalíticos: *recalque do princípio do prazer, complexo de Édipo, fuga dos sexos e da imagem da mãe e narcisismo*.

Trata-se, como tal, de uma tentativa hermenêutica, apoiada no modelo freudiano, que indaga sobre a mulher idealizada por Dante, um Dante da sublimação poética porque um Dante do recalque, do complexo de Édipo, da fuga dos sexos e da imagem da mãe, do narcisismo; um Dante medieval, modernizado por um olhar analítico sobre a psique; uma Beatriz: *a mulher ideal*.

Tendo como tema principal o Amor, a poesia do *dolce stil novo*, cujo pai foi Guido Guinizelli, idealiza a mulher como símbolo angelical, a qual tem prazer em rechaçar o amor carnal que é objeto de desprezo, causando sofrimento a quem o corteja. Deve-se somente sentir prazer em louvar platonicamente o Amor e só os *corações gentis* podem fazer parte e sentir tal contemplação sem esperança de atenções, como nos diz Dante no seu soneto *A ciascun'alma presa e gentil core*¹.

¹ Cf. Dante ALIGHIERI. *Vita Nuova*. Rime. Milano: Mursia, 1973, p. 23.

Como se sabe pela historiografia moderna sobre a Idade Média, a valorização do homem à época de Dante é praticamente nula. E isto, evidentemente, quando se tome como referência o humanismo tipicamente grego e posteriormente romano. Mas com a "História da Salvação", o marco zero da nova história ocidental, o homem se torna idealizado pelo *dever-ser* de uma Vida além da vida, um estado eterno de perfeição além da efemeridade existencial da humanidade pecadora. Somente o Divino que se fez "carne e sangue", na posição de "unigênito do Pai", é idealmente reverenciado, tornando-se modelo e regra da origem e do fim, expressão da História de Deus, história da eternidade, história escatológica. O ser humano, nesta situação ideológica, tem o dever de se submeter a uma espécie muito austera de sublimação das paixões, onde a própria expressão espacial das figuras icônicas, representativas da santidade humanizada do novo ideal, se caracteriza pela acentuada verticalização e pela abstrata e inatrativa presença do corpo: a corporeidade como "lugar de uma teofania". Também a espacialidade arquitetônica das grandes igrejas góticas exprime este mesmo ideal de ascensão, de caminhada árdua, duríssima, rumo à perfeição da pura espiritualidade: a personalidade ali se curva ante a grandeza da altitude abissal, cabendo-lhe apenas submissão e devoção trêmula: uma "castração" simbólica involuntariamente imposta pela simples forma arquitetural.

A consequência evidente, seguindo a trilha do olhar freudiano, é que a Idade Média desenvolve-se ideologicamente contra a sexualidade, na exata medida em que recalca a pulsão natural na tentativa de promover o ressurgimento da espiritualidade modelar. A Idade Média é, portanto, um período em que a pulsão sexual se transforma no motor do pecado, devendo ser fervorosamente combatida caso se queira alcançar a "salvação do pecado original". Contudo, não só na Idade Média se pode observar o recalque da pulsão vital como consequência da repressão sexual, pois, segundo Freud, é exatamente esta última que vai provocar os maiores distúrbios da personalidade, distúrbios engendrados pela tensão conflitiva entre o *id* (pulsão natural) e o *superego* (a censura como "dever-ser"), e isso em qualquer que seja o tempo e o lugar.

Sem dúvida, diante de um tal modelo gnosiológico, pode-se querer questionar as obras dos poetas medievais, como também de qualquer outra época, observando-se os efeitos da sublimação da sexualidade com expressões do recalque da pulsão natural. Usando as palavras de Helena Parente Cunha, podemos dizer que "quanto mais o poeta se mostra resignado ante a postura de recusa ou de indiferença da amada, mais cautelosamente está procurando afastar o perigo do incesto, que parece reacender mais vivamente no inconsciente"².

² Cf. Helena Parente CUNHA. Breve aceno à mulher idealizada dos trovadores medievais. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 102-103, p. 157, jul-dez, 1990.

O eu poético, portanto, ao idealizar a mulher amada, retém, no inconsciente, as ligações de afeto vividas na sua primeira infância, cujo objeto do desejo é naturalmente a mãe.

Para exprimir o conceito de 'recalque do princípio do prazer' Freud nos diz:

El Psicoanálisis quiere llevar al reconocimiento conciente lo reprimido en la vida anímica, y todos los que formulan juicios sobre él son a su vez hombres que poseen tales represiones, y acaso sólo a duras penas las mantienen en pie.³

Assim como na Idade Média, em tempos anteriores e até nos nossos dias, a repressão — segundo Freud — é provocada pela censura do superego, atuando diretamente no âmago da psique, o que provoca uma sensação de desconforto, sem que possa ser detectada uma causa aparente.

Sendo alvo de riso (*gabbo*) por parte de Beatriz e suas amigas, pois golpeado pela seta do Amor, o eu poético demonstra-se trêmulo e súcubo do mesmo, como podemos notar no famoso soneto *Con l'altre donne mia vista gabbate*⁴.

Assim Freud começa a sua definição do 'complexo de Édipo':

El complejo de Edipo revela cada vez más su significación como fenómeno central del periodo sexual de la primera infancia. Después cae sepultado, sucube a la repression [...] y es seguido por el periodo de latencia.⁵

Por sua vez, Hélio Pellegrino⁶ distingue dois níveis para o complexo de Édipo: o primeiro é formado pelo triângulo pai-mãe-filho e o segundo pela relação direta mãe-filho. O primeiro corresponde à fase de desenvolvimento da libido e o segundo à fase oral.

Nesta direção, o tipo de complexo edípico será resultante da relação boa ou má com a mãe. Deste modo, quanto menor for a proteção recebida pela criança, maior será a sua dificuldade de desvencilhar-se da mãe, graças

³ Cf. Sigmund FREUD. Cinco conferencias sobre psicoanálisis. In: id. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1975. V. 11, p. 34. Traduzindo: A psicanálise quer levar ao reconhecimento consciente o reprimido na vida anímica, e todos que formulam juízos sobre ele são, por sua vez, homens que possuem tais repressões e, talvez, somente a duras penas, os mantêm de pé."

⁴ Cf. Dante ALIGHIERI, op. cit. p. 37.

⁵ Cf. S. FREUD. El sepultamiento del complejo de Edipo. In: id. *Obras completas*. v. 19, p. 181. Traduzindo: O complexo de Édipo revela cada vez mais sua significação como fenômeno central do período sexual da primeira infância. Depois cai sepultado, sucumbe a repressão [...] e é seguido pelo período de latência."

⁶ Cf. Helio PELLEGRINO. Édipo e a paixão. In: id. *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.310-311.

à interdição do incesto pela sociedade. Sendo assim, o nascimento é comparado com um mar proceloso no qual — segundo Melanie Klein — se encontra a mãe cujas imagens de boa, protetora, ou má, persecutória, são cindidas.

Segundo Freud a paixão sexual pela mãe ocorre na criança entre os três e cinco anos de idade, o que faz do seu pênis um objeto fálico. Já para a menina o complexo de Édipo se dá de uma maneira mais unívoca, a partir do momento em que culminará no desejo alimentado de parir um filho do pai. É claro que ambos os desejos permanecem no inconsciente e mais tarde preparam a menina para o seu papel de mãe⁷.

Na *Vita Nuova* encontramos no soneto *Tutti li miei penser parlan d'Amore*⁸ um bom exemplo para mostrar o complexo de Édipo. Este soneto é dividido em quatro partes: na primeira, o eu-poético supõe que todos os seus pensamentos falam de Amor; na segunda, diz que são diferentes, narrando suas diversidades; na terceira, faz com que todos estejam de acordo; na quarta, ele não sabe qual parte preferir e encontra-se meio perdido.

Sentimos o poder do Amor como imagem da mãe que envolve seu filho, o qual se sente protegido pela sua força e valor, assim como o naufrago se agarra à tábua de salvação ou como a criança ao nascer à sua mãe.

Nas palavras de Hélio Pellegrino:

O menino cuja vida psíquica na fase fálica é enfunada pelos ventos da paixão incestuosa defronta com o perigo eminente — e iminente — da castração. Ele pode vir a perder seu artefato fálico — o pênis — tão caro e necessário à plenitude do seu narcisismo. É esta ameaça brutal que, segundo Freud, o leva a desistir da paixão que faz desejar a mãe e querer matar o pai⁹.

E para Freud o fator principal que faz superar o complexo de Édipo, é a ameaça da perda do pênis-falo (objeto imaginário), ou seja, da castração, mesmo inconsciente.

Idealizando a mulher totalmente espiritual, o eu-poético a compara a um anjo e lhe põe atributos inteiramente celestiais, significando uma tal atitude como uma fuga dos sexos, ou seja, da parte material do Amor, que quer significar também a fuga da imagem da mãe.

Como exemplo lapidário da total fuga da materialidade do amor em Dante e da conseqüente espiritualização da figura feminina, encontramos em toda a canção *Donne ch'avete intelletto d'amore*¹⁰ a mostra constante de tal idealização.

⁷ Cf. S. FREUD, op. cit., v. 19, p. 186.

⁸ Cf. D. ALIGHIERI, op. cit., p. 34-35.

⁹ Cf. H. PELLEGRINO, op. cit., p. 313.

¹⁰ Cf. D. ALIGHIERI, op. cit., p. 42-44.

Como se pode constatar, nesta belíssima canção há fortes marcas de sublimação da libido, sublimação como fuga dos sexos e da imagem da mãe, sublimação que tem como protagonista imagético a mulher idealizada, símbolo perfeitíssimo da mais alta virtude direcionada para o plano superior. Neste sentido, a mulher é divinizada ao extremo e o eu-poético, diante de tanta grandeza, claridade e beatitude, se sente aniquilado e profundamente culpado ao tomar consciência das suas próprias pulsões eróticas. Contudo, este estado de culpa não chega a culminar na repressão, o que seria desastroso para o eu-poético, desastroso de tal modo que poderia levá-lo ao total aniquilamento da condição poética amorosa. Neste sentido, a única saída consiste na sublimação.

A tal respeito, as seguintes palavras de Freud são muito esclarecedoras:

...la sublimación constituye aquella vía de escape que permite cumplir esa exigencia sin dar lugar a la represión¹¹.

Sublimando a própria consciência da pulsão natural, o desejo amoroso de Dante se transforma em canção de Amor, de um amor que encontra o seu *locus* na imagem do Paraíso, verdadeiro estado de alma transcendente.

Esclarecendo sobre o sentido por ele utilizado para o termo “narcisismo”, Freud diz que o mesmo provém da descrição clínica e que foi escolhido por P. Näcke, em 1899, para designar a conduta em que o indivíduo dá a seu próprio corpo um sentido parecido ao que daria ao corpo de um objeto sexual. E isto, segundo ele, é o mesmo que dizer que o indivíduo admira o seu corpo

... con complacencia sexual, lo acaricia, lo mima, hasta que gracias a estos manejos alcanza la satisfaccion plena¹².

Por seu turno, o enamoramento consiste no extravasamento da libido egóica sobre o objeto. Possui a virtude de cancelar repressões e de restabelecer perversões. Eleva o objeto sexual tornando-o ideal sexual. Porém, em virtude deste tipo de observação advir sobre a base do cumprimento de condições infantis de amor, pode-se concluir que o enamoramento somente pode ser idealizado na medida em que cumpre esta condição originária do amor¹³. Nesta medida, o mesmo faria parte de um pleno processo de individuação (usando aqui uma linguagem junguiana), tornando-se impossível sem as con-

¹¹ Cf. S. FREUD. Introducción del narcisismo. In: id. *Obras completas*... v. 14, p. 92. Traduzindo: “... a sublimação constitui aquela via de escape que permite cumprir essa exigência sem dar lugar a repressão.”

¹² Cf. id., *ibid.*, p. 71. Traduzindo: “com complacência sexual, acaricia-o, até que, graças a estas manipulações alcança a satisfação plena.”

¹³ Cf. id., *ibid.*, p. 97.

dições iniciais em que o desabrochar do desejo e da afirmação narcisista se dessem como experiência profundamente prazerosa, isto é, em que o resultado não é uma castração ou um recalque, e sim, sobretudo, uma sublimação.

Segundo Freud, o desejo seria uma nova forma de estado mental alojado no inconsciente do recém-nascido e regido pelo princípio do prazer¹⁴. Desejo e prazer, portanto, seriam correlatos do acontecimento da sublimação, o que, em outro sentido, faz com que o narcisismo tome o lugar deste novo ideal que, como aquele infantil, se apodera de todas as perfeições valiosas. E o que ele projeta diante de si como seu ideal é o substituto do narcisismo perdido de sua infância, em que ele foi seu próprio ideal¹⁵.

Assim, segundo Freud, a formação do ideal, no momento em que aumentam as exigências do eu, torna-se o elemento que mais favorece a repressão, o que faz com que a única válvula de escape para isso se torne a própria sublimação¹⁶.

Os caminhos que podem levar à escolha de um objeto, são, segundo Freud, do tipo narcisista, assim divididos: a) o que a própria pessoa é; b) o que a própria pessoa foi; c) o que a pessoa gostaria de ser; d) a pessoa que uma vez já foi parte dela mesma. Ou de acordo com a ligação (tipo anaclítico): a) a mulher que o nutre; b) o homem que a protege¹⁷. Transpondo toda esta analítica para o caso específico da *Vita Nuova* de Dante, pode-se inferir que a mulher idealizada é o que o eu-poético gostaria de ser, ou melhor, a figura de Beatriz é substitutiva dos anseios narcísicos do eu-poético, numa espécie de transferência de tais anseios para o ideal. Deste modo, o eu-poético se vê sublimado na figura feminina, experienciando uma espécie curiosa de ascese onde fulgura uma consumação epifânica do próprio Amor, consumação que é antes de tudo um reencontro simbólico com a própria fonte ideal da natureza humana. Bem se vê, deste modo, o nítido anseio de Dante de ultrapassar as imperfeições da paixão carnal, segundo a concepção neoplatônica, para alcançar aquele estado de pura contemplação, onde tudo parece resumir-se a um único instante de prazer em que o eu-poético se vê divinizado e realizado. De um certo modo, Dante não poderia ter construído esta realização da imagem poética da mulher ideal, sem que o seu complexo de Édipo fosse substituído por um complexo de perfeição, só alcançável pela via poética da realização de uma obra concretamente efetuada. Dante, portanto, realiza pela via poética o ideal neoplatônico do encantamento amoroso. Porém, diversa-

¹⁴ Cf. H. P. CUNHA, op. cit., p. 165.

¹⁵ Cf. S. FREUD. Introducción del narcisismo. In: id. op. cit., p. 91.

¹⁶ Cf. id., ibid., p. 92.

¹⁷ Cf. id., ibid., p. 87.

mente de Plotino — que amava o Uno por apreensões essencialmente “musicais” (no sentido grego do termo) e não por representações plásticas —, Dante fará da imago da mulher o *locus* do encontro do homem com a divindade: a mulher Beatriz tornou-se para ele o símbolo do amor universal, humanamente ela se tornou uma faceta da própria revelação do mundo quintessencial da alma superior. Beatriz, neste caso, era a própria presença do Cristo travestido, era o símbolo do Amor universal na figura do eterno feminino.

Pelo ângulo literário, a *Vita Nuova* é vista como uma parte do “livro de memória” de Dante e mostra-se como a primeira criação autobiográfica moderna.

Inicialmente é estruturado nos moldes da concepção do amor cortês próprio da época, em seguida apresenta modificações que constituem infração para a lógica cortês, como a negação da saudação por parte de Beatriz, fazendo surgir daí a idéia de que o amor não deve ser recíproco.

Finalmente culmina com uma concepção desinteressada do amor por Beatriz, da qual o poeta não espera retribuição, mas pelo contrário, a eleva à categoria de ser angelical.

Pelo ângulo psicanalítico, portanto, a idealização da mulher endeusada pelo eu-poético faz-nos descobrir nas entrelinhas o recalque dos sentimentos, a fuga da pulsão sexual, a fuga da mãe, o complexo de Édipo e o Narcisismo subjacentes.

Naturalmente a idealização existe, porque esta se torna o objeto do desejo; este, por sua vez, é fruto de uma carência de base, pois não se deseja o que já se tem. O Sócrates de Platão, falando do tema do Amor, soube imortalizar esta mesma máxima: “*Lo que desea desea aquello de que está faltó y no lo desea si está provisto de ello*”¹⁸.

Abstract

This paper is a Freudian interpretation of Dante Alighieri's idealized woman, that is, of Beatrice's representation in the *Vita Nuova*. Having Love as the main theme, the *Dolce Stil Novo* poetry idealizes women as angelical symbol who feel pleasure in disdainng carnal love which is the object of contempt, causing suffering in whoever seeks to gain it. Here we see the poet Dante as delving into a real poetic sublimation because this is a repressive Dante, characterized by an Edipian complex, an escape from sex and from mother's image, a narcissistic; finally, a Medieval Dante, updated by an analitic look over the Psiche and Beatrice: the ideal woman.

¹⁸ Cf. PLATON. *El Banquete*. Buenos Aires: Aguilar, 1978.

Referências bibliográficas

- ALIGHIERI, Dante. *Vita Nuova. Rime*. Milano: Mursia, 1973.
- CUNHA, Helena Parente. Breve aceno à mulher idealizada dos Trovadores Medievais. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro: v. 102-103, p. 155/166, jul-dez. 1990.
- CUNHA, Jurema Alcides. *Dicionário de termos de psicanálise de Freud*. Porto Alegre: Globo, 1978.
- FREUD, Sigmund. *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1975.
- PELLEGRINO, Helio. Édipo e a Paixão. In: id. *Os Sentidos da Paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- PLATON, *El Banquete*. Buenos Aires: Aguilar, 1978.

Lição de Signos¹

Lição de coisas, método de ensino elementar que consiste em mostrar aos escolares os objetos mais usuais das matérias em estudo, especialmente em física, química e biologia.

Enciclopédia Delta Larousse

Evando Nascimento

Universidade Federal Fluminense

Resumo

Leitura de textos de Roland Barthes, no sentido de demonstrar o abalo de algumas categorias da teoria e da crítica literárias.

Abertura

Os textos curtos destes *Estudos* foram elaborados pela constante repetição das leituras, a fim de expor um conjunto de noções, categorias, conceitos, formalizações, teorias enfim, recorrentes ao longo da escritura de Barthes². Não se propõe evidentemente uma exploração exaustiva de conteúdos na sucessão dos textos. Ao invés da ilusão de um traçado evolutivo, no qual se mostrasse a origem de um conceito, seu desenvolvimento e sua suposta conclusão, vão-se acompanhar algumas linhas-de-força da teoria do texto.

Neste percurso, determinados textos são privilegiados como matéria de re-leitura, não por serem necessariamente os mais importantes, pois afinal se configuram o objeto de predileção para um leitor, talvez o mesmo não ocorra para outros. Mas se alguma seleção era inevitável, o fato é que esses textos mantêm uma sinédoque intensa com o Livro, com a *soma* dos escritos de Barthes, com o *soma* da Obra.

Moduladas na escala do “texto único” do autor, as teorias-motivos se deixam apreender em certos contextos, desaparecem mas podem reaparecer adiante, sempre *na diferença* de si mesmas. Têm-se, desse modo, temas incidentais e outros mais reincidentes, porém, seja como for, a pauta-resumo dos *Estudos* é fornecida por *Aula (Leçon)*, síntese de tudo o quanto interessou a Barthes.

¹ Este é o texto revisto de uma monografia apresentada em 1990, no curso de Doutorado em Letras da UFRJ.

² A tradução de *écriture* não vai sem problemas. Aqui, em homenagem às boas traduções de Leyla Perrone-Moisés, jogo com os dois equivalentes em português, escrita e escritura.

Estudo n. 1: Limites, S barra Z

Leitura progressiva da novela *Sarrasine*, de Honoré de Balzac, S/Z marca os limites de uma crítica estruturalista, não por romper de vez com a análise estrutural, mas por desistir de “ver todas as narrativas do mundo (...) numa única estrutura”³. Ler cada texto em sua diferença significa abolir qualquer tentativa de fixá-lo num modelo a ser recolhido pela abstração de uma estrutura universal. O texto passa a ser tratado como resultado de uma *estruturação*, de um sistema móvel e mutante de signos.

Esse livro espanta o olhar do leitor despreparado porque se funda num desejo radical, o de captar a *cena da leitura se fazendo*: “Nunca lhe aconteceu, ao ler um livro, interromper com frequência a leitura, não por desinteresse, mas, ao contrário, por afluxo de idéias, excitações, associações? Numa palavra, nunca lhe aconteceu ler levantando a cabeça? (...) O que é então S/Z? Simplesmente um texto, esse texto que escrevemos em nossa cabeça quando a levantamos”⁴, é o que se declara num artigo escrito pouco depois da publicação da obra: “Escrever a leitura”. S/Z registra o alumbramento do leitor a cada frase de um texto pleno de revelações que se vão acumulando uma após as outras, numa vaga, até rebentar num novo texto que justamente se escreve. Entre o texto de partida e o texto de chegada, como se diz em teoria da tradução, o espaço crítico é reinventado.

O texto-leitura desejado se foi escrevendo aos poucos, num acompanhamento passo a passo da seqüência linear de *Sarrasine*. Através, portanto, de um “fingimento” de leitura, lê-se a novela na sucessividade de sua escrita, interrompendo-se a cada instante em que algumas significações se manifestam. O texto original é recortado no curso de suas frases, cada um dos recortes incidentes no grande significante textual configurando uma *lexia*.

Termo subtraído à Lingüística, a *lexia* importa no estelamento do texto, num *martelar* seu significante para fazer o registro sísmico de seus sentidos. O analista se torna o intérprete que agrega aos signos textuais, estilhaçados, uma miríade de novos signos. Ressalta a desproporção entre a massa sigificante original da novela e a massa sigificante da leitura: a letra do texto é muitas vezes ampliada na letra interpretativa.

Estelar, estilhaçar e suplementar o texto resulta numa exposição bastante evidente daquilo que o constitui. As *unidades de sentido* ou *conotações* encontradas numa *lexia* não ultrapassam o número de quatro e são regidas

³ Cf. Roland BARTHES. *S/Z*. São Paulo: Martins Fontes, s. d. p. 11. Essa tradução — como todas as outras de textos de Barthes — foi cotejada com o original francês das *Oeuvres complètes*. Paris: Seuil, 1993/1995. 3. v.

⁴ Cf. id. *Escrever a leitura*. In: id. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 40 e 41.

por um *código* — espécie de voz textual encarregada de organizar os conteúdos semânticos. O *código hermenêutico* (HER) indica os termos formais que portam um *enigma*, uma fórmula a ser diferida e depois revelada na seqüência narrativa. Os diversos *semas* textuais são conduzidos pelo *código semântico* (SEM), e indicam a reversibilidade significativa, como vozes temáticas se repetindo. As diversas simbolizações do texto (seu campo metafórico) encontram regência no *código simbólico* (SIMB). Já o *código proiarético* (ACÇ) determina a continuidade das ações, não por uma lógica causal, mas por uma confirmação do *já dito*. Por fim, o *código gnômico* (REF) é o mais amplamente cultural e traz uma série de referências a saberes reconhecidos. O intercruzamento dos códigos, como vozes em contraponto, fornece a polifonia textual, “Os códigos formam uma espécie de rede, de tópica através da qual todo o texto passa (ou antes: ao passar por aí, faz-se texto)”⁵.

O trabalho com as *lexias* tem uma dupla natureza. Os recortes correspondem a formalizações próprias à ciência. A semantização dos fragmentos significantes, contudo, tem uma natureza artística, sinalizando o prazer do intérprete na atividade lúdica de remanejamento dos signos textuais. Assim a escritura de Barthes. Por um lado, uma vontade calculada de sistematização, ainda que aberta. Por outro, um desejo ardente de se fazer também literatura. Aqui se debuxa a figura de uma *antítese*.

A *antítese* é essa expressão em que dois elementos se colocam em regime de oposição, não simplesmente porque num se manifestem traços ausentes no outro, mas sobretudo porque cada um traz em si a integridade de uma força: “a *antítese* é o combate de duas plenitudes postas, ritualmente, frente a frente — como dois guerreiros armados”⁶. Entre um pólo opositivo e outro se coloca uma barra para indicar a (quase) impossibilidade de mistura dos elementos. O *paradoxismo* seria mesmo esse movimento transgressivo que suspende, ainda que de forma provisória, a oposição, trazendo a contaminação das diferenças.

Tal a escrita de S/Z. Já no título tem-se a inscrição de uma *sigla*, em que a barra interposta entre as duas letras indicia um real espaço antitético no corpo da obra. O texto se faz pela transgressão de uma ciência que se quer arte e de uma arte que se quer ciência. Como imagem e reflexo num espelho deformador, S e Z são os emblemas de uma inversão vetorial e de uma passagem contínua de um lado a outro — sumo paradoxo de limites que se debordam.

⁵ Cf. id. *S/Z...*, p. 23.

⁶ Cf. id. *ibid.*, p. 27.

Estudo n. 2: Antinomias

Em Barthes, pode-se fazer o arrolamento limitado mas suficientemente significativo de tipologias antinômicas. Alinham-se ao acaso algumas dessas dicotomias: texto legível/texto escrevível, texto de prazer/texto de gozo, texto moderno/texto clássico, ensaio/ficção, escritor/escrevente... Entre os termos opositivos, retorna inexoravelmente a *barra* tida como “censura, superfície especular, parede de alucinação, o gume da antítese, a abstração do limite, a obliquidade do significante, o índice do paradigma e, portanto, do sentido”, como se diz em *S/Z*⁷. Estranha muito num texto radicalmente inovador a repetição aparente de velhas fórmulas. Por que será? Uma vez proposto o enigma, desfaz-se o ponto de interrogação com o último dos pares formulados.

Um dos *Ensaio crítico*s explica que a oposição escritor/escrevente expressa uma tipologia fundada na repartição do bem da fala⁸. Falar e escrever são poderes exercidos através da linguagem. Em todo o período clássico francês, o domínio da fala pertenceu ao escritor, a grande pátria da língua francesa esteve sob os cuidados desse que cuidava da instituição literária. A partir da Revolução, surge um novo grupo preocupado em utilizar a linguagem com fins políticos. Barthes designa esse grupo como o do “escrevente”, identificável à figura conhecida do intelectual.

O traço diferencial básico entre os dois tipos, assinalados pela senha de “quem escreve”, reside no modo de assunção da linguagem. O escritor se investe de uma *função* cuja finalidade está voltada para si mesma, é imanente a seu instrumento, “o escritor é aquele que *trabalha* sua palavra”⁹. Sua pergunta é a de “como escrever”, mas essa tautologia funcional reencontra inevitavelmente a indagação de “por que o mundo? Qual é o sentido das coisas?”¹⁰. Isso define o caráter infinitamente deceptivo da literatura, que faz com que um desejo manifesto na linguagem tomada em si mesma seja logo recolocado no território comum das coisas, em “estado indagativo”, tal como outros estados da natureza, sólido, líquido, gasoso... A obra literária realiza um “engajamento fracassado”, porque mesmo quando tenta abarcar o mundo ela não consegue mais que colocar questões ou desdobrar ambigüidades. Vê-se assim seu poder de linguagem transformado num não-poder cuja única consequência é provocar um estranhamento do mundo, um efeito por assim dizer estético.

O escrevente, por sua vez, toma sua *atividade* como meio para a finalidade decisiva de expressar um pensamento, sua função “é *dizer em toda*

⁷ Cf. id., *ibid.*, p. 84.

⁸ Cf. id. *Escritores e escreventes*. In: id. *Crítica e verdade*. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 31-39.

⁹ Cf. id., *ibid.*, p. 33.

¹⁰ Cf. id., *ibid.*

ocasião e sem demora o que ele pensa”¹¹. O engajamento do escrevente visa a reduzir toda ambigüidade que a linguagem traz consigo, tentando uma resposta unívoca para os problemas do mundo.

Desse modo, a urgência da ação comunicativa do escrevente se distingue radicalmente da função literária do escritor no ponto em que ao primeiro interessa *o que dizer*, enquanto este último se desdobra no *como dizer*. Curiosamente é mais fácil para a sociedade consumir uma forma literária, por mais desestruturante e revolucionária que seja no momento em que se insurge, do que aceitar o pensamento “puro” do escrevente.

Configurados numa antítese, o escritor se faz duplo do artista, já o escrevente é sinônimo de intelectual. Todavia, ao finalizar o ensaio em que define as duas categorias de praticantes da escrita, Barthes descreve uma última contradição: “cada um hoje se move mais ou menos abertamente entre as duas postulações, a do escritor e a do escrevente”¹². A impossibilidade primeira de intertroca de cada uma das figuras se transforma afinal numa mistura quase que inevitável. O pensador contemporâneo seria esse dublê de intelectual e literato, preocupado com a expressão imediata do pensamento mas sem negligenciar o cuidado com a forma, encontrando-se até num certo gozo da escrita. O ser de quem escreve na atualidade se registra na persona híbrida do escritor-escrevente.

Tal como na oposição levantada e relativamente desfeita de escritor/escrevente, os outros pares evocados perfazem uma antítese a ser desmanchada no próprio espaço do texto. Entre o texto legível e o texto escrevível, por exemplo, não se encontram em nossa cultura nem textos que somente se prestem à leitura, nem tampouco apenas os que servem para uma re-escrita sem fim. O fato mesmo de Barthes declarar que o “texto escrevível somos nós ao escrever”¹³ permite compreender a distinção como se referindo a *categorias interpretativas*. Qualquer texto pode se tornar efetivamente escrevível a depender de sua *disposição* em relação ao leitor, do modo como a obra “rapta” o sujeito, fazendo-o desgovernar-se no território liso da escrita.

Também os textos de prazer podem se transformar ao longo da leitura em textos de gozo, basta uma frase em desajuste, um sentido em falso, uma ação inefável na seqüência narrativa, para colocar o sujeito em estado de êxtase.

Quanto ao par texto moderno/texto clássico, é suficiente lembrar que uma leitura ultramoderna como *S/Z* se teceu a partir de um grande clássico da literatura francesa, Balzac. É, aliás, declarado em Barthes o gosto de fazer trabalhos radicais tomando como objeto a lavra arcaica de escritores canônicos.

¹¹ Cf. id., *ibid.*, p. 37.

¹² Cf. id., *ibid.*, p. 37-38.

¹³ Cf. id., *S/Z*... p. 12.

Nisso, os nomes são Sade, Fourier, Gide, Loyola, Michelet, Racine... Reinventase na atualidade a heteronímia fecunda do passado.

Todo texto é mais ou menos escrevível, todo sujeito mais ou menos escritor, toda leitura mais ou menos gozosa, todo autor mais ou menos moderno. O *mais ou menos* é o índice do que se discrimina estrategicamente, mas que se reúne na virtualidade dos escritos. Nele, a tese esbarra em sua antítese, ambas como princípio e termo de toda tipologia inaugural. Entre as duas, o mais ou menos funciona como uma dessas substâncias ambivalentes, imaginárias, que tanto servem para dissolver, quanto para juntar certos elementos.

Porque texto é o que se tece propondo e desfazendo as letras de seu enigma. Ensaio e ficção, por exemplo, nem chegam a formar oposições plenas. O ensaio em Barthes já é esse *fingimento* de monografia crítica que a qualquer momento pode resvalar para a imagem, para a metáfora, até mesmo para a narratividade de um S/Z. Desde seus começos, o ensaio *experimental* — é essa sua definição primeira — uma passagem quase despercebida da análise científica para o terreno insidioso da escritura, sobretudo quando tomada em seu “grau zero”. Afinal, o Imaginário é o horizonte possível do discurso analítico, simultaneamente sua miragem e sua atopia, seu para além desejado e obtido até certo ponto. Como se estivesse a todo instante na iminência de escapar, de lograr o que as instituições esperam do sujeito, fugindo pela tangente das ordens discursivas. Inadvertidamente um sujeito se furta no lugar exato em que o esperavam preso aos limites da Ordem, barrado mas sempre evanescente, esmaecido de seu papel principal.

Estudo n. 3: Parêntese, dois pontos

Abrindo-se ao acaso uma página de *Incidentes*, livro póstumo de Barthes, encontram-se seguramente, intercalando as frases, os sinais repetidos de parênteses e de dois pontos. Mais do que simples recursos gráficos, trata-se de um modo de funcionamento da escritura do autor.

Parênteses e dois pontos se inscrevem no texto por conta de um *desvio* no curso da escrita e correspondem ao que, falando da obra de Proust, o próprio Barthes chamou de “estruturas de digressão”¹⁴. Ou seja, assim como ao longo de *Em busca do tempo perdido* a todo instante os comentários do Narrador interferem na seqüência dos acontecimentos, espalhando reflexões, sensações poéticas, descrições minuciosas, também nas obras de Barthes encontra-se a mesma disposição de afastamento, ainda que provisório, do

¹⁴ Cf. id. *O grão da voz*. Lisboa: Ed. 70, 1981.

roteiro principal, em função de considerações que, não tendo muitas vezes a ver com o que está sendo dito, se tornam no entanto *suplementos indispensáveis* à significação do texto.

Os parênteses parecem sempre indicar um *ao lado de*, uma lateralidade do pensamento que resvala num outro sentido, como quem faz uma súbita associação de idéia, interrompendo a frase para retomar em seguida. Os dois pontos, por sua vez, dizem de uma *abertura*, consignam um *para além de*, que faz avançar os sentidos textuais numa direção imprevisível. Esse duplo funcionamento do texto favorece o fluir da escrita contra a rigidez do método. Por sua bastante repetição, identifica um estilo, enquanto traz para a produção intelectual algo como as *observações* de um escritor-narrador. Razão pela qual os nomes de Barthes e Proust se enlaçam, guardadas as proporções entre a prática ensaística do escrevente e a prática ficcional do escritor. Mas é precisamente essa divisão de tarefas que *Incidentes* vem abalar.

Se em diversos textos o ensaio crítico ou teórico disfarça a marca da própria literatura, que todavia se anuncia aqui e ali, nesse último livro a relação se inverte. Dividido em quatro partes, *Incidentes* reúne escritos variados, segundo o assunto e o gênero, produzidos em épocas distintas. O primeiro e o terceiro textos, *A Luz do sudoeste* e *No Palace esta noite...*, já publicados em vida do autor, desenvolvem uma reflexão a respeito de lugares. *A Luz do sudoeste* fala do espaço da infância; forma de leitura vívida, candente, corporal, do sudoeste francês, “Pois ‘ler’ uma terra é antes de tudo percebê-la segundo o corpo e a memória, segundo a memória do corpo.”¹⁵. A homenagem à arquitetura é feita *No Palace esta noite...*, descrição de uma boate parisiense, a qual resgata a concepção de uma “arte total”, “em que se combinam as cintilações, as músicas e os desejos.”¹⁶. Mas tanto nas belas recordações de infância de um escrito, quanto nas sutis impressões sobre um “espetáculo” do outro, a literariedade é apenas manifesta sob forma derivada do ensaísmo, pelo pictórico das descrições e refinamento da linguagem.

Os outros textos, *Incidentes*, que dá título ao livro, e *Noites de Paris*, instalam, porém, uma diferença na produção escrita de Barthes, rompendo com a hegemonia do ensaio ao privilegiar a narrativa, que se constitui na tensão entre o biográfico e o romanesco puro. Os *Incidentes* sobrevivem na forma de memórias da estada no Marrocos, como professor de literatura francesa. Relatam-se acontecimentos mínimos, propositalmente “insignificantes”, lançados ao modo de *haicais* a respeito de situações, paisagens, pessoas. As *Noites de Paris* correspondem ao verdadeiro “diário íntimo”, gênero anterior-

¹⁵ Cf. id. *Incidentes*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. p. 17.

¹⁶ Cf. id., *ibid.*, p. 50.

mente exercitado e abandonado, pelas dúvidas quanto ao valor de anotações sistemáticas sobre o cotidiano. E as cenas noturnas da vida parisiense são um pouco disso, ao mostrar pequenos *flashes* das saídas do autor aos bares e cafés. Cobrindo um breve período, imediatamente anterior a sua morte, esses fragmentos datados revelam a noite como o momento social da dispersão, da demanda do desejo, em que se alinham os encontros de amizade e de amor, a procura, a paga, o nomadismo do corpo tentando dar vez às delicadezas sexuais.

No caso desses dois textos, Barthes arrefece estrategicamente a preocupação analítica e o alinhar de sentidos, abdicando com isso até certo ponto da arte da interpretação que deu sempre a fulguração de sua escrita. Liberando, assim, o leitor para perceber “o que isso quer dizer”, deixa em aberto também toda avaliação, qualquer julgamento. Seja como for, os relatos extemporâneos desses *Incidentes* sinalizam uma real interrupção do caminho da Obra. Mas paradoxalmente é através desse atalho que se encontra, enfim, o Tempo da narrativa, aliado às impressões da subjetividade, perfazendo o traçado cursivo do romance.

Estudo n. 4: Lição de signos

Concebida como *Aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França*, propiciando o espaço para encenação de uma fala, *Aula (Leçon)* traz bastante vivo o grão da voz de Barthes¹⁷. Entre a apresentação oral e o registro publicado, dispõem-se os signos veementes de *uma aprendizagem*.

O que se apreende em primeiro lugar é o entendimento da língua como lugar parasitário do poder. A estrutura própria da língua, por sua natureza coercitiva, implica seu poder fascista, pois o fascismo “não é impedir de dizer, é obrigar a dizer”¹⁸.

Há duas rubricas inescapáveis da língua: uma é a de que sua modalidade básica é a da *asserção*, outra a de que ela funciona através da *repetição* dos próprios signos. A primeira nos faz mestres, a segunda nos torna escravos da língua. De qualquer modo, ambas são formas contrárias à liberdade, na medida em que esta solicita tanto subtrair-se ao poder, quanto não submeter ninguém.

Razão pela qual só há liberdade *fora da linguagem*. Mas como isso para nós mortais não é possível, a única forma de ser livre é trapaceando a

¹⁷ Cf. id. *Aula*. São Paulo: Cultrix, s. d. A tradução de Leyla Perrone-Moysés permitiu jogar com o título original de *Leçon*. Ver nota nas p. 73-4.

¹⁸ Cf. id., *ibid.*, p. 14.

língua. Historicamente esse logro é conseguido pelo “esplendor de uma revolução permanente da linguagem”¹⁹: a literatura, entendida como o “grafo complexo das pegadas de uma prática: a prática de escrever”²⁰.

A literatura é portadora de pelo menos *três forças de liberdade*. Uma delas é a da *mathesis*, definível pelo fato de a literatura, ao captar o “fulgor do real”, ser uma reunião de saberes não científicos, que não se encontram fixados, pois ela “faz girar os saberes”. O saber que a literatura “mobiliza nunca é inteiro nem derradeiro”²¹.

A segunda força de liberdade da literatura é a da *mimesis*, radicada no desejo de toda obra literária de fazer coincidir duas coisas de natureza distinta: o real pluridimensional e a linguagem unidimensional. Tem-se, pois, um irrealismo da literatura, que escapa do aprisionamento da escrita como “ordenação linear de palavras”, procurando abarcar um mundo.

A teatralidade da literatura traduz sua terceira força de liberdade: a *semiosis*. A força semiótica da literatura consiste em

*jogar com os signos ao invés de destruí-los, em colocá-los numa maquinaria de linguagem cujos breques e travas de segurança arrebentaram, em suma, em instituir no próprio seio da linguagem servil uma verdadeira heteronímia das coisas.*²²

A força semiótica de liberdade aproxima evidentemente a literatura da semiologia. Na verdade, a semiologia, compreendida como ciência dos signos, advém da lingüística. Mas a própria lingüística tende a desaparecer tanto por seu excesso de formalizações, quanto pela abrangência cada vez maior de seu campo de pesquisa (afinal se entende que a língua é o próprio social). Essa corrosão progressiva da lingüística é a própria semiologia.

Assinalando o estranhamento a que pode levar sua compreensão da semiologia, Barthes traça o percurso de estudioso mostrando que sua pesquisa semiológica esteve desde logo preocupada em abordar *A língua trabalhada pelo poder*²³. O objeto dessa semiologia foi sempre político, pois “tratava-se, em suma, de compreender (ou de escrever) como uma sociedade produz estereótipos, isto é, cúmulos de artifício, que ela consome em seguida como sentidos inatos; isto é, cúmulos de natureza”²⁴.

¹⁹ Cf. id., *ibid.*, p. 16.

²⁰ Cf. id., *ibid.*, p. 17.

²¹ Cf. id., *ibid.*, p. 19.

²² Cf. id., *ibid.*, p. 28-29.

²³ Cf. id., *ibid.*, p. 33.

²⁴ Cf. id., *ibid.*

Em Medicina, o semiólogo é o especialista que fornece os diagnósticos para viabilizar o tratamento das síndromes. Assim também a pesquisa semiológica toma os estereótipos e convenções como sintomas aparentes de uma linguagem por demais naturalizada. A sociedade está doente, seja por suas mitologias, seja por suas formas mentais padronizadas, seja ainda pelo abuso de poder dos discursos. O analista interfere na linguagem no momento em que os sentidos “aderem” excessivamente, propondo um tratamento bastante especial, através da corrosão desses excessos de fala. O elemento de desmobilização dos estereótipos seria precisamente a escritura, perigoso *phármakon*²⁵.

Surgem uma teoria e uma crítica semiológicas como constante reinvenção de signos, assumindo o jogo significante e propondo o trabalho com a diferença. Uma tal semiologia desconstrutora se desloca progressivamente na direção do texto. E a grande poética da teoria do texto é esse livro absolutamente edênico, *O prazer do texto*, em que se assume a escritura como o *kama sutra* da linguagem²⁶.

Convergem, assim, as atividades do semiólogo e do escritor. A semiologia lingüística se desfaz e se recompõe no leito vasto da literatura, ressurgindo como *semiologia literária*. Como se Barthes reinventasse a semiologia e a fizesse nascer de novo no espírito da ficção.

Essa semiologia literária é tanto negativa, quanto afirmativa. Negativa porque se recusa a crer na positividade dos signos, em sua cientificidade absoluta. Do que decorrem duas conseqüências: a semiologia não é uma pura metalinguagem, pois não se crê num *fora* da linguagem a partir do qual ela seria trabalhada; essa observação já vem indicada num artigo bastante anterior, *Da ciência à literatura*,²⁷ em que se fala da necessidade de a análise estrutural se assumir enquanto trabalho de linguagem. Segue-se igualmente que essa semiologia não é uma nova disciplina, mas uma atividade ancilar em relação aos outros saberes:

eu desejaria que a semiologia não tomasse aqui o lugar de nenhuma outra pesquisa mas, pelo contrário, que ela as ajudasse a todas, que tivesse por sede uma espécie de cadeira móvel, curinga do saber de hoje, como o próprio signo o é de todo discurso.²⁸

²⁵ Cf. Jacques DERRIDA. *A farmácia de Platão*. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 1991. (La Pharmacie de Platon. In: id. *La dissémination*. Paris, Seuil, 1972. p. 70-196.)

²⁶ Cf. id. *O Prazer do texto*. São Paulo, Perspectiva, 1977. p. 11. A tradução no geral bastante boa desse texto só falha em fazer corresponder *jouissance* em francês à *fruição* do português. Pela força do termo em Barthes, parece que a tradução mais adequada seria por *gozo*. Daí a dicotomia *texto de prazer/texto de gozo*.

²⁷ Cf. id. *Da Ciência à literatura*. In: id. *O Rumor da língua...*, p. 23-29.

²⁸ Cf. id. *Aula...*, p. 39.

Mas essa é uma semiologia também afirmativa. Sua ação reside no voltar-se para o signo. Ao modo das plantas heliotrópicas que se dirigem para onde se encontra a luz solar, a semiologia se dirige para onde a luz do signo refulge. Logo se vê que uma tal semiologia está do lado do *interessante*, daquilo que rapta a atenção flutuante do sujeito.

Na cena da enunciação correspondente a essa atividade, emerge — ao tempo em que se subtrai como apenas mais um lugar de fala — o artista, aquele que “pinta” com os signos. “Seu objeto de predileção são os textos do Imaginário”²⁹, sua escritura é a instância mobilizadora das palavras com sabor de palavras, simultaneamente força imaginária e materialização de signos.

Quanto ao método dessa *sapientia*, ele só pode ser, na escrita, fragmentário, e na fala, digressivo. Um método especial, como um passeio em torno de um *fantasma* — um tema, um assunto fantasmático para o sujeito — renovado a cada ano da nova cadeira do Colégio de França.

Assim a aprendizagem fecha seu ciclo, uma aula de semiologia literária sendo a realização perfeita de uma lição de signos. Um signo que sabe a palavra. Por que signo é tudo o que um corpo imanta de textos prévios para o espaço imaginário de um novo texto. O saber semiológico é essa transgressão inconcebível em outra parte, na via dupla da Ciência para a Arte, da Arte para a Ciência. Entre um campo e outro, o corpo do semiólogo duplo de artista, inaugurando o lugar de passagem e fusão dos pólos da antítese maior do discurso ocidental.

Abstract:

This reading of Roland Barthes seeks to show how he shook the foundations of the traditional categories used in literary theory and criticism.

²⁹ Cf. id., *ibid.*, p. 40.

Mariane, Philine e Aurelie. Três atrizes do Classicismo alemão no limiar entre a vida privada e a profissional

Jael-Glauce da Fonseca
Universidade Federal da Bahia

Resumo:

O presente texto pretende mostrar que as três atrizes, Mariane, Philine e Aurelie, do romance de formação *Os anos de aprendizagem de Wilhelm Meister* de Johann Wolfgang Goethe, não progredem no seu processo de formação e não alcançam a síntese clássica.

O romance de formação, *Bildungsroman*, é um tipo de romance desenvolvido na Alemanha no século XVIII que narra as confrontações de um indivíduo com a sociedade e sua busca pelo aperfeiçoamento individual. O protótipo do romance de formação *Os anos de aprendizagem de Wilhelm Meister* (1795-1796) de Johann Wolfgang Goethe influenciou, desde sua publicação, outros textos do mesmo gênero, e, até hoje, é fonte de inspiração para vários autores.

Como a arte, no século XVIII, assume, entre outras, a função de educar, de formar os indivíduos, o romance de formação surge como um veículo de expressão e apresenta aos seus leitores um protagonista que não só tem o dever, mas também o direito de desenvolver suas capacidades latentes. Ele sai para o mundo e aprende a se confrontar com a realidade, educando-se, formando-se.

Uma das características comuns aos romances de formação alemães dos séculos XVIII e XIX é que seus protagonistas são do sexo masculino. Acredita-se que a razão para tal esteja no fato de que "as mulheres ficavam presas às questões particulares, interiores, familiares, de forma que as confrontações entre o mundo interior e o exterior (no trabalho, no negócio e na política) eram reservadas aos homens."¹

Os anos de aprendizagem de Wilhelm Meister ocupa-se com a formação do protagonista Wilhelm. Nesse romance, entretanto, aparecem três atrizes que não só desempenham um papel muito importante para o desenvolvi-

¹ Cf. Wilhelm VOßKAMP. *Bildungsbücher*; zur Entstehung und Funktion des deutschen Bildungsroman. In: Rainer SCHWÖRLING, Hartmut STEINECKE (edit.). *Corvey-Studium. Zur Literatur- und Kulturgeschichte des 19. Jahrhunderts*. Paderborn: Metzler. 1992. v. 1, p.142.

mento de Wilhelm, mas têm também vida própria. O presente texto tem como objetivo averiguar por que as três atrizes, Mariane, Philine e Aurelie, não alcançam um grau mais elevado de desenvolvimento e não buscam o aperfeiçoamento de seu caráter; uma vez que exercem uma profissão, e teriam, *a priori*, as mesmas possibilidades de amadurecimento que seus colegas do sexo masculino; uma vez que se confrontam com realidades fora do seio familiar, o que é um dos pré-requisitos para o processo de formação. Não podemos esquecer também que as três são atrizes do classicismo alemão e, por isso, têm ainda a possibilidade de se educar pela arte. A nosso ver, elas encontram o caminho que as levaria à formação, ao aprimoramento, mas percorrem-no diferentemente das outras personagens.

Johann Wolfgang Goethe, além de ser poeta, romancista, dramaturgo etc., preocupava-se com a formação dos atores. Para melhorar o seu desempenho, escreveu uma série de regras para atores que afirma²:

O ator deve esforçar-se para dar ao seu corpo, seu comportamento e a todas as suas atitudes no cotidiano uma mudança, de forma que ele, assim, esteja em constante exercício (...); ele (o ator) deve também imaginar espectadores à sua frente³.

Goethe pretendia com suas regras aperfeiçoar a arte do teatro, da apresentação. Em *Wilhelm Meister*, as três atrizes seguem *ipsis litteris* os seus conselhos e fazem de suas vidas um teatro. O dia-a-dia é uma representação, a vida fora do palco apenas um apêndice do mesmo. Philine e Aurelie ousam mais que Mariane e representam sua vida privada também no palco. As atitudes, as falas, os movimentos e a visão de mundo das três são teatrais.

As outras personagens do romance seguem as regras de Goethe e, no final, conseguem discernir entre 'a realidade' e 'a representação', alcançando um certo grau de desenvolvimento tanto na vida profissional quanto pessoal. As três atrizes, ao contrário, levam 'o representar' no cotidiano ao extremo. Elas misturam 'arte' e 'vida particular' de tal maneira, que ficam presas no limiar entre o profissional e o pessoal e não alcançam, por isso, o objetivo do homem clássico, i.e., a síntese. Por não diferenciarem a arte (o representar) da vida (a realidade), elas não se desenvolvem e fracassam quando uma nova realidade se impõe, e não têm a possibilidade de se encenarem neste novo contexto. Vejamos como isto acontece.

Para transformar o dia-a-dia em um palco, as atrizes empregam as regras da dramaturgia no cotidiano. Exatamente como no teatro, elas agem, primeiro,

como se estivessem representando, i.e., todas as suas ações são imitação de comportamentos, são fingimentos; segundo, elas aparecem fantasiadas, e, por último, sofrem ou se alegram como na tragédia ou na comédia.

Mariane finge, por exemplo, ser pura e boa para os seus colegas e seus dois amantes, Norberg e Wilhelm. Seu amor é mentiroso, pois ela é um tipo de mulher do século XVIII que não conhece o amor⁴, tendo só uma noção do que seja esse sentimento. Wilhelm corresponde às suas expectativas: "Eu o amo! Eu o amo! Com que prazer, digo pela primeira vez estas palavras! Isto é a paixão que tanto imaginei, sobre a qual não tinha idéia."⁵

Mariane aparece, quase sempre, fantasiada de oficial. Sua fantasia exerce duas funções no romance: por um lado, comprova que as suas aparições e ações fora do palco são encenações sobre o amar e ser amante; por outro lado, o traje empresta-lhe qualidades que lhe faltam na realidade. Uma de suas cenas confirma o seu amor, sua fidelidade, sua virtude de só amar Wilhelm e de vencer todos os obstáculos que ocorrem no seu caminho. Seu comportamento iguala-se, desta maneira, ao de um oficial com as qualidades convencionais (virtude, sinceridade, fidelidade, coragem etc.), muito apreciadas no século XVIII.

Enquanto Mariane atua no palco como um oficial e tenta adaptar as ações de um homem para suas cenas cotidianas, Philine nos é apresentada em um papel tradicionalmente masculino, mas com características femininas. Ela é um arlequim feminino que compreende tanto a vida quanto o teatro como uma *commedia dell'arte*. Por ser coquete, uma mulher fatal e sensual, atrai todos os homens e diverte 'a corte e o povo' com suas 'macaquices'. Seus vestidos e trejeitos são sempre descritos como sensuais.

O narrador deixa claro que as atitudes de Aurelie fora do tablado são teatrais. Já na sua primeira aparição, ele comenta que Wilhelm não percebe as dores escondidas, o fingimento de Aurelie quando os dois são apresentados. Ela se mostra como uma figura trágica por amar e odiar ao extremo seu amante Lothario. Assim como as outras duas atrizes, mistura cenas de palco com cenas reais, sendo, porém, mais incisiva e, por isso, mais excêntrica, pois representa sua própria vida no palco. O público deve viver sua tragédia. A necessidade de modificar as canções que teria de cantar ao representar o papel de Ofélia em *Hamlet* exemplifica sua incapacidade de separar o teatro da vida. Essas falam de amor, de prazer carnal. Aurelie quer modificar o amor

² Cf. Johann Wolfgang GOETHE. Regeln für Schauspieler. In: GOETHES WERKE. Hamburg: DTV Klassik, 1958. v.12, p.260.

³ Cf. id., *ibid.*, p. 260.

⁴ Cf. Niklas LUHMANN. *O amor como paixão. Para a codificação da intimidade*. Trad. por Fernando Ribeiro. Rio de Janeiro: DIFEL, 1982. p. 112.

⁵ Cf. Johann Wolfgang GOETHE. *Wilhelm Meisters Lehrjahre*. München: DTV Klassik, 1984. p.11.

carnal (Eros) para amor fraternal (Charitas), já que esse é o amor que ela sente por Lothario, o verdadeiro amor para ela.

As três atrizes têm dois meios de executar suas cenas teatrais na vida. Ou representam sozinhas os seus papéis ou utilizam as pessoas ao seu redor como coadjuvantes. Esses devem atuar também como espectadores, e, de acordo com a função do teatro no classicismo alemão e da dramaturgia de Schiller, ser colocados em um estado de espírito que lhes permita absorver os acontecimentos encenados e refletir sobre eles, pois só assim eles enobrecerão seu caráter. Caso as pessoas em volta das atrizes não participem de suas encenações, essas têm de assumir o papel de ator e espectador, para que possam continuar representando. O teatro, i.e., a representação cumprirá então sua função só se o encenado repercutir sobre as atrizes, e se elas conseguirem se distanciar de seus papéis para refletir sobre suas ações.

Mariane tem além da camareira, a velha Barbara, os seus amantes, Norberg e Wilhelm, como coadjuvantes e espectadores.

É na representação de seu amor por Wilhelm que Mariane aprende a tomar decisões. O papel que era capaz de encenar somente quando fantasiada de oficial, executa uma vez sem o seu traje. Ela abandona o não amado Norberg e decide pertencer só a Wilhelm. Por persistir pela primeira vez na sua idéia e tomar sozinha uma decisão, constata uma mudança em sua fisionomia: “E, disse ela, sorrindo e aproximando-se do espelho, não devo me alegrar comigo mesma, com minha fisionomia, uma vez que pertença a um só querido amigo.”⁶

Mariane vivencia, assim, uma transformação no seu íntimo. Não é por coincidência que pronuncia as palavras acima diante de um espelho. Ela elimina, neste momento, a barreira entre o ator e o espectador e torna-se ambos, presenciando sua representação. O teatro alcança, neste momento, seu objetivo, pois Mariane atua moralmente, conforme os ensinamentos de Schiller. Sua ação repercute sobre ela mesma, abrindo caminhos para novas ações morais. Ela, porém, não retém esse momento, pois não consegue diferenciar sua atitude da do oficial, não consegue discernir as duas representações. Por isso, fantasia-se novamente de oficial e prossegue com seu fingimento: “Não mereço, disse ela, aparecer hoje novamente com roupas de homem? Não me comportei dignamente?”⁷

Essa atitude significará sua tragédia, pois Wilhelm, seu coadjuvante, não a visita mais, e ela não pode representar o seu papel sozinha sem correr o risco de se tornar esquizofrênica, o que acontece com Aurelie.

⁶ Cf. id., *ibid.*, p.516.

⁷ Cf. id., *ibid.*

Mariane fracassa por não conseguir fingir para dois amantes, não discernir o palco da vida, por engravidar de Wilhelm e perder o emprego no teatro, do qual ela tirava personagens para sua vida. Ela vivencia um final trágico e sucumbe por causa dos próprios erros.

O melhor comentário sobre Philine faz o seu amigo Laertes. Ele a descreve como uma pessoa fiel ao seu caráter. Assim, Philine é a mesma do começo ao fim do romance e encena como uma atriz da *commedia dell'arte* sempre o mesmo papel. Como arlequim e cortesã, protege-se de conflitos pessoais, de conflitos em geral e cumpre sua função de divertir-se a si mesma e aos outros, e de evitar qualquer comentário e conversa que possam levar à reflexão. Philine interrompe sempre conversas eruditas sobre o teatro e sua arte com comentários vazios, impedindo, assim, o desenvolvimento de sua personalidade. Nas suas andanças, só aprende a se comportar de maneira mais educada e o faz, porque isso é proveitoso para o seu papel de cortesã.

Ela não tem somente um coadjuvante, mas vários, e não sofre quando um deles se afasta. Como Mariane, ela necessita de coadjuvantes para as suas cenas, mas, ao contrário dessa, não atua tarde demais. Ao perceber que as pessoas ao seu redor podem não participar de suas encenações, troca rapidamente de palco. Ela parte, por isso, com seu amante Friedchen, tão logo esse reaparece na sua vida: esse, por amá-la, será sempre seu parceiro.

Philine vivencia um final tragicômico, apesar de não suportar crianças e mulheres grávidas, engravidada de Friedchen; por causa do seu aspecto físico, que ela considera uma mutação, já não sai de casa, e não se apresenta mais aos seus espectadores e a nós, os leitores. Isso significa o fim de sua teatralização.

Enquanto Mariane experimenta um desenvolvimento no próprio corpo, mas não dá prosseguimento a ele, e Philine não se interessa pelo seu aperfeiçoamento, Aurelie é, desde o começo, uma mulher culta, bem formada. Ela sabe muito sobre a arte de representar e a função do teatro e acredita, de acordo com Schiller em seu tratado *Cartas sobre a educação estética da humanidade*, que a arte tem a função de educar a humanidade.

Aurelie distancia-se da sua função de atriz de se aperfeiçoar e educar o público, ao perceber que esse não está à altura da arte, e só a vê como atriz na condição de musa e cortesã. Ela se aproxima do público novamente e dá prosseguimento à sua educação ao se apaixonar por Lothario, que representa então o público ideal alemão. Tudo isso pertence ao seu passado, tudo isso ela narra, mas a atriz que recorda o seu passado é outra: é uma mulher doente, quase esquizofrênica, que se representa em todas as aparições.

Ao contrário de Mariane e Philine, que têm seus amantes por perto, Aurelie está sozinha. Lothario vive só em suas fantasias: ela fala, pensa e re-

apresenta todo o seu amor e ódio, sem aparecer junto com ele no seu palco. As pessoas ao seu redor não entendem o seu espetáculo, pois ela encena só para si. Sendo atriz e espectadora de seu drama, não consegue se distanciar do seu papel e agir moralmente como Mariane.

Seu final é trágico: depois de encenar o papel da figura de *Orsina* da tragédia burguesa de Lessing, *Emilia Galotti*, Aurelie falece. Como Orsina, acredita ter executado sua vingança, matando o Lothario que vive em sua imaginação e, assim, se destruindo como atriz. Aurelie cumpre a função de uma personagem trágica.

Concluimos, pelo que foi dito acima, que as atrizes perdem a possibilidade de aprimorar o seu caráter através de sua profissão, por se subordinarem à verdade da representação, não alcançando assim a síntese necessária ao desenvolvimento. Elas, apesar de estarem envolvidas em situações que estimulariam o seu progresso, desviam o caminho para questões pessoais e amorosas, não se diferenciando, em parte, das outras mulheres.

Abstract

The current text intends to show that the three actresses Mariane, Philine, and Aurelie from the formation novel *Wilhelm Meister Learning Years* by Johann Wolfgang Goethe don't make progress on their formation process and don't reach the classical synthesis.

Referências bibliográficas

- FRENZEL, Herbert A. 1959. *Geschichte des Theaters. Daten und Dokumente 1470-1840*. Köln: C. H. Beck.
- GOETHE, Johann Wolfgang. 1984. *Wilhelm Meisters Lehrjahre*. München: DTV Klassik.
- GOETHE, Johann Wolfgang. 1958. *Regeln für Schauspieler*. Hamburg: DTV Klassik.
- KINDERMANN, Heinz. 1976. *Theatergeschichte Europas*. Wien: Ullstein.
- KLOTZ, Volker. 1976. *Dramaturgie des Publikums*. München: Fischer.
- LUHMANN, Niklas. 1982. *Amor como paixão: para a codificação da intimidade*. São Paulo: DIFEL.
- NICHOLSON, Eric A. 1991. As mulheres e o teatro 1550-1800: imagens e representações. In: HISTÓRIA DAS MULHERES. Roma.
- SCHILLER, Friedrich. 1992. *Cartas sobre a educação estética da humanidade*. São Paulo: EPV.
- SCHILLER, Friedrich. 1992. *Teoria da Tragédia*. São Paulo: EPV.
- VOßKAMP, Wilhelm. *Bildungsbücher*. 1992. Zur Entstehung und Funktion des deutschen Bildungsromans. In: CORVEY-STUDIUM. ZUR LITERATUR- UND KULTURGESCHICHTE DES 19. JAHRHUNDERTS. Paderborn: Metzlersche Verlagsbuchhandlung.
- VOßKAMP, Wilhelm. 1988. Der Bildungsroman als literarisch-soziale Institution. Begriffs- und Funktionsgeschichtliche Überlegungen zum deutschen Bildungsroman am Ende des 18. Jahrhunderts und Beginn des 19. Jahrhunderts. In: ZUR TERMINOLOGIE DER LITERATURWISSENSCHAFT. Stuttgart: Metzlersche Verlagsbuch-handlung.

Conferências*



Quatro Leituras Rosianas
Cecília de Lara
Evelina Hoisel
Judith Grossmann
Benedito Nunes



Academia de Letras da Bahia
19 a 22 de novembro de 1996

Apoio:
Governo do Estado da Bahia / Secretaria da Cultura e Turismo
Universidade Federal da Bahia / Instituto de Letras

* Publicam-se neste número apenas duas das quatro conferências

ABC de *Grande Sertão: Veredas* 40 anos depois

Judith Grossmann
Escritor e Professor EméritoUFBA

A Nascente e curso

Interessa-nos aqui determinar a curva com que *Grande sertão: veredas* (GS:V) de João Guimarães Rosa (JGR) se desvia de *Os sertões* de Euclides da Cunha. Porque GS:V, que neste ano de 1996 completa 40 anos de idade e mal inicia nascer, e sobre o qual temos a oportunidade de ainda fazer vibrar a nossa voz, é obra de arte literária rigorosamente ficcional, e que mais escapole do que se oriunda daquilo que *Os sertões*, seu presumível antecedente, não é.

GS:V não é especificamente uma visão antropológica, jornalística, histórica, ensaística, dos trópicos brasileiros. Na verdade, não existe nenhum sertão prévio a GS:V, ele é fundado como realidade através desta obra, nela começa a existir para através dela se anunciar.

E que sertão é este que passamos a conhecer através de GS:V? Na verdade são vários sertões, e embora o substantivo esteja no singular, trata-se de um falso singular, já pluralizado por *veredas*, e rebatizado pelos receptores em geral, de todos os níveis, balconistas de livrarias, editores, professores, estudantes, de *Grandes sertões*, erro acerto propositalmente induzido pelo título.

Trata-se de um sertão construído pela ótica do protagonista, Riobaldo, depois Tatarana como atirador, depois Urutu-Branco como chefe de bando, e depois novamente Riobaldo, reconvertido ao sedentário. Uma visão totalmente vazada como um rio imenso, digamos o São Francisco, pela subjetividade de Riobaldo, por sua candente emoção, certamente originada na personalidade do artista literário, autor da obra, João Guimarães Rosa, em tudo oposta às personalidades artísticas álgidas, voltadas para a contenção verbal, para a obliteração do eu, e conseqüentemente famintas de exibição para fora do texto, em entrevistas, nos meios de comunicação de massa, etc. Mas para escritores como JGR, já o texto é o corpo próprio e vero, tomai-o e comei-o.

Riobaldo vagueia pelo sertão como jagunço, vai fugindo de um bando para outro, baldeando como ele próprio diz, nascido em princípio para ser livre, solteiro, sem filhos, e até certo ponto, sem-gênero, vai carregando dentro de si o sertão que não se altera com as mudanças geográficas, e através destes deslocamentos narra o sertão. Seu sertão são estórias, primeiras estórias, terceiras estórias, estas estórias, aquelas estórias.

Muito se tem feito para linearizar GS:V e não serei eu quem irá conferir o tributo de inventariar todas estas linearizações. O que vos posso avançar é que declino inteiramente de realizá-las. Seria como que estragar uma leitura e o meu propósito é ler GS:V exatamente como acabou sendo escrito, isto é, excedendo todas aquelas cadernetas em apontações principais.

GS:V como acabou sendo escrito é uma obra de mais extrema simplicidade, uma simplicidade necessária, moderna, a nossa modernidade de hoje, que deixa a narrativa fluir como ela vai vindo, que conhece a lógica deste fluir, lógico, extremamente lógico, apoiado no respeito ao destamar-se das associações e às marés naturais da memória. E que acaba sendo a única maneira possível que temos de continuar a narrar hoje, e ainda estamos no verídico e conforme princípio do que sejam as potencialidades, encantos e amavios da prosa de ficção brasileira de fato moderna, para que prevaleça a narrativa.

E é isto exatamente o que ficamos a dever a JGR, narradores, hoje, que narramos assim, que ele decretou, estatuiu, que esta é agora a maneira justa de narrar. E, evidentemente, daqui para diante, novas novidades. Ele nos alforriou, dentro da narrativa brasileira, e ninguém se equivoque que esta seja tarefa fácil. E evidentemente a alforria começa e prossegue entre nós com dois ou três outros escritores nacionais e atravessa Rosa para chegar até aqui. E não existe nenhuma possibilidade de continuar a narrar sem tomar conhecimento destes. É o mínimo que coincide exatamente com o máximo.

JGR começou escrevendo um livro de poemas, com o título de *Magma*, que foi premiado como inédito pela Academia Brasileira de Letras e que ele finalmente acabou resolvendo não publicar em vida.

Então passou-se para a narrativa, publicando, em 1946, *Sagarana* (S), que contém em si todos os embriões das grandes passagens, a um tempo escondidas e escancaradas, de GS:V. Mas aquela substância da palavra *magma*, massa ígnea do interior da terra, e, em medicina, linimento medicamentoso, na qual a poesia não coube, implodiu para a narrativa e nela se converteu inteiramente, visto que a grande narrativa de JGR é ao mesmo tempo massa amorfa e formante em curso, para ser no final o que é, massa narrativa formada, e rio catártico fluindo no seu leito natural.

De S a GS:V são dez anos que JGR leva treinando a mão para libertar-se como narrador e chegar a GS:V. Então se passa da narrativa ainda bem clássica dos contos espaçosos de S para a estrutura mais dilatada das novelas depois reunidas em *Corpo de baile* (CB) (1956), até chegar a este vagalhão narrativo que é GS:V, e que depois, por sérias razões, irá se condensar, de uma outra forma, nas pequenas obras-primas de *Primeiras estórias* (PE) (1962), um recomeço que ata o conjunto de obra ao início em poesia, seguidas de *Tutaméia: terceiras estórias* (T) (1967).

Já em S encontramos todos os temas que percorrem sinfonicamente GS:V, digamos o do ínfimo que se torna o mais valioso, o da pedra desprezada que se torna na pedra fundamental, o do renascimento, da recuperação, do restabelecimento, da transformação da doença e da crise em saúde, por intervenção de um gesto humano. Já as estórias de PE e de T, que vêm depois de GS:V, são por ele geradas, sobretudo no que diz respeito ao tema do cancelamento da origem, da fuga e da mudança de vida.

Certamente o que liga o leitor de S a S não é exatamente o que liga o leitor de GS:V a GS:V, que, por sua vez, prepara o leitor ultra-exigente de PE. Há ainda em S uma certa nostalgia de uma narrativa perdida, a ilusão para sempre mantida de que contar uma boa estória ainda seria o suficiente. Mas aos poucos esta ilusão vai se rarefazendo e o momento de GS:V é o momento em que se entende que é preciso fazê-lo de uma outra forma.

GS:V é este grande magma narrativo em que os pedaços, troços, destroços, vão se ensamblando naturalmente, em que se pode recuar, avançar, embutir, repetir, retomar, saltar, e tudo isto fica recoberto pela dinâmica natural das associações peculiares à caracterização do protagonista e pelas flutuações da memória. Tudo isso favorece, e não o contrário, ao narrar, o trecho se concatena e a estória a narrar é narrada, apenas de uma outra forma, uma forma nova, novidadeira, variada, que alimenta o ouvido e a apetência do leitor outro, já farto de ouvir estórias pseudo-bem-contadas, de começo, meio e fim.

O ritmo de GS:V se opõe à lerdeza de sarrafaçar, que embota a audição. Afugenta-a. Torna-a impossível malgrado os 2001 renitentes que transformam as livrarias em cemitérios de livros com prazo de validade.

A obra de arte literária são infungíveis conteúdos transformados em formas apazíveis, inovadoras, diferentes, nunca vistas, surpreendentes. Mas a mola que aciona a conversão destes conteúdos nestas formas é uma maneira de sentir e uma maneira de ver a serviço de uma vocação que está na base de todo este jogo em sua completude.

É inteiramente nova a língua portuguesa-brasileira de que é feito GS:V. E não há nada de caipira em GS:V, que é um livro requintadíssimo, isto é, tudo o que se pode fazer com a língua portuguesa no Brasil, sua extrema plasticidade em mãos de quem tem o gênio da língua e pode modulá-la em qualquer registro. E o que modula este registro nem é tanto o sertanejo Riobaldo, mas a própria matéria narrante e narrada, que por sua vez dinamiza a fala do personagem, isto é, torna-o num falante.

Ele tem alguma coisa a narrar, e isto o torna articulado, tal como o autor da obra, sendo muito tênues os limites entre os dois, quando um se torna no outro. O autor é o sopro. E o personagem já é o autor da narrativa. Ele narra.

Ele é tomado pela matéria narrada. Ele fala. E como o são, também tênues, os limites entre discurso direto e indireto. Na verdade, tudo é discurso direto na narrativa moderna. O autor fala. O personagem fala. Um ventriloqua o outro.

JGR foi sempre um grande e sabido defensor da língua portuguesa em sua execução brasileira, em todas as ocasiões em que foi chamado a se pronunciar sobre o assunto. E o que estava e está em jogo é a literatura brasileira, a quintessência de como a língua portuguesa pode ser utilizada no Brasil. E de fato, dentro do que seja o estilo JGR, ele criou o próprio intraduzível, e por isso mesmo ficou depois tentando ajudar a traduzir o que somente em português-brasileiro pode ser expresso.

Sem dúvida, numa tradução de JGR salva-se o entrecho, porque o que não falta mesmo em GS:V é entrecho, trazido desde lá de S. Mas se se salva o entrecho, o trecho textual, este só mesmo no original, neste caso indeslocável por um novo e possível original, a tradução.

Isto foi feito em 1956, esta nova degustação narrativa, na qual a própria língua faz narrativa, ela é o próprio narrado. É como se a língua, sua torções, liberasse um conteúdo que vem dela e não existe antes dela. É onde começa a realidade, nas palavras que criam o mundo para que num novo *fiat* ele comece a existir.

Sim, esta competição com deus ou com o diabo é o próprio cerne de GS:V. Vamos, pois, tratar deste motivo agora, antes que outros se apresentem. Trata-se do homem *versus* deus ou o diabo, tentando apropriar-se de um possível plano de criação do mundo, compreendê-lo, acatá-lo, no que ele tenha de aceitável, refutá-lo no que ele tenha de inaceitável, aprimorá-lo através da ação humana.

Em GS:V o deus é um deus interior, assim como o diabo é um diabo interior. Eles são verdadeiros paradigmas já encontrados para concretizar a existência do bem e do mal no mundo. GS:V não é nenhuma discussão sobre a existência extrínseca de deus. Nele, o homem é um animal naturalmente dotado de fé, fé em seu deus interior, na alma perfeita que traz dentro de si, única maneira de estar no mundo sem enlouquecer, e a loucura é também um dos grandes motivos de GS:V e do conjunto de obra de JGR, quase sempre gerada pela desesperança.

Certamente um dos melhores trechos dentro do entrecho de GS:V é o momento a partir do qual Riobaldo se torna num pactário efêmero e experimental do demo, em seus avessos, evidentemente. Ele é totalmente diverso de Hermógenes, o homem do ermo, em quem o mal é inato, parte de sua natureza, ele é um pactário de nascimento, odiado pela sua própria mulher. Porque homem bom em GS:V é aquele que as mulheres, com o seu faro, amam. E o oposto é também verdadeiro.

Este trecho do pacto, que pertence ao chefe Urutu-Branco, trazendo mais uma vez a discussão do mal que se põe em curso pelo simples exercício do poder, é um verdadeiro livro dentro do livro, pois há em GS:V muitas moradas, muitos livros dentro de um só livro.

O comportamento deste pactário experimental se torna bizarro, desviado do sério, exageradamente lúdico, aleatório, e é por todos sentido e notado, especialmente por Diadorim, com o radar que lhe é propiciado pela afetividade. Mas a verdade é que ele, como pactário neófito, que como tal jamais atingirá a crueza fera de um pactário nato, jamais ultrapassa a fronteira, não comete, porque desde sempre lhe repugnou, nenhum pecado ou crime capital. Não, ele não pertence ao mundo do mal.

Esta fase riobaldiana é também extremamente funcional para esclarecer com uma amostra individual o que é de fato esta jagunçagem tanto real quanto alegórica, não a de *Os sertões* de Euclides da Cunha, mas a que vigora em GS:V, esta jagunçagem relativa, fronteira, com um pouco de deus e um pouco de diabo, que se exerceu e se exerce no interior do Brasil, jagunçagem crônica, permanente, originária da pobreza e do desvalimento, que desde sempre, por fortes sentimentos, tanto mais do que por situações, vige entre o nômade e o sedentário, como espécie de incompatibilidade de gênios. Uma das facções, e a guerra é de sentimentos e de idéias, como todas as guerras, deveria ser expulsa do mundo. E que agora, guerra, se alastrou infelizmente pelas cidades, esperança riobaldiana de viver socialmente, palavra amplamente utilizada em GS:V, em relação às cidades e mesmo às comunidades de jagunços.

Riobaldo pactário brinca, a guerra se torna num jogo, o saque se transforma em imposto pago pelos sedentários, instalados em suas fazendas, numa comédia em que os próprios contribuintes vão logo apresentando suas oferendas, em víveres, animais ou dinheiro. O que começa como necessidade logo se reveste de um caráter lúdico, quase irresponsável, permanecendo no quase.

É tempo, este tempo ao qual tanto se alude em GS:V, tempo disso, tempo daquilo, é tempo da grande pausa, da grande vadição, da grande vagueação que serve para retardar a morte de Diadorim e quiçá viver todas as intuições dela e preparar-se, nunca inteiramente, para ela, bem como para viver a decisão final de expulsar, com a morte de Hermógenes, mais uma vez, o mal do mundo.

GS:V é um crescendo, uma lua em quarto crescente, até que brilhe cheia no céu pela carinha redonda de Otacília. E o pacto é um crescendo dentro do crescendo.

A morte de Diadorim é como também se fosse um livro à parte. São capítulos que se desenham por si mesmos sem necessidade de demarcá-los. Diadorim... Dindurinh'... como o nome de um pássaro. O amor? Pássaro que põe ovos de ferro. Ao lado da jagunçagem, o amor é o grande tema de GS:V. Do lado de Riobaldo, este amor, aparentemente interdito, não padece de interdição alguma. Ah, sim, este amor, o Amor, que somente o Amor põe o corpo permanentemente em chamas. São 538 páginas impressas para dar a súmula de todas as etapas desta paixão, os álibis que o próprio se apresenta apenas para dar-se consentimento, e pela irrealização mesmo, e pela morte, eternizá-lo, ter sempre o coração ardendo, o corpo como uma fogueira.

E Riobaldo exerce plenamente a sua sexualidade majorada pela paixão. Com o próprio Diadorim – mãos dadas, e neste caso, stendhalianamente, a mão dada sem pedir, já é o corpo inteiro. E permanentemente em estado de gozo, em mil maneiras descritas ao longo do livro, nos menores gestos, nas mínimas comunhões de higiene, de alimentação, de sono, de pausa, de deambulação. Que a penetração se dê com outrem, isto é circunstancial, mas podemos imaginar que todas se dêem com Diadorim. Diadorim, uma paixão da alma que ensina ao corpo o que é o verdadeiro gozo informado pelo amor. Pois, por certo, existe o antes e o depois de Diadorim para Riobaldo.

Mas o depois começa cedo, aos quatorze anos, com Diadorim, numa das mais belas cenas primitivas/*Urszene*, da arte literária universal, ou simplesmente da arte literária, somente comparável a umas duas outras, talvez um trecho de romance de língua inglesa, quiçá um conto em língua portuguesa. Pela emoção irreprimível que provoca a cada leitura, podendo ser lida um número infinito de vezes. Pela delicadeza. Pela realização em linguagem. Pela veracidade psicológica. Pelo uso equilibrado do realismo e do romantismo, do concreto e do abstrato, quase já a um passo de tudo isso em *PE*, uma excelsa decantação e depuração de GS:V. Fazia de conversar uma conversinha adulta e antiga... O sério é isto da estória toda... Eis a própria equação de GS:V.

Certamente um dos motivos fortes da permanência de Riobaldo na jagunçagem é a paixão por Diadorim, quando a separação se torna numa idéia impensável, inconcebível, inviável. Enquanto existir Diadorim existirá Riobaldo jagunço. Somente a morte de Diadorim muda o rumo da história.

Do lado de Diadorim sabemos menos explicitamente do que do lado de Riobaldo. Mas o que significa este saber menos? Talvez signifique saber tudo. Trata-se de uma paixão da alma, de um ser por outro ser, como é afirmado no curso da narrativa. Um amor acima do gênero. Porque na verdade Diadorim é sem-gênero, nem homem nem mulher, e o fato desta criatura ser biologicamente do sexo feminino não faz dela uma mulher. E homem também não é,

embora se vista de homem e vá à guerra. Não é mortal inteiramente quem leva o nome perpetuo de Diadorim.

Sua morte é um início de gênero, pela própria morte interrompido. É quando adquiriria um gênero, se tornaria mortal. Mas então morre, para não trair sua verdadeira natureza, que é ser sem-gênero e imortal.

Se o corpo não ardia, e se ardesse seria outra estória, o coração estava em chamas. Riobaldo faz de Diadorim uma mulher na cena extremamente velada de quase-necrofilia, que dura um parágrafo: – Meu amor!...

E agora é fatal, perpetuo, para sempre, *amor fati*, o coração de uma vida que guarda um tesouro, a de Riobaldo. Diadorim é uma forma incodificada, cheia de vazios, com a qual se ocupe Riobaldo a vida inteira, tentando preenchê-la de sentido. Seu perfil não se encaixa num código conhecido, é preciso inventar-lhe uma linguagem, precisamente a de GS:V. A obra de JGR está crivada de personagens deste tipo, a menina de lá, um moço muito branco, seres intermediários que enfeitiçam, encantam, seduzem, pelo mistério de sua natureza, apaixonam os que com eles se põem em contato, são como acenos de outras possibilidades, de outros mundos. Serão estas figuras recorrentes projeções de uma natureza rara que todo artista assombrado percebe em si mesmo? Possivelmente.

Do ponto de vista da construção do personagem, da contemplação de Diadorim pelo leitor, este se encontra na mesma situação que Riobaldo. Com o que Riobaldo lhe dá, ele tenta compor o quebra-cabeça. Podendo ir além até, por não estar cego pela paixão. Na galeria universal de personagens literários, Diadorim faz par com Capitu, por exemplo, forma igualmente deixada por preencher por Bentinho/Machado, e conseqüentemente pelo leitor. Que riqueza! Podemos construir, leiamos o livro n vezes, uma Capitu a cada leitura, todas igualmente verossímeis. Capitulou ou não capitulou a capitolosa Capitu? Mas não apenas isto. Podemos também desfazer e refazer Bentinho, a cada hipótese formulada. E com Diadorim e Capitu, faz par Albertine, com quem, depois de morta, Marcel inicia uma nova relação, tentando entender, entender e entender.

Vale a tentativa de decifrar o enigma. É para isso que Riobaldo contará infinitamente a sua história. Já a narrou ao Compadre Quelemém que a ouviu inteira para que a catarse se operasse. E a reconta ao visitante, e quantas vezes a recontará? Tantas vezes quantos forem os leitores, mais, as leituras de GS:V, quando a sua história chega, através de JGR, a uma forma quase-definitiva, porque também na leitura, e na leitura-crítica e na leitura-criação — e quantos livros serão escritos a partir de GS:V, — ela tomará novas configurações.

Este narrar para tentar entender o insuposto, o desconhecido, o ininteligível, é um dos grandes motores da narrativa. E de Machado, GS:V

evoca ainda *Missa do galo*, quando narrando se tenta obstinadamente entender o que no momento do fato não se entendeu, o tesouro intelectual, sentimental e poético deixado pela vivência/*Erlebnis*.

Nesta recuperação do fato, também para purgá-lo, entra muito, do paradigma da liturgia da Igreja, em todos os seus aspectos, da confissão, da comunhão, da absolvição, da remissão dos pecados pelo arrependimento e pala modificação do modo de vida. Neste particular, além do parentesco intrínseco com *Guerra e paz* de Tolstoi, as afinidades avançam no plano afetivo e ideológico, no percurso que vai do desespero à esperança, da descrença à fé, da indiferença à caridade. O clima em que se movimenta Riobaldo não é certamente o do mundo do crime e dos vícios, mas o dos pecados veniais, aos quais basta o tempo de vida para alcançar a redenção.

B Foz

Assim o final de GS:V. Com a morte de Diadorim, Riobaldo perde o equilíbrio e com isto emerge um dos mais caros temas rosianos: a grande crise, o grande abalo, a doença para a recuperação da saúde, que vai de S a T e às obras publicadas postumamente. E, por perto, sempre o socorro jamais negado, expedido pela providência. Primeiro é o galope tresvariado de Riobaldo, esquecido até do seu próprio nome e assistido pelos seus companheiros de bando, que não o abandonam, assim como ele próprio não abandona o menino, o cego e os catrumanos.

Até cair. E ser acolhido numa casa muito pobre, com uma febre que lhe permite agudizar o tresvariamento e colocar tudo para fora. O modelo vem de S.

A convalescença, que tem várias etapas, prossegue na grande fazenda de seo Ornelas, entre alvos lençóis, alimentado com caldo-de-galinha e tratado como um príncipe pela família toda, esposa, filhas, parentas, porque, dentro do que seja a ética rosiana, todo homem é merecedor de uma segunda oportunidade, sendo que a verdadeira história somente ocorre na segunda parte. E Riobaldo possui o seu trunfo maior, o seu passaporte, que é o grande legado de Diadorim, de haver derrotado Hermógenes e livrado os gerais da jagunçagem, o que justifica todos os seus atos anteriores.

Vem em seguida a noiva, a prometida Otacília, a quem ele pede um tempo, que lhe é concedido, para o luto de um antigo amor. Perfilhado *post-mortem* pelo pai-padrinho Selorico Mendes, através de herança deixada em testamento, duas fazendas, no Curalim, no Corinto, ele parte em peregrinação ao lugar de nascimento de Diadorim, Os-Porcos, nos gerais de Lassance, onde chega ao verdadeiro início apreensível... a certidão de batismo localizada na

matriz Itacambira, de 11 de setembro da era de 1800 e tantos... Maria Deodorina da Fé Bittancourt Marins. Signo de Virgem, portanto. O artista e escritor literário JGR é muito afeiçoado a linguagens, que ele desmonta e remonta. Tal não deve ser confundido com crença ou o que seja, são signos que ele usurpa para a sua obra e recria. Assim, em GS:V, como no conjunto de obra, todas as religiões, todas as culturas, todas as geografias, todas as línguas, todos os signos, todas as linguagens, para que daí emergja a sua própria palavra. O que está no alicerce, na cumeada já é uma outra coisa. A fé em JGR é matéria interior e aposta no homem. Existe é homem humano. Travessia.

Em Os-Porcos nasceu, paradoxalmente, o mais raro, o mais decantado, o mais misterioso, o mais depurado, o mais indecifrável. Reinaldo... Deodorina... Diadorim... Dindurinh'..., criatura de transição, da qual alguém, ou todos, tentam se apropriar, sem jamais consegui-lo, em alguma virtual terceira margem.

E nestas vagueações finais, Riobaldo acaba também por se reencontrar com Zé Bebelo, seu discípulo e professor, que o envia a Compadre Quelemém para começar a abrir o seu coração e voltar sempre ao novo começo: contar a história, a sua história com Diadorim, como Horácio, que sobreviveu ao Hamlet, para contar a sua história.

O resto é silêncio? Não, são palavras, palavras e palavras para desvelar, não, para tornar cada vez mais denso o espesso mistério da aparição de certos seres na terra. Se Capitu e Albertine são, de certa forma, a percepção do mal encarnado, Diadorim será a percepção da graça. E isto é Rosa no conjunto de obra, epifania libertando do horror e da loucura, com Riobaldo e Diadorim, mais uma vez parente mais próximo de Tolstoi, com a dupla Pierre-Natasha.

Recuperado, Riobaldo, este novo tipo de Édipo, moldado por um novo Laio, Selorico Mendes, que é justamente à distância, como exigem as resistências do filho, que sabe amar e proteger, amar e libertar, este novo tipo de jagunço que não precisa matar, pois seô Habão, como tantos outros, o recompensa condignamente do privilégio de estar estabelecido com suas plantações, longe do desabrigo, da solidão, da bastardia, da fome, do relento, da promiscuidade, da fúria dos instintos, dos desvalimento, se transporta do nômade ao sedentário, casado com Otacília, na Fazenda de Santa Catarina, passa da maturidade à velhice, da única forma que a velhice se torna aceitável, cercado do respeito de todos, realizando o seu sonho, expresso o tempo todo, de viver socialmente. As portas da cidade, contudo, ele não chega a atravessar, vislumbra-as durante o curso da ação de GS:V, avista-as ao longe como uma terra prometida, permanecendo submetido à lei mosaica de sonhá-las e de avistá-las.

Esta a herança, o projeto de Riobaldo, a cidade, como a realização máxima do espírito humano. Chegaremos nós a realizá-lo como tal? Quem

poderá dizer que não? Restam-nos as virtudes sobre as quais foi construído GS:V, sem necessidade de qualquer deus ou diabo extrínseco ao homem, mas podendo tê-los abundantemente na linguagem.

Importa observar que Riobaldo não aborda, em qualquer momento, a questão de uma prole dele próprio. Embora este motivo esteja trabalhado durante todo GS:V através de outros personagens e ele próprio faça um parto, motivo recorrente na obra rosiana, um homem que ajuda uma mulher a trazer uma criança ao mundo, o tema da paternidade e da filiação biológica é extremamente intrincado no conjunto de obra de JGR, havendo uma espécie de repulsa mesmo por vínculos desta ordem, que são reiteradamente substituídos por vínculos afetivos.

De qualquer forma, Riobaldo não chega a se tornar num pai. Como em Kafka, ele está tão ocupado em tornar num filho que não lhe sobra tempo de vida para se tornar num pai. Sair da bastardia, da jagunçagem, da solteirice toma o tempo de colocá-lo de cabelos brancos. Isto não decorre, contudo, de nenhum ceticismo em relação à procriação, como em Machado de Assis, apenas da urgência de completar uma etapa da evolução do homem: anunciar a passagem do estado de barbárie ao estágio social e urbano. Esta é a missão suficiente de um homem, deste homem, destes homens. Num aceno ao futuro, o Riobaldo obstetra pede à mulher à qual assiste que dê ao seu filho o nome de Riobaldo, provê a mesma de algum dinheiro e verbaliza o reinício do mundo com o nascimento de um menino: — Minha Senhora Dona: um menino nasceu — o mundo tornou a começar!...

C Éter

GS:V é uma utopia do homem feita em linguagem, artisticamente e literariamente utilizada. Ela evidentemente não poderia ser sonhada em nenhum outro tipo de linguagem: ela é isto que é, GS:V. É o Homem sendo sonhado no sertão por um homem, Riobaldo/Rosa. Este sonho, no que se refere a João Guimarães Rosa (1908-1967), foi sonhado em essência nos primeiros 37 anos de formação do escritor e transformado em matéria verbal e em forma na segunda parte de sua vida, nos 22 anos restantes. Por mais que saibamos sobre os primeiros 37 anos, pouco sabemos, exceto datas, fatos, acontecimentos. Eles serão sempre os anos misteriosos, como soem ser os anos de formação de um artista. E sobre os 22 últimos sabemos tudo o que é possível saber, pois eles são totalmente ocupados pela Obra.

E o que esta Obra, deste Autor, nos traz é uma espécie de ânimo, possivelmente gã, coragem para continuar a sonhar o homem. Este elemento utópico

da obra de JGR se transforma no seu próprio estilo, romântico, acima de tudo, queremos dizer o romantismo de hoje, o romantismo imortal, romântico, ultraromântico, que se sinonimiza, que se gemina com o sentido que tem a palavra utopia no século XX, elevada à sua conotação de única alavanca possível para o surgimento de um mundo novo, cartografado, por sua vez, pelas grandes revoluções e contribuições ideológicas e artísticas surgidas neste século. Há em JGR um certo tom ardoroso, rebelde, não apenas diante do mundo social, mas também diante de um possível plano de criação que o homem busca, movido pelas turbinas do ceticismo e da fé, do desespero e da esperança, do egoísmo e da solidariedade, entender. Sem estes três signos, revolta que gera utopia que gera romantismo, qualquer leitura de GS:V se desvirtua e se desmerece de qualquer empatia crítica. Em breve haveria alguém a entortar estes três significantes e a fazer o elogio de uma linguagem massificada e ineficaz, neutra, de escamoteamento do eu e da subjetividade, enfim, tudo aquilo que é o contrário da representação artística da realidade, sobretudo a nossa moderna, de hoje.

GS:V é uma utopia no sentido de que um eu pode expressar-se como qualquer outro e encontrar um novo eu que se fará em outro como leitor, para que se dê o encontro pleno e vivo de duas subjetividades. Na arte literária, sim, na criação e na leitura, a oportunidade singular e privilegiada deste encontro, que empiricamente se dá lenta e diacronicamente e aqui, com a velocidade de um tufão, movimentam mundos. Se Riobaldo se locomove por terra, nós, é como se dele tivéssemos uma visão aérea, plena, no sentido espacial e temporal.

E GS:V é uma utopia no entendimento de que com as palavras se pode fazer tudo, de que acionadas individualmente, sem preocupação de instrumentalidade, aí é que elas se tornam funcionais e podem comunicar tudo. A partir disso a língua, que é patrimônio de todos, é reinventada por um indivíduo, o escritor, para que seja levada ao i-limite de suas possibilidades, para expressar aquilo que é verdadeiramente espiritual no homem, seu crescimento, suas modificações, sua trajetória sobre o planeta, do mais arcaico e arquetípico ao nunca visto no mundo, que é o espetáculo que se confunde com o próprio espetáculo de GS:V.

É evidente que se toda criação artística é a expressão de um homem, que a depender de sua grandeza poderá se tornar na expressão do Homem, igualmente toda crítica é a expressão de um homem que lê e que a depender de sua grandeza poderá passar a ser a expressão dos muitos que lêem. E da mesma forma que não existe nenhum sertão prévio a GS:V, exceto este novo sertão que começa a ser visto através das lentes de GS:V (quem sabe as de Miguilim), não existe nenhum GS:V antes que ele seja lido sem que se entorte a boca com a emissão de sua palavra-chave de leitura, que é romantismo, o nosso romantismo de hoje, o da transformação de utopias em realidades. Ro-

mantismo de conversão da negatividade pela única esperança neste horizonte, que é a de criar obras de arte plenamente comunicativas, falantes, loquazes, num mundo de homens igualmente comunicativos, falantes e loquazes.

Por outro lado, lê-se também GS:V para, já longe dele, com a mesma filiação à distância que preside o conjunto de obra de JGR, longe de sua sombra que poderia estiolar a vegetação a seus pés, criar, movidos pelas mesmas forças inseminadoras que o movimentam, novas obras de arte literária, diferentes, únicas, novas, inteiramente novas, que darão o espetáculo de si mesmas e o de um autor que haja haurido num correto sentido as lições do predecessor, a um tempo mestre e já discípulo, como Riobaldo.

Em resumo, o que está sendo colocado é que se trata de uma obra da qual é necessário tomar conhecimento para prosseguir. E dizer isso não é dizer pouca coisa. É dizer, na verdade, tudo. Pois de quantos se poderá dizer o que está se dizendo?

Durante muito tempo acostumei-me a ler seções, trechos, parágrafos, frases de GS:V. Lia o livro todo e voltava às partes, com as quais o demolia e o edificava, transformando estas partes em estórias que estão em *Sagarana*, *Corpo de baile*, *Primeiras estórias*, *Tutaméia*, *Ave*, *palavra*, *Estas estórias*, porque percebi que fora assim que o conjunto de obra fora criado, como se um só signo se houvesse transformado em milhares e milhares de signos, que igualmente poderiam ser recambiados a um só signo. Mas que signo é este, eu me perguntava, que mágico signo é este que magicamente prolifera este milhares de signos?

Sim, este signo: o nome próprio de quem atingiu fosse aqui pronunciado nesta conversinha adulta e antiga, fundamente enraizada desde o início na Universidade, onde, daqui por diante, muitos serão os autores chamados e poucos os escolhidos, para conter, por quem de direito, a incessante, insaciável avalanche que desmedida avança. É de verdade: estamos no próprio início das imensas possibilidades deste meio extraordinário que é a prosa de ficção brasileira em língua portuguesa.

Para compor o laço, definirei, por fim, o trabalho que acabastes de ouvir. Todos os grandes artistas plásticos pintaram a leitura, digamos Monet pintando reiteradamente Camille lendo, sentada na relva ou no sofá. Também eu quero pintar a minha versão da leitura, toda ela feita de palavras, apenas que num desenho diferente. De um lado, alguém escreve, do outro, alguém lê, mas logo, num outro quadro, como numa dança, as posições se alteram, se fundem, se intercambiam, se invertem. Segue, pois, esta leitura de *Grande sertão: veredas*, assinada por uma escritora brasileira e Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia (UFBA), a quem aconteceu, no século XX, transitar pelo planeta.

Autobiografia e biografia: no espaço do Grande Sertão

Evelina Hoisel

Universidade Federal da Bahia

Resumo

Estuda-se em *Grande Sertão: Veredas* a biografia como característica da escritura literária. Nesta acepção a biografia não é um gênero literário ou historiográfico, mas um traço indissociável da escritura, onde o sujeito se dramatiza. No movimento que registra a história do sujeito — a história vivida e a possível de viver — assinala-se que a escritura não biografava apenas seu produtor, mas o ser na sua aventura existencial.

Grande sertão: veredas se constrói didaticamente como uma autobiografia. Na sua escritura encontra-se dramatizada a complexidade das relações entre a vida vivida e a vida contada em *tempo de posterioridade*. Riobaldo, ao narrar a sua história — trata-se de uma autobiografia oral, tão freqüente em determinadas tradições ou grupos sociais — constitui-se como um sujeito que se presentifica na cena do seu diálogo-monólogo, procurando reatar os diversos fios que entrelaçam sua memória.

Sob o aparente pretexto de informar a seu visitante — o senhor instruído e culto que vem conhecer a região — sobre a geografia física e social do sertão, Riobaldo se põe a mapear a cartografia física do sertão, com precisão e minúcia de quem efetivamente conhece o objeto de sua narração, como também a delinear sua cartografia interior, mapear as diversas zonas e território de sua subjetividade. No discurso de *Grande sertão: veredas*, sujeito e objeto ganham uma unidade lingüística, pois é impossível para Riobaldo falar do sertão sem falar da sua travessia pelo sertão, estabelecer os limites físicos e culturais da região sem delimitar as zonas de sua interioridade, do seu eu.

É na cena da linguagem que sujeito e objeto se encontram. Através dos signos retidos na memória, Riobaldo pode recuperar o passado, contar sua história como exemplar dos acontecimentos que caracterizam o sertão. O que ele narra é, portanto, fruto de uma experiência vivida tragicamente pelos campos gerais, recuperada agonicamente no território dos signos que presentificam e atualizam a experiência. É decifrando os signos da memória que Riobaldo encontra sentido para sua existência. Por isso, mais do que informar ao senhor sobre os acontecimentos e os limites do sertão, ele quer entender o que não é entendível: a vida. Quer conhecer e dar sentido à sua experiência, pois “aprender-a-viver é que é o viver, mesmo”.¹

¹ João Guimarães ROSA. *Grande sertão: veredas*. 5 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967, p. 443.

A dificuldade que Riobaldo encontra para narrar, explicitada em diversos momentos do diálogo com o interlocutor, relaciona-se com o desenrolar da própria existência. A complexidade da vida vivida transborda para a vida passada a limpo, em tempo de decifração e busca de sentido. Se o tema maior de *Grande sertão: veredas* é a travessia pelo sertão-mundo da experiência — pessoal e coletiva, individual e universal — ela não se dissocia da travessia signíca que a sustenta.

Essa travessia signíca, a transformação do ser em signo, resulta de uma compreensão de que entender o que não é entendível implica em uma leitura, em uma decodificação dos signos que compõem a sua trama. Riobaldo assim expressa essa teia que o enforma:

A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros acho que nem não misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância. De cada vivimento que eu real tive, de alegria forte ou pesar, cada vez daquela hoje vejo que eu era como se fosse diferente pessoa. Sucedido, desgovernado. Assim eu acho, assim é que eu conto.²

Compreender, entender, aprender, decifrar, contar. Tudo isso implica para Riobaldo em uma relação com a memória, que é também sua relação com a linguagem. Nesse sentido, ele cumpre aquele gesto efetuado por Jean-Jacques Rousseau e percebido por Starobinski como o anúncio da modernidade: o do perigoso pacto do eu com a linguagem; uma “nova aliança” na qual o homem se faz verbo. Se Riobaldo vive até os últimos extremos o conflito de ser ou não ser pactário, esse conflito fundamenta a busca da identidade que se processa através desse pacto do eu com os signos.

As dificuldades que Riobaldo enfrenta para encontrar o modo de se narrar é proveniente do fato de saber que o conteúdo da sua experiência, ao ser apreendido através dos signos, precisa ser enformado de maneira adequada, pois o “vivido” não está no conteúdo expresso, mas na maneira através da qual ele é expressado. O suceder desgovernado implica em uma ordem lingüística desgovernada — que não segue os parâmetros estabelecidos, principalmente os da causalidade positivista. Nesse sentido, o método autobiográfico de Riobaldo difere daquele que caracteriza o início deste gênero, quando se pressupõe uma transparência entre a interioridade do eu e os signos. O método “desgovernado” riobaldiano é não linear, é *associativo*, seguindo a ordem da importância das impressões registradas na memória. Por isso, ele pode afirmar que “tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data”.³

² Cf. id., *Ibid.*, p. 77-78.

³ Cf. id., *Ibid.*, p. 78.

Riobaldo coloca-se como pertencente a um campo epistemológico que desloca a noção do sujeito com pleno domínio do seu discurso. O seu longo diálogo não pode ser compreendido através dos pressupostos que nortearam a autobiografia no século passado. A sua fala é uma fala paradoxal — está fora da *doxa*, do ordinário — porque congrega em seu espaço elementos antagônicos, dramatizando-os de maneira exemplar. Ela não é uma fala plena, no sentido de ser produzida por um sujeito que tem pleno domínio do que diz, que diz efetivamente o que quer dizer. Riobaldo sabe que entre o vivido e o que é movimentado pelos signos existe um impasse: a natureza ambivalente das palavras. Elas dizem simultaneamente mais e menos do que deveriam dizer. A travessia trágica e conflituosa de Riobaldo pelo sertão-mundo correlaciona-se, no presente de sua narração, a essa agônica travessia pelos labirintos da linguagem que aciona simultaneamente a carência e a plenitude dos signos.

Entre o viver e o narrar subjaz um conflito e um diálogo. Autobiografar-se, corporificar-se em signo é o dilema maior vivenciado por um eu. Duplo movimento de morte e de vida, pois a vida vivida desloca-se para se tornar vida impressa no corpo da letra. Esse dilema, essa duplicidade, esse perigoso pacto do eu com a linguagem, é o fundamento de toda escritura autobiográfica e biográfica. Riobaldo, como pactário, assume o pacto autobiográfico pois, autobiografando-se, pode saber, ou entender, aquilo que não é entendível.

Mas, em outra direção, a fala de Riobaldo é plena. Como contador de estórias, ele tem um domínio dos recursos que utiliza para seduzir seu interlocutor. Então Riobaldo narra “desgovernado” porque viveu “sucedido, desgovernado” ou porque, através desta forma de narrar, ele dá mais ênfase aos acontecimentos experienciados? Que tipo de narrador é Riobaldo?

Como narrador, ele não apresenta certezas. O objeto de sua narração é múltiplo, pois diversos fios se entrelaçam formando não apenas uma história — a de um eu que encontra prazer em se narrar, por mais que seja dificultoso descer ao inferno de sua própria intimidade — mas, através da história desse eu, diversas outras se encaixam e se ilustram. Como narrador autobiográfico, Riobaldo busca, por mais “torta” que seja sua narração, organizar sua experiência. Mas, como os fatos de sua história estão misturados com a dos outros, Riobaldo, ao tempo em que organiza os acontecimentos que dizem respeito à sua subjetividade, também reordena a geografia física e social do sertão. Desse modo, uma multiplicidade de episódios é trazida à cena; a rememoração é diversificada, diz simultaneamente do individual e do coletivo, do eu e do outro. O pacto autobiográfico de Riobaldo é muito amplo, pois nele está também representada a história do leitor e de qualquer indivíduo. O vocativo *senhor* é este signo que introduz no cenário da narrativa a possibilidade do leitor representar-se, recuperando também sua biografia.

Riobaldo pode ser caracterizado como possuindo traços do narrador tradicional, conforme teorizado por Walter Benjamin⁴. O que ele conta é fruto de sua errância pelo sertão. A errância, quer seja no espaço físico do sertão ou na cena do diálogo com o interlocutor – sua errância signica e literária – é exemplo da travessia existencial e, nesse sentido, pode servir de conselho para o interlocutor/ouvinte/leitor. É uma ação exemplar do dificultoso ato de viver, proveniente das reverberações malélicas ou benéficas que o eu sofre em sua travessia para o infinito. Através de suas reminiscências, o barranqueiro Riobaldo, que se inventou “neste gosto, de especular idéia”⁵, assume uma das feições do narrador valorizado por Walter Benjamin, figurando entre os mestres, sábios e conselheiros. Ele pode dar conselho porque ele pode recorrer ao acervo de toda uma vida, que não inclui apenas a própria experiência mas, em grande parte, a experiência alheia. E, desse modo, o bardo Riobaldo passa a dispor de uma fonte inesgotável de conhecimento para contar, porque não é apenas extraído da sua memória, das suas reminiscências auditivas. Grande parte da experiência contada está marcada no corpo, nas cicatrizes da sua *via crucis*:

O senhor escute meu coração, pegue no meu pulso. O senhor avista meus cabelos brancos... Viver – não é? – é muito perigoso. Porque ainda não se sabe. Porque aprender-a-viver é que é o viver, mesmo. (...) O senhor crê minha narração?⁶

As marcas fixadas no corpo e na memória de Riobaldo são sintomas visíveis e invisíveis, aparentes e inaparentes dos acontecimentos imponderáveis da travessia pelos Gerais. Nesse sentido sua fala/escritura emprenha-se de vida, pulsa, dramatiza: — “o senhor escute o meu coração, pegue no meu pulso” — contamina-se com todos os elementos fisiológicos, psíquicos, que se manifestam na cena do diálogo, onde se presentifica o passado, com suas dores, sofrimentos, tristezas, belezas e alegrias. Autobiografar-se detona esses batimentos cardíacos, essas vibrações que latejam nos tons e nas reverberações das palavras, nas pausas, pontuações, silêncios. Em todos os acordes sonantes e dissonantes pulsa a vida.

Por sua vez, a fala de Riobaldo faz deflagrar as acelerações pulsantes do interlocutor/leitor, e ele mesmo traduz através de uma encenação gestual e de uma teatralidade mímica as reações do senhor, acompanhando a sua narração: o senhor ri; levanta-se para partir; toma notas no caderno; confirma

que o diabo não existe; gesticula afirmando conhecer algumas personagens citadas, como o alemão Wupes⁷.

O pacto de audiência que se estabelece entre eles é marcado por um duplo gesto: por um lado, a importância da presença do senhor para a continuidade da narração de Riobaldo; por outro lado, a desconfiança constante sobre o ato de narrar para um estranho. Em última instância, uma desconfiança perpassa a fala de Riobaldo através da indagação: por que narrar e para que narrar uma experiência que o outro não vivenciou? Como pode o interlocutor encontrar sentido para uma ação que não foi sentida visceralmente, que não faz parte da sua *via crucis*, e que ele assiste como a um espetáculo?

Por mais que o conflito seja explicitado em diversas passagens, o que subjaz à fala de Riobaldo é a afirmação de que sua narrativa tem um caráter propedêutico, pois na sua experiência inscreve-se também a experiência do outro. Do mesmo modo que ele conheceu e aprendeu sobre a malignidade do homem humano nos diversos casos que ouviu – caso do Aleixo, de Pedro Pindó e o menino Voltei, de Firmino e Jazevedão – a história de sua travessia pelos labirintos da malignidade, do ódio, do amor, é uma ação exemplar que adere a outras experiências vivenciadas pelo senhor, e com a qual ele pode também se identificar e aprender.

Em diversas passagens assinala-se a necessidade que tem Riobaldo de confirmar uma interação comunicativa por meio dos acontecimentos relatados. Assim, ele indaga ao seu interlocutor: “Ao que, digo ao senhor, pergunto: em sua vida é assim? Na minha, agora, é que vejo, as coisas importantes, todas, em caso curto de acaso foi que se conseguiram.”⁸

Biografando-se, Riobaldo pode também recuperar a biografia do senhor/interlocutor e, através dele, a biografia do leitor. Este método de construção biográfica de Riobaldo se torna exemplar da metodologia operada pela literatura configurada como *escritura biográfica*.

À medida que Riobaldo tece a teia das relações entre a vida vivida e a vida narrada, expõe didaticamente no diálogo com seu ouvinte a complexa trama entre o viver e o aprender a viver como sendo o próprio viver. O discurso autobiográfico está sujeito à ação niveladora do tempo, às implicações do distanciamento dos eventos, aos desgastes do esquecimento, às distorções da memória. Se a autobiografia é uma auto-interpretação, o contar a *si mesmo* pressupõe uma mudança interior, uma transmutação que justifique o impulso confessional. Entre o eu anterior e o atual existe uma diferença, e o que

⁴ Walter BENJAMIN. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: id., *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*, 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197-221.

⁵ Cf. João GUIMARÃES ROSA, op. cit., p. 11.

⁶ Cf. id., *Ibid.*, p. 443.

⁷ Cf. id., *Ibid.*, p. 11, 22, 33, 57, 66, 108, 220, 253, 378, 413, 451.

⁸ Cf. id., *Ibid.*, p. 98.

mobiliza este desejo de confissão é a decifração dessa diferença. Riobaldo se pergunta: “O jagunço Riobaldo. Fui eu? Fui e não fui. Não fui! — porque não sou, não quero ser.”⁹

O aprendizado de Riobaldo atravessa o universo dos signos. Assim, ele só chegará a uma compreensão plena da sua existência, quando puder decifrar os signos que tecem a escritura de sua vida, quando encontrar as palavras que lhe propiciem nomear o inominável de sua experiência. Enquanto Riobaldo declarar que para “muita coisa importante falta nome”,¹⁰ ele ainda não terá completado sua travessia signíca, que corresponde a vivenciar uma plenitude de sentido do existir. Corresponde à capacidade que tem o sujeito de se nomear através da linguagem, de encontrar para cada percepção, sensação ou reminiscência os signos que possam corporificá-las e traduzi-las, fornecendo-lhe as respostas para as indagações que ele não foi capaz de compreender no passado.

Por não conhecer as forças que impulsionam a vida, é que o jagunço Riobaldo sentia-se como que lançado pelo acaso, empurrado para as ações mais imponderáveis. Explica-se assim a frequência com que aparece na sua fala o verbo *esbarrar* e seus derivados. Por não saber pensar com poder — “Ao que, naquele tempo eu não sabia pensar com poder. Aprendendo eu estava? Não sabia pensar com poder — por isso eu matava”¹¹ — isto é, por não saber traduzir em signos a trama das forças que o conduziram ao encontro com Diadorim e à vida de jagunço é que, em tempo de posterioridade, Riobaldo terá que devassar um mar de território — o território da linguagem — para afastar a neblina que turva sua visão. Se ele diz que “Diadorim é a minha neblina”¹², é ele, portanto, o signo mais obscuro e mais misterioso de sua vida, é justamente o signo que mais lhe propiciará a travessia para dentro de si, na busca de si mesmo através da exteriorização ou corporificação dos signos que ele emite.

Diadorim é o signo mais enigmático para Riobaldo, porque nele se encorpam signos diversos, antagônicos. É um signo polissêmico, imprevisível, ambíguo. Desde o corpo físico de Diadorim, mulher travestida em homem, até as suas ações, sentimentos, tudo é plural e, paradoxalmente, singular. A teia de signos que entrelaçam a travessia pelo sertão do jagunço Riobaldo converge para a figura de Diadorim, e é a partir dela que ele terá que devassar esse mar de território para mapear as zonas obscuras onde as forças se acumulam, exalando seu sentido. Os rastros deixados por Diadorim estão simul-

⁹ Cf. id., *Ibid.*, p. 166.

¹⁰ Cf. id., *Ibid.*, p. 262.

¹¹ Cf. id., *Ibid.*, p. 262.

¹² Cf. id., *Ibid.*, p. 22.

taneamente no corpo físico de Riobaldo, na sua memória e na topografia do sertão — “Diadorim me pôs o rastro dele para sempre em todas essas quisquilhas da natureza”¹³. Desse modo, é em diversos níveis da cadeia significativa que Riobaldo terá que destecer os fios para interpretar e entender o seu encontro com o Menino-Reinaldo-Diadorim e com o sistema da jagunçagem. Sua travessia signíca é uma busca de resposta para a sua indagação: “Por que foi que eu conheci aquele Menino? O senhor pense outra vez, repense o bem pensado: para que foi que eu tive de atravessar o rio, defronte com o Menino?”¹⁴.

Gilles Deleuze, em *Proust e os signos*, considera *A la recherche du temps perdu* como o livro de um aprendizado, de uma busca da verdade, definindo aprender como “considerar uma matéria, um objeto, um ser, como se emitissem signos a serem decifrados, interpretados”¹⁵. Nessa perspectiva, assinala que a obra de Marcel Proust não está baseada na exposição da memória, mas no aprendizado dos signos, que é uma atividade de decifração, já que tudo que ensina emite signos e todo aprendizado é uma interpretação. Se existe uma pluralidade de formas de aprendizagem, de qualquer forma que se aprenda, é sempre por intermédio dos signos. E é ainda o signo que força a pensar. Deleuze define o ato de pensar não como decorrência “de uma simples possibilidade natural”, mas como relacionada à atividade interpretativa: “Pensar é sempre interpretar, isto é, explicar, desenvolver, decifrar, traduzir um signo.”¹⁶.

Sem algo que force a pensar, sem algo que violente o pensamento, este nada significa, pois mais importante que o pensamento é o que “dá o que pensar”. Por isso, conclui Deleuze, o “*leitmotiv* do Tempo redescoberto é a palavra *forçar*: impressões que nos forcem a olhar, encontros que nos forcem a interpretar, expressões que nos forcem a pensar”¹⁷.

Essas considerações propiciam situar a aprendizagem de Riobaldo como um processo iniciático que atravessa o universo dos signos inscritos na memória, acionados pela presença do senhor, mas forçados a uma circulação, a uma mobilização, pela violenta irrupção de impressões e reminiscências que o fazem pensar, decifrar, aprender, conhecer. O gosto de especular idéia corresponde a essa travessia signíca em que cada personagem, cada lugar, cada acontecimento, detona, irrompe através de impressões, expressões, encontros, olhares, vozes, gestos, reminiscências, que são metáforas do vivido em busca de sentido, encenando e dramatizando uma autobiografia.

¹³ Cf. id., *Ibid.*, p. 25.

¹⁴ Cf. id., *Ibid.*, p. 86.

¹⁵ Gilles DELEUZE. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. p. 4.

¹⁶ Cf. id., *Ibid.*, p. 96.

¹⁷ Cf. id., *Ibid.*, p. 95.

Em *Grande sertão: veredas*, como em *A la recherche*, o senhor/leitor terá que passar também por essa travessia, e o encontro com cada personagem, cada lugar, cada acontecimento é uma prodigiosa fonte de signos imbricados uns nos outros, emaranhados como hieróglifos a serem decifrados. Nesse processo de identificação, Riobaldo, o senhor e o leitor se tornam egiptólogos a penetrar em criptas, forçados a uma travessia interpretativa que se configura como sua experiência biográfica ou autobiográfica.

Diadorim é o mais prodigioso emissor de signos. Signos cobertos, encobertos, velados, desvelados. Por isso, como a neblina, ele turva o olhar de Riobaldo. É, por excelência, um signo ambíguo, que encorpa em si as qualidades mais paradoxais, antagônicas, plurais e singulares. Corpo de mulher travestido de homem, é ele que propicia a dramatização biográfica de Riobaldo e a encenação dos demais signos. Se é a chegada do senhor que deflagra a cena do diálogo-monólogo, é Diadorim que a sustenta e a fundamenta. Riobaldo não pode falar sobre o sertão sem atravessar este corpo polimorfo e polissêmico, pois seus rastros estão inscritos para sempre na geografia física, social, cultural e mítica do sertão, recuperados pelas reminiscências de Riobaldo. Desde a pluralidade de significantes que se instala no processo de nomeação desta personagem inominável — O Menino, O Moço, Reinaldo, Diadorim, Maria Deodorina da Fé Bettancourt Marins — até a entrada e saída das demais personagens do cenário lingüístico, todos os signos são recortados e contornados pelo feixe de palavras que entrelaçam situações, acontecimentos, conflitos, paixões e sentimentos por Diadorim.

Cada um dos nomes desta personagem evoca um momento preciso, uma região particular, um detalhamento de uma zona topográfica, um acidente geográfico, capturados através da interligação do objeto do desejo que se derrama, se espalha, invade o espaço do sertão — físico, geográfico, subjetivo e íntimo do narrador. É Diadorim quem mobiliza o processo de desterritorialização e territorialização geográfica e subjetiva de Riobaldo. É o signo que força de maneira mais poderosa o processo de decifração, e que exige Riobaldo se inventar no “gosto de especular idéia”. Em cada momento, situação, acontecimento, os signos emitidos por Diadorim — voz, olhar, rosto, mãos, gestos, ações, sussurros, silêncios — imprimem na fala/texto de Riobaldo modulações distintas, pulsações lentas e aceleradas, opacidades e fulgores, ecos do passado que irrompem e invadem a fala/escritura, receptáculo que se insemina e dissemina as pulsões eróticas do narrador. “E ainda hoje, o suceder deste meu coração copia é o eco daquele tempo; e qualquer fio de meu cabelo branco que o senhor arranque, declara o real daquilo, daquilo — sem traslado...”¹⁸

¹⁸ João GUIMARÃES ROSA, op. cit., p. 351.

Desde o primeiro encontro com o Menino, no porto do Rio de Janeiro, a biografia de Riobaldo é traçada pelo imponderável, pelo imprevisível, e atravessada por uma trama signica que o força a decifrar, a conhecer, pela marca da estranheza e da diferença que permeia seu olhar. Na primeira percepção, a imagem do menino se dá sob o signo da diferença, do estranho. Esta marca que lhe foi confirmada pelo pai, quando ainda era criança constituirá o principal traço de Diadorim e é o núcleo prismático de onde se irradiam os demais signos, mas é também o ponto virtual para onde eles convergem. Esse movimento espiralado de produção e circulação dos signos em *Grande sertão: veredas* é o elemento que mais força o movimento de decifração e interpretação, tornando-o inesgotável. Esse processo é, inclusive, explicitado graficamente no final da fala/texto de Riobaldo, na sua travessia para o infinito. O símbolo do infinito, a lemniscata, antecedido da palavra *travessia*, sugere a associação desse processo de aprendizagem como correlato ao processo infinito de decifração signica que se efetua no tempo e no espaço, mas é intemporal, aespacial e infinito. Por isso, os signos emitidos por Diadorim pertencem tão singularmente a ele, constituem sua diferença — mas reescrevem biograficamente uma aventura existencial.

Se Diadorim é percebido pela diferença, se este é o seu ponto mobilizador e agenciador dos demais signos, é esta também a marca que o identifica a Riobaldo. A diferença é o traço onde estas duas fisionomias se tocam, onde estas duas figuras se projetam. Durante o desenrolar de sua falação, Riobaldo pontua este traço que o caracteriza e sempre foi evidente na sua relação com os demais jagunços:

O senhor saiba: eu toda minha vida pensei por mim, forro, sou nascido diferente. Eu sou é eu mesmo. Diverjo de todo mundo... Eu quase que nada sei. Mas desconfio de muita coisa. (...) Eu era diferente deles. Eu era diferente de todos? Era.¹⁹

A sua diferença está definida principalmente pelo seu pendor para pensar, traduzir, decifrar, e seu olhar — elemento nuclear da atividade perceptiva — é o olhar aberto para a diferença, o estranho, o outro. Assim, ele pode captar pelo olhar, mas também pela audição e pelos demais sentidos, a diferença, a dessemelhança do Menino-Reinaldo-Diadorim desde o primeiro instante que o conheceu. Por outro lado, é o encontro com o estranho — o senhor/interlocutor — que propicia a constituição do longo diálogo que se trava na cena da escritura — estranho diálogo no qual o leitor se reconhece na travessia signica: “Falar com o estranho assim, que bem ouve e logo longe se vai embora, é um segundo proveito: faz do jeito que eu falasse mais mesmo comigo”.²⁰

¹⁹ Cf. id., *Ibid.*, p. 15, 149, 430.

²⁰ Cf. id., *Ibid.*, p. 33.

Se Diadorim é o mais poderoso emissor de signos na experiência de Riobaldo, este é o mais poderoso tradutor e decodificador dessa teia/neblina que turva sua visão, pela superabundância de significantes e de significados com que se entrelaça. Mas a sua capacidade de decodificar, de destecer o emaranhado de fios urdidos pela trama de suas relações com Diadorim, corresponde à sua capacidade de organizar, reordenar, re-tecer esses fios na sua fala/escritura, tornando-se, conseqüentemente, o mais extraordinário gerador de signos, a mais poderosa fonte produtora de sentido. Nesse aspecto, pode-se estabelecer analogicamente uma relação entre Diadorim e Riobaldo, lendo-os como metáforas suplementares de uma mesma atividade, o ato criador enquanto possibilidade de autografar-se.

A natureza polimorfa, ambivalente dos signos produzidos por Diadorim corresponde à natureza polissêmica do signo literário. Ao congregarem em seu significado as polaridades mais antagônicas do ponto de vista do saber ou pensamento constituídos, a imagem de Diadorim remete para esse signo plurívoco, que acolhe em seu espaço os aspectos mais inconciliáveis. Por outro lado, no papel de decodificador e produtor de signos, Riobaldo, como sujeito poético (aquele que nasce no emaranhado de signos que produz) é correlato à figura do escritor, na sua relação amorosa com a linguagem, com o texto que produz e que, inevitavelmente, só se constitui enquanto texto a partir de uma travessia signica. Atravessar é transmutar o corpo físico em corpo escrito, é corporificar-se graficamente na escritura, metamorfo...rosear-se em letra, som, ritmo, pausas, tons, timbres, modulações, é um percurso pontuado pela presença de *Thanatos*, mas que só se efetiva impulsionado por *Eros*, pelo princípio de vida. Autografar-se, biografar-se no espaço da escritura poética corresponde ao esplendor da vida no fulgurar dos signos: sinos de aleluia.

É a fala amorosa de Riobaldo que vivifica Diadorim. Por isso, o sofrimento de Riobaldo, o drama experienciado no *Grande sertão*, é perpassado de júbilo e de alegria. Se a matéria vertente que compõe a tessitura de sua fala/escritura está miticamente representada pelo tema da queda (da morte) e da ressurreição, é o desejo de ressurreição que força, aciona e sustenta a produção dos signos. Diadorim morre, mas a fala de Riobaldo, ao travesti-lo em palavras, vivifica-o e ressuscita-o. E, neste momento, Diadorim não é mais tão somente o Menino-Moço-Reinaldo-Diadorim-Maria Deodorina. É um signo artístico que revive indefinidamente, infinitamente, no jogo da linguagem, no espaço da leitura, onde cada leitor, a partir de sua relação com a linguagem, encena-o, reencena-se, dramatizam-se.

E a ação de Riobaldo, que brota de sua contemplação — destecer, tecer, retercer a trama de sua vida a partir dos registros da memória — torna-se metáfora do ato criador, de onde emerge a escritura poética, cenário no

qual o escritor agoniza, morre e ressuscita. Vive o que lhe faltava: a perenidade, a eternidade, pois, no espaço da escritura biográfica, como quer João Guimarães Rosa, “as aventuras não têm início nem fim”, levando Riobaldo a confirmar: “Comigo, as coisas não têm hoje e ant’ontem amanhã: é sempre”²¹.

Ao acenar com a possibilidade de ler, através de Diadorim e Riobaldo, os possíveis signos de uma metáfora que traduz a relação do escritor com a linguagem, pode-se definir a escritura biográfica como espaço da diferença e do suplemento. O que Riobaldo declara exemplarmente sobre esta questão é que ele vive o que lhe faltava, ou seja, a cena do diálogo com o interlocutor — o espaço do livro — é uma repetição na diferença de sua vida passada, capaz de torná-la inteligível. O presente, onde se desenrola o diálogo com o senhor, é a possibilidade de decifrar o passado, de presentificá-lo; mas presentificar é re-viver, isto é, viver na diferença, em tempo-espaço diferidos. Não se trata de reproduzir a mesma experiência, de encená-la (trazer à cena da linguagem) e emoldurá-la tal qual foi vivenciada. Trata-se de produzir sentido. É, portanto, uma outra experiência, uma experiência suplementar: “Tudo isto, para o senhor, meussenhora, não faz razão, nem adianta. Mas eu estou repetindo muito miudamente, vivendo o que me faltava”²².

Os traços que se embaralham na memória como registros, fulgores do acontecido, irrompem de maneira entrelaçada, fazendo com que cada experiência apareça traduzida e enformada pelo feixe de outras experiências que a elas se superpõem. Desse modo, o método autobiográfico de Riobaldo não segue a lição metodológica tradicional que adota a cronologia e a linearidade na recuperação dos fatos. Exemplarmente, o método constituído por Riobaldo se faz a partir de rupturas que são significativas de como a experiência se processa na memória — isto é, como se atravessam os signos pela memória — de como estes signos se corporificam no espaço do livro. Enfim, dizem da identidade e alteridade entre os signos da vida e os da escritura biográfica. Assim, como signo que sugere no espaço da escritura essa relação que o produtor mantém com sua produção, Riobaldo aparece como o agenciador, ou encenador dos demais signos. É ele quem comanda a entrada e saída dos diversos significantes na cena textual. Como bom narrador/encenador, ele sabe como desconstruir/reconstruir a trama do vivido para seduzir seu interlocutor/leitor. E, nesse sentido, a memória voluntária desempenha papel importante, contracenando com a memória involuntária, que irrompe em situações de maior tensão e conflito dramático.

²¹ Cf. id., *Ibid.*, p. 109.

²² Cf. id., *Ibid.*, p. 401.

Riobaldo utiliza-se de uma pluralidade de recursos cênicos e dramáticos como dicção, entoação, mímica e pantomima; cria tensão, suspense e constrói peripécias para atrair a atenção do seu ouvinte, entrelaçando sua fala/escritura com uma diversidade de recursos capazes de torná-lo um habilidoso encenador/narrador/escritor:

O senhor que só me ouviu até aqui, vá ouvindo. Porque está chegando hora d'eu ter que lhe contar as coisas muito estranhas. (...) Sobre assim, aí corria no meio dos nossos um conchavo de animação, fato que ao senhor retardei: devido que mesmo um contador habilidoso não ajeita de relatar as peripécias todas de uma vez.²³

Com um olhar sensível para captar o estranho, Riobaldo delinea, no espaço da escritura, esta marca da diferença que o identifica, enquanto sujeito poético, ao *scriptor*. Como significante literário é nele que se corporificam, contracenados por Diadorim, os traços do escritor que se disseminam na escritura biográfica, inseminando os seus signos. Além de ser este habilidoso narrador, em diversas passagens do *Grande sertão* se estabelece uma correlação entre Riobaldo e a atividade do escritor: ele faz versos, gosta de poetagem, escreve bilhetes ou cartas para Zé Bebelo, acentuando esta metáfora biográfica que inscreve Guimarães Rosa no seu texto. Por outro lado, a prodigiosa memória de Riobaldo, que de tudo se recorda minuciosamente, é um elemento que trai a sua constituição de mero narrador/personagem, e desvela o ser que, por detrás dos bastidores da cena textual, é o produtor/encenador de todos os signos, inclusive do próprio Riobaldo: João Guimarães Rosa.

Outros biografemas instalam-se na escritura do *Grande sertão* além de Diadorim e Riobaldo. Já foi assinalado pela crítica como o senhor/interlocutor desempenha um papel semelhante a Guimarães Rosa, quando saía pelo sertão fazendo entrevistas, anotando as informações colhidas dos vaqueiros, e que se tornaram material literário em diversos textos, inclusive do *Grande sertão: veredas*²⁴.

Ao compor sua biografia, o barranqueiro Riobaldo encontra-se envolto em uma tessitura de signos que ele terá que descoser para compreender os percursos labirínticos que impulsionaram as ações do jagunço Riobaldo. A dificuldade que ele encontra para narrar, isto é, para biografar-se, provém da multiplicidade dos signos que encorpam esse tecido e da mobilidade que eles têm ao oscilar entre sentidos de polaridades distintas. Muitas vezes, um

²³ Cf. id., *ibid.*, p. 288-289, 315.

²⁴ Cf. estudo já realizado sobre parte do material do Arquivo João Guimarães Rosa no Instituto de Estudos Brasileiros da USP: Maria da Graça LEONEL. *Guimarães Rosa alquimista: processos de criação do texto*. São Paulo: USP. 1985. Tese datilografada.

mesmo signo é possuído por forças contrárias, ficando assim duplamente marcado, dificultando a sua decifração.

Observa-se uma superabundância de significantes, e um mesmo objeto ou um mesmo ser é nomeado a partir de uma pluralidade de nomes, dando uma espessura à linguagem que exige um intérprete astucioso para desbastar as diversas camadas superpostas de significação. Esta capacidade de flutuação dos signos está sintetizada na afirmação de Riobaldo de que “tudo é e não é” ou de que “este mundo é muito misturado”. Delineia-se aqui a postura descentrada, desconstrutora, que enforma a linguagem de *Grande sertão: veredas*, constituindo-se fora das polaridades dicotômicas do pensamento ocidental.

A mobilidade dos significantes e dos significados compõe uma constelação de signos que se entrelaçam, promovendo um trasbordamento de símbolos, imagens, valores históricos, sociais, religiosos, filosóficos, éticos, acionados pelos valores estéticos que escrituram a biografia de Riobaldo enquanto tessitura de representações simbólicas. Observa-se, entretanto, a necessidade que tem o narrador de encontrar a palavra precisa, de localizar o sentido mais preciso para desvelar o significado das ações, dos seres, das coisas. O excesso de significantes através dos quais se nomeia um mesmo objeto ou um mesmo ser – como por exemplo o *demo* – provém da necessidade de se depreender o sentido que se embaralha nesse emaranhado de signos. É como se os signos fossem insuficientes para apreender a coisa em si, e a pluralidade de palavras para nomeá-la fosse a possibilidade de capturá-la na multiplicidade dinâmica do ser.

A essa superabundância de significantes e de significados, alia-se um outro veio lingüístico, que apela para a capacidade de síntese que adere à estrutura do signo, tornando uma única palavra capaz de nomear o inominável, como a palavra *nonada*, que faz explodir do nada o universo poético de *Grande sertão: veredas* enquanto constelação de signos. Assim, a ação de Riobaldo de nomear seres, acontecimentos, objetos é análoga ao gesto mítico do Criador ao nomear o universo criado, doando ao homem as palavras com as quais ele terá que lidar na sua travessia existencial. E, neste aspecto, a biografia é apenas um pretexto para grafar arquetipicamente a história do ser, em sua relação com o Criador.

Nonada, de onde provém o grande hausto, o grande sopro da criação, sintetiza sugestivamente este nada que é tudo, fazendo do ato poético um suplemento da origem, essa origem impossível de ser resgatada enquanto realidade absoluta, mas podendo se repetir em cada universo poético, enquanto potência revigorada da linguagem que a dramatiza e a reencena na construção de seus signos. É pensando no gesto de Riobaldo como análogo

ao gesto criador original, que instaura a escritura do mundo, que se pode compreender a presença do vento no *Grande sertão* e o seu papel amalgamador. Os signos se mobilizam, as constelações se refazem, as personagens se encontram e se desencontram, as ações ganham consistência ou se desfazem, pelo movimento desse sopro vital, que, entretanto, é também desagregador.

Tendo em vista essas concepções, pode-se então reconhecer na caracterização andrógina de Diadorim o traço que a identifica ao signo artístico, enquanto possibilidade de representar, ou de inscrever em seu espaço, uma pluralidade de marcas antagônicas, sem que uma exclua a outra. Nascida do sopro criador de Riobaldo, esse Bórias que tudo absorve, e que tudo que inala sopra, assumindo a condição demiúrgica de um deus que dá vida ao sertão-mundo e a suas personagens, Diadorim é também um signo que se alimenta desse sopro vitalizador.

Ratifica-se aqui uma afirmação anterior sobre a escritura biográfica, que considera Riobaldo um dos biografemas de João Guimarães Rosa no texto, contracenando com Diadorim, o signo que conota a ambivalência polissêmica da escritura poética. Dualidade que configura uma unidade, sem que as duplas marcas se anulem ou se apaguem. E, como metáfora do Criador, o homossexualismo de Riobaldo reproduz a idéia de uma bissexualidade primordial, como origem de toda existência.

Se se pode eleger um ponto constelar através do qual se irradiam os signos que entrecruzam a malha de valores que escrituram a vida do jagunço Riobaldo como metáfora gráfica da Vida, essa eleição recai não só na ação das personagens principais de *Grande sertão*, nos seus caracteres arquetípicos e plurisignificativos, como também nos significantes que os nomeiam. Pois, a pluralidade de máscaras que cada um assume no grande teatro do sertão-mundo é indiciada pela pluralidade de nomes que se substituem uns aos outros, e cada um encorpa uma face, uma máscara que, por seu intermédio, leva-se ao palco da linguagem a encenação de determinados valores, signos que constituem o perfil moral, existencial e filosófico da galeria de personagens, mas que definem principalmente a estrutura moral do ser que os produz, a sua visão de mundo, o seu universo religioso, histórico, ético e estético.

Na sua travessia pelo sertão, diversos nomes agregam-se ou substituem o nome de Riobaldo. A carga semântica, simbólica, desse nome já foi objeto de diversas leituras, que estudaram o papel do nome próprio nos textos roseanos. O que interessa, do ponto de vista da constituição da escritura biográfica, é invocar este aspecto no sentido de compreendê-lo como recurso de encenação do sujeito e, portanto, da linguagem que o dramatiza. E, como a mobilidade dos signos se torna procedimento cênico, teatral, para representar o descentramento do sujeito e a sua travessia existencial no senti-

do de afirmar uma identidade. O processo de conhecimento de si e do outro passa por este suporte físico, tangível, que diz do sujeito, que o presentifica na ausência, que o imprime na cena da escritura, desvelando-o ao nível do vivido e do vivível.

Mas, o nome Riobaldo é o significante com o qual ele sintetiza a sua origem, o seu não pertencer, não se filiar: “Riobaldo, homem, eu, sem pai, sem mãe, sem apego nenhum, sem pertencências”²⁵, marca que o identifica ao sujeito poético. No desenrolar da sua história, entretanto, outros significantes vão se incorporando à constelação dos signos que produzem esta personagem, fornecendo um significado suplementar, capaz de mapear regiões imprevisíveis de seu ser. Assim, quando criança, era conhecido como Baldo. Para Zé Bebelo, ele é Professor, signo que o distingue dos demais jagunços, porque ele sabe ler e escrever e, por este motivo, até se torna secretário de Zé Bebelo.

Na travessia pelo sertão, todavia, nenhum nome se fixa em Riobaldo. O sentido de travessia é sustentado por essa mobilidade dos significantes, que dizem de uma transformação ou de uma diferente etapa na jornada desse herói de mil faces. Por ser bom atirador, recebe o nome de Tatarana.

Este movimento constelar, em que se define a busca de uma identidade através dos signos que nomeiam o sujeito, traz, para a escritura de *Grande sertão*, um traço que permite refletir sobre o estatuto do signo, segundo a concepção riobaldo-rosiana. Encenando o descentramento do sujeito, é como se um único nome – signo que o representa e o presentifica, não fosse suficiente para definir a multiplicidade de faces que constitui um eu, explicitando ainda um aspecto da aventura autobiográfica: o caráter interminável e primordial da interpretação de si.

Esta pluralidade de nomes que, aparentemente, revela um percurso linear da história de Riobaldo, superpõe os signos no acontecer da travessia pelo sertão e é somente no momento de reflexão e leitura, que ele pode reconstituir a trajetória, ordenando-a como se houvesse um desenvolvimento cronológico, em que um signo substitui o outro. Essa heteronímia, que demonstra o estado e a consciência de uma alteridade, é um dos meios através do qual a escritura roseana desempenha um papel desconstrutor em relação ao estabelecimento de um sujeito uno, racional e eficiente, que legitima o pensamento constituído e as ideologias que comandam e sustentam o poder estabelecido. Este gesto desconstrutor, que pode ser assinalado como uma das marcas do pensamento contemporâneo, é traço constitutivo do signo artístico, que se acentua, todavia, a partir da modernidade. E este é também

²⁵ João GUIMARÃES ROSA, op. cit., p. 155.

um traço que afirma o caráter revolucionário, subversivo, transgressor do signo literário que, ao se configurar como biografia, dramatiza exemplarmente o sujeito heterogêneo, plural, instável, que existe no corpo social e histórico do sertão-mundo. A escritura literária se oferece assim como possibilidade de uma outra ordem que desvela os mecanismos repressores da ordem estabelecida, que reprime a expansão do ser na sua pluralidade.

Riobaldo é o signo que diz da capacidade que tem o sujeito poético de estilizar-se na constelação de seus signos, no esgarçamento de sua escritura. Se esta dissolução subjetiva pode se tornar um risco para o sujeito (produtor ou receptor), vez que o discurso literário fica margeado pela psicose, a dramatização dessa fragmentação através da linguagem é uma via para se experimentar e conhecer a pluralidade do eu e encontrar a sua velada identidade. Nesse sentido, a travessia biográfica e sógnico-literária se apresenta como um ato de *crueidade*, no sentido concebido por Antonin Artaud: uma *necessidade implacável*, uma *consciência lúcida*, uma espécie de *consciência aplicada*, *apetite de vida* e *vigor cósmico*²⁶. É por isso que se pode então compreender a escritura literária não como doença e morte, mas como saúde e vida grafada: bio-grafia. Esta é a direção assumida por Artaud e todos aqueles que encontraram no signo artístico o júbilo da Vida: vivida e vivível.

É por isso que Diadorim é, também, um signo constelar, plurissignificativo em sua fisicalidade, que irradia um feixe de reverberações semânticas. Nomeia uma das máscaras da personagem que se fragmenta significativamente em O Menino, O Moço, O Menino-Moço, Reinaldo, Diadorim, Maria Deodorina da Fé Bettencourt Marins. Diadorim é o nome que diz de uma realidade vivida subjetivamente por Riobaldo, realidade amorosa, ambivalente, conflituosa, imponderável.

Diadorim encena e contracena com Reinaldo, signo masculino que reveste a feminilidade expressa ambigualmente pelo significante Diadorim: "O Reinaldo era Diadorim – mas Diadorim era um sentimento meu"²⁷. Se o Menino e o Moço mapeiam a região de uma história que se anuncia e já prenuncia uma ambivalência, que atravessará todas as aventuras do jagunço Riobaldo, Diadorim e Reinaldo afirmam uma dualidade vivida conflituosamente, ao nível da realidade subjetiva e objetiva. É por causa de Diadorim que Riobaldo entra para a vida de jagunço e esta circunstância histórica, objetiva, tem repercussões importantes do ponto de vista da sua constituição como sujeito histórico.

²⁶ Cf. Primeira e segunda cartas sobre a crueldade, onde melhor Artaud explica o sentido da palavra *crueidade*, com que define seu projeto dramático-teatral. Veja-se Antonin ARTAUD. *Le théâtre et son double*. Paris: Gallimard, 1964. p. 154-155.

²⁷ João GUIMARÃES ROSA, op. cit., p. 236.

A travessia riobaldiana traspassa, simultaneamente, o corpo sógnico de Reinaldo-Diadorim, em torno do qual gira a constelação dos signos da vida. Signos que dizem de Deus, do demo, do bem, do mal, do pacto, do sertão, do medo, do perigo, da coragem, do ódio, do crime, da traição, da raiva, da violência, da lei, do destino, da crueldade, da malignidade, do inimigo, do amor, da amizade, da moral, da justiça, da vingança, da androginia, da homossexualidade, da sedução, do incesto, da guerra, da paz, da fidelidade, da prudência, da obediência, da cegueira, da visão, da bondade, da religião, da culpa, do sofrimento, da dor, da tristeza, da paixão, da transgressão, da desordem, da ordem, do profano, do sagrado, da honra, do poder, do saber, da saudade, da utopia, da alegria, da morte, da vida, da natureza, da flora, da fauna, do inferno, do paraíso, da vitória, da glória.

O significante Diadorim recobre, por sua vez, a feminilidade de Maria Deodorina, nome no qual se inscreve o vivível e que traz para o espaço de *Grande sertão* uma outra cena da história vivida subjetivamente por Riobaldo. Com a morte, o momento de desvelamento do corpo feminino de Diadorim lança o protagonista, bem como o leitor, em uma realidade imaginária, onde as ruínas da história vivida se misturam com as possibilidades da história vivível, do que poderia ter sido e não foi. Nesta superposição de realidades e potencialidades perdidas, todos os nomes se tornam insuficientes e precários para chamar Diadorim. Todos expressam fragmentos de uma história estilizada, de um eu plural, mas nenhum deles é suficiente para expressar a plenitude da dor e do sentimento amoroso do jagunço Riobaldo. Diante do inerte corpo feminino, somente uma exclamação revela plenamente o inominável:

Eu estendi as mãos para tocar naquele corpo, e estremei, retirando as mãos para trás, incendiável: abaixei meus olhos. E a Mulher estendeu a toalha, recobrando as partes. Mas aqueles olhos eu beijei, e as faces, a boca. Adivinhava os cabelos. Cabelos que cortou com tesoura de prata... Cabelos que, no só ser, haviam de dar para abaixo da cintura... E eu não sabia por que nome chamar; eu exclamei me doendo:

- "Meu amor!..."²⁸.

A revelação do corpo feminino projeta-se no cenário de *Grande sertão: veredas* reconstituindo a dimensão mítica da personagem, consagrando-a. No batistério que registra o nome de Maria Deodorina da Fé Bettencourt Marins, inscreve-se o signo que encobre, mas também desvela e aponta para uma história múltipla: a que foi e a que não foi.

A morte é o momento em que uma revelação se realiza, pois é quando Riobaldo pode compreender a natureza de seu sentimento amoroso, dando

²⁸ Cf. id., *Ibid.*, p. 454.

sentido ao passado. Entretanto, este é também o momento de uma supressão, de uma ausência: a perda de Diadorim. Nessa perda, a pulsão amorosa de Riobaldo transsubstancia-se e, com a palavra poética, ele consagra o passado e promove a revivificação da história, tornando-a infinitamente presente no signo verbal perenizado na letra grafada. Mais uma vez, confirma-se o caráter interminável da aventura biográfica: em cada leitura, um olhar se movimenta e fertiliza a constelação dos signos, atualizando a história, fazendo de Riobaldo e Diadorim um presente, no qual o leitor se presentifica, autobiografando-se.

Résumé

Dans cet étude de *Grande sertão: veredas* on envisage la biographie en tant que caractéristique de l'écriture littéraire. Plus q'un genre littéraire ou historiographique, la biographie constitue un trait indissociable de l'écriture, puisque le sujet y se met en scène. Ainsi, dans le mouvement même qui enregistre l'histoire du sujet – histoire vécue e celle possible de l'être – on signale que l'écriture ne réussit que la biographie du producteur, mais elle saisit l'être dans son aventure existentielle.

A Universidade Federal de Santa Catarina apresenta um número de *Fragmentos, Revista de Língua e Literatura estrangeiras*, dedicado a Marcel Proust (v. 6, n. 2, jan.-jun. 1997). Organizado por Carmen Lúcia Cruz Lima Gerlach, objetiva registrar no Brasil os 70 anos de morte do maior escritor francês do século XX, ocorrida em 18 de novembro de 1922. Com efeito, desde 1992 a organizadora vinha trabalhando na preparação desse número que agora vem a lume.

A publicação resultou em um conjunto expressivo e rico: vai ficar na história da crítica universitária brasileira, assim pelo menos é nosso entendimento. E não poderia deixar de ser, tendo em vista o centro, a figura ímpar para a qual, embevecidos, dirigem-se os articulistas, no propósito de se acercar de uma obra excepcional. Uma amostra significativa da recepção brasileira à obra de Marcel Proust emerge aqui, já que uma dúzia de colaboradores oriundos de diferentes espaços brasileiros se reúne vinda de Santa Catarina, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Ceará, Bahia, vozes às quais vem se juntar a de um nordestino desgarrado em Birmingham, Alabama, nos Estados Unidos. Sem que vejamos segregação, antes vislumbrando a afirmação de uma identidade, de uma óptica própria, salientamos todavia a especificidade de um

entranhamento no contexto brasileiro: focaliza-se o escritor francês com lentes exclusivamente nacionais.

O volume agrupa duas seções distintas, uma em francês e outra em português, de tamanhos equivalentes. Após uma *Apresentação*, por Carmen Lúcia C. L. Gerlach, datada de abril de 1997, temos uma *Chronologie de la vie de Marcel Proust*, que também vem assinada pela organizadora. Fechando o número e conferindo-lhe uma dimensão pedagógica de importância indiscutível – pensamos notadamente na sua utilidade junto aos estudantes e pesquisadores da área de letras –, uma *Bibliografia proustiana*, elaborada por Maria Marta Laus Pereira Oliveira, igualmente da Universidade Federal de Santa Catarina. Reunida por temas, ela se organiza em treze seções, que se estendem em trinta e quatro páginas, denotativas do conteúdo denso relacionado, como se segue: 1. Textos de Marcel Proust; 2. Traduções brasileiras da obra de Marcel Proust (por ordem cronológica de publicação no Brasil); 3. Correspondência; 4. Recepção crítica na França: os escritores; 5. Biografias e testemunhos; 6. Sínteses; 7. Crítica psicanalítica e psicológica; 8. Crítica moral e filosófica; 9. A crítica por temas: 9.1. Proust e a literatura; 9.2. Proust e a pintura; 9.3. Proust e a política; 9.4. Proust e a

música; 9.5. Proust e a arquitetura; 9.6. O imaginário proustiano; 10. Análise das técnicas romanescas: 10.1. A composição; 10.2. O narrador; 10.3. As técnicas narrativas; 11. Estudos de estilo; 12. Revistas, boletins ou números especiais de revistas dedicadas a Proust; 13. Recepção crítica no Brasil.

Precedendo o conjunto dos artigos, um poema, *Marcel*, datado de 8 de novembro de 1995, “um sublime tributo”, segundo Carmen Lúcia, de Rodrigo Antônio de Haro. Seguem-se, às p. 15-19, cinco fotografias, propostas à revista por Alfredo Grieco, a primeira das quais, comovente, nos oferece o semblante de Proust em seu leito de morte, no traço de Helleu. São seis os artigos escritos em francês. O primeiro, de Carmen Lúcia Gerlach, analisa o conto *L'indifférent*, de Marcel Proust, o qual vem reproduzido na íntegra, em anexo, às p. 37-49. O texto proustiano é muito bem vindo aos leitores, sobretudo por se tratar de um conto publicado na revista *La vie contemporaine et revue parisienne réunies*, em março de 1896, esquecido pelo público, só tendo sido republicado em 1978, por Philip Kolb. Considerado pelo autor como “imbecil” (*Corr.*, t. 10, p. 197), foi deixado de lado por ele, que preferiu reutilizar seus elementos na *Recherche*. Essa reutilização é esmiuçada na análise de Carmen Lúcia, com destaque para as famosas catéias de Odette de Crécy, já presentes nas madeixas de Madeleine de

Gouvres, bem como para o estudo das personagens de Swann/Madeleine e de Odette/Lepré. Inspirando-se o conto de Proust no quadro homônimo de Watteau, seu protagonista Lepré se oculta igualmente “sob sua máscara incerta”. Sua indiferença é focalizada pela articulista, que se serve das ferramentas teóricas propostas por Greimas e seus seguidores, notadamente de seu quadrado semiótico da veridicidade, em que se discriminam a /verdade/ (/ser/ e /parecer/), a /mentira/ (/parecer/ e /não-ser/), a /falsidade/ (/não-parecer/ e /não-ser/) e o /segredo/ (/ser/ e /não-parecer/). O importante trabalho de Maria Marta Laus Pereira Oliveira insere-se no campo da Estética da recepção, ao colocar o tema *Aspects de la critique proustienne en France et au Brésil*. Ensaio denso, bem documentado, com um plano traçado com rigor, compreendendo uma excelente introdução, um desenvolvimento moldado dentro de uma progressão lógica e com encaminhamentos conclusivos que se impõem naturalmente. O seu *corpus* de análise limita-se ao estudo da recepção de Marcel Proust nas críticas francesa e brasileira entre 1912 a 1930, tendo esteado sua investigação nos conceitos teóricos da Estética da recepção, com ênfase nas noções de recepção, leitura crítica e horizonte de espera. O passo firme da autora, ao transitar por essa seara, denota ser esta um campo familiar de sua investigação. Com efeito, ela defendeu, em 1993, uma tese de Dou-

torado sobre *A recepção crítica na obra de Marcel Proust no Brasil* (450 p.), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; daí ela pisar no terreno com o porte de uma especialista. São dois os momentos do trabalho, como já o dissemos, um dedicado à crítica francesa a Proust e outro à crítica brasileira. Na primeira seção, parte-se dos próprios relatórios das editoras que recusaram publicar *Du côté de chez Swann*, que finalmente saiu sob o selo de Grasset, em 1913, porém por conta do autor. Entre aquelas, Gallimard, cuja rejeição, influenciada por Gide, celebrou-se na história literária e Fasquelle, com o parecer circunstanciado do poeta Jacques Madeleine que se tornou lendário e que ficou para a posteridade como a primeira crítica a Proust na França. Além de analisar a primeira recepção francesa e de procurar completá-la com um elenco de nomes, a autora ressalta os pontos da estética proustiana inicialmente colocados em destaque, como sua filiação às tradições clássicas da literatura francesa, o método associativo romance/ensaio, a ausência de um plano de composição (sobretudo nas críticas anteriores à morte de Proust, que se justificam, em parte, pelo desconhecimento das obras póstumas, *La prisonnière*, *Albertine disparue* e *Le temps retrouvé*), a pintura dos costumes (com que Proust se compara a Balzac) e a análise minuciosa e em profundidade dos sentimentos (com que Proust se aproxima de Montaigne), a

sociedade vista em uma perspectiva objetiva, o estudo dos sentimentos humanos exacerbados pela extrema sensibilidade do romancista, o papel do tempo e da memória, o papel do “eu”, a procura das chaves do romance e a busca da verdade, a influência de Bergson, a relação vida/obra, a ausência de Deus e da noção cristã de graça (considerada chocante para alguns, como Georges Bernanos). Lembra-se ainda que a grandeza da obra proustiana só foi reconhecida plenamente nos anos cinqüenta, na França, onde autores como Malraux, Céline, Sartre e Camus corresponderam mais às expectativas do público durante mais de duas décadas que se seguiram à morte de Proust.

A crítica brasileira distingue-se da francesa pela especificidade do seu horizonte de espera. No Brasil foi a atribuição do Prêmio Goncourt, em 1919, a *À l'ombre des jeunes filles en fleurs* que despertou o interesse pelo escritor francês, desconhecido entre nós até então. Duas versões se apresentam na atribuição do título de primeiro leitor de Proust no Brasil: Eduardo Frieiro, em Belo Horizonte, em 1920 (que teria adquirido um dos cinco exemplares do volume premiado, recebidos pela Livraria Francisco Alves e disputados pelos intelectuais da cidade, entre os quais Carlos Drummond de Andrade) ou Jorge de Lima (que o teria recebido, em Macaíó, em 1919, das mãos de um piloto francês), versões defendidas respectivamente por José Nava e Ione

de Andrade. Quanto ao primeiro texto escrito no Brasil sobre a obra proustiana, trata-se de um poema de Samuel Mac Dowell Filho, em homenagem à morte do escritor. Maria Marta L. P. Oliveira considera que *La nouvelle revue française* foi o grande mediador entre Proust e seus leitores brasileiros, tendo o seu número especial dedicado à morte de Proust sido anunciado, com destaque, no n. 8 da revista *Klaxon*, de dez. 1922/jan. 1923, primeira publicação modernista do país.

Cinco críticos brasileiros de Proust são analisados detalhadamente pela autora: Graça Aranha, Carlos Drummond de Andrade, Augusto Meyer, Tristão de Athayde e Jorge de Lima. As leituras dos dois primeiros são fortemente marcadas pelas idéias dominantes nos grupos literários da época, com rejeição dos cânones europeus: Graça Aranha, em seu artigo *Marcel Proust*, de 1925, rejeita o decadentismo que vê na obra deste autor, incompatível com a estética modernista, voltada para a brasilidade; Carlos Drummond de Andrade, em *França*, artigo também de 1925, considera a obra proustiana demasiadamente complexa e seu estilo de difícil acesso. Já Augusto Meyer, que, em 1926, prestara comovente homenagem com seu poema *Elegia para Marcel Proust*, terá sua obra poética e de memorialista eminentemente marcada pela presença de Proust, de quem assimila a busca interior do tempo perdido, tendo publicado vários trabalhos críticos, so-

bretudo em 1929 e 1930, os quais são estudados em profundidade por Maria Marta. Tristão de Athayde analisa Proust em dois trabalhos: em 1927 e em 1928, primeiramente interessando-se mais pela investigação proustiana da alma humana e suas relações com a religiosidade e depois abarcando múltiplos aspectos da *Recherche*. Quanto a Jorge de Lima, retoma o tema da ausência de Deus em Proust, para rejeitá-lo, considerando-o uma invenção de Mauriac, apoiada por outros, numa alusão a Tristão de Athayde. A autora conclui sustentando que, se essa primeira crítica brasileira repete, em muitos pontos, a crítica francesa, ela tem, todavia, sua especificidade, decorrente da impregnação do contexto cultural; ela fabrica uma visão própria brasileira da obra de Proust, ou seja, tem um horizonte de espera peculiar.

O artigo de Nancy Maria Mendes enfoca a presença de uma das telas do pintor Gustave Moreau, *L'apparition*, em *Du côté de chez Swann*. A autora correlaciona o quadro de Moreau, em que Salomé aponta para a cabeça de João Batista, com Odette e, servindo-se de elementos da teoria freudiana e psicanalítica, põe em relevo a idealização do amor de Swann por Odette e interpreta a usurpação da paternidade de Swann, com a rejeição de seu nome pela filha, pois este "générait le mariage de Gilberte", tendo em vista o antisemitismo exacerbado da época. Em sua análise, destaca os deslocamentos significativos opera-

dos na transposição do pictórico para o literário e faz uma incursão pela teoria psicanalítica da negação, utilizando-se de dois princípios que regem o funcionamento mental, o prazer e a realidade. O texto de Nancy Maria Mendes é um momento importante na leitura da revista; seu trabalho, vêmo-lo como um ensaio de peso e de excelente qualidade e a visão iconográfica que insere na abordagem à obra proustiana pratica uma abertura altamente enriquecedora para o volume. O texto, segundo informação nele prestada, é um excerto da tese *Deux galeries dans le musée de Proust: la peinture hollandaise et la peinture française dans À la recherche du temps perdu*, apresentada em Paris, em 1994.

Os três derradeiros trabalhos escritos em francês aqui reunidos se voltam para a questão, tão discutida na obra de Proust, do tempo, que vem enfocado sob prismas diferentes, nos desenvolvimentos de Marcelo Jacques de Moraes (*Proust: temps retrouvé, sens encore à venir*), Maria Elizabeth Chaves de Mello (*Marcel Proust et la victoire sur le temps*) e de Beatriz Alcântara (*La recherche: point fixe et thème*). No primeiro caso, após correlacionar-se o tempo com o hábito e o amor e fixá-lo como paradoxo, formula-se o pensamento de que reencontrar o tempo perdido não significa reencontrar a verdade de um tempo transcorrido, mas antes projetar-se no tempo a vir da obra de arte, de onde várias verdades poderão jor-

rar; isso equivale à passagem de uma leitura unívoca dos sentidos para o sentido plural da escrita literária. Na segunda análise, coloca-se a obra proustiana como marcada pela tensão de dois séculos, o XIX e o XX, constituindo-se em continuidade e ruptura, tradição e revolução, decadência e modernidade. A problemática se centra, então, na reconstituição com vistas à transgressão, pois, desde quando o romance desenvolve a questão da memória involuntária, ele apresenta ao leitor a possibilidade de uma nova perspectiva de reflexão sobre o ato de criação literária. O terceiro trabalho passa em revista a exegese proustiana (Edmond Richer, Antoine Compagnon, Georges Cattau, Marcel Muller, Gaëtan Picon, André Maurois), para descortinar o universo de Combray como ponto fixo do romance proustiano e considerar o tempo como tema essencial da *Recherche*. Postula-se que o gênio inventivo de Proust consegue recriar o passado perdido por meio de visões fugitivas do tempo transcorrido, construindo o edifício imenso da lembrança de um modo emocional. Considera-se o episódio da "madeleine" a chave que permite o entendimento da essência do processo literário proustiano. Oito são os artigos aqui reunidos redigidos em língua vernácula. Encabeçando-os, novamente Carmen Lúcia Cruz Lima Gerlach, a organizadora do número, se faz presente, extrapolando o espaço literário, como anteriormente. Se na primeira parte da revis-

ta sua análise aponta para as artes plásticas — no contraponto que faz com o quadro *L'indifférent* de Watteau —, agora a autora redimensiona esse espaço, alargando-o para os quadrantes da arte cinematográfica, com seu estudo *Um amor de Swann: no filme de Volker Schlöndorff e no livro de Marcel Proust*. Após informar sobre os precedentes ligados à transposição do livro para a tela, tece com extrema sensibilidade e grande simplicidade, uma comparação dos dois textos, o literário e o cinematográfico, seguindo passo a passo a narrativa do filme, que divide didaticamente em doze cenas e um epílogo. Considera magistral a realização de Schlöndorff e destaca o desfecho do filme, com abertura para novas leituras da obra proustiana. O leitor, todavia, não deixa de se surpreender, no trabalho de Carmen Lúcia, com sua observação — que merece ser relativizada —, de que Schlöndorff transportou para o filme a atmosfera do começo do século XX, “com os primeiros carros atrapalhando o trânsito” (p. 133, 1.13). Seguem-se dois artigos em que se enfoca a questão da intertextualidade. O primeiro, de Celina Moreira de Mello, parte do romance de Philippe Sollers, *Une curieuse solitude* (1958), no qual Proust aparece como o primeiro interlocutor, a *Recherche* constituindo um dos textos recortados e colados em seu intertexto, e nele se estuda o jogo de vai-e-vem dessa *intertextualidade*. O segundo, de Maria Isabella Bottino, escolhe, na *Busca*

considerada como obra caleidoscópica, o trágico como *topoi* para análise e comentário. A partir da intertextualidade, da citação e da polifonia dos gêneros, o trágico aqui é visto na medida em que remete às questões que atravessam os tempos de Sófocles, de Racine, de Proust. Ambos os trabalhos são bem construídos, têm alicerces teóricos sólidos — notadamente quando retomam as direções indicadas por Compagnon (*La seconde main*, 1979) — e denotam familiaridade das autoras com os textos literários básicos.

Eduardo Neiva, com base na premissa de que a leitura é um ato individual, explicita a sua leitura da obra de Proust para inferir que na *Recherche* não pode haver leitura, apenas releitura. Esta permite que os elementos da obra se iluminem mutuamente e que nexos se estabeleçam entre episódios aparentemente dispersos, com o reconhecimento das similitudes que lhe conferem coerência. O ponto de vista do autor, nordestino privilegiado — ainda criança tinha acesso à *Recherche* na biblioteca do pai —, enriquece o volume com a introdução da perspectiva crítica norte-americana na leitura de Proust. Com extrema sensibilidade, percebe a obra proustiana como a captação de um momento em um universo que se desfaz, realçando-lhe o aspecto fugaz e fugidio em que o que importa não é a memória ou um instante na memorialística, “mas como o que aconteceu ou que poderia ter aconte-

cido atualiza-se durante o ato de leitura.”

Takiko do Nascimento estuda um novo aspecto da obra proustiana em seu artigo *As idéias críticas de Proust segundo Contre Sainte-Beuve*. Na Introdução, define a atividade do crítico segundo vem apresentada no ensaio inacabado *Contre Sainte-Beuve*, prestando informações sobre este, conhecido tanto pela edição publicada em 1954, por Bernard de Fallois, com acréscimos para preencher as lacunas deixadas por Proust, quanto pela edição mais fidedigna estabelecida por Pierre Clarac, publicada em 1971 pela Gallimard. A seguir, analisa as idéias de Proust e sua concepção acerca da obra de arte, dando relevo para os traços singulares que se repetem na obra de um autor e que a definem como característicos e essenciais.

Pina Coco, no curto ensaio *Proust perdido e reencontrado*, em pinceladas, ressalta as incompreensões da crítica proustiana para com uma obra considerada difícil e hermética e procura delinear o papel da memória e a passagem do memorialismo à ficção. Precedendo a *Bibliografia proustiana*, que encerra esse número de *Fragments* e à qual nos referimos no início desta resenha, o belíssimo texto de Judith Grossmann, *Como escrevi Meu amigo Marcel Proust romance*. Grossmann aí comenta a feitura de seu último romance, em cujo título resplandece o nome de Proust (Salvador, Fundação Casa de Jorge Ama-

do, 1995) e percebermos de imediato a convivência e intimidade que a unem ao escritor francês. Confessa ter realizado *n* leituras da *Recherche*, dentro de seus “hábitos de ler uma determinada obra tantas vezes até que nela (se) converta, podendo então abandoná-la”; e que “Raros são os livros que ultrapassam a primeira leitura, alguns chegam a meia, e outros nem a isso”. De qualquer forma, seu comentário não passa de um preâmbulo, pois para saber como foi escrito seu romance, “qualquer um que leia o livro o saberá ainda melhor”. Judith Grossmann esclarece que seu romance se marca pela velocidade, tendo sido escrito em trinta dias, em um Shopping, incidente que “não teria importância alguma se isto não fosse o grande tema do livro e parte de sua natureza”. Em completa sintonia de idéias e sentimentos com Proust, afirma que onde este começa seu romance termina, “onde nele dói a dor do amor sonogado, aqui há a festa do amor recebido”. Multifacetado mostra-se o relacionamento da escritora brasileira com o escritor francês: por um lado, ele é protagonista, amigo e antagonista; por outro lado, álibi para o encontro dos dois enamorados por serem dois proustianos. No livro de Judith, Proust ainda é localizável como uma figura de passagem num Shopping, que evoca o vulto de Proust e ainda na convergência de temas, como a infância, a quem dar amor, Veneza, e nas tangentes estilísticas.

Uma dissertação de Mestrado sobre a arrogância como categoria literária já foi defendida na UFBA, com ilustração na obra de Judith Grossmann. A ironia com que Grossmann encerra, modestamente, seu texto, remete ao tema:

E já que Borges tem o seu Aleph, ainda que de empréstimo, Proust tem a sua chávena, Mallarmé tem o seu acaso, Nietzsche tem todos os nomes da história, sobretudo o de Wagner, Penélope tem a sua trama, possa eu, modestamente, ter o meu Shopping (p. 228).

Com o presente número de *Fragmentos* que a Universidade Federal de Santa Catarina dedica a Proust, escritor emblemático na literatura francesa, a contribuição brasileira vem se juntar às vozes de todo o mundo que já se empenharam em decifrar os arcanos de um estilo. Estilo "que ultrapassa o tempo e o espaço", no dizer do prefácio à tradução chinesa à sua obra. Acreditamos que a parcela que aqui se acrescenta é significativa.

Celina Scheinowitz

Universidade Estadual de Feira de Santana

Livros e revistas

A revista *Estudos Lingüísticos e Literários* inicia neste número uma seção dedicada a um registro de livros e revistas relativos às doações feitas ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, ou às permutas de publicações.

É bem verdade que, em agradecimento a todos aqueles que proporcionaram ao Programa o acesso a esse material bibliográfico, seria mais justo que o registro pudesse recuar bem mais no tempo. Entretanto, somente serão informados os livros e revistas protocolados nos anos de 1996 e 1997¹.

1 Livros

FILOLOGIA E LINGÜÍSTICA PORTUGUESA. São Paulo: Humanitas, 1997.

A LINGUAGEM FALADA EM FORTALEZA. Fortaleza: UFC, 1996.

ANDRADE, Mário de. *Carta aos mineiros*. Org. por Eneida Maria de Souza e Paulo Schmidt. Belo Horizonte: EDUFMG, 1997.

ANTELO, Raul (org.). *Identidade & representação*. Florianópolis: Curso de Pós-Graduação, 1994.

ARANGO, Daniel. *La Ciudad de Is; ensayos y notas de juventud, docencia y política educativa*. Santafé de Bogotá, Inst. Caro y Cuervo, 1996. "La Granada Entreabierta", 81.

ATLAS LINGÜÍSTICO DO PARANÁ. Londrina: UEL, 1994-1996.

BENDER, Ivo C. *Comédia e riso: uma poética do teatro cômico*. Porto Alegre: EDURGS, 1996

Bogotá: Fac. de Artes/Univ. Nacional de Colombia, 1995.

CABRAL, Elisa Maria. *Os Cariris velhos da Paraíba*. João Pessoa: UFPB, 1997. Fita de vídeo e cartões postais.

CARVALHAL, Tânia Franco. *Comparative literature worldwide: issues and methods*. Porto Alegre: L & PM/EDURGS, 1997.

CASTILHO, Ataliba de. *Gramática do português falado*. 2. ed. Campinas: EDUNICAMP, 1996.

¹ Algumas das indicações vão incompletas devido ao registro ter sido feito inadequadamente e pelo fato de o acervo do Instituto de Letras encontrar-se em fase de transferência para a Biblioteca Central Reitor Macedo Costa, o que dificultou, no momento da elaboração desta lista, a complementação de alguns dados.

CATÁLOGO DE DISSERTAÇÕES E TESES: 1975-1995. Porto Alegre: URGs/PPGL, 1995.

CATÁLOGO DE PESQUISAS E PESQUISADORAS(ES) SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO NA BAHIA. Salvador: NEIM, 1997.

CATÁLOGO DE TESES. Rio de Janeiro: Fac. de Letras/UFRJ, 1994.

COSTA, Ana Alice Alcântara, ALVES, Ívia Iracema (org.). *Ritos, mitos e fatos*. Salvador: NEIM/UFBA, 1997.

DUARTE, Eduardo de Assis (org.) *Graciliano revisitado*. [...] 1995.

DUARTE, Eduardo de Assis, AYALA, Maria Ignez Novais (org.). *Múltiplo Mário*; ensaios. João Pessoa: EDUFPB, 1997.

ENCONTRO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS DE LITERATURA PORTUGUESA, 14; anais. [...]

ENCONTRO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS DE LITERATURA PORTUGUESA, 15; anais. [...]. 2v.

FAZENDO O GÊNERO; Seminários de Estudos sobre a Mulher [...]

GIL FRANCISCO. Gregório de Matos: o boca de todos os santos; estudo e antologia. Salvador: EBDA, 1997.

GÓMEZ VALDERRAMA, Pedro. *Antología: prosa y poesía*. Santafé de Bogotá: Inst. Caro y Cuervo, 1995.

HATHERLY, Ana. *A Casa das musas: uma releitura crítica da tradução*. Lisboa: Estampa, 1995.

HERNÁNDEZ DE MENDOZA, Cecilia. *La Poesía de Gerardo Valencia*. Santafé de Bogotá: Inst. Caro y Cuervo, 1996.

INSTITUTO DE INVESTIGACIONES ESTÉTICAS. *Ensayos: 1993-1994*. Santafé de Bogotá: Inst. Caro y Cuervo, 1997.

KOCH, Ingedore Villaça. *Gramática do português falado*, 6. Campinas: UNICAMP, 1997.

LÉXICO DOCUMENTADO PARA LA HISTORIA DEL NEGRO EN AMÉRICA. Santafé de Bogotá: Inst. Caro y Cuervo, 1997.

LEYENDO A SILVA. Santafé de Bogotá, Inst. Caro y Cuervo, 1997. t.3. "La Granada Entabiada", 82. Comp. y pról. de Juan Gustavo Cobo Borda. Ed. dir. por Luis Fernando García Nuñez.

MARTÍN, Carlos. *Vida en amor y poesía: suma poética*. Santafé de Bogotá: Inst. Caro y Cuervo, 1995.

MEMORIAS: COLOMBIA EN EL CONTEXTO LATINOAMERICANO; Congreso de la Asociación de Colombianistas, (Santafé de Bogotá, 26 - 29 jul. 1995. Santafé de Bogotá: univ. de los Andes, Pennsylvania, [...], [...]

MEYER, Marlyse. *Pireneus, Caiçaras...: da Commedia dell'Arte ao Bumba-meu-boi*. Campinas: EDUNICAMP, 1991.

MEYER, Marlyse. *Caminhos do imaginário no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1993..

MEYER, Marlyse. *De Carlos Magno e outras histórias: cristãos*.

MONTOYA, Alberto Ángel. *Poesía rescatada*, 1. Santafé de Bogotá: Inst. Caro y Cuervo, 1995. Sel. y pres. de Santiago Salazar Santos.

MORA MONROY, Siervo. *Lexicón de fraseología del español de Colombia*. Santafé de Colombia, Inst. Caro y Cuervo, 1996.

MUÑOZ DELGADO, Juan Jacobo. *El Primer hospital de América y otros relatos médicos*. Santafé de Bogotá, Instituto Caro y Cuervo, 1995. Prol. de Germán Arciniegas.

PASSOS, Elizete Silva (org.). *Um Mundo dividido: o gênero nas Universidades do Norte e Nordeste*. Salvador: UFBA, 1997.

PASTORI, Luis. *Sonetos intemporales*; 99 sonetos de amor. Santafé de Bogotá: Inst. Caro y Cuervo, 1997. "La Granada Entabiada", 83. Estudio preliminar de Efraín Subero.

PÉREZ SILVA, Vicente (org.). *Libro de los Noturnos*. Santafé de Bogotá: Inst. Caro y Cuervo, 1996. Pról., sel. y notas de Vicente Pérez Silva.

PRADO, Adélia. *Poesia reunida*. 6. ed. São Paulo: Siciliano, 1996.

RELACIÓN DA LA COCA Y SU ORIGEN Y PRINCIPIO Y POR QUÉ ES TAN USADA Y APETECIDA DE LOS INDIOS NATURALES DESTE REYNO DEL PIRÚ. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1996. Introd. y ed. por Marie Brey y Victor Infantes.

RESTREPO, Jorge. *Ciencias de un escéptico; lugares comuns sobre el humanismo clásico*. Santafé de Bogotá: Inst. Caro y Cuervo, 1996. 107p. "La Granada Entabiada", 80.

RODRÍGUEZ CADENA, Yolanda. *Los Semihablantes bilingües: habilidad e interacción comunicativas*. Santafé de Bogotá, Inst. Caro y Cuervo, 1996. Cuadernos del Seminario Andrés Bello, 8.

RODRIGUEZ FREILE, Juan. *El Camero, según el otro manuscrito de Yerbabuena*. Santafé de Bogotá: Inst. Caro y Cuervo, 1997. Ed., introd. y notas de Mario Germán Romero.

RUIZ MARTINEZ, Eduardo. *Aproximación a una bibliografía de Don Antonio Naristo y Álvarez*. Bogotá: Inst. Caro y Cuervo, 1995.

SEMINÁRIOS SOBRE PRÁTICAS EDUCATIVAS NO QUÉBEC E NO BRASIL; anais. Salvador: NEC/UNEB, 1997.

2 Revistas

ABAETETUBA CONTA... Belém, UFPA, [...]

ACERVO; Revista do Arquivo Nacional. *Estudos de gênero*. v.9, n. 1-2, jan-dez. 1996.

ALFA; Revista de Lingüística, [...], v. 39, 1995.

ANUÁRIO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS, [...], n. 1-16, 1978-1993.

ANUÁRIO DE LITERATURA, Florianópolis, n. 2, 1995; n. 3, 1995.

BOLETIM DE FILOGIA, Lisboa, Univ. de Lisboa, t. 32, 1988-1992.

BOLETÍN DEL INSTITUTO CARO Y CUERO; muestra antológica (1945-1985). Santafé de Bogotá, Inst. Caro y Cuervo, t. 1, 2, 3, 1993.

CADERNO DE PESQUISA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, Ouro Preto, UFOP, v.1, n. 2, 1997.

CADERNOS DE PESQUISA, Vitória, UFES/Mestr. em Letras, ano 1, n. 1, ago. 1997.

CADERNOS DO CENTRO DE PESQUISAS LITERÁRIAS DA PUCRS, Porto Alegre, PUCRS, v.2, n. 1, maio de 1996; v.1, 1997;.

DOCUMENTAÇÃO DE ESTUDOS EM LINGÜÍSTICA TEÓRICA E APLICADA, Campinas, UNICAMP, v.13, n. 2, 1997.

GRAPHOS, João Pessoa, UFPB/PGL., v.2, n. 1, jan. 1997.

INTERFACES, Rio de Janeiro, Centro de Letras e Artes/UFRJ, v. 1, 2, [...]; ano 3, n. 3, jun. 1997.

INVESTIGAÇÕES; Lingüística e Teoria da Literatura, Recife, UFPE/PPGLL, v. 5, 1995; v.6, dez. 1996.

INVESTIGAÇÕES; Realidade e Perspectivas, Recife, UFPE, n. esp., 1996.

L.E.T.R.A.S; Formas da sedução, Santa Maria, UFSM, n.13, jul.-dez. 1996.

LITTERAE; Revista de la Asociación de Exalumnos del Seminario Andrés Bello, Bogotá, [...]

MACUNAÍMA, [...]. n. 4, out. 1995; n. 5, nov. 1995.

MATRAGA, Rio de Janeiro, UERJ, n. 8, abril 1997.

MOARA, Revista dos Cursos de Pós-Graduação em Letras da UFPA, Belém, UFPA, [...]

NOTICIAS CULTURALES, Santafé de Bogotá, Ins. Caro y Cuervo, n. 52, ene.-feb. 1991.

PHILOLOGUS, Rio de Janeiro, ano 2, n. 6, set.-dez. 1996; ano 3, n. 7, abril 1997; n. 8, maio-ago. 1997.

REVISTA ALICANTINA DE ESTUDOS INGLESES, [...], n. 8, nov. 1995.

REVISTA DA ANPOLL, João Pessoa, n. 2, 1996; São Paulo, n.3, 1997.

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS, 5. série, [...], N. 19-20, 1995-1996.

REVISTA DE DOCUMENTAÇÃO DE ESTUDOS EM LINGÜÍSTICA TEÓRICA E APLICADA, [...], v.12, n. esp., 1996.

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, Belo Horizonte, UFMG, ano 5, n. 4, v. 1, jan.-jun. 1996; n. esp. jul.-dez. 1996; ano 6, n. 5, jan.-jun. 1997.

REVISTA DE FILOGÍA ROMÁNICA, n. 8, Madrid, Universidad Complutense, 1991; 9, 1992; 10, 1993; 11-12, 1994-1995; 13, 1996.

REVISTA DE LETRAS, [...], UNESP, v. 35, 1995.

REVISTA DE LETRAS, Fortaleza, UFC, v. 17, n. 1-2, jan.-dez. 1995; v. 18, n. 1, jan.-jun. 1996.

SIGNUS EM INTERAÇÃO, Vitória, UFES, mar.-jun. 1996.

SÍNTESES; teses, Campinas, UNICAMP, v.1, 1996.

TERCEIRA MARGEM, Rio de Janeiro, UFRJ, ano 3, n. 3, 1995.

THESAURUS, Santafé, t. 27, n. 1, 2, 3, 1992.

UNIVERSITAS, Salvador, UFBA, índice, 1996.

VERBA; Anuario Galego de Filoloxía, v.16, Universidad de Santiago de Compostela, 1989

VIA ATLÂNTICA, São Paulo, USP, n.1, 1997.

Normas de apresentação de trabalhos

1. *Estudos Lingüísticos e Literários*, periódico publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal da Bahia, aceita originais de artigos e de resenhas na área dos estudos lingüísticos, literários e culturais.
2. O Conselho Editorial emitirá pareceres a propósito dos trabalhos apresentados, podendo recusá-los.
3. Os artigos não poderão ter mais de 25 páginas e as resenhas, 8. Os textos devem ser apresentados em duas cópias impressas (papel A4, 210 x 297mm) e em disquete, digitados no Programa WORD FOR WINDOWS (7.0 ou 6.0) em fonte *arial*, espaço simples, corpo 11, com a seguinte formatação:
 - Título e subtítulos em **negrito**;
 - Margens de 3cm;
 - Citações recuadas em 2cm, em corpo 10;
 - Títulos dentro do texto, e destaques em *itálico*;
 - Ilustração do fato analisado em **negrito**.
4. Remissões bibliográficas no texto, em duas maneiras (de acordo com a especificação exigida pelo texto) com remissões em nota de rodapé (NB 896) ou pelo sistema autor-data (NB 896).
5. Indicação bibliográfica nas notas de rodapé iniciada pelo nome do autor, seguido do sobrenome.
6. Uso de numeração progressiva na subdivisão dos capítulos, quando necessário (NBR 6024)
7. Referências bibliográficas ao final do texto, segundo a NBR 6023, com as atualizações necessárias:
 - Repetição do nome do autor (não usar traço);
 - Recuo entre a segunda ou a terceira letra de acordo com a possibilidade do programa de informatização;
 - No sistema AUTOR-DATA, a data deve vir logo após o nome do autor.
8. Ilustrações que permitam boa reprodução, identificadas.
9. Resumo em português antecedendo o texto e em inglês ou francês depois do texto.
10. Identificação do autor após o título, em negrito, à direita, seguido, na linha seguinte, daquela da instituição de origem, por extenso.
11. Os colaboradores têm direito a dois exemplares da revista.
12. Os trabalhos não aprovados não serão devolvidos.



Este Livro foi publicado
No formato 15,5 x 22,5mm
Miolo com papel xerox 75g/m²
Tiragem 400 exemplares



Impresso no
Setor de Reprografia da EDUFBA
Salvador, fevereiro de 2000